



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TÉRCIO DE LIMA AMARAL

**É IMPOSSÍVEL SUBSTITUIR UMA AMIZADE FRATERNAL: As conquistas de um  
intelectual em uma biografia de Mauro Mota (1908-1983)**

Recife

2021

TÉRCIO DE LIMA AMARAL

**É IMPOSSÍVEL SUBSTITUIR UMA AMIZADE FRATERNAL: As conquistas de um intelectual em uma biografia de Mauro Mota (1908-1983)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira

Coorientador: Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira

Recife

2021

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A485e Amaral, Tércio de Lima.

É impossível substituir uma amizade fraternal : as conquistas de um intelectual em uma biografia de Mauro Mota (1908-1983) / Tércio de Lima Amaral. – 2021.

185 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira. Coorientador:  
Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira.

1. Brasil - História. 2. Intelectuais – Brasil. 3. Suplemento literário. 4. Mota, Mauro – Biografia. I. Teixeira, Flávio Weinstein (Orientador). II. Siqueira, Antônio Jorge de (Coorientador). III. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-206)

## **TÉRCIO DE LIMA AMARAL**

### **É IMPOSSÍVEL SUBSTITUIR UMA AMIZADE FRATERNAL: As conquistas de um intelectual em uma biografia de Mauro Mota (1908-1983)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em: 27/10/2021

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira

Coorientador (Universidade Federal de Pernambuco)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabel Cristina Martins Guillen

Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

---

Prof. Dr. Diogo Arruda Carneiro da Cunha

Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

---

Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Membro Titular Externo (Universidade de Pernambuco)

---

Prof. Dr. Flávio José Gomes Cabral

Membro Titular Externo (Universidade Católica de Pernambuco)

---

Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar

Membro Titular Externo (Universidade Católica de Pernambuco)

*À minha mãe, Maria Justina,  
Ao amigo Gladstone Vieira Belo,  
ambos incentivadores, a seus modos*

## AGRADECIMENTOS

A parte mais importante de um trabalho acadêmico, talvez, sejam os agradecimentos. Para chegar até aqui, eu contei com a colaboração de muitos amigos, profissionais e técnicos. Alguns estiveram comigo em verdadeiros grupos de estudos para este Programa de Pós-Graduação em História: Greyce Falcão, que divide a dupla e intransigente formação de historiador e jornalista; e Rosely Tavares. Nós comemoramos nossa aprovação com um raro caldinho com cerveja no bairro da Várzea, bem próximo à UFPE. Essa felicidade do ingresso foi celebrada por nós três em 2017. Outros encontros foram impedidos por estudos, trabalhos e a pandemia do novo Coronavírus. Além delas, agradeço as trocas de conhecimentos com Juliana Ramos, também da mesma turma e freyriana não assumida, e Thiago Nunes, exemplo de dedicação e humanidade. Também não poderia deixar de agradecer os incentivos do amigo José Walmilson Rêgo Barros, especialista em relações étnico-raciais, que me ajudou sobre conceitos sobre racismo e a entender um pouco da mentalidade de alguns intelectuais tratados neste trabalho. Aliás, Walmilson faria um belo e intrigante trabalho sobre como essa temática – que, infelizmente, não pude aprofundar por diversas limitações – esteve presente e ainda hoje está na imprensa recifense.

Da UFPE, também agradeço imensamente a dedicação da secretária acadêmica de nossa Pós-Graduação Sandra Regina. Também deixo meus registros a Carlos Ramos, da Fundação Joaquim Nabuco, e a Jamille Barbosa, da Fundação Gilberto Freyre. Ambos verdadeiros guardiões de arquivos importantíssimos da história de Pernambuco e que foram decisivos na execução desta tese. Agradeço ainda aos funcionários do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MISRJ), do Museu da Imagem e do Som de Pernambuco (MISPE) e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em Brasília. Aos colegas do Centro de Documentação do Diário de Pernambuco (Cedoc), minha antiga casa, agradeço pelo fornecimento das páginas do suplemento literário. Outras contribuições decisivas deste trabalho estão nas figuras de duas mulheres referenciais na academia na minha formação: Alcileide Cabral do Nascimento (UFRPE), minha orientadora de mestrado, e Aline Maria Grego Lins (Unicap), orientadora de iniciação científica. As duas sempre me incentivaram a seguir essa dura carreira de pesquisa no país, achincalhada atualmente por forças políticas fruto da ignorância e do despreparo público.

Além delas, também agradeço aos incentivos iniciais do professor Antônio Paulo Rezende, que exercitou o poder da escuta e do conselho ao me ajudar a trilhar esta pesquisa. Mas como também a vida é feita de sorte, preciso agradecer ao destino e à presença de dois

professores importantes nessa jornada: o coorientador deste trabalho, Antônio Jorge Siqueira, e o orientador, Flávio Weinstein Teixeira. Meu coorientador, além de todo o preparo técnico e intelectual imprescindíveis na construção deste trabalho, reforçou-me o ensinamento de que sabedoria não é sinônimo de arrogância. Muitos dos encontros que tive em sua residência – antes da pandemia – foram importantes na condução deste trabalho. Alguns deles quase uma terapia. Minha missão era libertar Mauro Mota, que eu não consegui e chegamos até aqui. Ao me indicar alguns filósofos, área de sua formação, Antônio Jorge quase me tirou do campo da História. Fiquei apaixonado pela Filosofia, graduação que gostaria de realizar um dia. Não poderia deixar também de agradecer ao professor Flávio Weinstein Teixeira, que além de orientar esta tese, tive a oportunidade de acompanhar em três importantes disciplinas. É, de fato, um dos historiadores mais preparados que conheci. Os dois estão no meu “panteão historiográfico” ao lado de professores como Maria do Carmo Barbosa de Melo, Kalina Vanderley Silva e Alberon Lemos, de minha graduação em História na Universidade de Pernambuco (UPE).

Também agradeço aos professores que estiveram presentes na minha qualificação: Flávio Cabral, da Unicap, Diogo Cunha, do curso de ciência política da UFPE, e a professora Isabel Guillen, de nosso programa de Pós-Graduação. Foram eles que nos ajudaram a encontrar novos caminhos, lapidar ideias e fazer as correções necessárias. Agradeço, também, aos colegas que sempre me incentivaram e me acompanharam este projeto da seleção à defesa: Alice Monteiro, Julia Schiaffarino, Nádia Ferreira, Padre Pedro Rubens de Oliveira, Paula Losada, Rebeca Kramer, Jaqueline Andrade, Izabela Alves, Marisa Gibson (*A Imbatível*), além de outros. Por fim, agradeço a meu companheiro, Cleyton Vanut, que nessa pandemia também defendeu sua tese, na área de Ciência da Computação, também na UFPE, e dividiu comigo muitas questões pessoais e acadêmicas. E não poderia faltar a minha mãe, Maria Justina. Para ela os agradecimentos são genéticos, mas também devidos à parceria, à criação, aos incentivos (afetivo e financeiro) durante todos esses anos. Já diria o ex-deputado Gilson Machado, repetindo o governador Eraldo Gueiros: “gratidão é um passivo que não prescreve”. Obrigado a todos.

No estudo de uma figura histórica, não bastam as consequências que a fizeram histórica, o esmiuçamento da obra que se tornou pública, a sua análise, mesmo exaustiva, entre nomes e datas. Interessam ainda toda a série de antecedentes, a mensuração da influência deles, não apenas a imediata; as veredas, as ruas e becos, nem sempre um só caminho limpo e reto, percorridos pelo grande homem; o meio que ele marcou com a sua presença e com os seus movimentos, visto além de sua casa e de seu escritório, sem que a casa e o escritório sejam excluídos. Interessa o grande homem também fora dessa dimensão, mesmo porque a atingiu: nos seus modos de tratar as coisas e as pessoas, de interferir nelas e de convocá-las para sua liderança ostensiva ou dissimulada; até nas atitudes prosaicas. Determinam curiosidade as suas reações diante dos fatos e os fatos diante de suas reações; astúcias e fracassos, melancolias e pitorescos, também do homem comum, mas que morrem com o homem comum, ou representam o seu único e efêmero legado, enquanto, no gênio, são peças da genialidade e subsídios para o melhor conhecimento dela.

(MOTA, 1967, p. 26)

## RESUMO

Esta tese é uma biografia intelectual sobre o poeta, jornalista, geógrafo e gestor cultural Mauro Ramos da Motta e Albuquerque, mais conhecido como Mauro Mota. Nascido no início do século XX na capital pernambucana, ele passou parte da juventude no município de Nazaré da Mata, no interior do estado, e mais tarde formou-se na Faculdade de Direito do Recife, em 1937. Com a carência de cursos na área de ciências humanas e sociais no período, assim como outros intelectuais de sua época, não exerceu a carreira jurídica e trilhou sua vida profissional a partir das redações dos jornais impressos. Iniciou a carreira no jornal *Diário da Manhã*, em 1935, ligado à família do governador Carlos de Lima Cavalcanti. Posteriormente, em 1941, ele foi contratado pelo *Diário de Pernambuco*, dos *Diários Associados*, onde consolidou sua carreira como editor de um suplemento literário bastante influente na região Nordeste, colunista e diretor da empresa. Nossa tese analisa, além de sua importância para o jornalismo, a obra intelectual, as redes de relacionamento e a participação dele em instituições de caráter científico e cultural, como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Desenvolvemos este trabalho sobre Mauro Mota a partir de dois eixos teóricos proporcionados pelo debate de filósofos como Judith Butler e Vladimir Safatle: a construção da identidade sujeitada e relacional. Por meio de sua relação com o sociólogo Gilberto Freyre, tratamos a dependência e subordinação àquele que foi o principal nome das ciências sociais e humanas de Pernambuco no século XX. Mauro construiu sua identidade pública sob a sombra da obra freyriana, além de cumprir ordens, caprichos e copiar traços da obra do sociólogo seus trabalhos jornalísticos e científicos. Essa relação lhe proporcionou ganhos expressivos, mas veio, muitas vezes, acompanhada de um alto preço, como a aliança com o Golpe de 1964. Já o aspecto relacional defendido neste trabalho se apresenta por meio das relações – estratégicas e mesmo afetivas – travadas por Mauro Mota ao longo da vida, como a com o crítico Álvaro Lins, amigo de infância, e intelectuais que orbitavam dentro da esfera do suplemento literário. Mauro Mota foi um dos principais nomes da intelectualidade pernambucana no período e a análise de sua obra intelectual, bem como as práticas relacionais em torno dela, é de fundamental importância para entendermos a trajetória e o legado de uma geração que foi atuante e influente até meados da década de 1980 em Pernambuco.

**Palavras-chave:** História do Brasil; História da intelectualidade; Suplemento literário; Mauro Mota.

## ABSTRACT

This PhD dissertation is an intellectual biography about the poet, journalist, geographer, and cultural manager known as Mauro Mota. Born in the beginning of the twentieth Century, in Recife, he spent part of his youth in Nazaré da Mata, an inland city in Pernambuco. Later on, he graduated in the Faculdade de Direito do Recife, in 1937. As has happened with other intellectuals in that period, due to the lack of courses in Social and Human Sciences in that time, he has not pursued a legal career and followed his professional life from the newsrooms of the Recife printed newspapers. He began his career at the newspaper *Diario da Manhã*, in 1935, related to the family of Governor Carlos de Lima Cavalcanti. Later, in 1941, he was hired by *Diario de Pernambuco*, part of *Diários Associados*, where he consolidated his career as an editor of a literary supplement that was very influential in the Northeast. He has been a columnist and the director of this company. Our dissertation analyzes, in addition to his importance for journalism, his intellectual work, his networks and his participation in scientific and cultural institutions, such as the Brazilian Academy of Letters and the Joaquim Nabuco Institute for Social Research. We developed this work about Mauro Mota from two theoretical axes provided by the debate of philosophers like Judith Butler and Vladimir Safatle: the construction of subject and relational identity. We characterize his relationship with the sociologist Gilberto Freyre, as a relation of dependency and subordination to what was the main name of Pernambuco's social and human sciences in the 20th century. Mauro has built his public identity under the shadow of Freyre's work, by following orders, copying traces of Freyrian aesthetics in his journalistic and sociological works. This relationship provided him expressive gains, but it came, often, accompanied by a high price, as the alliance with the 1964 Coup. The relational aspect defended in this work is presented through the relations - both strategic and even affective - made by Mauro Mota throughout life, with the critic Álvaro Lins, who was a childhood friend of Mauro, and intellectuals who orbited within the sphere of the literary supplement and the work of Gilberto Freyre. Mauro Mota was one of the main intellectual names Pernambuco in the period and analysis of his intellectual work, as well as the relational practices around it. It is fundamental to understand the trajectory and legacy of a generation that was active and influential until the middle of the 1980 decade in Pernambuco.

**Keywords:** History of Brazil; History of intellectuality; Literary supplement; Mauro Mota.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mauro Mota na infância.....	15
Figura 2 - Carteira de estudante de Mauro Mota na Faculdade de Direito do Recife. ....	22
Figura 3 - Finalmente imortal: Mauro Mota e seu fardão na Academia Brasileira de Letras. .....	43
Figura 4 - O primeiro exemplar do suplemento literário editado por Mauro Mota em 17 de agosto de 1947.....	71
Figura 5 - A carteira de trabalho de Mauro Mota na época que era secretário de redação no Diário de Pernambuco. ....	79
Figura 6 - Mauro Mota na redação do Diário de Pernambuco: as presenças de Aníbal Fernandes e de Gilberto Freyre. ....	86
Figura 7 - Um amigo no jornalismo: Mauro Mota visita o Museu Imperial de Petrópolis ao lado de Guilherme Auler, da Tribuna de Petrópolis, no Rio de Janeiro.....	91
Figura 8 - A estreia científica: Mauro Mota na defesa da tese sobre O Cajueiro Nordestino, em 1955. ....	112
Figura 9 - Mauro Mota com suas alunas da Escola Normal. As turmas eram repletas de futuras professoras.....	119
Figura 10 - Mauro Mota com Saldanha Coelho, Aníbal Fernandes, Olívio Montenegro, José Lins do Rego, Haroldo Bruno, Zilde Maranhão e Antonio Camelo, em 1952.....	125
Figura 11 - Mauro Mota assina o termo de posse como diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1956. Na foto, a presença do amigo Álvaro Lins. ....	137
Figura 12 - Bilhetes demonstravam a força de Gilberto Freyre em Mauro Mota: o pedido da contratação “com cegueira” para a protegida Maria Cristina Andrade Nascimento. ....	143
Figura 13 - Mauro Mota e o amigo mentor intelectual Gilberto Freyre.....	157

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>32</b>
2.1	É IMPOSSÍVEL SUBSTITUIR UMA AMIZADE FRATERNAL: AS CONQUISTAS DE UM INTELLECTUAL RELACIONAL E SUJEITADO EM UMA BIOGRAFIA INTELLECTUAL DE MAURO MOTA .....	32
2.2	“EU ODEIO POLÍTICA”: AS ARTICULAÇÕES DE UM NOVO IMORTAL DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS DOS ANOS 1940 AOS 1970 .....	37
2.3	CINCO PROVAS NO FARDÃO: UMA ANÁLISE DAS CORRESPONDÊNCIAS E DA SUJEIÇÃO INTELLECTUAL DE MAURO MOTA A GILBERTO FREYRE.....	51
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>68</b>
3.1	EM BUSCA DA EXPRESSÃO ADEQUADA: MAURO MOTA, O SUPLEMENTO E O JORNALISMO, A SEU MODO, FREYRIANOS.....	68
3.2	“AINDA QUE A CIÊNCIA DE GILBERTO FREYRE ESTIVESSE TODA ERRADA, A SUA OBRA FICARIA DE PÉ”: UM SUPLEMENTO FREYRIANO A SEU MODO .....	74
3.3	“NOSSAS GAVETAS ESTÃO CHEIAS DEMAIS”: OS DESEJÁVEIS E INDESEJÁVEIS NAS PÁGINAS DO SUPLEMENTO LITERÁRIO .....	87
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 3.....</b>	<b>103</b>
4.1	DO SUBÚRBIO, UMA CASA MONOTEMÁTICA: O CAJU, ENSAIOS DE UM ENGAJAMENTO E O FATOR DITADURA NA CONSOLIDAÇÃO DO INTELLECTUAL FREYRIANO EM MAURO MOTA.....	103
4.2	NO SERTÃO, CAMINHÕES REVOLUCIONAM AS NOVAS CIDADES DE GASOLINA: A TRANSISÇÃO DO INTELLECTUAL ENGAJADO AO ALIADO DO REGIME MILITAR.....	108
4.3	“UM DOS RAROS DISCÍPULOS DE GILBERTO FREYRE QUE NÃO LHE IMITA O ESTILO. ISTO ESTÁ CERTO OU ESTÁ ERRADO?”: SEXISMO, MISOGINIA E RACISMO NA OBRA DE MAURO MOTA.....	116
<b>5</b>	<b>CAPÍTULO 4.....</b>	<b>133</b>

5.1	O AMIGO DO DEMÔNIO: UMA GESTÃO SUJEITADA NO INSTITUTO JOAQUIM NABUCO (1956-1970) E O ALINHAMENTO INSTITUCIONAL DE MAURO MOTA AO REGIME MILITAR .....	133
5.2	“UM FAVOR COM CEGUEIRA”: PATRIMONIALISMO, A SOMBRA FREYRIANA E A CONSOLIDAÇÃO DO GESTOR DE INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E CULTURAIS EM MAURO MOTA.....	141
5.3	“COMEMORANDO A DITADURA”: AS PALAVRAS ALUSIVAS DE MAURO MOTA AO GOLPE DE 1964 E O SEU ALINHAMENTO INSTITUCIONAL AO REGIME MILITAR.....	154
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>168</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>174</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Recomponho pequenos e esquivos diálogos familiares e sinto o coração de meu pai e de minha mãe pulsando no meu peito. Sei que eles se conheceram e se amaram aqui e que não passariam indiferentes pelo caminho que os juntou para a eternidade. Parece que vou encontrá-los daqui a pouco. Sou um transeunte antecipado. O que irei dizer ao jovem promotor público da comarca, recém-chegado da Faculdade do Recife, e à sua noiva ainda colegial? Direi que não existo além do nada e do mistério. Mas que eles me chamam e que, pouco depois, serei uma criança nos seus braços. (MOTA, 1952, p. 24)

Descrito por amigos como um homem de extremo bom humor – mesmo que, para alguns, esse humor fosse uma estratégia para o esquecimento dos atropelos da vida – Mauro Ramos da Motta e Albuquerque, mais conhecido como Mauro Mota, nunca deixou de reverenciar seu passado, sobretudo quando o assunto era a sua origem familiar. Neste trecho da crônica *Madrugada em Itabaiana*, o filho de José Feliciano da Motta<sup>1</sup> e de Aline da Motta e Albuquerque, faz uma homenagem aos pais na cidade em que os dois se conheceram. A crônica encerra o livro de reportagens *No Roteiro do Cariri*<sup>2</sup>, publicado originalmente no ano de 1952, e republicado acrescido de crônica sobre o São João do Nordeste na obra *Imagens do Nordeste*<sup>3</sup>, de 1961. Natural do Recife, Mauro Mota teria nascido no ano de 1908<sup>4</sup>, apesar de publicamente ter adotado o ano de 1911<sup>5</sup> como data de nascimento. Essa mudança seria para, supostamente, camuflar sua escolaridade tardia. Fez parte dos estudos iniciais no município de Nazaré da Mata, no interior de Pernambuco, e o secundário no Colégio Salesiano, na capital, onde conheceu o crítico pernambucano nascido em Caruaru, Álvaro Lins. Concluiu os estudos no Ginásio do Recife. Tornou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1937, mas direcionou sua carreira ao mundo das letras, em especial a poesia, o jornalismo, a geografia e as ciências sociais. Tinha suas preferências políticas – mais ligadas a grupos de direita – e estéticas: por exemplo, deixou de lado os dois “ts” dos Mottas e o adotou apenas um.

<sup>1</sup> MOTTA, R. Mauro Mota, Memória, Data e Festa. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, n. 65, 2012. p. 8-9.

<sup>2</sup> MOTA, M. **No Roteiro do Cariri (notas de reportagem)**. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, Arquivo Público do Estado, 1952. p. 24.

<sup>3</sup> MOTA, M. **Imagens do Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1961. p. 61-62.

<sup>4</sup> MOTTA, 2012, p. 2.

<sup>5</sup> Em entrevista ao Museu da Imagem e do Som de Pernambuco (MISPE), em 10 de junho de 1977, Mauro Mota diz que, apesar de ter nascido no Recife, foi registrado em Nazaré da Mata. Apesar disso, quando mandou buscar seu registro em Nazaré da Mata, o documento não foi localizado. Na pesquisa de Roberto Motta, ele aponta a existência de mais de um registro de nascimento (MISPE, 1977).

Nascido na casa de um dos seus avôs, na Rua Dona Bem-Vinda, no bairro da Madalena, na capital pernambucana – região confluyente com a Praça Chora Menino – após vinte dias de nascido teria partido ao município de Nazaré da Mata, descrito por ele como “residência efetiva” de sua família<sup>6</sup>. Sobre o registro de nascimento, ele dá sua versão: “Bem, eu fui registrado em Nazaré, mas a questão é que mandei buscar o registro e não encontrei<sup>7</sup>”. A suspeita na mudança de data de nascimento não era exclusiva de Mauro Mota. Em entrevista ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MISRJ), em 5 de novembro de 1971, Aurélio Buarque de Holanda, na função de entrevistador, levanta a suspeita de que Álvaro Lins, amigo de Mauro Mota, também teria adulterado sua data de nascimento. Álvaro teria mudado para o ano de 1912, quando na verdade teria nascido em 1911. A suspeita era levantada pelo escritor e conterrâneo de Álvaro, João Condé. Mauro Mota responde: “Então, ele diz que a verdadeira era falsa?”. Aurélio Buarque prossegue e afirma que Álvaro dizia que “ah, João Condé diz que a mãe dele sabe disso. Mas a mãe dele nem sabe a idade do Zezé, que era o Zé Condé”. Mauro, em tom de deboche, diz que os dois irmãos, João e José Condé, ambos críticos e jornalistas, foram registrados juntos, quando João já tinha cinco anos de idade<sup>8</sup>.

O filho mais velho de Mauro Mota, o antropólogo Roberto Motta, relata que a história da família é marcada por altos e baixos. O pai de Mauro e seu avô, José Feliciano da Motta, era um dos filhos de João Feliciano da Motta e Tereza Alexandrina Cabral de Melo. João Feliciano casou em 1878 com Tereza Alexandrina, irmã, por parte de pai e mãe, de João Cabral de Mello, avô do poeta João Cabral de Mello Neto. Assim como Mauro Mota, José Feliciano era bacharel em Direito formado pela Faculdade de Direito do Recife. Apesar do belo sobrenome, a família era modesta, estabelecida no município de Vicência, Zona da Mata Norte de Pernambuco. Com o casamento com uma Cabral de Mello, João Feliciano teve a oportunidade de administrar um patrimônio considerável, mas perdeu a fortuna - sobretudo a herança da mulher - em empreendimentos agrários ou pecuários no município de Quipapá. Com o prejuízo, o casal sobreviveu graças à renda de João Feliciano como lente de Geografia e Latim do Ginásio Pernambucano, do qual foi diretor até a morte, no ano de 1913. Já José Feliciano, também conhecido como Juca ou Yoyô, pai de Mauro Mota, casou-se com a paraibana Aline da Motta Albuquerque, que tinha, na época, apenas 14 anos. Ela, apesar de

---

<sup>6</sup> MISRJ, 1971.

<sup>7</sup> MISPE, 1977.

<sup>8</sup> MISRJ, 1971.

conhecê-lo quando ele servia como promotor em Itabaiana, teria nascido na cidade que hoje é conhecida como o município de João Pessoa. Mas o aperto financeiro continuou perseguindo os Mottas. Enquanto exercia a função de promotor no estado da Paraíba, onde conheceu a mulher, José Feliciano perdeu o cargo e foi afastado da função em 1910.

**Figura 1 - Mauro Mota na infância.**



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Roberto Motta relata que o avô teria um comportamento exaltado e se envolveu em algum incidente. É nesse momento que Nazaré tornou-se uma opção de sobrevivência para a família. Com a mudança, José Feliciano foi para Nazaré da Mata - onde a família tinha um *engenho* e a presença de parentes ainda influentes. O pai de Mauro Mota, no entanto, morreu no ano de 1920, em Recife, deixando a mulher grávida do 11º filho. Mauro Mota ficou órfão apenas com 12 anos de idade. Segundo Roberto Motta, nessa fase iniciou-se o que se chama

de “pobreza envergonha da família”. Mauro Mota, na sua avaliação, superou essas dificuldades e tornou-se pai de si mesmo. A infância foi difícil, sobretudo com a morte prematura do pai e a sua decadência econômica, depois de ter perdido o cargo de promotor federal na Paraíba, por motivos até hoje desconhecidos. Mauro Mota abrigou-se com os dez irmãos no interior do estado. Nazaré da Mata funcionou como um “exílio” aos Mottas, que mesmo sendo originários da região, tiveram que retornar de Recife em razão das dificuldades financeiras:

Para os Motta de Nazaré começa ou agrava-se uma fase de muita pobreza, tanto mais difícil de gerir, porque se tratava de uma família de origem “aristocrática” (muito entre aspas), configurando um caso clássico daquilo que os antigos denominavam “pobreza envergonhada”. Havia casa própria (grande e bem situada), provavelmente derivada da parte que nos coube daquele latifúndio, isto é, daquilo que de fato era uma propriedade de porte médio, o “Engenho Buraré”. Havia a ajuda de parentes abastados, havia o “montepio”, pago pelo Estado à viúva, mas as condições de vida eram apertadas. A educação dos filhos se ressentiu muito com essa situação. Embora tenha sido por algum tempo aluno do Colégio Salesiano e do Ginásio do Recife, dirigido pelo Padre Félix Barreto e que viria depois a ser chamado Colégio Padre Félix. Mauro não terminou regularmente o curso secundário, tendo de submeter-se a exame ou exames de suficiência (ou como quer que se chamassem na época) para poder fazer o vestibular e ingressar na Faculdade de Direito<sup>9</sup>.

Mais conhecido publicamente como poeta, Mauro Mota foi um intelectual de referência na cultura pernambucana, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1980, período analisado neste trabalho. Mauro Mota tornou-se conhecido por meio do jornalismo, iniciando a carreira como secretário e depois redator-chefe do jornal *Diario da Manhã*, entre 1935 e 1941. Logo em seguida, em 1941, entrou no *Diario de Pernambuco* (DP), onde ocupou cargos de direção e editou um suplemento literário influente na região Nordeste entre os anos de 1947 e 1959, beneficiando com o auge do então maior conglomerado de mídia do Brasil, os *Diários Associados*. Mauro Mota também foi diretor-executivo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJPNS), entre os anos de 1956 e 1971, professor catedrático de geografia do Instituto de Educação de Pernambuco, entre 1950 e 1971. Além disso, foi membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e da Academia Pernambucana de Letras e dos Conselhos Federal e Estadual de Cultura<sup>10</sup>. Mauro Mota faleceu em Recife, em 22 de novembro de 1984. No período, era diretor do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje), cargo que ocupou desde 1972. Do trabalho enquanto geógrafo, cientista social, chama a atenção a submissão ao sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, a quem deveu fidelidade

---

<sup>9</sup> MOTTA, 2012, p. 7-8.

<sup>10</sup> CURRICULUM vitae. **Revista do Arquivo Público**, Recife, Arquivo Público Estadual, v. 1, n. 1, jan/jun. 1984. p. 21-48.

até o fim da vida, mesmo quando foi prejudicado por manobras articuladas por aquele que foi a sua maior referência intelectual.

O seu primeiro trabalho de projeção nacional são as *Elegias*, publicadas em livro no ano de 1952, vencedor do Prêmio Olavo Bilac, da ABL. As elegias – poesias tristes, compostas como lamento de morte – são dedicadas à sua primeira mulher, Hermantine Soares Cortez, com quem casou em 1939, ficando viúvo em 1947. Com ela, teve os dois primeiros filhos: Roberto e Luciana. As *Elegias* de Mauro Mota, envoltas de uma figura feminina, também são consideradas seu principal trabalho poético e o mais conhecido pela crítica nacional. “A morte prematura da esposa – a bela Hermantine – despertou em Mauro, como assinala Álvaro Lins – a poesia elegíaca. São dez sonetos, camonianos/machadianos, obra-prima do talento criador<sup>11</sup>”. Nosso trabalho ouviu parentes, amigos e pessoas próximas a Mauro Mota, e muitos desses relatos se concentraram em sua vida particular – fora do nosso objeto central de estudo, que é a produção de uma biografia intelectual. Em uma conversa informal, tratada em reserva nesta pesquisa, uma acadêmica da Academia Pernambucana de Letras, contemporânea de Mauro Mota, afirmou que o sentimento que ele sentia por Hermantine, após sua morte, não era apenas de amor. “O que se fala é que esse casamento foi muito infeliz para Hermantine. Em virtude da infidelidade de Mauro Mota. Esse amor também era remorso pelo que ela passou<sup>12</sup>”. A acadêmica cita um episódio testemunhado por ela quando Mauro Mota dirigia o Arquivo Público. “De repente, ele mostra o retrato de Hermantine que guardava na carteira. Começa a chorar e não para. Era um amor misturado ao arrependimento<sup>13</sup>”. No ano de 1949, Mauro Mota casa com Marly Arruda, com quem teve mais quatro filhos: Maurício, Sérgio, Eduardo e Teresa Alexandrina. Após o trabalho pioneiro, foram publicados, pelo menos, mais 14 livros com poesias, entre os anos de 1956 e 1983, muitas delas resultados de republicações<sup>14</sup>.

Nas instituições que passou, Mauro Mota deixou a marca do humor. Muitas vezes por relatos até caricatos. Segundo relatos de amigos, suas risadas, no entanto, eram tímidas, muitas vezes apertando os lábios e fazendo bico<sup>15</sup>. O riso era irônico, malicioso. Tinha também suas manias. Ao sentar, sempre retirava seus sapatos, fosse onde fosse<sup>16</sup>. Também não era muito vaidoso. Até meados dos anos 1950, era conhecido por usar ternos folgados,

<sup>11</sup> PEREIRA, N. **Mauro Mota e seu tempo**. Recife: Associação da Imprensa de Pernambuco, 1987. p. 126. p. 75.

<sup>12</sup> Encontro com membro da Academia Pernambucana de Letras em 24 de abril de 2018.

<sup>13</sup> *Ibid.*

<sup>14</sup> REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO, 1984, p. 21-48.

<sup>15</sup> VALENTE, W. **As diabruras de Mauro Mota**. Recife: Edições Pirata, 1986. p. 28.

<sup>16</sup> *Ibid.* p. 23.

comprados em alfaiatarias de baixo preço<sup>17</sup>. O poeta também era um indivíduo supersticioso. Um quadro do pintor Petrônio dos Santos, batizado como *O Enterro*, jamais entrou em sua casa. Ficava em seu gabinete no *Diário de Pernambuco*<sup>18</sup>. Publicamente, era um grande admirador das mulheres e da arte da conquista. Na juventude, em Recife, chegou a planejar um golpe para não pagar prostitutas. Um dos biógrafos de Mauro Mota, o antropólogo e médico Waldemar Valente relata que alguns estudantes, mesmo com namoradas e de “boas famílias”, acabavam entregando-se aos prazeres da carne com prostitutas no Recife. Porém, muitos deles, assim como Mauro Mota, não tinham dinheiro para pagar os programas – ele chega a falar o valor de dois mil réis. Logo então, o próprio Mota teria dado a ideia do “seixo”, nome dado às ações de não pagadores. Note-se no depoimento os termos utilizados por Valente ao tratar das garotas de programa e a “coisificação” da profissional do sexo:

Mauro, convencido do bom êxito, apresentou seu plano: um dos rapazes entraria em pensão ou casa isolada de raparigas, com elas mantendo encontro amoroso, enquanto outro permaneceria do lado de fora, disfarçadamente, no meio dos boêmios e farristas que coalhavam as calçadas das zonas, principalmente nas noites de sábado. Algum tempo depois entrava o companheiro, disfarçado de agente de polícia, com chapéu de massa com aba caindo sobre o rosto, bengala de volta pendurada no braço esquerdo, a mão direita portando um revólver. Assombrando todo o mundo, gritava: “Aqui tem delinquente. Onde se encontra?”. Espantado, o mulhério facilitava a ação do falso araque, aguardando a saída dos fregueses que se encontravam ainda nos quartos separados por tabiques. Ao sair o estudante, o policial de mentira, aponta: “É esse! É esse!”. Aliviadas, as mulheres viam o rapaz receber ordem de prisão e ser conduzido aos empurrões para a fictícia delegacia. Raparigas que davam graças a Deus por não terem sido molestadas, sendo poupadas, não apanhando e não sendo intimadas a comparecer à delegacia. Outras, chegavam a ter pena do jovem “preso”. “Coitado, vai apanhar, talvez por uma besteira”. Como a prostituição de porta aberta era extensa, tal prática foi repetida muitas vezes<sup>19</sup>.

Em salas de aula, algumas alunas afirmavam que lhe admiravam não por sua intelectualidade, mas que já o conheciam por se tratar de ex-namorado das mães delas. O próprio Mauro Mota revela um caso enquanto dava aulas no Instituto de Educação de Pernambuco, escola que formava, sobretudo, futuras professoras no curso de magistério do Recife. “Na primeira aula do ano, eu queria dar uma noção geral sobre o programa. Uma menina lá do canto disse: ‘Dr. Mauro Mota’. Eu disse: ‘Sim’. ‘Ah, como eu conheço o Sr. de nome, mas conheço muito. Muito mesmo<sup>20</sup>’”, disse Mauro em uma entrevista. Segundo ele, o fato teria lhe “arrebentado a vaidade” como intelectual. “‘Eu estou feliz por ser lido por essa geração novíssima. Que livro meu você leu?’. ‘Eu li coisa nenhuma, é que o Sr. foi namorado

<sup>17</sup> *Ibid.* p. 109.

<sup>18</sup> *Ibid.* p. 32-33.

<sup>19</sup> *Ibid.* p. 38-39.

<sup>20</sup> MISRJ, 1971.

de mamãe e ela fala todo dia, todo dia<sup>21</sup>”, completou aos risos, tanto dele, como dos entrevistadores. Nas rodas intelectuais de Recife, é comum ouvir relatos sobre sua infidelidade conjugal – nos dois casamentos – e alguns mitos, como de que, no ano de sua morte, possuía, além da viúva oficial, outra informal que também recebia os pêsames em seu velório. Descrito por ex-funcionários e amigos como uma pessoa de boa educação, gentil e boa de conversa, é um personagem que, quando se indaga sobre sua atuação profissional, muitos relatos são dados em torno de sua personalidade afável, conquistadora. Mauro Mota era um homem bem articulado, que suportou adversidades familiares, mudanças sociais, políticas e que se manteve, quase sempre, em destaque. A arte de se relacionar foi uma de suas armas de sobrevida.

Apesar de ter nascido em Recife, sua formação intelectual foi iniciada no município de Nazaré da Mata. Mauro Mota revela que seu primeiro contato com os livros foram por meio da biblioteca mantida na cidade interiorana pelo então coronel Victor Vieira de Melo, da Guarda Nacional. Em entrevista, o intelectual registra sua gratidão ao personagem interiorano: “Foi nessa biblioteca onde eu me iniciei com os rapazes do meu tempo. Havia uma coleção de clássicos, recebíamos revistas do Brasil inteiro, recebíamos diariamente os jornais do Recife, havia leituras, conferências<sup>22</sup>”. O coronel é um dos personagens de suas crônicas intitulada *Capitão de Fandango*, que Mauro Mota também batizou como um dos títulos de seus livros. O capitão, assim como outros personagens do livro, foi inspirado em sua infância em Nazaré. As histórias são recheadas de fatos bem humorados. “Era um homem abastado, usava doma, roupa tipo marinheiro, muito bom e atencioso. Agora, unha de fome, pica fumo, todas essas coisas ficariam adequadas<sup>23</sup>”, diz. O coronel, segundo o autor, chegou a fazer uma cirurgia no Recife e deixou de ir com a irmã como acompanhante para economizar os custos do deslocamento. Também evitou usar o serviço de telégrafo com o mesmo fim, ou seja, para economizar: “Então o senhor Adolfo Azevedo que ia para Timbaúba, com o papel do hospital redigiu a primeira carta a irmã mandando as primeiras notícias (...) Na estação chamou, um carregador ali, entregue lá a dona Santinha que tem a voz assim, lá ela lhe dá a gorjeta<sup>24</sup>”.

O carregador, identificado como “moleque” Pino, bateu na porta e pediu a gorjeta, tendo a seguinte resposta: “Gorjeta? Homem, dá o quê? Leve a carte sem abrir<sup>25</sup>”. Esse é um dos coronéis idealizados por Mauro Mota em sua obra. A carência financeira que se

---

<sup>21</sup> *Ibid*, 1971.

<sup>22</sup> MISPE, 1977.

<sup>23</sup> *Ibid*, 1977.

<sup>24</sup> MISPE, 1977.

<sup>25</sup> *Ibid*.

encontrava na infância explica parte da admiração desses personagens. Outros aspectos de sua vida estão presentes em sua obra intelectual. Por exemplo, ao apresentar em um artigo uma temática desenvolvida em dos seus livros, a sociologia e da história presente em rótulos de cigarro, Mauro Mota lembra-se da convivência íntima com sua avó, Tereza Alexandrina: “Dou este depoimento como autoridade: fui quase criado com avó: a minha avó paterna, Tereza Alexandrina Cabral de Melo da Mota e Albuquerque, que dividiu seus últimos anos de vida entre o rosário, a cadeira de balanço e o corrimboque<sup>26</sup>”. O corrimboque é um utensílio utilizado para fumo artesanal. Mas é na adolescência que o literato começa a surgir e a partir da convivência com outro futuro intelectual: Álvaro Lins. Os dois foram contemporâneos no Colégio Salesiano, no Recife, e produziram um pequeno jornal literário batizado como *O Colegial*. “Álvaro escrevia em prosa no Colegial. Eu me lembro até do cacoete. O cacoete que a gente tinha nessa infância literária, né? Sempre que Álvaro escrevia colocava a palavra incipiente. E meu adjetivo era retrospectivo<sup>27</sup>”, disse. A amizade com Álvaro Lins permaneceu até a entrada de Mauro Mota a Academia Brasileira de Letras (ABL), período que coincide com a morte do crítico, no Rio de Janeiro, em 1970.

É de Álvaro Lins, também, um dos fortes apoios encontrados por Mauro Mota para assumir o então Instituto Joaquim Nabuco, posteriormente chamado de Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) e atual Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e a ideia se concorrer uma vaga na ABL. A análise da correspondência disponível para consulta nos dias atuais da Fundaj demonstra essa proximidade. É dessa e de outras amizades que nós também trabalhamos o conceito de *intelectual relacional* para tratar de Mauro Mota, além do aspecto de *sujeição* a que tinha ao sociólogo Gilberto Freyre. Nesse sentido, dialogamos com a obra do filósofo chileno radicado no Brasil Vladimir Safatle. Segundo ele, a sociedade é constituída, em seu nível fundamental, em circuitos de afetos, de relações construídas do *eu* com o *outro*: “Enquanto sistema de reprodução material de formas hegemônicas de vida, sociedades dotam tais formas de força de adesão ao produzir continuamente afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida a despeito de outras<sup>28</sup>”.

A amizade com Álvaro Lins também custou a Mauro Mota. Em virtude da proximidade ao crítico nascido em Caruaru, ele cita o fato de que um dos seus livros foi criticado negativamente por Oliveira Bastos – chegou a ser editor chefe do *Jornal de Brasília*

<sup>26</sup> MOTA, M. **Votos e ex-votos**: aspectos da vida social do Nordeste. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Imprensa Universitária, 1968. 157 p. p. 43.

<sup>27</sup> MISRJ, 1971.

<sup>28</sup> SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p.15-16.

– pelo fato de o autor do prefácio ser Álvaro Lins, desafeto do crítico. Mauro Mota chegou a afirmar que a crítica foi “violenta demais”. Oliveira Bastos teria ido ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), mas não sabia que Mauro Mota dirigia a instituição. Segundo Mauro, o jornalista teria procurado informes do instituto, mas não procurou saber quem dirigia a instituição: “Foi direto, ‘diretor’, eu me identifiquei logo e o recebi com toda atenção, conversamos duas ou três horas sobre coisas de literatura, falamos sobre pesquisas sociais, sem a menor mágoa. Só na saída quando me identifiquei<sup>29</sup>”, relatou Mauro, “ele disse uma coisa: ‘preferia que você não tivesse me dito isso. Gostei do seu livro, mas sou inimigo do prefaciador que tinha sido Álvaro Lins, preferia que não tivesse me dito<sup>30</sup>’”.

Este trabalho utiliza diversas fontes históricas para a construção de uma narrativa da trajetória intelectual de Mauro Mota. Analisamos 52 cartas do acervo de Mauro Mota doado à Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), sobretudo, a correspondência passiva, aquela que o intelectual recebia. Entre os principais nomes de cartas e bilhetes estão o de Álvaro Lins, Aníbal Fernandes, Edson Nery da Fonseca, Gilberto Freyre, Nilo Pereira, entre outros. Apesar da publicidade criada em que o acervo de Mauro Mota ter sido doado à Fundaj, parte dele ainda continua sob a guarda da família, a exemplo de algumas cartas trocadas por ele e Álvaro Lins. O jornalista Nilo Pereira afirmou ter tido acesso a cartas que ainda estão sob a guarda da família ao produzir a biografia *Mauro Mota e o seu tempo* (1987)<sup>31</sup>. Algumas delas, as que foram enviadas por Álvaro Lins, ele foi autorizado a citar o conteúdo, mas não reproduzi-lo. Nilo Pereira enumera 16 tópicos com as cartas que teve acesso. Entre os pontos, ele cita as saudades do Recife e da opinião de Luiz Delgado, de quem Álvaro respeitava, sobre os trabalhos. Nas cartas, Álvaro teria revelado a Mauro Mota que sentiu mais alegria de entrar ao Silogeu Pernambucano, que funcionava na Rua da Imperatriz, no Recife, do que na Academia Brasileira de Letras. Álvaro conta também que a sua maior aspiração na vida era ser promotor público em Vitória de Santo Antão, no interior de Pernambuco. O intelectual radicado no Rio de Janeiro fala ainda da alegria da aprovação em concurso no Colégio d. Pedro II, no Rio, que valeria como uma universidade, na época, e elogios ao governador de Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti. Álvaro Lins teria pedido a Mauro Mota que interferisse junto ao governador Etelvino Lins para que se tornasse presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, que valeria na época como um ministério.

---

<sup>29</sup> MISPE, 1977.

<sup>30</sup> *Ibid.*

<sup>31</sup> PEREIRA, Nilo. *Mauro Mota e o seu tempo*. Recife: Associação de Imprensa de Pernambuco, 1987. pp. 142-144.

Figura 2 - Carteira de estudante de Mauro Mota na Faculdade de Direito do Recife.



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Ainda analisamos uma carta do acervo do poeta Ascenso Ferreira, também em posse da Fundaj. Da instituição, também utilizamos como fonte os boletins institucionais e portarias publicadas durante a gestão de Mauro Mota e seu acervo fotográfico doado à instituição. Realizamos, ainda, a análise de boa parte da sua produção intelectual. Entre os anos de 1952 e 1984, ano da sua morte, Mauro Mota publicou, entre reedições e republicações, 47 livros, fora os livros em que colaborou com artigos ou foi prefaciador. Desses trabalhos, 14 são de poesia e 33 são de prosa – incluindo aí os que tratam de temas relacionados às ciências humanas e/ou sociais. Além disso, analisamos o suplemento literário em que Mauro Mota foi editor, no *Diario de Pernambuco*, entre os anos de 1947 e 1959, publicado, quase que religiosamente, nas edições de domingo. Do *Diario*, também realizamos uma pesquisa no acervo dos recursos humanos da empresa com 135 registros profissionais de colaboradores do jornal, entre os anos de 1910 e 1960, incluindo profissionais desde o parque gráfico até a direção de redação.

Essa fonte nos permitiu analisar as condições de trabalho da empresa durante a publicação do suplemento em que Mauro Mota ganhou repercussão regional e nacional. As edições dos suplementos e os registros profissionais, este último inédito para pesquisadores, foram disponibilizados pelo grupo *Diários Associados*, proprietário do jornal dos anos 1930

até 2015. A documentação incluiu, ainda, a análise de três jornais de circulação nacional, entre os anos 1930 e 1980. Nossa intenção, ao abordar essas publicações, foi subsidiar a pesquisa de informações sobre a obra de Mauro Mota, além de entrevistas e artigos publicados por ele próprio fora de Pernambuco. A estratégia foi identificar a obra intelectual que repercutia fora de seu estado, onde mantinha influência e amizade nos jornais impressos e demais veículos de comunicação. Os três jornais foram *O Globo*, *O Jornal*, do Rio de Janeiro (em parte da análise, capital do país, até o ano de 1960), e *O Estado de S. Paulo*, de São Paulo. Apenas *O Jornal*, dos *Diários Associados*, deixou de circular em meados dos anos 1970, mesmo tendo sido o primeiro jornal do grupo de comunicação fundado pelo jornalista Assis Chateaubriand. A pesquisa também utilizou depoimentos fonográficos com duas entrevistas concedidas por Mauro Mota. Uma ao Museu da Imagem e do Som, do Rio de Janeiro, em 1971, conduzida por Aurélio Buarque de Holanda, Lélia Coelho Frota e Ricardo Cravo Albin; e outra concedida ao Museu da Imagem do Som de Pernambuco (MISPE), em Recife, em 1977, conduzida por Olímpio Bonald Neto, Francisco Bandeira de Mello e Fernando Jader Magalhães Melo.

Também analisamos 57 correspondências de Mauro destinadas ao sociólogo Gilberto Freyre, de posse da Fundação Gilberto Freyre, no Recife. Essa documentação revela, sobretudo, um cotidiano do trabalho de Mauro Mota no Instituto Joaquim Nabuco repleto de documentos de sua gestão destinados a Gilberto, presidente do Conselho Diretor. Por fim, analisamos o processo do caso do senador de Alagoas Arnon de Mello, pai do ex-presidente do Brasil Fernando Collor de Mello. Em 4 de dezembro de 1963, o senador assassinou o colega e também senador José Kairala, do Acre, quando na verdade sua intenção era atingir o também senador de Alagoas e inimigo político Silvestre Pérciles. Mauro Mota presenciou o crime na tribuna de imprensa do Senado e foi testemunha de defesa de Arnon de Mello, prestando seu depoimento por carta precatória. A relação de Mauro com Arnon era de gratidão. Ele foi um dos governadores nordestinos que deram a estrutura necessária para a conclusão do sua tese *O Cajueiro Nordestino*, apresentada, nos anos 1950, como concurso para o cargo de professor catedrático em Geografia do Brasil no Instituto de Educação de Pernambuco. O processo está disponível para consulta no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em Brasília.

Este trabalho de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foi iniciado a partir de uma pesquisa no ano de 2008, como projeto de iniciação científica do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). O projeto tinha como objetivo analisar os suplementos

literários da imprensa recifense da primeira metade do século XX e foi orientado pela Profa. Dra. Aline Maria Grego Lins. Mauro Mota foi localizado enquanto editor de uma dessas publicações no *Diario de Pernambuco* nos anos 1940 e 1950. Mais tarde, o projeto foi dedicado aos suplementos nos anos 1920, na imprensa recifense, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Defendida em 2016, a dissertação de Mestrado analisou a temática a partir das relações de gênero na imprensa e teve a orientação da Profa. Dra. Alcileide Cabral do Nascimento. Inicialmente, o projeto de Doutorado apresentado à UFPE, também em 2016, previa a análise exclusiva do suplemento editado por Mauro Mota no *Diario de Pernambuco*, mas tomou novos rumos, trilhando, além do suplemento, a perspectiva de sua história intelectual.

Este trabalho não analisa a obra poética de Mauro Mota, parte de seu trabalho mais conhecido pelo público. Neste ponto, acreditamos que existem estudos concluídos que podem ser revistos e aprimorados, talvez em uma pesquisa à parte. O trabalho de Mauro Mota enquanto poeta se assemelha ao trabalho enquanto cientista social (sociólogo). É um poeta versátil, sem uma escola ou corrente específica, como a de seu primo, João Cabral de Mello Neto, que enveredou pela poesia social. Optamos por desenvolver a tese por meio da relação entre ele e o sociólogo Gilberto Freyre, além das relações constituídas por meio das instituições pelas quais passou e com os amigos que nelas construiu. Por isso, todos os capítulos mantêm, ao menos, um tópico sobre a ligação dos dois sob a ótica de nosso biografado, além de outro sobre essas relações afetivas e institucionais. Nossa prioridade foi apresentar um novo Mauro Mota, longe do palco da poesia, em que foi consagrado, mesmo não ocupando espaços como nomes como Manuel Bandeira e mais recentemente Alberto da Cunha Melo, de quem era amigo. O Mauro cientista social, gestor público e amigo, submisso (ou não), em suas relações sociais, é que estará presente neste estudo.

A tese está organizada em quatro capítulos, todos eles divididos em dois tópicos. O primeiro deles, intitulado *É impossível substituir uma amizade fraternal: as conquistas de um intelectual relacional e sujeito em uma biografia de Mauro Mota*, que dá título a este trabalho, analisa as relações – e suas confluências – de Mauro Mota com Álvaro Lins e trata, também, das articulações políticas vivenciadas por Mauro ao longo da vida. Relações que permitiram sua consolidação como um dos nomes mais fortes do jornalismo e da intelectualidade pernambucana no século XX. O capítulo trata também da capacidade relacional de Mauro Mota ao trilhar relações políticas e galgar espaços de destaque no período, como foi sua eleição como imortal à Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1970. Neste capítulo, fazemos uma relação entre a intelectualidade e a política. Por exemplo, a partir

análise das condições políticas da Academia analisadas pelo historiador Diogo Cunha, observamos como eram e como foram importantes essas relações. Analisamos algumas cartas do acervo de Mauro Mota e o incluímos como um dos quadros da Academia próximos aos militares durante o regime militar (1964-1985). Para a construção desse perfil político foi importante a análise de matéria de jornais como *O Globo* e *O Jornal*, do Rio, e *O Estado de S. Paulo*, de São Paulo. Mesmo mantido silêncio em muitos momentos sobre suas preferências e pretensões políticas, essas publicações demonstram a rede de relacionamento próxima ao nosso intelectual. Além disso, também realizamos uma análise documental a partir das correspondências trocadas entre Mauro Mota e Gilberto Freyre, intelectual basilar na formação de Mauro, ponto de referência para seus trabalhos sociológicos, literários, jornalísticos e administrativos.

O segundo capítulo, *Em busca da expressão adequada: Mauro Mota, o suplemento e o jornalismo, a seu modo, freyrianos*, realiza uma reflexão do trabalho de Mauro Mota no campo de vista jornalístico. Ao longo de sua trajetória intelectual, ele publicou artigos que tinham como objetivo a reflexão da prática jornalística, sendo essa mais associada a uma opção conservadora, ao defender a permanência de quadros literários dentro das redações, em um momento, como nos anos 1960, em que os cursos de jornalismo começavam a ser criados no país. Apesar de não se apresentar como um teórico do campo da comunicação, Mauro Mota conseguiu publicar essas reflexões em editoras como a das atuais Universidade Federal de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco – na época, editora da Universidade do Recife e editora do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, respectivamente. Esse capítulo também analisa o suplemento literário editado por Mauro Mota entre os anos de 1947 e 1959, no *Diário de Pernambuco*. Esse suplemento foi decisivo na consolidação de sua carreira jornalística e até mesmo literária. Tendo o jornal como grande instrumento propagador de ideias no período, ele tinha o poder decisivo de escolher quais os autores teriam suas obras resenhadas ou publicizadas nas páginas. Esse capítulo desconstrói a ideia de que o suplemento era um espaço extremamente democrático e dedicado aos novos talentos. Muitos dos colaboradores faziam parte de uma rede de relacionamento familiar, empresarial e até mesmo de amigos de Mauro Mota.

O terceiro capítulo, *Do subúrbio, uma casa monotemática: o caju, ensaios de um engajamento e o fator da ditadura na consolidação do intelectual freyriano em Mauro Mota*, analisa a consolidação de Mauro Mota enquanto intelectual a partir de sua posse enquanto diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS). O capítulo trata desde sua “estrela” acadêmica, com a tese *O Cajueiro Nordestino*, nos anos 1950, e suas principais

obras enquanto foi gestor da instituição. Nesse capítulo, ainda, tratamos da sutil mudança editorial dos seus trabalhos após o Golpe de 1964. Antes do Golpe, a obra de Mauro Mota – apesar de ter um forte moralismo em termos de costumes e não criticar abertamente o capitalismo – manteve um diálogo com os intelectuais engajados no período democrático no país, entre os anos de 1946 e 1964. É desse período, por exemplo, que o próprio Gilberto Freyre se declara, a seu modo, socialista. Mauro Mota buscava traçar um perfil do homem nordestino, como também demonstrar as mudanças obtidas com o crescimento urbano. Aliás, nesse capítulo ainda analisamos a influência de Freyre, em parte, negativa, sobretudo na reprodução de discursos misóginos, sexistas e racistas. De tanto se inspirar em Gilberto, o trabalho de Mauro Mota repete pressupostos preconceituosos do sociólogo pernambucano. Assim como seu influenciador, Mauro Mota faz associação explícita entre mulheres e cozinha, desqualifica as mulheres ligadas à prostituição e critica uma nova configuração social que estava surgindo no país.

O quarto capítulo, *O amigo do demônio: uma gestão sujeitada no Instituto Joaquim Nabuco (1956-1970) e o alinhamento institucional de Mauro Mota ao regime militar*, trata da gestão de Mauro Mota no instituto Joaquim Nabuco, a influência exercida por Gilberto Freyre e o alinhamento ao regime militar após o advento do Golpe de 1964. No período, o instituto começa a reverenciar militares com uma agenda extensa de compromissos, datas comemorativas de líderes militares com a presença de Mauro e de Gilberto Freyre. A dupla foi responsável por encerrar pesquisas, contratar e demitir pesquisadores e funcionários para adequar o instituto aos novos tempos sombrios. Aliás, o aniversário do Golpe chegou a ser comemorado com solenidades. Esse tipo de aproximação com o regime garantiu a Mauro bons espaços e a permanência de sua gestão na transição da democracia à ditadura. O capítulo trata, também, das práticas patrimonialistas no instituto, que foram consolidadas na gestão de Mauro. Além disso, traçamos seu perfil enquanto gestor público e o localizamos dentro de um contexto intelectual de herança da Primeira República (1889-1930) a partir do diálogo com o trabalho do sociólogo Sérgio Miceli. Mauro Mota confundia o espaço público das instituições em que era vinculado – o Instituto de Educação de Pernambuco, o *Diário de Pernambuco* e o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS). Seu motorista do instituto, por exemplo, o acompanhava no *Diário* ou mesmo em suas aulas na escola. Era comum, também, a interferência no instituto em prol de aliados de Gilberto Freyre, que lhe pedia contratações às cegas.

Analisamos, como espinha dorsal da tese, a sujeição de Mauro Mota a Gilberto Freyre. O intelectual chega a se silenciar até mesmo quando foi atingido diretamente pelas manobras

do sociólogo. Em 1970, por exemplo, Mauro Mota perdeu a diretoria do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) para o filho de Gilberto, o administrador Fernando Freyre. Em nenhum momento, Mauro Mota se posicionou publicamente sobre o fato. O que há de registro são falas de familiares, dadas *a posteriori*, como o filho de Mauro, o antropólogo Roberto Motta, sobre o episódio. Foi uma fidelidade que se traduz na própria construção de intelectual público de Mauro Mota. Uma identidade forjada na fidelidade a Freyre: “Se o sujeito jamais se forma sem o apego apaixonado a quem o subordina, significa que a subordinação é fundamental para o vir a ser do sujeito. Como condição do vir a ser sujeito, a subordinação implica numa submissão obrigatória<sup>32</sup>”. Após sair do IJNPS, Mauro Mota continuou reverenciando o nome de Gilberto Freyre, mesmo com o clima esfriado em suas relações. Há relatos de que, após esse episódio, os dois ficaram em silêncio um na frente do outro. Também existe testemunhos de uma perseguição velada de Gilberto, com a presença da mulher Magdalena Freyre em eventos do Arquivo Público Jordão Emerenciando (Apeje) que pretendiam se discutir o valor da obra do autor de *Casa Grande & Senzala*. “Tinham fatos constrangedores. Em um evento sobre Gilberto no arquivo, dona Magdalena, que passa o tempo fazendo tricô, se levanta após os fins dos trabalhos e diz: ‘meu marido merece coisa melhor. Você já repetiu isso várias vezes’”.

Publicamente, há dois trabalhos que se apresentam enquanto biografias de Mauro Mota. O primeiro é do antropólogo e médico Waldemar Valente, amigo pessoal de Mauro Mota, que publicou *As diabruras de Mauro Mota*, em 1986, pelas Edições Pirata. O segundo é do jornalista Nilo Pereira, também amigo de Mauro Mota, que publicou o livro *Mauro Mota e o seu tempo*, no ano de 1987, pela Associação de Imprensa de Pernambuco. O primeiro livro revela causas de Mauro Mota e não tem a pretensão de ser um estudo da vida do poeta. Porém, traz diversos elementos importantes do intelectual, sobretudo nas relações que manteve no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. O trabalho de Nilo Pereira, por outro lado, tem um tom mais evocativo, sem tratar de questões contraditórias da vida do intelectual. Entendemos essas duas publicações enquanto produtos de um tempo, produzidas dentro de contextos sociais e históricos disponíveis. Nosso trabalho, em parte, utiliza informações desses dois estudos e amplia o leque de fontes e se apresenta enquanto um estudo de caráter historiográfico. Trabalhamos na perspectiva do historiador francês François Dosse, ao apresentar esta tese sobre Mauro Mota como uma *biografia intelectual*. Apesar de não valorizar aspectos do cotidiano como fonte neste tipo de estudo, compactuamos com a

---

<sup>32</sup> BUTLER, J. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 16.

afirmação do historiador francês, que destaca que, por definição, o homem de ideias se deixar ler, também, por suas publicações<sup>33</sup>”. Por isso, analisamos exaustivamente todas as publicações disponíveis de Mauro Mota, inclusive as que foram escritas sobre ele. Por outro lado, acreditamos, também, na perspectiva de François Dosse que tal estudo também tenha sua implicação particular entre o estudioso e o biografado.

Assim como Mauro Mota, fui jornalista do *Diário de Pernambuco* por oito anos. Também tentei seguir carreira enquanto geógrafo ao me matricular no curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sem concluí-lo. Minha graduação em história foi cursada em uma unidade de ensino da Universidade de Pernambuco (UPE) em Nazaré da Mata, município em que Mauro Mota passou parte da infância. Outro espaço em comum foi a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), onde Mauro Mota foi diretor-executivo e eu fui estagiário, enquanto estudante de jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e, mais tarde, professor do curso de especialização Educação, Justiça Restaurativa e Direitos Humanos, em 2019. “Empatia, antipatia ou relação neutra com um sujeito acochado em seus recuos invisíveis, a biografia intelectual procura sobretudo compreender o outro e se permite principalmente avanços na ordem do conhecimento na medida do grau de intensidade na implicação do biógrafo<sup>34</sup>”. Nesse sentido, acreditamos que este trabalho é mais uma história sobre Mauro Mota, que pode ser revisitado em outros momentos, com outras fontes disponíveis e outras abordagens.

Dosse defende:

Ademais, o significado de uma vida nunca é unívoco, só pode declinar-se no plural, não apenas pelo fato de as mudanças que a travessia do tempo implica, mas também pela importância a conceder à recepção do biografado e de sua obra que é correlativa do momento considerado e do meio que deles se apropria<sup>35</sup>.

Somado a isso, acreditamos que, mesmo em qualquer pesquisa exaustiva, um biógrafo jamais completará em um estudo o verdadeiro significado de uma vida. “A psicanálise nos ensina que, mesmo por um longo trabalho de si, não se chega verdadeiramente a mais acesso à verdade<sup>36</sup>”, completa. “O biógrafo, em posição sempre exterior, apesar de sua empatia, não pode conseguir melhor, tanto que o sentido permanece sempre aberto às questões ulteriores,

---

<sup>33</sup> DOSSE, F. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 361.

<sup>34</sup> *Ibid.* p. 374.

<sup>35</sup> DOSSE, F. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 375.

<sup>36</sup> *Ibid.* p. 375.

no tempo futuro<sup>37</sup>”. Acreditamos que as hipóteses e teses que se fazem presentes neste estudo podem e devem ser reconsideradas pelas gerações futuras, “o que explica, aliás, por que se pode escrever indefinidamente novas biografias sobre as mesmas personagens<sup>38</sup>”.

O sociólogo norte-americano Howard S. Becker defende que a história de vida, mesmo não sendo uma autobiografia tradicional, mantém algumas semelhanças, como a forma narrativa, o ponto de vista na primeira pessoa (no caso, o biografado) e uma postura abertamente subjetiva. Ele defende ainda que mesmo que os documentos de uma história de vida “mais interessantes” tenham uma sensibilidade – esses documentos tratam de relações afetivas, de poder e até confissões mais íntimas –, um ritmo e uma urgência dramática, não se trata de um trabalho de ficção<sup>39</sup>. Entre os pontos que ele argumenta é que uma biografia, como o caso da nossa sobre Mauro Mota, pode trazer, por exemplo, outras visões sobre narrativas já consolidadas sobre instituições. Na visão do sociólogo, as teorias se interessam mais pela ação das instituições do que pela experiência individual dos que participam ou comungam de suas ideias. O estudo da história de uma vida presume alguma coisa sobre a maneira como esses atores experimentam determinados processos. No nosso caso, sobre as que nosso biografado fez parte, como o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) e a Academia Brasileira de Letras (ABL): “A história de vida poder ser particularmente útil para nos fornecer uma visão do lado subjetivo de processos institucionais muito estudados, sobre quais pressupostos não verificados também são feitos com frequência<sup>40</sup>”. Fundamenta o autor:

Pois, a história de vida, se bem-feita, nos fornecerá os detalhes deste processo cujo caráter, de outro modo, só seríamos capazes de especular, do processo ao qual nossos dados devem se referir em última análise, se quisermos que tenham valor teórico e não somente operacional e de vaticínio. Ela descreverá aqueles episódios interativos cruciais nos quais novas fronteiras de atividade individual e coletiva são forjadas, nos quais novos aspectos do eu são trazidos à existência. Assim, é por conferir uma base realista à nossa imagem do processo subjacente que a história de vida serve aos propósitos de verificar pressuposições, lançar luz sobre organizações e reorientar campos estagnados<sup>41</sup>.

Além disso, ele argumenta que a história de vida – em virtude da riqueza de detalhes – pode ser importante em momentos que uma determinada área de estudo tornou-se estagnada. Quando isso ocorre, os pesquisadores podem prosseguir coletando documentos de caráter

---

<sup>37</sup> *Ibid.* p. 375.

<sup>38</sup> *Ibid.* p. 375.

<sup>39</sup> BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 101-102.

<sup>40</sup> *Ibid.* p. 108.

<sup>41</sup> BECKER, 1994, p. 110-111.

pessoal que permitam surgir novas interpretações, mesmo não sendo sistemáticos, contribuindo em uma reorientação do campo<sup>42</sup>. Novamente, em nosso caso, tratamos de um período da história da intelectualidade em que determinados personagens, como o próprio Mauro Mota, foram cristalizados por narrativas institucionais e biografias de sua rede afetiva, sobretudo em produções na década de 1980. Trabalhos que, por muitos anos, foram citados e recitados por pesquisadores e que não apresentavam quaisquer resquícios das disputas no campo intelectual de um grupo ligado ao sociólogo Gilberto Freyre no século XX. O pesquisador também dialoga com a formação da identidade, ao dizer que, ao tratar da formação individual do personagem biografado, deve ser levada em consideração sua (re)formulação a partir da expectativa dos outros. Nosso estudo sobre Mauro Mota leva em consideração todas elas, sobretudo as de relações de poder. Ao construir sua carreira intelectual, Mauro reformulou posições, saberes e gostos a partir de interações, a exemplo das decisões editoriais do *Diário de Pernambuco*, das particularidades e desejos de Gilberto Freyre, da interferência do regime militar no IJNPS, entre outros pontos. Seus caminhos também foram pautados a partir da expectativa do *outro*: “O processo social, portanto, não é uma interação imaginada de forças invisíveis ou um vetor estabelecido pela interação de múltiplos fatores sociais, mas um processo observável de interação simbolicamente mediada<sup>43</sup>”.

Esta visão também é compartilhada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que afirma que tentar compreender uma vida como uma série única, com acontecimentos sucessivos, sem outra vinculação a um *sujeito* é quase tão “absurdo” como tentar explicar um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, ou seja, das relações objetivas entre as diversas estações: “Os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado<sup>44</sup>”. Segundo ele, não podemos compreender uma trajetória de vida a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou – isto é, relações objetivas que vinculam o biografado ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo *espaço de possíveis*. Por isso mesmo, nesta tese, Mauro Mota é analisado sob duas perspectivas, *a relacional* e *a sujeição* – temas que estão presentes e amarram todos os quatro capítulos.

---

<sup>42</sup> *Ibid.* p. 109.

<sup>43</sup> *Ibid.* p. 110.

<sup>44</sup> BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996. p. 81-82.

De qualquer forma, Howard S. Becker é um entusiasta desse tipo de trabalho, que vem ganhando força nos estudos históricos nas últimas décadas – sem falar nas biografias produzidas por jornalistas, verdadeiros sucessos editoriais: “A história de vida, por causa da ‘própria história’ de seus atores, é uma mensagem viva e vibrante que vem de ‘lá’, que nos conta o que significa ser um tipo de pessoa que nunca encontramos face a face<sup>45</sup>”. Eis, nas próximas páginas, uma versão de Mauro Mota.

---

<sup>45</sup> BECKER, 1994, p. 11.

## 2 CAPÍTULO 1

### 2.1 É IMPOSSÍVEL SUBSTITUIR UMA AMIZADE FRATERNAL: AS CONQUISTAS DE UM INTELLECTUAL RELACIONAL E SUJEITADO EM UMA BIOGRAFIA INTELLECTUAL DE MAURO MOTA

A tua referência à minha casa, em Olinda, que continua vazia, encheu-me de saudade. Aliás, sinto uma falta imensa do Recife. Dos amigos, das coisas, de tudo. Outro dia, falei isso longamente ao Gilberto Freyre. Tudo aqui me tem saído melhor e mais depressa de que eu esperava. Mas sinto, para ser feliz, que me falta o Recife. E as nossas conversas, os nossos passeios, a nossa convivência – como substituir toda essa amizade fraternal? Impossível. Mas não quero insistir neste aspecto sentimental. Você, que ainda não sofreu a mesma coisa, nunca compreenderá exatamente.

Álvaro Lins em carta a Mauro Mota em 23 de novembro de 1940

Em 23 de julho de 1969, *O Jornal*, do Rio de Janeiro fez uma avaliação da cena intelectual e cultural pernambucana. O texto fala da pobreza do estado, os astros que brilhavam no jornalismo, literatura, o frevo – que não impressionava os cariocas – e os 300 mil pernambucanos que moravam nas favelas da ex-capital do país, que também vivia seu ciclo de decadência sem descer do salto alto. Como diz a própria publicação, um pernambucano, o jornalista Gomes Maranhão, era o seu editor-geral. Outros recifenses brilhavam imprensa da cidade, como Lincoln Nery, Joaquim Inojosa, Wanderlino Nunes, Marcello Maranhão, Cônego João Carneiro, Nelson Rodrigues e os irmãos Nilton e Augusto. A lista é completada com outros setores: “Na indústria, como força jovem, aparecem o Alfredo Marques Viana e Gileno De Carli. Na pintura basta falar em Augusto Rodrigues, o Augustinho que domina o Largo do Boticário<sup>46</sup>”. Mas o texto é claro e provocativo; só seria vitorioso os que tivessem a disposição de mudar de cidade e se render ao Rio de Janeiro: “Acontece que muitos pernambucanos famosos não gostam de sair do Recife, como Gilberto Freyre, Mauro Mota, Luna, Paulo Cavalcanti e tantos outros. Viessem para o Rio e seriam incorporados à galeria dos vitoriosos<sup>47</sup>”. Tendo construído sua carreira na *província*, Mauro Mota desconstrói justamente esse discurso. Vitorioso, a seu modo, integrou diversas instituições estaduais, regionais e até de prestígio nacional. Sua carreira foi construída e consolidada no Recife, graças, também, a amigos como Álvaro Lins, que precisaram sair por

<sup>46</sup> Leão do Norte. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1969.

<sup>47</sup> *Ibid.*

força das circunstâncias. Saudades, lealdade e devoção são palavras que definem a ligação dos dois, interrompida somente com a morte de Álvaro, em 4 de junho de 1970.

São relações construídas com familiares (alguns distantes), com colegas de redação e com amigos de infância, que Mauro Mota, por exemplo, assume um assento na Academia Brasileira de Letras (ABL), instância máxima de consagração intelectual no Brasil na época, em 27 de agosto de 1970. No roteiro de apoios a essa conquista – além de aproximações com imortais, familiares e até gerais ligados ao regime –, está a figura do idealizador da candidatura, o amigo desde os tempos de infância, Álvaro Lins, crítico e diplomata brasileiro nascido na cidade de Caruaru, Agreste de Pernambuco, em 1912 – época em que a cidade era conhecida como “fábrica de anjos”, devido ao grande índice de mortalidade infantil. Assim como Mauro Mota, Álvaro tinha origem na sociedade açucareira, também em linha decadente. Seu pai, Pedro Alexandrinho Lins era funcionário público, nascido em Rio Formoso e descendente de um senhor de engenho – em 1911, se mudou a Caruaru, onde conhecera a mulher e mãe de Álvaro, Francisca Lins, filha de um comerciante próspero da cidade do Agreste. “À guisa de curiosidade, diga-se que a mãe de Álvaro, Francisca era analfabeta, porque naquele tempo (...) considerado ‘bem’ às mulheres de certa condição não saber ler<sup>48</sup>”, revela o pesquisador Lourival de Holanda em ensaio sobre Álvaro.

A carreira literária de Álvaro se inicia em jornais de Caruaru, como *Pra vocês*, *Ações da Notícia* e *A Defesa*. Com o auxílio do avô, vai ao Recife estudar no Colégio Salesiano, onde conhece Mauro Mota e inicia uma amizade para toda a vida. Em entrevista ao MISRJ, em 5 de novembro de 1971, Mauro revela que Álvaro foi sua grande influência literária<sup>49</sup>. No colégio, os dois tiveram seus primeiros trabalhos de poesia publicados na revista *O Colegial*. Os trabalhos eram influenciados pelos professores Oscar Mendes, posteriormente consagrado crítico em Minas Gerais, e Padre Nestor de Alencar, que também saiu do colégio e tornou-se professor da Faculdade de Filosofia de Lorena, em São Paulo: “Há muitos anos<sup>50</sup>”, registrou Mauro, “publiquei as primeiras coisas, os primeiros poemas no Colégio Salesiano, onde encontrei Álvaro Lins. Seria meu amigo fraternal do primeiro ano ginasial até a morte. Maior influência<sup>51</sup>”. A presença da amizade de Álvaro Lins continuou na juventude e transformou-se também em cumplicidade. Mauro Mota e Álvaro Lins militaram juntos em grupos políticos, foram contemporâneos no jornal *Diário da Manhã* e colegas da Faculdade de Direito do

---

<sup>48</sup> HOLANDA, L. Álvaro Lins – o crítico essencial. In: LINS, Á.; HOLANDA, L.; FRANÇA, H. **Álvaro Lins**: ensaios de crítica literária e cultural. Editora Universitária UFPE, 2007. p. 37.

<sup>49</sup> MISRJ, 1971.

<sup>50</sup> *Ibid.*

<sup>51</sup> *Ibid.*

Recife, apesar de estarem em turmas distintas: Álvaro era da turma de 1935, e Mauro da turma de 1937. As perdas e a carência financeira também uniram os dois. Álvaro, assim como Mauro, perdeu precocemente os pais e sofreu com a falência financeira do avô. Para conseguir matrícula gratuita no curso da Faculdade de Direito do Recife, em 1931, Álvaro chegou a apresentar um *atestado de pobreza*<sup>52</sup>. Os dois dividiram, além da pensão para estudantes na capital, refeições simples, por falta de recursos. Diz Mauro,

Com Álvaro Lins, quando nós terminamos os primeiros anos de faculdade, nós morávamos em pensões, vizinhos. E não tínhamos... fazíamos o seguinte: bem, vamos contratar pensão só para dormir, de tomar o café e almoço. Jantar, não. Não vamos jantar aqui, para não ficarem zangados, não tínhamos dinheiro para pagar, né? Nosso jantar habitual era ele e média. Quer dizer, o café com leite, eu sempre odiei leite. Era café com pão, com manteiga. Agora, nos grandes dias, um pedacinho de queijo de coalho. *Por falta de dinheiro?* (Entrevistador) Por falta de dinheiro total. Agora sempre de bom humor. *Passavam por você, perguntavam... estão fazendo o lanche?* Era. Era o jantar (Entrevistador) (Risos) Era. Eu me lembro uma ocasião... fazia o lanche. Uma ocasião, fui encontrado por um colega, não é? Digo... comendo umas frutas miúdas, umas pitombas e cajus. Ele disse: “Vai pedir o que para o jantar?”. Mal sabia que eu estava era jantando<sup>53</sup>.

Nos anos 1930, Álvaro Lins entrou na vida política ao participar da gestão do então governador Carlos de Lima Cavalcanti. Em 1934, o chefe do executivo o convida para a função de chefe de Gabinete Civil, em que Álvaro convocou Mauro para a função de oficial de gabinete: “Não era preciso nos deveres que estivesse exercendo integralmente as funções de oficial de gabinete. Eu já tinha essa certeza. É só desejo que nessa convivência mais íntima com Dr. Carlos, ele compreenda, de todo, o teu valor<sup>54</sup>”, revelou Álvaro em carta enviada do Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1936. Como se percebe, os cargos públicos nem sempre eram encarados como muita seriedade pelos intelectuais – que precisavam deles como fonte extra de renda para complementar o que recebiam como jornalistas. Álvaro permaneceu no governo até o Golpe de 1937<sup>55</sup>, quando assumiu a direção de redação do jornal *Diário da Manhã*, também de propriedade da família Lima Cavalcanti. É nesse momento que sua carreira começa a declinar no Recife. Além de manter uma linha editorial crítica à gestão do

<sup>52</sup> HOLANDA, 2007, p. 58.

<sup>53</sup> MISRJ, 1971.

<sup>54</sup> LINS, Á. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 13 de setembro de 1936. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp 1 doc 15,3).

<sup>55</sup> O estado de Pernambuco foi o primeiro onde a Revolução de 1930 conquistou o poder. De acordo com Luiz Delgado, a revolução no estado foi “desajudada” de qualquer força governamental, lutando simultaneamente contra o estado e União. O governador Carlos de Lima Cavalcanti negou o Golpe de 1937, maquinado pelo presidente Getúlio Vargas e lhe dando poderes dignos de um ditador. Como prêmio de consolação, Carlos de Lima Cavalcanti seguiu como embaixador do Brasil na Colômbia: “Ele bem sabia que os seus dias estavam contados no calendário ainda oculto da manobra continuísta. E começava a tomar as duas providências, inclusive a retirada do seu arquivo particular e dos móveis e livros de sua propriedade, tanto que nada disso estava mais em Palácio no dia 10 de novembro”, diz Luiz Delgado (DELGADO, 1975, p. 115).

novo governador Agamenon Magalhães – conhecido nacionalmente pela forte repressão –, sendo preso diversas vezes, Álvaro enfrentou críticas pela publicação do seu livro *A História Literária de Eça de Queirós*. O escritor português, na época, estava inserido no “*Index Librorum Prohibitorum*”, da Igreja Católica<sup>56</sup>.

Mesmo com repercussões positivas no Sul do país, a obra não foi aceita por parte da sociedade pernambucana, influenciada pela gestão conservadora estadual. Ele chegou a ser demitido de escolas particulares do Recife – entre elas, o Colégio Nóbrega –, e sua vida na capital pernambucana tornou-se insustentável. Para se ter ideia do nível de perseguição, o governador de Pernambuco, Agamenon Magalhães, alinhado com a ditadura varguista, chegou a suspender temporariamente um concurso de que Álvaro Lins participaria para catedrático de História, no *Ginásio Pernambucano*, enquanto ele fosse candidato. Foi nesse momento, por uma indicação de Gilberto Freyre e José Lins do Rêgo, em 1940, que ele se mudou para o Rio de Janeiro e assumiu a função de crítico literário no jornal *Correio da Manhã*<sup>57</sup>, onde convidou Mauro Mota e o referenciou ao dono do jornal: “Então, vens ou não vens no fim do ano ao Rio? Não admito mais evasiva. Esta é a tua hora. O Paulo Bettencourt tem também como certa a tua ‘experiência’<sup>58</sup>”. Foi na capital que a carreira decolou como crítico, professor do Colégio d. Pedro II, imortal da Academia Brasileira de Letras e chefe da Casa Civil e embaixador em Portugal no governo Juscelino Kubitschek. Mas a saudade de Recife era como a de um exilado. Um sentimento, como disse a Mauro, que ele jamais compreenderia<sup>59</sup>.

Com Álvaro Lins, assim como outros conterrâneos, como com João Cabral de Melo e Manuel Bandeira, Mauro Mota trilhou seu caminho profissional por meio de relações, sejam elas de amizade, profissionais ou mesmo familiares. Rede que lhe proporcionou cargos públicos, ascensão em empresas jornalísticas, instituições científicas e culturais, tanto para si, como para familiares, transformando-o em um *intelectual relacional*. Traço que, ao lado da *sujeição* a Gilberto Freyre, foi uma de suas características de sua identidade e lhe tornou um dos intelectuais mais importantes de Pernambuco no século XX. O filósofo chileno radicado no Brasil Vladimir Safatle defende que a sociedade é formada por “circuito de afetos”, e que as relações sociais – sejam elas políticas, de amor e de ódio – são construídas pela dicotomia do amparo e do desamparo: “É possível que uma perspectiva crítica precise atualmente partir

<sup>56</sup> HOLANDA, 2007, p. 58-59.

<sup>57</sup> *Ibid.* p. 59.

<sup>58</sup> LINS, Á. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 21 de agosto de 1942. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp3 doc 56,1).

<sup>59</sup> LINS, Á. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 23 de novembro de 1940. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp3 doc 48,4).

de uma compreensão distinta do que é uma sociedade. Talvez precisemos partir da constatação de que sociedades são, em seu nível fundamental, circuitos de afetos<sup>60</sup>”, defende Safatle, que utiliza discussões autores como psicanalista Sigmundo Freud e a filósofa Judith Bultler. “Enquanto sistema de reprodução material de formas hegemônicas de vida, sociedades dotam tais formas de força de adesão ao produzir continuamente afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida a despeito de outras<sup>61</sup>”. O poeta e jornalista recifense foi amparado e desamparado por essa rede de relacionamentos. Tal aspecto da personalidade de Mauro Mota foi revelado por amigos, como o antropólogo e médico Waldemar Valente, autor de uma das biografias do intelectual:

Era preciso muita paciência. Muito boa disposição. Muito humor, o que – diga-se de passagem – nunca faltava em Mauro. Tinha sempre uma saída segura, quando se pensava que estava num labirinto. Ninguém o engabelava. Uma resposta sempre pronta para as perguntas maliciosas. Contudo, gostava de ter a seu lado um cireneu. Um amigo com quem dividisse os atropelos e dificuldades. Achava-se mais amparado. Mais resistente aos imprevistos da profissão ou da função. A vida se tornava mais amena. Era assim no Diário. Na Escola Normal. No Joaquim Nabuco. No Departamento de Cultura. Na Academia Pernambucana de Letras. No Arquivo Público. A rigor, não precisava de nada. Era apenas a ação catalítica, da simples presença de um amigo em quem confiasse, dando-lhe ânimo e incentivo<sup>62</sup>.

É por meio dos trabalhos do filósofo Vladimir Safatle e do sociólogo Pierre Bourdieu que desenvolvemos a ideia do *intelectual relacional* em Mauro Mota. O *intelectual relacional* em Mauro Mota foi construído, além das relações afetivas, em meio às regras e aos jogos disponíveis em seu contexto histórico no campo intelectual em Pernambuco, sobretudo, entre os anos 1940 e 1980. De acordo com o sociólogo francês, Pierre Bourdieu, a estrutura do campo “é um *estado* de relação de forças entre os agentes ou as instituições que intervêm na luta ou, se vocês preferirem, de distribuição de capital específico que há sido acumulado durante lutas anteriores e que orienta as estratégias anteriores<sup>63</sup>”. Entre as características desse campo intelectual, que abriu agentes de diferentes formações e visões de mundo, figura a disposição por galgar espaços maiores nas esferas pública e privada. “O campo literário e artístico atrai e acolhe agentes muito diferentes entre si por suas propriedades e suas disposições, portanto, por suas ambições<sup>64</sup>”, diz o sociólogo, completando: “E com frequência bastante providos de confiança e de segurança para recusar contentar-se com uma carreira de

<sup>60</sup> SAFATLE, 2018, p. 15

<sup>61</sup> *Ibid.* p. 15-16

<sup>62</sup> VALENTE, 1986, p. 33.

<sup>63</sup> BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002. p. 120.

<sup>64</sup> BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese de estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 256.

universitário ou de funcionário e para enfrentar os riscos dessa profissão que não é uma profissão<sup>65</sup>”. Riscos assumidos e enfrentados por um intelectual vitorioso na província.

## 2.2 “EU ODEIO POLÍTICA”: AS ARTICULAÇÕES DE UM NOVO IMORTAL DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS DOS ANOS 1940 AOS 1970

Em entrevista ao *O Jornal*, do Rio de Janeiro, Mauro Mota elencou as dez coisas que mais detestava. Na sua lista constava cebola, mexerico, política, escrever, acordar cedo, telefone, rádio, roupa de casimira, emprestar livros e hora certa<sup>66</sup>. Os pontos poderiam até revelar traços de sua personalidade, como a falta de pontualidade, e até mesmo curiosidades: como um jornalista e poeta detestaria escrever? Mas entre eles, chama mesmo a atenção a opinião de que detestava política. A afirmação, no entanto, esconde uma trajetória intelectual marcada por posições políticas bem delimitadas, mesmo quando elas, em alguns casos, não eram externadas por ele por meio de entrevistas ou exploradas por seus biógrafos. Um silêncio que acabou ajudando a construir uma imagem de sujeito independente de articulações e até mesmo alheio à política partidária, mesmo quando essa política também poderia ser entendida com uma arte de se relacionar – com amigos e até inimigos. Seja por sua descrição, seja pela rede de apoios que tinha entre os intelectuais, como os seus biógrafos, tal aspecto jamais foi explorado, sendo colocado em segundo plano. Mauro poderia até detestar, mas era impossível a separação do campo político e intelectual no seu período.

No Brasil, há uma automização do campo intelectual a partir dos anos 1950. Um intelectual, como ele, que começou a atuar nos anos 1930 e 1940, não tinha como fugir da política partidária. De acordo com o historiador Diogo Cunha, isso só será possível a partir dos anos 1960 e 1970. Mauro é de uma geração que vive e perpassa o processo de automização do campo intelectual. Desse modo, não é estranha a sua afirmação de que “odiava” política, mesmo tendo-a praticado ostensivamente<sup>67</sup>. Além da própria fala de Mauro em entrevistas, as duas biografias já escritas sobre ele não tratam de fazer uma análise das relações políticas construídas pelo poeta recifense. Algumas delas, inclusive, ajudam a mitificar essa questão. Por exemplo, em *Mauro Mota e seu tempo*, Nilo Pereira reproduz um artigo de Waldemar Lopes que defende uma recusa, por parte de Mauro, ao imperativo das

---

<sup>65</sup> *Ibid.*

<sup>66</sup> CAVALCANTI, V. O que eles pensam, dizem, fazem. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1957.

<sup>67</sup> CUNHA, D. O campo intelectual no Brasil nas décadas de 1960 e 1970: a “estrutura cultural conservadora”, as universidades e as esquerdas. *História Unicap*, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 100-120, jan./jun. 2016. DOI: 10.25247/hu.2016.v3n5.p100-120. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/833>. Acesso em: 11 maio 2021.

boas relações políticas como ingrediente que potencializava o sucesso de uma carreira. A frase também indica que o jornalista poderia não estar atento aos temas públicos, uma vida que não se fez na política enquanto atividade partidária: “Curioso! Faltou a Mauro Mota a emoção da atividade político-partidária”<sup>68</sup>. Parte da imprensa também contribuiu com essa versão de um intelectual alheio à política. Após a morte de Mauro, em 1984, diversas matérias foram publicadas em sua homenagem. Uma delas, do *Diario de Pernambuco*, do dia 2 de dezembro de 1984, intitulada “Funcionários do hotel Flórida relembram a convivência com Mauro”<sup>69</sup>, é exemplo disso.

Nela, o recepcionista do Hotel Flórida, no Rio de Janeiro, José Afonso, ouvido pela reportagem, relembra algumas visitas de Mauro Mota e hábitos do hóspede ao que seria seu hotel favorito na cidade durante 20 anos: “O dr. Mauro parava aqui na recepção e ficava conversando comigo sobre assuntos do dia, especialmente os relacionados ao futebol e a seu time do coração, o Fluminense. Ele só não gostava de falar sobre política”<sup>70</sup>. Talvez não gostasse de falar, apenas fazer seu exercício político (quase) diário. Os primeiros registros públicos da movimentação política, de fato, de Mauro Mota foram em defesa do *Diario de Pernambuco* e da denúncia da violação dos direitos humanos no primeiro governo de Etelvino Lins, como interventor federal em Pernambuco. O jornalista participou de uma passeata cívico-pública na Praça Floriano, no Rio de Janeiro, no dia 7 de março de 1945. O movimento reuniu 10 mil pessoas e acabou marcando o fim da ditadura varguista no Brasil. No seu discurso, o qual estampou a primeira página de *O Jornal*, então importante jornal da capital brasileira, Mauro Mota chamou a atenção do atentado ocorrido na sede do *Diario*, cujo desfecho terminou em duas mortes. “Ministro da Justiça - que fizeste do estudante Demócrito Souza Filho?<sup>71</sup>”, disse o jornalista em frase estampada na capa, com sua foto. O protesto ocorreu em virtude de uma movimentação estudantil no Recife. No dia 2 de março de 1945, os estudantes da Faculdade de Direito do Recife Demócrito de Sousa Filho e Jorge Carneiro da Cunha rasgaram um retrato do então presidente Getúlio Vargas na instituição e espalharam os pedaços entre os presentes. O fato gerou uma reação da polícia e os estudantes acabaram refugiados na redação.

No dia seguinte, um comício foi realizado na sacada da empresa e, durante o discurso do sociólogo Gilberto Freyre, a Polícia de Pernambuco abriu fogo, atingindo Demócrito.

<sup>68</sup> PEREIRA, 1987. p. 211.

<sup>69</sup> FUNCIONÁRIOS do Hotel Flórida relembram convivência com Mauro. **Revista do Arquivo Público**, Edição especial em homenagem a Mauro Mota, Recife, v. 1, n. 1, jan./jun. 1983-1984. p. 169.

<sup>70</sup> *Ibid.* p. 169.

<sup>71</sup> DEMOCRACIA rediviva no comício de ontem da Praça Floriano. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 8 de março de 1945.

Outra bala acabou atingindo Manuel Elias dos Santos, também conhecido como Manuel Carvoeiro, que estava entre a população. Os dois acabaram sendo assassinados e o caso nunca foi investigado, sem apontar culpados. O *Diario* acabou empastelado e ficou fora de circulação durante 40 dias. Segundo o jornalista Luiz do Nascimento, o edifício do jornal foi ocupado pela polícia militar, “sendo apreendidas as matrizes da edição do dia 4, e presos, à saída da redação, o repórter Hélio Pinto, às 11 horas da noite; e o redator-chefe Aníbal Fernandes, às dois e meia da madrugada<sup>72</sup>”. Outros redatores foram conduzidos à Casa de Detenção, mas foram liberados pela manhã. Meses depois, também em *O Jornal*, em extenso artigo na edição de 8 de setembro de 1945, Mauro Mota afirma que em Pernambuco vigorava a “lei da *jungle*” (“selva” em inglês). Além de tratar do crime contra o estudante Demócrito de Sousa Filho, ele trata da perseguição do governo ao *Diario* e ao chefe de redação, Aníbal Fernandes, que foi alvo de atentado criminoso na porta de casa, no bairro de Boa Viagem, no Recife. No jornal publicado na capital do país, Mauro Mota defere diversos ataques a Agamenon Magalhães e Etelvino Lins, que se reversavam no poder em Pernambuco durante a presidência de Getúlio Vargas logo após a queda de Carlos de Lima Cavalcanti.

O jornalista, jurista e político pernambucano Antônio Andrade de Lima Filho afirma que o afastamento do *Diario* ao grupo político de Agamenon Magalhães também tem relação com o posicionamento do empresário e jornalista Assis Chateaubriand, então proprietário do jornal, contra o início da fase ditatorial do presidente Getúlio Vargas. O jornalista chegou a afirmar que, em novembro de 1937, ano do início do Estado Novo (1937-1945), “um pedaço de noite medieval houvesse caído sobre nós. Civilização e cultura brasileiras entraram em crepúsculo”<sup>73</sup>. Os desencontros políticos durante a oposição do *Diario* foram, também, protagonizados por velhos conhecidos. O jornalista Aníbal Fernandes e Agamenon Magalhães foram colegas e contemporâneos de Seminário em Olinda, apesar de ambos não terem seguido carreira religiosa. O avô de Mauro Mota, o professor de geografia e diretor do *Ginásio Pernambucano*, João Feliciano da Motta Albuquerque, foi colega de magistério na instituição com Agamenon Magalhães<sup>74</sup>. “A maioria silenciosa começava então a quebrar o mutismo, pondo a cabeça fora do ‘underground’. Ao impacto das forças democráticas que demoliam, uma após outra, as bastilhas do nazi-fascismo, ela criava alma nova<sup>75</sup>”.

<sup>72</sup> NASCIMENTO, L. do. **História da imprensa de Pernambuco, 1821-1954**: Diário de Pernambuco. Imprensa Universitária Universidade Federal de Pernambuco, v. 2, 1966. Disponível em: [https://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/historia\\_da\\_imprensa\\_v02.pdf](https://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/historia_da_imprensa_v02.pdf). Acesso em: 10 maio 2021. p. 167

<sup>73</sup> LIMA FILHO, A. A. **China Gordo**: Agamenon Magalhães e sua época. Recife: Ed. Universitária, 1976. p. 93.

<sup>74</sup> LIMA FILHO, 1976, p. 36.

<sup>75</sup> LIMA FILHO, 1976, p. 98.

O enfraquecimento do poder central e o distanciamento da publicação da capital favorecem a agressividade no artigo. O jornalista associa explicitamente os dois políticos ao fascismo, cujo projeto foi parcialmente derrotado com o fim da Segunda Guerra (1939-1945). Ataca, ainda, o jornalista: “Neste ano de 1945, voltamos, impelidos pela brutalidade fascista, que aqui sobrevive às atas de Berlim e do Missouri, ao primitivismo da selva. E vivemos - se isto é viver - expostos permanentemente a todos os seus perigos<sup>76</sup>”. Mauro Mota também enumera diversas notícias publicadas no jornal *Folha da Manhã*, alinhado ao governo e de propriedade de Agamenon Magalhães, que incitam a violência contra o *Diario* e seu diretor. Entre as chamadas, duas atraem a atenção. A primeira delas, publicada no dia 4 de julho de 1945, afirma, em referência aos jornalistas da oposição: “Que a terra lhes seja leve<sup>77</sup>”. A segunda ataca diretamente Aníbal Fernandes. “O jornalista alugado Aníbal Fernandes é o inimigo número um da cidade e do povo heroico de Pernambuco<sup>78</sup>”. Etelvino Lins, então chefe da polícia de Agamenon, teria agredido diversas vezes Aníbal, além de censurar o jornal que ele dirigia, proibindo a publicação de seu nome e suas fotos. “O sr. Aníbal Fernandes foi preso várias vezes, submetido a interrogatório por investigadores à presença do sr. Etelvino e por este agredido e ameaçado<sup>79</sup>”, denuncia. “É desse tempo a já hoje famosa declaração do então chefe de polícia ao diretor do ‘Diario’: ‘Manda quem pode<sup>80</sup>’”. O artigo de Mauro Mota aumenta o tom quando compara o governo de Agamenon ao líder nazista Adolf Hitler. Prossegue:

Hitler não está vivo na Europa, como ainda ontem, à tarde, noticiava a folha do governo com tanto espalhafato e traíndo seu regozijo. Na Europa, Hitler está morto. Hitler está vivo é no Recife. Hitler está agindo nas ruas e nas praias deste velho burgo. O plano dele é silenciar a voz secular deste grande jornal, que sempre o combateu nos seus planos totalitários de escravização. Esta graúda voz secular sempre a serviço das grandes causas libertárias. Não o conseguireis jamais, ó Hitler!<sup>81</sup>

Apesar do ataque e a referência negativa ao nazismo, o próprio Mauro Mota, ao lado do amigo Álvaro Lins, e mais do que eles, Andrade Lima Filho, militaram na juventude da Ação Integralista Brasileira (AIB), cuja inspiração também provinha do movimento nazifascista. O movimento de direita atraiu diversos jovens brasileiros nos anos 1930, entre eles os estudantes da Faculdade Direito do Recife. Em um estudo sobre o movimento em

<sup>76</sup> MOTA, M. Antecedentes do crime da Boa Viagem. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1945.

<sup>77</sup> *Ibid.*

<sup>78</sup> *Ibid.*

<sup>79</sup> *Ibid.*

<sup>80</sup> *Ibid.*

<sup>81</sup> MOTA, 1945.

Pernambuco, Márcio André Martins Moraes cita o que seriam os “primeiros camisas verdes da província de Pernambuco”<sup>82</sup>. Em foto de um congresso realizado com jovens do movimento estão, além de Mauro Mota, Álvaro Lins, Gilberto Osório de Andrade, Fernando Mota e João Roma, entre outros. No braço de todos, que vestiam camisas verde e calças brancas, há um símbolo que lembra a suástica nazista<sup>83</sup>. O político de esquerda e intelectual pernambucano Paulo Cavalcanti no livro *Homens e ideias do meu tempo*, relata que conheceu Mauro Mota nas fileiras do movimento da extrema direita no início do século XX no Recife: “Conheci Mauro Mota logo depois da Revolução de 30, quando os jovens de nossa idade despertavam para os problemas políticos do país, pegando em armas. As frustrações da Revolução de 30 deixaram marcas em cada um de nós<sup>84</sup>”.

Ao se referir ao Integralismo, o próprio Paulo Cavalcanti avalia que tal militância foi “impensada” e que uma geração de intelectuais se envolveu com o movimento. “Uma geração de moços intelectuais viu-se envolvida nas malhas do fascismo, acreditando em suas promessas. Era a geração de Álvaro Lins, de Gilberto Osório de Andrade, de Andrade Lima Filho, de Arnóbio Graça, de Mauro Mota<sup>85</sup>”. Em biografias produzidas sobre Mauro Mota, realizadas por amigos próximos ao poeta, como Nilo Pereira e Waldemar Valente, esse tema sequer é abordado. Paulo Cavalcanti diz que ele e outros de sua geração pagaram pela militância. “(Jovens) de alma leve, buscavam caminhos diferentes para solucionar velhos problemas sociais. Eu me filiei a essa geração. E paguei, como os outros, o preço de uma militância impensada<sup>86</sup>”. Mauro Mota também, aparentemente, após a crítica a Etelvino Lins, aproxima-se dele tempos depois, quando foi eleito governador de Pernambuco, em um bloco de direita, em 1952. O detalhe é que Etelvino, politicamente, acabou saindo vitorioso de uma disputa com então político de esquerda Osório Borba, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Pelo seu histórico pessoal, avalia-se que, ideologicamente, nessa disputa, Mauro Mota, que tinha militado em um movimento de direita, mantinha mais proximidade pragmática com o ex-adversário e governador eleito. No ano seguinte, chegou a acompanhar o novo mandante do estado em uma comitiva com ao governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez. A programação incluiu visitas a fábricas, à sede do governo, jantares e outros compromissos. Outros jornalistas marcaram presença, como Gilberto Osório de Andrade, Mucio Uchôa

---

<sup>82</sup> MORAES, M. A. M. de. A importância do sentimento religioso para interiorização do integralismo em Pernambuco nos anos 1930: o caso do município de Garanhuns. *Paralellus*, Recife, v. 5, n. 9, p. 9-24, jan/jun. 2014. DOI: 10.25247/paralellus.2014.v5n9.p9-24. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/335/pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

<sup>83</sup> *Ibid.* p. 13.

<sup>84</sup> CAVALCANTI, P. *Homens e ideias do meu tempo*. Recife: Nordestal, 1993. p. 109

<sup>85</sup> *Ibid.* p. 109

<sup>86</sup> *Ibid.* p. 109

Cavalcanti e Luiz Beltrão, presidente da Associação Pernambucana de Imprensa, e José Bezerra Honorato de Freitas<sup>87</sup>.

Mas foi décadas depois que Mauro Mota colheu um dos maiores frutos de sua intensa articulação política. A noite de 9 de janeiro de 1970 marcou um novo passo na carreira do poeta e jornalista recifense. Era outro tempo. Não estava mais na oposição, e sim na situação, sobretudo no apoio ao regime militar de 1964. Por meio da mulher Marly Mota<sup>88</sup>, em seu quarto, no Hotel Flórida, no bairro do Flamengo, na cidade-estado da Guanabara (atual município do Rio de Janeiro), ele recebeu a notícia de que, a partir daquele dia, seria o mais novo imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), ocupando a cadeira 26 deixada pelo diplomata e intelectual sergipano Gilberto Amado. A escolha do nome do pernambucano foi anunciada por volta das 17h30, pelo presidente da Academia, Austregésilo de Athayde, quando foi permitida a entrada da imprensa após o tradicional chá das 5h da Casa de Machado de Assis. A vitória contra o professor catedrático de Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Thiers Martins, foi garantida por 21 votos contra 16, estando 20 imortais presentes na eleição<sup>89</sup>, e tendo 17 votado por carta. Duas cadeiras estavam vagas e o recém-eleito imortal Odilon Costa Filho não votou por ainda não ter sido empossado. O quadro completo da academia era de 40 imortais<sup>90</sup>. Em uma demonstração de prestígio, boa parte dos imortais que participaram da eleição foram dar seus cumprimentos a Mauro Mota no hotel. Entre os visitantes, estavam o presidente da casa, Austregésilo de Athayde, João Cabral de Melo Neto, Adonias Filho, Raimundo Magalhães Júnior, José Condé, Ivan Lins, Peregrino Júnior, Marques Rebelo, José Honório Rodrigues e Levy Carneiro, o membro mais velho da academia, então com 88 anos<sup>91</sup>.

---

<sup>87</sup> VISITA oficialmente São Paulo o governador eleito de Pernambuco. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de novembro de 1952.

<sup>88</sup> MAURO Mota, o novo imortal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 de janeiro de 1970.

<sup>89</sup> Na votação, compareceram os acadêmicos Austregésilo de Athayde, João Cabral de Melo Neto, Adonias Filho, Marques Rebêlo, Levi Carneiro, Ivan Lins, Abgar Renault, Joraci Camargo, Magalhães Júnior, Peregrino Júnior, Pedro Calmon, Deolindo Couto, Elmano Cardim, Afonso Arinos, Silva Melo, Cândido Mota Filho, Hermes Lima, José Honório Rodrigues, Aurélio Buarque de Holanda e Alceu Amoroso Lima (O GLOBO, 1970)..

<sup>90</sup> PERNAMBUCANO Mauro Mota, o novo imortal. **O Jornal**, sexta-feira, 9 de janeiro de 1970.

<sup>91</sup> O ESTADO DE S. PAULO, 1970.

**Figura 3 - Finalmente imortal: Mauro Mota e seu fardão na Academia Brasileira de Letras.**



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

A Academia Brasileira de Letras (ABL) é uma instituição criada, no Rio de Janeiro, no final do século XIX, por um grupo de intelectuais que incluía nomes como Olavo Bilac, Graça Aranha, Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa. Seu primeiro presidente foi o escritor Machado de Assis. Seu quadro compõe 40 membros efetivos e perpétuos, além de 20 sócios correspondentes estrangeiros. A princípio, tem como objetivo o cultivo da língua portuguesa e da literatura nacional, mas também se destacou pela presença de figuras políticas, como os presidente Getúlio Vargas, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e o seu vice Marco Maciel, que produziram, em alguns casos, uma obra intelectual considerável. Passaram pela academia nomes como Ariano Suassuna, Jorge Amado e Rachel de Queiroz. Nos anos 1970, apesar de estar em franca decadência, ainda era uma local importante de sociabilidade e de consagração. Enquanto instituição, no século XX, ganhou destaque pelo financiamento e

aliança com o regime militar, recebendo benesses e contribuindo publicamente os militares em uma agenda positiva com a intelectualidade.

À imprensa, no dia da eleição, Mauro Mota usou poucas palavras para tratar da vitória: “Orgulhoso por ter obtido a confiança da Academia<sup>92</sup>”. Na época, Mauro Mota foi o quinto jornalista do *Diário de Pernambuco* a ingressar na instituição. Antes dele, passaram pelo jornal o próprio Gilberto Amado, Aníbal Freire, Artur Orlando e Assis Chateaubriand<sup>93</sup>. Antes de ocupar a vaga de Gilberto Amado, Mauro Mota foi cotado para o assento de Múcio Leão, intelectual pernambucano nascido no Recife, em 17 de fevereiro de 1898, e morto no Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1969. Em carta datada de 25 de agosto de 1969, Oscar de Azevedo Brandão, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, relata que teve um encontro com Múcio Leão, e que ele, antes de morrer, teria revelado o desejo de que Mauro Mota fosse candidato a uma das vagas na Academia. Então, Oscar sugeriu que Mauro se candidatasse à vaga como uma homenagem póstuma: “Querido Mauro Mota, permita a liberdade, preste uma homenagem a Mucio Leão, ocupando sua cadeira, para honra e glória não só de Pernambuco, como do Brasil<sup>94</sup>”.

Apesar do estilo discreto do poeta pernambucano, a eleição já estava garantida, tanto é que em outubro do ano anterior, Mauro já havia declarado à imprensa que não aguardava outro resultado senão a vitória<sup>95</sup>, desfecho resultado de uma articulação bem feita. Na época, o candidato contava com três grandes aliados imortais na instituição: o amigo de infância Álvaro Lins e os primos João Cabral de Melo Neto e o Manuel Bandeira. O primeiro voto da vitória foi de João Cabral de Melo Neto<sup>96</sup>, cujo apoio Mauro Mota pediu por correspondência, no ano anterior, identificando-se como o bisavô dos dois em comum, mais conhecido como Seu Melo das Tabocas. A resposta de João Cabral, enviada por meio de telegrama em 3 de setembro de 1969, foi positiva: “Acabo de receber um telegrama de nosso bisavô pedindo meu voto para você na vaga de Gilberto Amado<sup>97</sup>”, ao completar com humor o pedido do parente: “Como não sei em que círculo do céu, purgatório ou inferno posso localizar ‘seu’ Melo de Tabocas, escrevo diretamente a você para dizer que pode contar com o meu voto.

<sup>92</sup> O ESTADO DE S. PAULO, 1970.

<sup>93</sup> JORNAL em poucas palavras. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1970..

<sup>94</sup> BRANDÃO, O. A. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 25 de agosto de 1969. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp69 doc 1470,1).

<sup>95</sup> MAURO Mota espera entrar na Academia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 de outubro de 1969.

<sup>96</sup> O ESTADO DE S. PAULO, 1970.

<sup>97</sup> MELO NETO, J. C. de. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. Barcelona, 3 de setembro de 1969. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp69 doc 1472). Telegrama.

Votarei não só no primo e no amigo mas no poeta que muito admiro<sup>98</sup>”. A relação de parentesco dos dois e o episódio pitoresco, por cartas, foi relevado pela imprensa da época<sup>99</sup>. Porém, o projeto de candidatura já vinha sendo gestado “em família” um ano antes. Em correspondência de 9 de setembro de 1968, João Cabral agradeceu os votos de congratulação de Mauro Mota por sua entrada na academia e deixou claro que seu nome teria espaço entre os acadêmicos.

“Recebi, ainda no Recife (já respondi agradecendo), ofícios de Gilberto e de Delgado, em uma reunião do Conselho de Cultura e da Academia, congratulando-me, por proposta sua, com minha eleição para a vaga de Chateaubriand<sup>100</sup>”, revela João Cabral, que foi eleito em 15 de agosto de 1968 e tomou posse em 6 de maio de 1969 para a cadeira deixada pelo jornalista Assis Chateaubriand. “Como você foi o quem deu as duas propostas, aqui estou para lhe agradecer. Não lhe disse nada naquele dia na Câmara de Deputados, onde apenas o intuir, porque só depois é que recebi os ofícios<sup>101</sup>”. Na carta, cujo conteúdo ainda trata de questões de família – como um concurso do filho de Mauro Mota, o antropólogo Roberto Motta ao Itamaraty – João Cabral, que era diplomata, agradeceu o primo e deixou a entender que poderia trabalhar por sua candidatura. “Muito obrigado, meu caro, e vá se preparando para se candidatar também. Seu nome tem grande receptividade e creio que, se você se lançar, seria muitíssimo bem recebido<sup>102</sup>”. Outro primo de Mauro Mota na Academia era o poeta Manuel Bandeira, cujo parentesco foi lembrado pelo próprio Mauro em correspondência poucos anos da eleição à Academia Brasileira de Letras.

“Acuso o recebimento de sua carta de 12 de setembro<sup>103</sup>”, diz Manuel Bandeira. “Coincidência curiosa: ao mesmo tempo em que ela chegava às mãos o Aderbal Cabral de Melo (o Britinho, como é mais conhecido) me mandava uma papelada explicando o meu parentesco de primo com o João Cabral e com você<sup>104</sup>”, registra Bandeira, afirmando que a

<sup>98</sup> MELO NETO, J. C. de. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. Barcelona, 3 de setembro de 1969. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp69 doc 1472). Telegrama.

<sup>99</sup> Em matéria do jornal **O Globo**, do então estado da Guanabara, em 9 de janeiro de 1970, João Cabral de Melo Neto revelou o pedido de Mauro Mota. João Cabral contou que ainda estava em Barcelona, no Consulado do Brasil, quando recebeu o seguinte telegrama: “Quero seu voto para Mauro, porque quero dois ‘bisnetos’ na Academia. A) ‘Seu’ Melo do Engenho da Taboca” (bisavô de Mauro e João, já falecido). Reconhecendo a brincadeira do primo, João Cabral respondeu assim: “Como não sei em que círculo do céu, inferno ou paraíso posso localizar ‘Seu’ Melo das Tabocas, mando-lhe o voto por seu intermédio” (O GLOBO, 1970).

<sup>100</sup> MELO NETO, M. M. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 9 de setembro de 1968. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp 65 doc 1403).

<sup>101</sup> *Ibid.*

<sup>102</sup> *Ibid.*

<sup>103</sup> BANDEIRA, M. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 13 de dezembro de 1966. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp62 doc 1331).

<sup>104</sup> BANDEIRA, M. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 13 de dezembro de 1966. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp62 doc 1331).

mesma carta escrita deveria ser enviada à tia de Mauro Mota, Maria do Carmo Mota Albuquerque. “Eu, você e João Cabral somos primos<sup>105</sup>”, lembra o autor de *Evocação do Recife*, antes de fazer referências aos graus de parentesco dos três poetas nascidos no Recife: “Só que vocês dois em grau menor afastado de que eu sou de vocês, porque vocês descendem de Ângela Felícia Lins de Albuquerque (que casou com Francisco Cabral de Melo) e eu de Maria Cândida Lins de Albuquerque Carneiro da Cunha, irmã de Angêla Felícia<sup>106</sup>”. A correspondência termina em tom efusivo e uma provocação sobre o papel dos três na poesia pernambucana: “Sim, meu caro Mauro, somos primos e dominamos a poesia pernambucana, danem-se os desafetos!<sup>107</sup>”. A relação dos primos foi decisiva não somente na eleição<sup>108</sup>. Manuel Bandeira, nascido no Recife, mas residente no Rio de Janeiro, era, ao lado do pernambucano Olegário Mariano, o responsável na Academia Brasileira de Letras pelo Prêmio Olavo Bilac. Mauro Mota foi vencedor do prêmio com o livro *Elegias*, 1952<sup>109</sup>. A premiação lhe conferiu, pela primeira vez, projeção nacional e foi decisiva para entrada na academia posteriormente.

As relações de Mauro Mota no círculo intelectual eram fruto de um espaço de força e de poder, até porque parte desses parentes e amigos eram prestigiados por altos cargos em órgãos públicos e instituições científicas e culturais, formando uma rede de apoio afetiva e ao mesmo tempo familiar, que lhe proporcionou, sobretudo, ascensões social e no meio intelectual. “Há sempre uma positividade a dar às estruturas de poder sua força de duração. Poder é, sempre e também, uma questão de promessas de êxtase e de superação de limites. Ele não é só culpa e coerção, mas também esperança e gozo<sup>110</sup>”, destaca Vladimir Safatle, que trata também dessas relações sociais como uma demanda de amparo pelo outro, que não é necessariamente uma relação de sujeição. O desamparo, no entanto, não se reflete obrigatoriamente em cooperação, mesmo porque esse é o momento em que o sujeito, despossuído, mantém uma relação com o outro em que pode ou não ter o seu desejo/pleito atendido: “Ou seja, ligar-se a outros não é apenas confirmar-se em suas predicções supostas,

---

<sup>105</sup> *Ibid.*

<sup>106</sup> *Ibid.*

<sup>107</sup> *Ibid.*

<sup>108</sup> As relações de parentesco de Mauro Mota e Manuel Bandeira foram exploradas por Mauro Mota em livros publicados pelo poeta recifense. A carta sobre o parentesco, inclusive, foi republicada no livro *Manuel Bandeira ou algumas variações em torno de Evocação do Recife e profundamente* (1978), de Mauro Mota.

<sup>109</sup> SOBRINHO, B. L. Mauro Mota. *Revista do Arquivo Público*, Recife, ed. spe., v. 1, n. 1, jan./jun., 1983-1984. p. 106.

<sup>110</sup> SAFATLE, 2018. p. 20.

mas é estar em contínua despossessão por ter algo fundamental de mim em outro que não controlo, que não saberei como responderá ou se responderá<sup>111</sup>”, defende. Segundo o autor,

Por isso, a relacionalidade própria à condição humana não pode ser compreendida como garantia de cooperação. Que a despossessão possa aparecer também como expressão máxima de uma vulnerabilidade produzida pela insegurança social e civil a ser politicamente combatida com todas nossas forças, já que a produção de um não ser social, isso não elimina a necessidade de uma política capaz de quebrar a substancialização do “individualismo possessivo” através da afirmação da produtividade de situações de insegurança ontológica<sup>112</sup>.

Mas, dos três, o maior incentivador da candidatura de Mauro Mota à Academia Brasileira de Letras foi o crítico literário e também imortal Álvaro Lins. A candidatura, inclusive, foi ideia de Álvaro<sup>113</sup>, porém, nas correspondências dos dois no acervo da Fundaj, não há registros sobre os bastidores da eleição para a Academia. Antes da entrada na Academia Brasileira de Letras, os dois participaram de clubes literários no Recife. Associações que proferiam *status* a quem integrava. Assemelhando ao que aconteceu na Casa de Machado Assis, foi Álvaro que inseriu Mauro Mota em clubes literários, a exemplo da Academia Recifense de Letras e o Silogeu de Pernambuco. Relata Mauro:

(Pertenci ao) Recifense de Letras e Silogeu Pernambuco. Sendo do Silogeu eu consegui ser sócio correspondente em Tejipió, no subúrbio do Recife, onde morava minha avó. Mas numa tarde, com um colega de faculdade, com quem eu havia brigado, levou um mapa para a sessão. Abriu o mapa. Não era sócio efetivo. Compreendeu? Sócio correspondente em Tejipió, o que eu havia conseguido, embora Álvaro Lins tivesse proposto efetivo. Um colega que eu havia brigado levou o mapa para a sessão, abriu, provou que Tejipió era Recife. Assim fui expulso, perdi. Foi minha primeira frustração acadêmica<sup>114</sup>.

Mauro Mota seria recepcionado por Álvaro Lins, na Academia. Porém, a morte prematura do amigo, em 4 de junho de 1970, impediu que a recepção fosse feita por ele e o discurso ficou inacabado<sup>115</sup>. No lugar de Álvaro, Mauro Mota foi recebido pelo imortal Adonias Filho. Em artigo publicado na imprensa nacional, Mauro lamentou a morte do amigo e destacou sua participação na eleição: “Álvaro Lins morreu. Morro um bocado com ele, pois a gente não se acaba de vez. Acaba-se gradualmente com os episódios vividos, com as coisas e as criaturas que ama<sup>116</sup>”, lamentou. “Foi o crítico e foi o amigo firme e leal. Durante a

<sup>111</sup> *Ibid.* p. 56.

<sup>112</sup> SAFATLE, 2018, p. 56.

<sup>113</sup> MAURO Mota vai tornar-se imortal na quinta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1970.

<sup>114</sup> MISRJ, 1971.

<sup>115</sup> MORREU Álvaro Lins. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 de junho de 1970.

<sup>116</sup> MOTA, Mauro. Amigo firme e leal. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 9 de junho de 1970.

minha recente campanha de eleição para a A.B.L., lutou a meu favor mais do que o fizesse por ele mesmo<sup>117</sup>”, completou. Um fato bastante considerável é que, no dia da eleição de Mauro Mota, por meio da análise de jornais do período, é possível observar uma aproximação política de Mauro Mota com o regime militar de 1964. Segundo matéria do jornal *O Globo*, de 9 de janeiro de 1970, mesmo sem ainda fazer parte do quadro da Academia, o general Aurélio Lyra Tavares, junto com a mulher Dona Isolina Lyra Tavares, acompanharam os imortais que foram ao Hotel Flórida, no Flamengo, cumprimentar o novo companheiro<sup>118</sup>.

“Tão logo terminou a eleição, os acadêmicos presentes se dirigiram ao Hotel Flórida, no Catete, para homenagear o novo acadêmico. O general Lyra Tavares compareceu ao hotel<sup>119</sup>”, registrou a reportagem. O general estava candidato à Academia para a vaga deixada por Múcio Leão e concorreria com o poeta alagoano Lêdo Ivo, que acabou derrotado na disputa, e só posteriormente foi eleito imortal em outra eleição em meados da década de 1980. Em artigo publicado, o historiador Diogo Cunha, estudioso da relação dos militares e líderes de governo e a Academia Brasileira de Letras durante regime militar-civil de 1964, traz referências de que o general Lyra Tavares jamais pensaria atingir a imortalidade. O autor também entrevistou o poeta Lêdo Ivo, que foi derrotado em primeira eleição contra o general e defendeu a interferência do regime na eleição: “A relação da Academia Brasileira de Letras com a ditadura brasileira foi ambígua. Ao mesmo tempo em que o Austregésilo procurava os militares para defender o Carlos Nejar ele precisava dos militares<sup>120</sup>”, criticou o alagoano. “Por exemplo, esse prédio que a gente está foi doado pelo Médici, né? O Médici deu. O chefe da Casa Civil era o Leitão de Abreu, cunhado de Lyra Tavares, Ministro da Guerra, que a Academia elegeu<sup>121</sup>”, completou. Segundo Lêdo Ivo, a disputa com Lyra Tavares era considerada uma vitória garantida por sua parte, mas que o jogo acabou mudando por conveniências políticas. O poeta alagoano esperava ganhar com mais de 25 votos: “Então minha situação mudou nas últimas semanas, mudou de repente. Começou o rumor que a Academia precisava de uma vaga para dar urgentemente ao general Lyra Tavares<sup>122</sup>”. Na

---

<sup>117</sup> *Ibid.*

<sup>118</sup> MAURO Mota eleito para Academia no 1º escrutínio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1970.

<sup>119</sup> *Ibid.*

<sup>120</sup> CUNHA, D. Intelectuais conservadores, sociabilidade e práticas da imortalidade: a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964-1979). *História Unisinos*, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 544-557, set./dez. 2014. DOI: 10.4013/htu.2014.183.06. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.183.06/4377>. Acesso em: 11 maio 2021. p. 551.

<sup>121</sup> *Ibid.* p. 551.

<sup>122</sup> *Ibid.* p. 551.

entrevista ao historiador Diogo Cunha, ele relatou, ainda, que se envolveu, sem saber, em umas das maiores conspirações que já houve na academia.

Durante o regime, a ditadura teve na Academia um lugar aglutinador da *intelligentsia conservadora*. O historiador Diogo Cunha fez uma análise prosopográfica dos membros da Casa de Machado de Assis, entre os anos de 1961 e 1979, e concluiu que eles participavam de uma rede de sociabilidade conservadora. Desses 71 imortais analisados no período, boa parte era formada em Direito, assim como Mauro Mota, e escrevia em jornais. Segundo o historiador, o imortal dos anos 1960 e 1970 nasceu entre o fim do século XIX e início do XX, e teve a Semana de Arte Moderna um impacto importante em sua formação. Além disso, o engajamento político desse intelectual refletia o apoio aos regimes, autoritários ou democráticos, que se alinhassem a uma virtual realidade brasileira. “Finalmente, trata-se de um político, tendo assumido responsabilidades que podiam ir de um cargo de confiança até ministérios ou governos de Estado<sup>123</sup>”, relata o estudioso. “O intelectual conservador dos anos 1960 e 1970 era, ao mesmo tempo, escritor, jornalista e político<sup>124</sup>”. Sobre o ambiente da academia, o historiador defende que, embora a maioria dos imortais estivessem silenciosos no momento do Golpe de 1964, “é difícil imaginar que eles não tenham se rejubilado com a intervenção dos militares<sup>125</sup>”. O apoio branco da Casa rendeu benefícios financeiros, sobretudo às relações com os generais do governo.

O lançamento da candidatura do general Lyra Tavares, que saiu vitorioso no ano de 1970, colaborou incisivamente para a realização de um grande sonho da Academia Brasileira de Letras: a construção do Centro Cultural do Brasil, mais tarde chamado de Palácio Austregésilo de Athayde, em 1999. Nesse período, houve uma intensa troca de correspondências entre o presidente da Academia, Austregésilo de Athayde, o ministro da Educação, Jarbas Passarinho, e o imortal Lyra Tavares para a aprovação do financiamento para a construção do edifício por parte do presidente Emílio Garrastazu Médici. O terreno já havia sido doado pelo presidente marechal Castelo Branco em 1967. A intenção da academia era construir um edifício que lhe rendesse capital para financiamento das atividades dos imortais. “Contudo, é apenas em 1974 que Athayde consegue dar o próximo passo. Ele aproveita um encontro com o novo presidente da República, o general Ernesto Geisel, para falar do projeto da ABL<sup>126</sup>”. Um empréstimo foi autorizado pela Caixa Econômica em 15 de maio de 1975. Porém, a especulação de uma possível vitória do ex-presidente Juscelino

---

<sup>123</sup> CUNHA, 2014, p. 547.

<sup>124</sup> *Ibid.* p. 547.

<sup>125</sup> *Ibid.* p. 547

<sup>126</sup> *Ibid.* p. 553

Kubitscheck, desafeto dos militares, para a cadeira deixada pelo acadêmico Ivan Lins, morto no dia 16 de junho de 1975, fez surgir rumores sobre o cancelamento do financiamento.

Austregésilo de Athayde teria atuado junto aos acadêmicos para evitar a vitória, o que se consagrou. Juscelino foi derrotado por 20 votos contra 18 pelo escritor baiano Bernardo Élis, que fez oposição ao Golpe de 1964. O historiador Diogo Cunha relata que outros aliados do regime tomaram posse durante de ditadura, assim como outros de esquerda. Ele destaca o caso de Miguel Reale, eleito em 1975, para a vaga deixada por Fernando de Azevedo, e a escritora Rachel de Queiroz, que sucedeu Cândido Mota Filho. “Ela derrotou o célebre jurista Pontes de Miranda em uma eleição polêmica: na ocasião, ele declarou que a vitória foi do governo, mais especificamente do Conselho Federal de Cultura, ‘sucursal da ABL (Jornal do Brasil, 1977)<sup>127</sup>”. Rachel de Queiroz, intelectual de direita, enviou uma carta pedindo a Mauro Mota apoio para sua candidatura e recebeu uma resposta mais que positiva: “Lamentei o desencontro por telefone, mas o nosso encontro já tinha ocorrido tão perto vivo dos seus livros e passei a viver de sua candidatura, pois começa – e de jeito começou!<sup>128</sup>”, disse em resposta em carta datada em 4 de março de 1977. “Nova fase na literatura e na valorização da academia<sup>129</sup>”, completou. “Com ou sem a sua carta, o meu voto seria seu. (Palavra ilegível) o logo para que seja o primeiro e também em homenagem a Quixadá. Peço-lhe mandar ordens para o seu muito amigo, admirador, leitor e eleitor<sup>130</sup>”.

Em um dos poucos registros de pedidos de votos na correspondência de Mauro Mota sobre sua candidatura à Academia está o do escritor baiano Jorge Amado, ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em carta enviada de Salvador ao pernambucano, em 26 de janeiro de 1970, Jorge Amado afirma que não pôde atender ao pedido de Mauro Mota, comprometendo-se com a candidatura do adversário Thiers Martins. “Espero que você tenha recebido meu telegrama de parabéns. Só soube de sua candidatura em Lisboa, já de volta para o Brasil e comprometido com o Thiers, mas quero que você saiba de minha alegria de tê-lo como colega na Academia<sup>131</sup>”. A receptividade de Rachel de Queiroz e a rejeição de Jorge Amado, mesmo em um tom de respeito, revelam que as candidaturas, nos bastidores, ocorriam intensamente, como uma verdadeira campanha “política”. Além da Academia Brasileira de Letras, Mauro Mota integrou outras instâncias de poder estreitamente

<sup>127</sup> CUNHA, 2014, p. 554.

<sup>128</sup> MOTA, M. [Correspondência]. Destinatário: Rachel de Queiroz. [S. l.], 4 de março de 1977. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CEP 18 doc 351,1).

<sup>129</sup> *Ibid.*

<sup>130</sup> *Ibid.*

<sup>131</sup> AMADO, J. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 26 de janeiro de 1970. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp75 doc 1605).

relacionadas ao regime militar. Por meio dessas relações, conquistou diversos espaços em instituições científicas e culturais, e até espaço entre os jornalistas do grupo *Diários Associados*, quando fez campanha contra a gestão dos interventores federais em Pernambuco Etelvino Lins e Agamenon Magalhães na capital federal, em meados dos anos 1940.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu defende que o *campo intelectual* depende tanto das lutas internas como das sanções externas, e que as disputas que ocorrem no campo, apesar de independentes *em princípio*, são relacionadas *em seu desfecho* com a correspondência que mantêm com as lutas externas e os apoios inerentes a elas – as que se desenvolvem em seu campo de poder ou no campo social em seu conjunto<sup>132</sup>. Ao tomar posições políticas, em determinados momentos, Mauro Mota também acaba se colocando ao lado das sanções de seu campo intelectual, que compartilha em momentos específicos e que muda de acordo com o contexto social.

### 2.3 CINCO PROVAS NO FARDÃO: UMA ANÁLISE DAS CORRESPONDÊNCIAS E DA SUJEIÇÃO INTELECTUAL DE MAURO MOTA A GILBERTO FREYRE

Foram, no mínimo, cinco provas do fardão junto ao alfaiate Orlando Pena, no Rio de Janeiro. Após tirar as medidas do freguês, o alfaiate fez de tudo para que o roupão ficasse bem moldurado no corpo de Mauro Mota. Afinal, não se usava camisa sob ele e toda a costura era desfeita a fim de serem confeccionados, no próprio pano, os bordados em fios de ouro. A roupa foi confeccionada em casemira especial, forrada em seda, ambas pretas. Além do fardão, que era a peça mais trabalhada, também havia o chapéu em estilo Napoleão, também preto com fios de ouro e plumas de avestruz. A pelerine, a capa usada sobre a roupa, também era de casemira preta. Todo esse trabalho, que durou pelo menos dois meses nas mãos do alfaiate – a tradição na confecção dos fardões começou com o pai de Orlando Pena, o também alfaiate Luiz Pena, em 1937, quando costurou o fardão do imortal Osvaldo Orico – contou ainda com a participação da bordadeira Nereida e o chapéu de Álvaro Moreira<sup>133</sup>. O luxo e a ostentação do fardão, ao lado do espadim, assessórios obrigatórios na posse dos imortais da Academia Brasileira de Letras, foram presentes do poder público, por intermédio de amigos, a Mauro Mota<sup>134</sup>, que retribuiu com outro gesto de reverência, não material, mas intelectual.

<sup>132</sup> BOURDIEU, 1996, p. 285.

<sup>133</sup> ALFAIATE apronta fardões “imortais”. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 3 de junho de 1970.

<sup>134</sup> Segundo matéria de **O Jornal**, de 28 de agosto de 1970, o fardão de Mauro Mota foi oferecido pelo governo de Pernambuco. O espadim pela Prefeitura do Recife o colar pela Prefeitura de Nazaré da Mata. Mauro toma posse como novo imortal. **O Jornal**, sexta-feira, 28 de agosto de 1970. Em depoimento ao Museu da Imagem e

Em seu discurso de posse<sup>135</sup>, proferido em 27 de agosto de 1970, dedicado ao antecessor da cadeira, o diplomata Gilberto Amado, também não faltou o nome daquele que era sua maior referência intelectual: o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre.

Até no discurso de posse, Mauro Mota descreveu Gilberto Amado citando o artigo de Gilberto Freyre intitulado *Recordações de Gilberto Amado*, publicada na Revista Brasileira de Cultura, no ano de 1969, do Conselho Federal de Cultural:

Por tudo isso, Gilberto Freyre escreve: “Foi no Recife que a sua carne de adolescente moreno e tropical, de provincianozinho de Sergipe, se fez verbo; e aqui (no Recife) seu verbo e sua carne se fundiram numa só e magnífica expressão de criador de beleza plástica e de ideias fortes, não só em língua neolatina, como em país americano e em terra tropical; língua, país, terra, que se renovaram, se revigoraram com a sua presença e sob sua ação de intelectual whithmaniano. Whithmaniano porque de qualquer de seus livros maiores, seja de prosa ou de poesia, se pode dizer: quem toca neste livro, toca num homem”.<sup>136</sup>

Tradicionalmente, os acadêmicos que conquistam a imortalidade fazem reverência protocolar aos antigos donos dos assentos. Para complementar a cerimônia, Adonias Filho, o imortal responsável pelo discurso de recepção de Mauro Mota na academia também cita Gilberto Freyre, ao lado de Ariano Suassuna, como exemplo de intelectual bem sucedido em Pernambuco. “Mas, Senhor Mauro Mota, se no Recife tivestes o vosso burgo – a exemplo de outros que lá permaneceram como Gilberto Freyre e Ariano Suassuna<sup>137</sup>”, discursou o imortal, “do Recife não necessitastes sair para que vossa obra, em irradiação nacional e internacional, repercutisse à sombra dos próprios valores<sup>138</sup>”.

---

do Som do Rio de Janeiro (MISRJ), Mauro Mota afirmou que não teria condições de bancar as vestimentas: “Enquanto o governo do estado deu o fardão, Nazaré deu o colar. E o Recife deu a espada. Essa costura custou muito caro e eu lhe confesso que foi uma coisa muito... me honrou muito entrar na Academia. Mas se essas coisas não fossem dadas eu não tinha tomado posse ainda”.

<sup>135</sup> A análise da obra de Gilberto Freyre e o grupo de intelectuais que estava ao seu redor, muitas vezes, é ofuscada por posições estritamente pessoais. O livro *Gilberto Freyre: Região, tradição, trópico e outras aproximações*, organizado pelos antropólogos Roberto Motta, filho de Mauro Mota, e Marcionila Fernandes, é um exemplo desse tipo de visão. No artigo *A datação do mito*, Luitgarde O. C. Barros analisa o discurso de posse de Mauro Mota para justificar a ausência de influência de Gilberto Freyre na eleição do poeta pernambucano. A pesquisa cita um trecho do discurso de posse em que Mauro Mota cita o amigo Álvaro Lins como aquele que foi responsável “pelos estímulos decisivos” de sua candidatura. A pesquisa não cita, no entanto, que ao fazer o discurso de posse, Mauro Mota define seu antecessor, o diplomata Gilberto Amado, pelas palavras do próprio Gilberto Freyre. “Essa afirmativa de Mauro Mota contradiz informações que eu tivera, de que fora pelo empenho de Gilberto Freyre, usando inclusive sua influência, para que o amigo fosse eleito para a ABL” (BARROS, 2013, p. 83).

<sup>136</sup> MOTA, M. **O navegante Gilberto Amado**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1970, p. 29 *apud* FREYRE, G. Recordação de Gilberto Amado. **Revista Brasileira de Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, out-dez. 1969. p. 131-132.

<sup>137</sup> MOTA, M. **O navegante Gilberto Amado**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1970. p. 49.

<sup>138</sup> *Ibid.* p. 49

Assim como Mauro Mota, Gilberto Freyre nasceu em Recife, no dia 15 de março de 1900. Era filho de Alfredo Freyre, educador, juiz de direito e catedrático de economia política na Faculdade de Direito do Recife, com Francisca de Mello Freyre. Na infância, ele entrou no Colégio Americano Gilreth, no Recife. Conviveu, por exemplo, desde muito cedo com a elite açucareira decante, com suas temporadas no Engenho São Severino do Ramo, de seus parentes. Também como Mauro Mota, iniciou sua vida literária por meio da participação de uma sociedade literária na escola e tornou-se o redator-chefe do jornal impresso do colégio intitulado *O Lábaro*. Concluiu o curso de bacharel em Ciências e Letras na escola recifense, depois seguindo para as universidades norte-americanas de Baylor, no Texas, onde concluiu a formação em bacharel em Artes, e de Columbia, em Nova York, onde tornou-se mestre com a tese sobre a vida social no Brasil no século XIX. Em dezembro de 1933, publicou o seu livro mais conhecido, com diversas traduções pelo mundo: *Casa Grande & Senzala*. Logo em seguida, publicou outros trabalhos importantes, como *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1956). Gilberto Freyre chegou a ser eleito deputado federal por Pernambuco em meados da década de 1940, e tornou-se um intelectual com projeção nacional e internacional, com braços na imprensa e no poder público. Manteve relações próximas como lideranças hoje rechaçadas publicamente, como ditador português Oliveira Salazar. Era esse o peso simbólico com o qual Mauro Mota teve que lidar. De um intelectual – que não mudou de domicílio para o Rio de Janeiro, como a maior parte dos consagrados –, que permaneceu no Recife e ditou os rumos de parte da imprensa e da instituições científicas de Pernambuco<sup>139</sup>.

Presença constante na trajetória de Mauro Mota, o sociólogo Gilberto Freyre foi sua maior referência intelectual. Aliado de primeira ordem, em alguns momentos, crítico ferrenho e até intimidador. Com Gilberto, Mauro Mota criou uma relação de fidelidade, às vezes, não correspondida. Trata-se uma relação diferente da que foi constituída com Álvaro Lins. É a submissão. Silencia-se a ordens, sujeita-se a caprichos, cria fatos talvez inexistentes e até mesmo envolve-se em devaneios daquele que, no século XX, foi a maior referência das ciências humanas e sociais de Pernambuco. A análise de correspondências entre os dois demonstra essa *relação de sujeição*, mesmo que os registros, em boa parte, sejam compostos pela correspondência passiva, ou seja, cartas e bilhetes que Mauro Mota recebeu do seu mestre. A historiadora Ângela Castro Gomes, que realizou um estudo e publicou as correspondências trocadas entre Gilberto Freyre e o diplomata pernambucano Oliveira Lima, defende que escrever para a imprensa e escrever cartas eram práticas culturais muito exercidas

---

<sup>139</sup> FREYRE, G. **Tempo morto e outros tempos**: trechos de um diário de adolescência e a primeira mocidade. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2006. p. 343-377.

por intelectuais nos séculos XIX e XX, “constituindo-se em forma de expressão central para todos eles, tanto material como simbolicamente<sup>140</sup>”.

Boa parte das práticas de Gilberto Freyre com Mauro Mota – colocando-o para procurar ou comprar livros, fazendo dele quase literalmente um secretário – parece ter sido copiada da relação com Oliveira Lima:

Vê-se que, sobretudo nos anos de Nova York, Freyre é instado por Lima a realizar uma série de tarefas que incluíam desde localizar números de jornais e revistas que lhe interessavam, conseguir o endereço de uma instituição, arrumar um local para publicação de sua foto, até comprar um remédio para sua bronquite ou um café venezuelano no gosto de D. Flora<sup>141</sup>. (...) Evidentemente uma estratégia de promoção para ambos, mas sem dúvida mais valiosa para Freyre, que dessa maneira era introduzido ao mundo das publicações acadêmicas no Brasil e no exterior<sup>142</sup>.

De acordo com a historiadora, esse registro de memória – a carta – pode iluminar a compreensão da obra de um intelectual: “Ela é um documento – uma fonte – para contextualizar sua produção, fornecendo informações sobre questões que têm a ver com a criação, a circulação e a recepção de sua obra<sup>143</sup>”. Na análise da correspondência trocada pelos dois, podemos observar que, ao seguir os caprichos de Gilberto Freyre, Mauro Mota também consolidou sua carreira intelectual e acabou, também, assim como seu tutor, conquistando espaços importantes. Após consolidar sua carreira acadêmica com formação em instituições nos Estados Unidos, nos anos 1910 e 1920, Gilberto também se beneficiou de Oliveira Lima, de quem antes realizava pequenos caprichos: “Mas é quando da partida de Freyre para a Europa, em meados de 1922 e após a bem-sucedida defesa da tese, que a tarefa de Lima alcança seu apogeu<sup>144</sup>”, destaca a pesquisadora. “Nesse momento, ele parece municiar Freyre de um conjunto de contatos – nomes, endereços, apresentações – em vários países, com destaque para consulados e legações, que conhece tão bem e que podem dar suporte ao jovem<sup>145</sup>”. A relação com Mauro Mota também mudou com o tempo. Se no começo dos anos 1950, Mauro era tratado como um reles jornalista que lhe faz caprichos como a publicação de artigos, tempos depois essas mesmas cartas registram o seu crescimento, por meio do pedido de novas tarefas, já como diretor-executivo do Instituto

<sup>140</sup> FREYRE, G.; LIMA, M. de O. **Em família**: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre (Cartas organizadas por Ângela de Castro Gomes). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2005. p. 9.

<sup>141</sup> FREYRE; LIMA, 2005, p. 23.

<sup>142</sup> *Ibid.* p. 24.

<sup>143</sup> *Ibid.* p. 12.

<sup>144</sup> *Ibid.* p. 27.

<sup>145</sup> *Ibid.* p. 27.

Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), do qual Gilberto foi fundador e presidente do Conselho Diretor.

Um dos primeiros registros das correspondências de Gilberto Freyre a Mauro Mota referem-se à cobrança de pagamentos de colaborações de artigos do sociólogo aos *Diários Associados*, então maior conglomerado de mídia do Brasil, que incluía empresas como a TV e *Rádio Tupi*, revista *O Cruzeiro*, e, em Pernambuco, o *Diario de Pernambuco*. Como “intelectual independente<sup>146</sup>”, Gilberto garantia sua sobrevivência por meio de artigos publicados, palestras e vendas de seus livros. “A transcrição, no Diario, de trechos do meu livro ainda esgotado sobre o Recife, peço a v. que tente a iniciativa, a gentileza de providenciar junto a gerência para me ser pago esse extra<sup>147</sup>”, pede Freyre, em bilhete datado em 29 de junho de 1952, deixando que Mauro Mota livre para o critério de estabelecer o valor. A despedida desse bilhete é com abraços, como a maioria da correspondência, mesmo quando o tom não era amigável. O ano de 1955 é exemplar nesse tipo de comunicação. Em setembro daquele ano, Gilberto Freyre chama a atenção de Mauro Mota como se fosse seu chefe, e ainda lhe faz ameaças caso não cumpra suas instruções. “É inaceitável que v. sendo o redator chefe do Diario, continue a desatenção com relação a meus artigos, publicados em tipo miúdos. Caso isto escape de seu controle, peço lealmente me informar que eu vou atrás de providências<sup>148</sup>”. Vaidoso, Gilberto Freyre quer espaço: pede para que seus artigos sejam publicados em fontes grandes, em locais nobres dos jornais. Ele sabia da importância desse tipo de publicação para angariar novos leitores e colocá-lo no centro do debate.

Em outro bilhete, Gilberto Freyre chega a ameaçar acionar o presidente e fundador dos *Diários Associados*, Assis Chateaubriand, para as questões envolvendo o trabalho de Mauro Mota no *Diario de Pernambuco*, no qual era editor do Suplemento Literário. Gilberto Freyre exige que seus artigos sejam publicados com o mesmo tipo de fonte de Aníbal Fernandes, então chefe de redação do *Diario*, de quem Mauro Mota era braço direito. Avisa o sociólogo,

---

<sup>146</sup> Alguns biógrafos de Gilberto Freyre defendem a ideia de que ele sobreviveu, exclusivamente, graças ao seu trabalho intelectual. Os historiadores Peter Burke e Maria Lúcia Pallares Burke enfatizam essa tese dizendo que a mulher do intelectual também era talentosa em administrar seus “suados tostões” conquistados pela venda de livros e publicação de livros, além de palestras. Essa tese, no entanto, é fracassada até nas entrelinhas do próprio livro produzido sobre Gilberto Freyre pelos autores. O sociólogo, além do dinheiro ganho pelo seu trabalho intelectual, dependeu, e muito, de cargos em instituições públicas desde o começo da carreira (BURKE, 2009, p. 160).

<sup>147</sup> FREYRE, G. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 29 de junho de 1952. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRo15 doc 291). Bilhete.

<sup>148</sup> FREYRE, G. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 29 de setembro de 1955. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp22 doc.470). Bilhete.

Caro Mauro,

Tudo farei para não brigar com v. a propósito de tipo de meus artigos. Mas não poderei transigir: ou v., por quem muito extremo e um fato o de quem de qualquer modo me considereis adivinhar, não tomar a providência de fazer sempre meus artigos serem publicados no mesmo tipo do meu igualmente caro e admirável Aníbal, desta minha condição de ex-diretor do jornal – e em que fase! Serei obrigado a levar o caso ao Chateaubriand e incomodar ao velho amigo com tão penosa coisa. Pequena coisa que eu não posso e devo transigir. Conto com v., Gilberto Freyre<sup>149</sup>.

A relação entre Mauro e Gilberto era construída por afetos e, também, por medo, pela coerção inerente a esse tipo de sentimento. Sobre o medo, o filósofo Vladimir Safatler cita Hobbes na afirmação “canônica” de que “de todas as paixões, a que menos faz os homens tender a violar é o medo. Mais: excetuando algumas naturezas generosas, é a única coisa que leva os homens a respeitá-la<sup>150</sup>”. Nessa perspectiva, segundo o autor, compreender as relações sociais e as sociedades como *circuito de afetos* também implicaria analisar os modos de gestão social do medo. Apesar da ameaça em acionar o então presidente dos *Diários Associados*, aparentemente a relação de Gilberto Freyre com ele não era das mais próximas. Freyre chegou a assumir cargos de direção e a chefia de redação do jornal em dois momentos. Uma, na década de 1920, com a família Lyra, quando foi então o organizador do *Livro do Nordeste*, em comemoração ao centenário do *Diário de Pernambuco*, em 1925, e na década de 1930, quando o jornal já era propriedade do Velho Capitão<sup>151</sup>. Sob a gestão dos *Diários Associados*, Gilberto Freyre passou um curto período na chefia – e há uma corrente que defende justamente a desaprovação de seu nome e de seu estilo por parte do novo dono da empresa. Esse tipo de bilhete é comum nas correspondências de Mauro Mota. Em 12 de julho de 1957, Gilberto Freyre chama a atenção, além de Mauro Mota, do jornalista Antônio Camelo, importante dirigente da empresa no final do século XX. “Caro Mauro, peço para este artigo sua melhor atenção, a do Camelo e da revisão. Abraço, Gilberto<sup>152</sup>”.

A filósofa Judith Butler argumenta que o poder é, como subordinação, um conjunto de condições que precedem o sujeito, que o efetua e o subordina desde o princípio. Esse poder não apenas põe em ato uma ação ao sujeito que é demandado, mas também lhe confere existência<sup>153</sup>. Já em relação aos abusos de poder – sobretudo simbólicos de Gilberto Freyre sobre Mauro Mota –, a autora defende que o sujeito é vulnerável a um poder que não criou, ou

<sup>149</sup> FREYRE, G. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 15 de fevereiro de 1955. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp21 doc.458). Bilhete.

<sup>150</sup> SAFATLE, 2018, p. 16.

<sup>151</sup> Nome dado a Assis Chateaubriand por seus colaboradores.

<sup>152</sup> FREYRE, G. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 12 de junho de 1957. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp 29 doc.673). Bilhete.

<sup>153</sup> BUTLER, 2017, p. 22.

seja, um poder que o precede até mesmo enquanto existência<sup>154</sup>. Fadado a buscar reconhecimento em categorias, espaços e termos em que não criou – como exemplo, o campo intelectual de então –, o sujeito representado por Mauro Mota busca sua existência fora de si, na relação com o outro, em um discurso que, ao mesmo tempo, é dominante e indiferente. Para a autora, o preço de existir dentro da *sujeição* é a *subordinação*: “Precisamente no momento em que a escolha é impossível, o sujeito busca a subordinação como a promessa da existência<sup>155</sup>”. A sujeição, segundo ela, explora o desejo de existência. Ou seja, para existir enquanto intelectual, Mauro Mota assinalou sua vulnerabilidade primária ao *Outro*, representada por Gilberto Freyre. Destaca a filósofa,

Para ressaltar os abusos do poder como reais, e não como criação ou fantasia do sujeito, o poder é muitas vezes projetado como inequivocamente externo ao sujeito, como algo imposto contra sua vontade. Mas se a própria produção do sujeito e a formação dessa vontade são as consequências de uma subordinação primária, é inevitável que o sujeito seja vulnerável a um poder que não criou. Essa vulnerabilidade qualifica o sujeito como um tipo de ser explorável. Se tivermos de nos opor aos abusos do poder (o que não é o mesmo que se opor ao poder em si), parece prudente considerarmos no que consiste sermos vulneráveis a esse abuso. O fato de os sujeitos serem construídos em vulnerabilidade primária não justifica os abusos que sofrem; pelo contrário, isso só deixa ainda mais claro o quanto a vulnerabilidade pode ser fundamental.<sup>156</sup>

Os pedidos de Gilberto Freyre chegam ao ponto para que Mauro Mota plante notícias, sem qualquer tipo de apuração, a empresas concorrentes ao *Diario de Pernambuco*, como é o caso da encomenda endereçada ao colunista social José de Souza Alencar, mais conhecido como Alex. “Caro Mauro<sup>157</sup>”, escreve Gilberto em bilhete no dia 11 de janeiro de 1966, “Favor obter do Alex publicar uma coisa dele mais ou menos o seguinte: ‘Sabemos que, nos últimos dias, houve duas conversas telefônicas do Presidente Castelo Branco com o nosso conterrâneo Gilberto Freyre. Ignora-se o assunto<sup>158</sup>’”, pede o sociólogo. Bilhetes como esse demonstram a relação de confiança e fidelidade de Mauro Mota. De fato, não havia como saber se, de fato, tal conversa com Gilberto Freyre aconteceu e quem ele pretendia atingir com esse tipo de informação/intimidação. Aliás, tal tipo de informação ajudara o sociólogo em demonstrar, em pleno regime militar, que estava muito próximo ao poder. Em outro bilhete, datado também do ano de 1966, Gilberto fez outro pedido que envolvia, além do *Diario*, o Esmaragdo Marroquim, do *Jornal do Commercio*. “Caro Mauro, caso concorde, favor enviar

<sup>154</sup> *Ibid.* p. 22.

<sup>155</sup> BUTLER, 2017, p. 29-30.

<sup>156</sup> *Ibid.* p. 29.

<sup>157</sup> FREYRE, G. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 11 de janeiro de 1966. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp59 doc 1288). Bilhete.

<sup>158</sup> *Ibid.*

estas notícias (duas vias) ao Camelo (D.P.) e ao Esmaragdo Marroquim (J. do C.), recomendando-a. Agradece, Gilberto Freyre<sup>159</sup>”. Uma das características de Mauro Mota enquanto intelectual era seu bom relacionamento com colegas de outras empresas jornalísticas. Os jornais eram concorrentes, mas os jornalistas dessas empresas criavam, muitas vezes, redes de sociabilidade que ultrapassavam a barreira da competição.

O livre trânsito para os pedidos de Gilberto Freyre é reflexo dessa rede cujos pedidos circulavam em via de mão dupla. Na análise das cartas de Mauro Mota, essa rede fica clara na troca de correspondências com o jornalista Nilo Pereira. Em uma correspondência enviada por Mauro Mota ao colega residente na Rua Cardoso Ayres, no Recife, ele o agradece pelo tratamento dado pelo *Jornal do Commercio* na crítica ao seu livro *O Cajueiro Nordestino*. “Queria, e sinto que nem tenho jeito, agradecer o seu belo artigo publicado ontem, no *Jornal do Commercio*, sobre a Geografia Literária<sup>160</sup>”, diz Mauro Mota, elogiando ainda a habilidade do colega na *arte de bem escrever*. “Compreendo os motivos que o levaram a tanto engrandecer o linho com a sua autoridade de crítico e escritor que, em cada nota, transmite aos leitores uma lição pública dessa arte que invejo e que, por sua vez, se dá a tão poucos<sup>161</sup>”. Mauro Mota afirma, ainda, que a publicação da crítica lhe rendeu diversas felicitações e chama a atenção para um único nome: o reconhecimento da qualidade por Gilberto Freyre. “Recebi muitas felicitações pelo seu artigo, inclusive de Gilberto Freyre. Partindo mesmo das ‘notas avulsas’, que lê diariamente, ele, ontem mesmo, referiu-se a você com justas palavras de exaltação ao escritor<sup>162</sup>”.

A troca de elogios, por vezes, poderia estar presente em pedidos de publicações. Em outra correspondência, dessa vez de Nilo Pereira a Mauro Mota, ele fala da dificuldade de escrever sobre o livro de poesias do colega em sua crítica ao jornal *Folha da Manhã*. “Quero agradecer o envio de suas admiráveis Elegias, sobre as quais escrevo, no Suplemento da Folha do próximo domingo um modesto artigo. Será, talvez, a pior contribuição que se traz ao conhecimento e interpretação de sua poesia<sup>163</sup>”, escreveu Nilo, de Recife, em 11 de fevereiro de 1953. “De fato, meu caro Mauro, senti dificuldade de escrever sobre seus versos, porque estou infinitamente abaixo deles. E o que produzi não está à altura do grande poeta, que é uma

<sup>159</sup> FREYRE, G. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 4 de maio de 1966. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp60 doc 1293). Bilhete.

<sup>160</sup> MOTA, M. [Correspondência]. Destinatário: Nilo Pereira. [S. l.], 11 de setembro de 1961. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CEp2 doc.23 a28 g1).

<sup>161</sup> *Ibid.*

<sup>162</sup> *Ibid.*

<sup>163</sup> PEREIRA, N. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 11 de fevereiro de 1953. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp 16 doc 314).

de minhas leituras constantes<sup>164</sup>”, completa. A correspondência ainda trata de questões pessoais, como uma viagem de Nilo ao estado do Rio Grande do Norte e de possíveis homenagens que Mauro receberia caso viajasse para a região de Natal e de Ceará- Mirim. A carta termina com o pedido de publicação no *Diario de Pernambuco*. “Dei, ontem, ao Geraldo Seabra cópia de um telegrama que me dirigiu o governador José Américo, no qual me considerava – veja quanta generosidade! Filho da Paraíba. Não saiu, hoje, no nosso DIARIO<sup>165</sup>”, lamenta. “Certamente, falta de espaço. Seria possível publicá-lo amanhã? Insisto nisso porque o telegrama é sumamente honroso para mim, pobre e humilde homem, que só me envaideço da glória dos meus amigos<sup>166</sup>”, completa o pedido despedindo-se com um abraço afetuoso.

Gilberto Freyre também tinha como estratégia enviar o mesmo artigo para dois pontos focais diferentes. No *Diario de Pernambuco*, Mauro Mota era a referência dos pedidos. Em um bilhete, ele envia um artigo a Mauro Mota e pede para que passe por revisão, deixando uma recomendação expressa: que também envie o artigo para distribuição dos outros jornais dos *Diários Associados*. “Caro Mauro, vai o artigo da semana para v. reencaminhar à revisão. Não esquecer o mesmo para os D.A., pois o meu contato com os D.A e Waldemar Cavalcanti vem procurando transcrever todos os artigos. Só não faz quando não aparece o Diario por lá<sup>167</sup>”, comunica Freyre, ao destacar que, nos *Diários Associados*, seu ponto de apoio também era o jornalista Waldemar Cavalcanti, de *O Jornal*, no Rio de Janeiro. Em outra correspondência, Gilberto Freyre – que deveria estar entrando de férias ou em viagem – melhora o humor e o tratamento a Mauro Mota. “Com um abraço de despedida, para v. e os camaradas do Diario, envio dois artigos que remetem importantes como depoimentos de algum interesse histórico<sup>168</sup>”. O tema dos artigos envolvia o ex-presidente Getúlio Vargas, antigo desafeto dos dois: “Nada tem de modo distante com atualidades políticas: seu plano e a história e o da justiça que devemos a Vargas – apesar de todos seus enormes defeitos<sup>169</sup>”.

A análise das cartas e bilhetes de Gilberto Freyre a Mauro Mota revelam uma relação de subordinação completa. Em algumas, Gilberto faz de Mauro praticamente um secretário pessoal. Em um bilhete datado de 4 de agosto de 1966, Gilberto Freyre pede, inclusive, que Mauro Mota envie correspondência em seu lugar. “Vão as provas de um livro que o

<sup>164</sup> PEREIRA, 1953.

<sup>165</sup> *Ibid.*

<sup>166</sup> *Ibid.*

<sup>167</sup> FREYRE, G. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 4 de novembro de 1952. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp15 doc 296). Bilhete.

<sup>168</sup> FREYRE, G. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 15 de setembro de 1954. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp20 doc 443,1). Bilhete.

<sup>169</sup> *Ibid.*

Arquimedes vai lançar para você enviá-las, por gentileza, que você tem o seu endereço exato em S. Paulo. Grato desde já<sup>170</sup>”. Em outra correspondência, Gilberto Freyre chega a orientar Mauro Mota de como ele deveria escrever o prefácio de seu próprio livro, *O talvez poesia*, o primeiro do gênero publicado por Freyre. Em uma carta enviada no ano de 1952, Gilberto pede a Mauro que republique no prefácio que está escrevendo uma poesia que Carlos Drummond de Andrade fez em sua homenagem. “Sei que você está com as provas do prefácio de Talvez Poesia. Sugiro que você utilize esses versos de nosso grande Drummond<sup>171</sup>”, orienta. Mauro Mota atende o pedido e republica os versos no fim do prefácio, cujo texto é, do começo ao fim, repleto de elogios ao agora poeta recifense Gilberto Freyre. “Já aos onze anos andava, no Recife, em companhia de Camões, só conhecido, pelos outros meninos de sua idade, como zarolho dos bustos de cerâmica do Porto, trepados nos portões de sobrados recifenses<sup>172</sup>”, detalhou Mauro Mota, que republicou o prefácio em um livro do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco<sup>173</sup> dedicado, junto com outros autores, à obra freyriana. “E de Camões denunciava a influência, que chamaria de ‘sonetista abasileirada pela de José de Alencar tropicalista’, traduzida em alguns decassílabos de pausas ortodoxas, e até mesmo com o requinte verde de rima rica<sup>174</sup>”, completou.

Ao tratar da sujeição, também com uma construção simbólica, o filósofo Vladimir Safatle usa o exemplo de Heródoto, na Antiguidade, e na mudança de armas para sujeitar os escravos. “Enquanto eles nos virem armados, julgar-se-ão iguais a nós; vendo-nos com chicotes em vez de armas, eles compreenderão que são nossos escravos; percebendo isto, não resistirão<sup>175</sup>”. Ao declamar ordens por meio de bilhetes e cartas, elemento materializado de seu poder, Gilberto Freyre também explorava a potência de internalização da sujeição, de submeter Mauro Mota à disciplina e preservar a autoridade encarnada por um instrumento

<sup>170</sup> FREYRE, G. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 3 de abril de 1967. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp62 doc 1338). Bilhete.

<sup>171</sup> FREYRE, G. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 1952. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp14 doc 275).

<sup>172</sup> MOTA, M. O verso na poesia gilbertiana. In: **EXPRESSÃO literária em Gilberto Freyre**. Conselho Estadual de Cultura, Recife, 1981, p. 69-77.

<sup>173</sup> Mauro Mota integrou o Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco desde o ano de 1969. Por meio de uma proposta do sociólogo Gilberto Freyre, que também era membro do conselho, assumiu a direção do Departamento de Cultura do Estado de Pernambuco, a partir do ano de 1971. A nomeação foi comunicada por carta do Conselho Federal de Cultura, em 28 de maio de 1971. “Conformidade decisão plenário. Conselho Federal de Cultura: aprovada sessão seis de maio. Proposta do Conselheiro Gilberto Freyre: tenho satisfação apresentar o ilustre confrade e prezado amigo congratulações desde colegiado motivo de sua nomeação ao cargo de diretor do Departamento de Cultura do Estado de Pernambuco. Cordiais cumprimentos, Manoel Caetano Bandeira de Mello, secretário geral Conselho Federal de Cultura”. A partir do ano de 1981, também integrou o Conselho Federal de Cultura.

<sup>174</sup> MOTA, M. O verso na poesia gilbertiana. In: **EXPRESSÃO literária em Gilberto Freyre**. Conselho Estadual de Cultura, Recife, 1981, p. 69-77.

<sup>175</sup> SAFATLE, 2018, p. 159.

que, na relação dos dois, virou a marca e a sintetização da relação servil e de sujeição<sup>176</sup>. Os escravos sujeitados, assim como Mauro Mota, “mesmo lutando pela liberdade, algo neles nunca poderia se voltar contra o que não era exatamente a imagem de seus senhores, mas o instrumento que organiza o tempo do trabalho, bem como o lugar que cada um<sup>177</sup>”, destaca o autor, “deveria ocupar com suas funções específicas, o ritmo do corpo, a sensação psicológica de dever cumprido e o regime de atenção<sup>178</sup>”. Ainda de acordo com Safatle,

Mesmo revoltando-se contra a figura imaginária da autoridade, continuavam presos à determinação simbólica da disciplina. Eles poderiam se rebelar contra as representações da autoridade, mas não contra a estrutura, com sua ordem, suas determinações. Bastou que tal determinação simbólica se encarnasse no chicote para que o ímpeto da rebelião desaparecesse. Se o cita que teve tal intuição pode ser elevado a patrono dos Departamentos de Recursos Humanos de nossas grandes empresas é por compreender como a verdadeira sujeição se constrói, principalmente, através da mobilização libidinal das estruturas disciplinares em circulação no universo do trabalho<sup>179</sup>.

Em apoio a Gilberto Freyre, Mauro Mota também se envolveu em uma das polêmicas intelectuais do Nordeste no século XX: a paternidade freyriana e até mesmo comprovação de existência do Movimento Regionalista. Tudo começou no ano de 1952<sup>180</sup>, quando Gilberto Freyre publicou o livro *Manifesto regionalista de 1926*, atribuindo para si a liderança de um movimento literário, artístico, ecológico e até de caráter político. Sua defesa era de que diversos intelectuais nordestinos foram influenciados por tal manifesto e que a influência do Movimento Modernista, de São Paulo, da década de 20, que culminou com a *Semana de Arte Moderna de 1922*, foi ofuscada, se não anulada, pelo Regionalismo. “Igual destino teve o Regionalismo do Recife, quase sumido ao lado do Modernismo do Rio e do de São Paulo, seus parentes ricos e aparecidos um pouco antes dele<sup>181</sup>”, descreveu Freyre, em uma das edições do documento na década de 1950. “É que ao Regionalismo do Recife, a seu modo também modernista, mas modernista e tradicionalista ao mesmo tempo, faltou, na sua época heroica, propaganda ou divulgação na imprensa metropolitana<sup>182</sup>”, completa, ao afirmar que essa imprensa era indiferente, senão hostil, ao que fosse da região nordestina. O próprio

---

<sup>176</sup> SAFATLE, 2018, p. 159.

<sup>177</sup> *Ibid.* p. 160.

<sup>178</sup> *Ibid.* p. 160.

<sup>179</sup> *Ibid.* p. 160.

<sup>180</sup> AZEVEDO, N. **Modernismo e regionalismo** – Os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984. p. 151.

<sup>181</sup> FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1955. p. 7.

<sup>182</sup> *Ibid.* p. 7.

Freyre atribuiu para si a elaboração e leitura de tal manifesto durante o 1º Congresso Regionalista do Nordeste, realizado no Recife também em 1926.

Durante o Congresso é que escrevi e li as palavras que ficaram conhecidas como “Manifesto Regionalista”, só em parte publicado no Diário de Pernambuco, Pois o nosso propósito – meu e de meus companheiros, organizadores do Congresso Regionalista do Recife – era publicar em volume não só este manifesto, como as teses apresentadas nas comissões ou lidas em plenário. Projeto que fracassou porque faliu o velho Banco, em que estava depositado o dinheiro do Centro. Mas, como a papelada existe, ainda é possível que venha a ser publicada em breve pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social<sup>183</sup>.

Além de gerir a instituição responsável pela segunda edição do *Manifesto regionalista de 1926*, Mauro Mota republicou, em 1979, pelo Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (Apeje), quando dirigiu a instituição, o *Livro do Nordeste*, de 1925. Responsável pelo prefácio da nova edição, intitulada *Diário, Gilberto e Regionalismo*, Mauro Mota faz um histórico do livro original, lembra dos colaboradores – que tiveram seus trabalhos republicados, entre eles o poeta Manuel Bandeira, que publicou a primeira versão do poema *Evocação do Recife* – e faz um histórico da atuação de Freyre no jornalismo pernambucano, a exemplo da atuação e suposta modernização editorial que empreendeu no jornal *A Província*. Mauro ainda saiu em defesa do Movimento Regionalista e criou a tese de que o manifesto de Freyre da década de 1950 seria, na verdade, o livro. A ideia, no entanto, não contém qualquer aparato técnico de argumentação. “Não é que esses escritores e artistas pernambucanos ou de formação pernambucana ficassem silenciosos ou inativos sem o impulso que os conduziu a uma temática regional. Nem que, por recebê-lo, contorcessem ou perdessem a expressão individual<sup>184</sup>”, diz no prefácio. “É que, recebendo-o, mantiveram-se mais fiéis às fontes do Recife e da Região, ao encadeamento de influências e sugestões procedentes do ‘Movimento Regionalista de 1926’, cujo manifesto ‘a priori’ talvez tenha sido este livro aparecido um ano antes<sup>185</sup>”.

A associação de Mauro Mota ao nome de Gilberto Freyre e ao pseudo Movimento Regionalista influenciou a análise do crítico literário, geógrafo e jornalista Tadeu Rocha. Em um estudo sobre a literatura regionalista no Nordeste, ele chegou a defender a existência de dois momentos com essa temática. O primeiro seria intitulado de *Regionalismo Tradicionalista*, creditado após a publicação do *Livro do Nordeste*, em 1925, organizado por

<sup>183</sup> FREYRE, 1955, p. 10

<sup>184</sup> MOTA, M. Prefácio: Diário, Gilberto e Regionalismo. In: FREYRE, G. *Livro do Nordeste*. 2. ed. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979. p. 6

<sup>185</sup> *Ibid.* p. 6

Gilberto Freyre, a quem cabia a liderança. “O primeiro regionalismo nordestino valorizou o homem e as coisas deste pedaço do Brasil, uma interpretação realista dos nossos fatos históricos, sociais e econômicos<sup>186</sup>”, defende Tadeu Rocha. O movimento, segundo ele, também foi capaz de iniciar uma nova mentalidade anti-academicista meio intelectual do Nordeste, “que puderam cristalizar as suas idéias nos estudos históricos e geográficos, no ensaio sociológico, no romance social e na poesia regionalista ou profundamente humana<sup>187</sup>”. Já o segundo movimento foi intitulado como *Regionalismo Literário*, iniciado e sob a liderança de escritores como Mauro Mota. O ponto de referência cronológico desse segundo “movimento regionalista” é justamente 1947, quando Mauro Mota iniciou a edição do suplemento literário do *Diário de Pernambuco*, jornal de bastante influência na região.

“O segundo movimento regionalista do Nordeste – o Regionalismo Literário – iniciou-se no Recife, em novembro de 1947. Com a redemocratização do país, dois anos antes, e o fim da ocupação ditatorial do Nordeste<sup>188</sup>”, destaca ao autor, ao tratar da questão política como influenciadora do movimento. O período considerado “democrático” está localizado entre o fim da ditadura do presidente Getúlio Vargas e o Golpe de 1964 no país. “Logo se esboçaram, nesta região geográfica, os limites de uma federação literária, abrangendo as Províncias de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte e alcançando terras do Ceará, tendo o Recife como capital<sup>189</sup>”. Defende Tadeu,

Como aconteceu com o Regionalismo Tradicionalista, o Regionalismo Literário também foi deflagrado nas páginas do *Diário de Pernambuco*. O poeta Mauro Mota, com os poderes de secretário do velho jornal, reformou o seu suplemento dominieiro, em 16 de novembro de 1947, dando-lhe vivacidade e cor local. Foram seus colaboradores no empreendimento os poetas Edson Régis e Guerra de Holanda e o escritor Laurênio Lima, então redatores do *Diário*. As revistas *Nordeste*, de Esmaraldo Marroquim e Aderbal Jurema, e *Região*, de Edson Régis, tomaram posições definidas no movimento, que foi logo reforçado pelos suplementos dominicais do *Jornal do Commercio*, sob a orientação do crítico literário Aderbal Jurema, e da *Folha da Manhã*, dirigido pelo escritor Nilo Pereira<sup>190</sup>.

A primeira edição do livro *Manifesto regionalista de 1926* foi publicada pela Editora Região, do Recife, em 1952. Posteriormente, em 1953, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), do qual Mauro Mota era diretor-executivo, republicou uma nova edição sem maiores mudanças em seu conteúdo. O documento, na época, não provocou

<sup>186</sup> ROCHA, T. **Modernismo & Regionalismo**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura do Estado de Alagoas, 1964. p. 13.

<sup>187</sup> *Ibid.* p. 13.

<sup>188</sup> *Ibid.* p. 14.

<sup>189</sup> *Ibid.* p. 14.

<sup>190</sup> *Ibid.* p. 14-15.

reações entre os intelectuais nordestinos. Uma outra edição, em 1955, foi publicada pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura. Só no ano de 1965, com a publicação do livro *O modernismo*, do crítico Wilson Martins, que as primeiras suspeitas sobre a autenticidade do documento foram levantadas. Wilson Martins questionou o estilo do trabalho (uma nova transcrição) e a negligência de Gilberto Freyre em guardar um documento tão importante por tantos anos. Mas coube ao pernambucano e líder local do movimento modernista, Joaquim Inojosa, denunciar publicamente a questão, pela primeira vez, com *O movimento modernista em Pernambuco*, em 1968<sup>191</sup>. Em uma separada do livro, publicada sob o título *No pomar do vizinho, fraudes literárias de Gilberto Freyre*, em 1968, Inojosa apresentou entrevistas com envolvidos nas atividades e criação do Centro Regionalista do Nordeste, com a organização do congresso, e nenhum deles – Odilon Nestor, Edgar Teixeira Leite e Alfredo Moraes Coutinho – expressou a tese de que nenhum manifesto foi escrito, produzido ou lido na época.

Joaquim Inojosa defende, ainda, que o que Freyre escreveu foi uma ampliação de um artigo lido e publicado posteriormente no *Diario de Pernambuco* intitulado *A estética e tradições da cozinha brasileira*. “O que foi ‘publicado’ no ‘Diario de Pernambuco’ contém 3.000 palavras, enquanto o ‘Manifesto’ de 1952 se recheia de 68.000 (sem falar no prólogo e desprezando-se os quebrados...)”<sup>192</sup>, analisa. “Isto é, oculto, encolhido, ‘abandonado’ por 25 anos, nada menos do que 95%, a quase totalidade, do ‘trabalho’<sup>193</sup>”, completa o autor em um livro com bastante polêmica e críticas ferrenhas a Gilberto, acusando o sociólogo de crime de *lesa literatura* e de publicar um documento forjado. “Em 1952 publica Gilberto Freyre um ‘manifesto’ (...) tentando alterar a cronologia e criando a lenda de precedência, que desde então vem impingindo a toda gente, na passividade mais absurda e inconsequente”<sup>194</sup>. Inojosa ironiza também o papel de Mauro Mota<sup>195</sup> como propagador das teses freyrianas e cita um dos

---

<sup>191</sup> AZEVEDO, 1984, p. 153.

<sup>192</sup> INOJOSA, J. **No pomar do vizinho**: fraudes literárias de Gilberto Freyre. Guanabara: Edição do Autor, 1968. p. 10.

<sup>193</sup> *Ibid.* p. 10.

<sup>194</sup> *Ibid.* p. 10

<sup>195</sup> Apesar do tratamento irônico, a documentação indica que Mauro Mota e Joaquim Inojosa, maior inimigo intelectual de Gilberto Freyre, mantinham relações amistosas. Em uma carta do Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 1973, Inojosa trata Mauro com respeito e o indica como representante de um congresso internacional de filologia em Pernambuco. Diz um trecho da carta: “O meu amigo Maximiano de Carvalho e Silva está encarregado da execução do Congresso Internacional de Filologia Portuguesa, a realizar-se em novembro, juntamente com a II Reunião Internacional de Camonistas. Ele é, além de professor da Universidade Federal Fluminense, o diretor de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa, patrocinadores dos dois acontecimentos culturais. Estabeleceu o Maximiano que entregaria a representação desse Congresso e reunião, nos Estados, a escritores de renome, que se encarreguem da coleta de trabalhos, propaganda, embaixadas, etc. Numa reunião de ontem na biblioteca de Plínio Doyle, indiquei Mauro Mota para esta patriótica tarefa em Pernambuco, o que de logo foi aceito e aplaudido. Acredito que não venha isto a sobrecarregar as suas múltiplas

livros do autor, *Geografia Literária*. Segundo Inojosa, Mauro “levou a sério” simples anedotas de Luís Jardim ao fazer a seguinte afirmação: “Vida intelectual brasileira antes e depois de Gilberto Freyre. Por que antes dele não tínhamos, rigorosamente (pelo menos em Pernambuco), o sentido cultural brasileiro (Mauro Mota – ‘Geografia Literária’, pág. 38)<sup>196</sup>.”

As denúncias, de fato, surtiram efeito, tanto é que em uma quarta edição, Gilberto Freyre retirou o ano de 1926 do título do livro. “De ‘Manifesto regionalista de 1926’ passou simplesmente a ‘Manifesto regionalista’, sem se apresentar qualquer justificativa para a mudança<sup>197</sup>”, conforme Neroaldo de Azevedo<sup>198</sup>. Ainda nessa quarta edição, Gilberto Freyre retirou o prefácio das edições anteriores, substituindo-o por outro que tentou relacionar o então Movimento Regionalista, e seus simpatizantes, ao modernismo de São Paulo. “Em artigo mais recente, de 1980, Gilberto Freyre fala claramente em ‘redação de 1952 de pronunciamentos feitos em 1926’, referindo-se ao manifesto. Também esclarece que o título de ‘Manifesto regionalista’ (sic) foi dado em 1952<sup>199</sup>”. Depois da polêmica e descoberta a farsa, Gilberto Freyre chegou a mudar de versão e disse que a documentação que comprovaria o manifesto desapareceu após um saque e incêndio brutal na casa do seu pai, Alfredo Freyre, em 1930, sendo essa mais uma contradição, uma vez que, em 1952, sua versão era de que “a papelada existe”.

Mais tarde, em um novo trabalho, já com denúncia de Joaquim Inojosa publicada, o crítico Wilson Martins trata o pseudo Movimento Regionalista como uma “falsa vanguarda”. O mesmo termo ele utiliza para outro pseudo movimento literário do Rio de Janeiro, o Modernismo Espiritualista (católico), também tratado como Festa, liderado por Tasso da Silveira. “Ambas tradicionalistas e ideologicamente direitistas e tentando contraditoriamente erigir sobre essas fundações um modernismo; ambas animadas da mesma odienta hostilidade

---

atividades, porque enfim o principal se resume em obter trabalhos de escritores locais e organizar, depois, a turma dos que devam comparecer, conforme entendimentos diretos com os dirigentes daqui”. IN INOJOSA, J. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S.I.], 25 de fevereiro de 1973. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp 105 doc 2373).

<sup>196</sup> INOJOSA, 1968, p. 41.

<sup>197</sup> AZEVEDO, 1984, p. 153.

<sup>198</sup> Neroaldo Pontes de Azevedo, no entanto, afirma que muitas ideias reunidas por Gilberto Freyre no Manifesto regionalista de 1926, de fato, foram publicadas por ele na imprensa do período. Porém, o autor não entra no mérito da discussão da suposta influência desses escritos sobre a intelectualidade nordestina do período, nem coloca Freyre como o grande baluarte entre a inteligência do período: “É preciso que se diga que muitas ideias expostas no ‘Manifesto regionalista de 1926’ foram divulgadas em artigos pela imprensa na época. Aliás, o próprio Gilberto Freyre, no prefácio à segunda edição de ‘Região e tradição’, de 1968, reconhece o fato ao falar do Manifesto ‘como pequena tentativa de síntese do pensar e do sentir da maioria dos componentes de um grupo heterogêneo’, síntese que, segundo ele, ‘estava já, em grande parte, no Livro do Nordeste’. Assim, as ideias de Gilberto Freyre, expressas na década de 20, devem ser buscadas nessa colaborações e não no ‘Manifesto regionalista de 1926’, que é texto de 1952. Consequentemente, a avaliação do Congresso Regionalista do Nordeste não pode ser feita a partir de um manifesto que não existiu” (AZEVEDO, 1984, p. 153).

<sup>199</sup> AZEVEDO, 1984, p. 153.

contra os ‘rapazes de S. Paulo’<sup>200</sup>”, define, ao afirmar que, no fundo dessa querela, estavam as rivalidades entre Rio de Janeiro e São Paulo e a entre o Norte e o Sul. “Um diferença essencial entre ‘Festa’ e os regionalistas de Recife está em que a primeira surgiu desde o primeiro momento como uma força e com uma intenção antimodernista<sup>201</sup>”, diz sobre o movimento católico. Sobre o regionalista, ele afirma que “só tardiamente pensaram em reivindicar a própria importância, muito embora fossem igualmente hostis, desde 1924, à ideia de reconhecer lealmente a prioridade paulista<sup>202</sup>”.

O crítico Wilson Martins acabou tomando partido de Joaquim Inojosa, reconhecendo que esse foi o pioneiro em introduzir a pauta modernista em Pernambuco. Ele também reforçou a questão de que Gilberto Freyre, nesse contexto, não iria aceitar o rótulo de “discípulo de Inojosa” e, por isso mesmo, tentou criar um movimento tardio na região. “É certo que Gilberto Freyre, embora ‘tradicionalista’ desde o primeiro instante (o que é a característica fundamental do seu espírito), não terá chefiado desde essa época uma visível reação regionalista contra as novidades modernistas<sup>203</sup>”, atesta, apesar de reconhecer, em princípio, que as ideias modernistas não foram bem aceitas entre os intelectuais nordestinos. “O ‘primeiro impulso’ de Ascenso Ferreira foi resistir ao modernismo: tal será, em regra, o primeiro impulso de todos os intelectuais do Nordeste, como José Lins do Rêgo, Jorge de Lima, mais tarde Jorge Amado<sup>204</sup>”, completou, ao falar, ainda, de Graciliano Ramos, que conservou essa desconfiança até o fim dos seus dias. Porém, sobre o Regionalismo de Gilberto Freyre, ele é bem enfático: “O regionalismo, ao contrário, ficou confinado ao Recife e não teve, fora de lá, nenhuma repercussão<sup>205</sup>”.

Mas, independente de tentar marcar posição enquanto “regionalista”, e/ou liderar um hipotético movimento em torno dessa escola, a obra de Gilberto Freyre dialoga, nos anos 1930, com o movimento modernista. É o que diz o antropólogo Ricardo Benzaquen de Araújo, ao analisar, sobretudo, *Casa Grande & Senzala* e outras produções do período. O estudioso afirma que o próprio Freyre se dizia, na época, modernista, e que, de fato, o levantamento realizado pelo seu trabalho mostra a relação do pernambucano com nomes como Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto, Rodrigo Melo Franco de Andrade e, segundo ele, sugestivamente, Paulo Prado, Sérgio Buarque e Afonso Arinos. Tal pensamento diverge da maioria dos trabalhos que, sob óticas positivas ou negativas a respeito do trabalho

<sup>200</sup> MARTINS, W. **O modernismo**. São Paulo: Editora Cultrix, 1965. 311 p. p. 101.

<sup>201</sup> *Ibid.* p. 102.

<sup>202</sup> *Ibid.* p. 102.

<sup>203</sup> MARTINS, 1965, p. 110.

<sup>204</sup> *Ibid.* p. 110.

<sup>205</sup> *Ibid.* p. 114.

intelectual freyriano, colocam-no no regionalismo e/ou o enquadram dentro de um perfil tradicional, aristocrático e conservador, ou seja, no caminho inverso às demandas “modernizantes” do modernismo paulista. Ele cita, por exemplo, a análise do diploma, crítico e membro da Academia Brasileira de Letras, José Guilherme Merquior, que indicava que Gilberto praticava um “modernismo realmente singular, anárquico e relativamente distante das formulações vanguardistas tão influentes em São Paulo<sup>206</sup>”.

---

<sup>206</sup> ARAÚJO, R. B. de. **Guerra e paz**: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. 216 p. p. 23.

## 3 CAPÍTULO 2

### 3.1 EM BUSCA DA EXPRESSÃO ADEQUADA: MAURO MOTA, O SUPLEMENTO E O JORNALISMO, A SEU MODO, FREYRIANOS

O conto e o retrato no jornal trazem importância a Zanolho na pensão e no bairro. Anda devagar pela Rua do Sebo, no desfile de sua glória. Verdade ou delírio de estreado, acha que os vizinhos, principalmente as vizinhas, cumprimentam amáveis, ficam na janela para vê-lo passar. Recompensa das noites de tortura, ‘em busca da expressão adequada’, das pilhérias de Ferreirinha por cima do tabique. (MOTA, 1968, p. 33)

Assim como Zanolho, um jovem universitário que iniciou sua carreira jornalística com contribuições para o *Correio*, o romance *O Pátio Vermelho*, de Mauro Mota, trata de outra figura importante na vida do escritor pernambucano, sobretudo, a jornalística. O jornalista Felipe Gama, personagem que teria sido criado inspirado na figura do então chefe de redação do *Diário*, Aníbal Fernandes<sup>207</sup>, é descrito como um profissional que vivia em função da redação, que deu o sangue da juventude, mas que na ocasião doava sua maturidade viva, vibrátil. “Ninguém o impedia de chegar a diretor, de ter o nome no cabeçalho. Mais pela popularidade, pela ordem dos leitores, pela força do jornalista macho, de vigor nas campanhas, renovador aqui dos estilos de imprensa<sup>208</sup>”, destaca Mauro Mota ao tratar do personagem central de seu trabalho. De fato, foi Aníbal Fernandes quem lhe abriu as portas do *Diário de Pernambuco* para, posteriormente, tornar-se uma das pessoas chave no jornal para criação do então suplemento literário – empreitada editorial que começa na edição 17 de agosto de 1947 e encerra o ciclo de quase 12 anos depois, em 15 de fevereiro de 1959, e que analisamos neste capítulo. O projeto iniciou de forma acanhada, com quatro páginas, e terminou com quase 16. Não havia a identificação no cabeçalho “Suplemento literário”, como em outros jornais, apenas “Suplemento”, ou “Segunda Seção”. O caderno foi ganhando importância editorial, abrigando anúncios, notícias sobre cinema, rádio, mais tarde, televisão, e até páginas dedicadas exclusivamente às mulheres.

O suplemento foi um espaço importante para o editor, o jovem Mauro Mota, consolidar-se entre os intelectuais, bem como para outros nomes, ainda não consagrados, serem conhecidos ao grande público. Os intelectuais que estavam orbitando em torno do suplemento de Mauro Mota tinham dois objetivos: a conquista de espaço entre os próprios

<sup>207</sup> PEREIRA, 1987, p. 126.

<sup>208</sup> MOTA, M. *O pátio vermelho*. Rio de Janeiro: Orfeu, 1968. p. 31-32.

poetas e escritores, que já estavam presentes e reconheciam o suplemento como plataforma da intelectualidade, e a possibilidade de novos trabalhos com a abertura e a divulgação da produção literária no jornal. O próprio Mauro Mota fornece pistas sobre essa rede em seu único romance produzido, *O Pátio Vermelho*, publicado inicialmente pela Editora Orfeu, do Rio de Janeiro, em 1968. O livro é ambientado em Recife, dos anos 1940 e 1950, em uma pensão para estudantes no centro da cidade. Os universitários que estavam hospedados na Rua do Sebo, próximo ao jornal *Correio do Recife*, que na verdade seria o próprio *Diário de Pernambuco*, possuíam atividades complementares aos estudos, como o ensino no Liceu, aulas particulares na própria pensão, ou o exercício do jornalismo. O romance conta o cotidiano de dois universitários do curso da Faculdade de Direito do Recife que colaboravam com o jornal pernambucano, um como repórter, outro como colaborador do suplemento.

Os dois, em virtude das atividades na imprensa, ganharam prestígios diferentes com a dona da pensão na qual viviam, que chegava a tolerar o atraso de pagamento dos profissionais da imprensa, com a sociedade letrada recifense. Enquanto o repórter José Luís Monteiro de Albuquerque teve acesso ao centro do poder, como governadores e políticos, o estudante José Ramalho Júnior, que publicava suas crônicas no jornal, conquistou a possibilidade de circular nos salões letrados da cidade, como o da casa de Marina Simões, na Capunga. Marina seria a feminista Martha de Holanda<sup>209</sup>. Além disso, José Ramalho, que antes era tratado pelo apelido de Zanolho, ganhou o status de escritor. No romance, também é possível identificar relações de vínculos empregatícios distintas com o jornal. Enquanto o repórter recebe por seus trabalhos, o colaborador do suplemento, não. O repórter José Luís Monteiro chega a indagar a José Ramalho por que ele não teria pedido ao chefe da redação do *Correio*, Felipe Gama, para ser efetivado como repórter e garantir uma renda extra. De fato, poucos tinham o privilégio de receber por contribuições em páginas literárias. O jornalismo diário ainda era um dos poucos caminhos para remuneração na imprensa. O jornal *O Estado de S. Paulo* era uma das exceções, ao pagar, de forma justa, parte do seus colaboradores de seu suplemento literário que circulou entre os anos de 1954 e 1974<sup>210</sup>.

Os anos 1940 e 1950, ainda com a concorrência do rádio e, posteriormente, o surgimento da televisão, foram bastante favoráveis ao jornalismo impresso, que ainda reinava em influência e alcance. Pelas páginas do suplemento do *Diário*, os leitores tiveram acesso a críticas e produções de nomes como Álvaro Lins, Ariano Suassuna, Ascenso Ferreira, Evaldo

---

<sup>209</sup> PEREIRA, 1987, p. 126.

<sup>210</sup> LORENZOTTI, E. **Suplemento literário, que falta ele faz!** 1956 – 1974 do artístico ao jornalístico: vida e morte de um caderno cultural. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 01 jan. 2007. ISBN 8570605374. p. 44.

Cabral de Mello, Ferreira Gullar, Gilberto Freyre, Joaquim Cardozo, João Cabral de Mello Neto, Manuel Bandeira, Marcos Vinícios Vilaça, Otto Maria Carpeaux – entre outros, consagrados e/ou em processo de consagração, que estavam no círculo de relacionamento dos *Diários Associados*, grupo de mídia que comandava a empresa, ou do próprio Mauro Mota e da redação de seu jornal. As mulheres eram raras nessas páginas, mas nomes como da poetisa paraibana Zila Mamede e da escritora e feminista pernambucana Edwiges Sá Pereira contribuíam com algumas produções. Para se ter uma ideia, apenas uma nota pequena, em todo período da pesquisa, foi localizada sobre o trabalho da escritora francesa Simone de Beauvoir. O suplemento era um espaço masculino. Esses intelectuais que tinham suas poesias, crônicas, críticas publicadas nessas páginas dispunham de um espaço para divulgação de seus trabalhos, lembrando que o mercado editorial brasileiro ainda estava engatinhando, com poucas editoras concentradas na região Sudeste do país. Para os que não estavam instalados perto da sede do poder, no Rio de Janeiro, ou São Paulo, era a forma de serem reconhecidos pelo público pernambucano e nordestino. Para os residentes em Pernambuco, era uma porta de entrada para que as mesmas produções pudessem ser publicadas em outros jornais dos *Associados* em outras regiões do país. Não há registros sobre remunerações. Ao centro disso tudo: Mauro Mota, cujo poder se concentrava na edição, na escolha de quem teria seu nome veiculado nessas páginas tão preciosas.

Foi no suplemento que Mauro publicou inicialmente, de forma inédita, as *Elegias*, em 1952, seu principal trabalho poético e que o torna reconhecido nacionalmente. Também foi no suplemento que nomes como Carlos Pena Filho e Eduardo Portella, entre outros, tiveram seus primeiros trabalhos publicados. A historiadora Alzira Alves de Abreu defende que os suplementos literários formaram redes de sociabilidades para muitos literatos brasileiros na década de 1950, e juntamente com os cafés, salões, as revistas literárias e as editoras, permitiram a estruturação do campo intelectual no país. Era nesses locais que se encontravam grupos de amigos, muitos de uma mesma região, manifestando opiniões, divergências e até antagonismos. “Aí se cruzaram várias gerações, nascidas entre 1880 e 1930. A maioria dos jornais abrigou tanto os intelectuais da geração nascida no final do século passado como das décadas de 10, 20 e 30<sup>211</sup>”. Em Recife, o grupo que orbitava em torno do poeta e editor Mauro Mota tinha entre alguns dos pontos de encontros, fora a própria redação do jornal, o

---

<sup>211</sup> ABREU, A. A. de. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, A. A. de (Org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 23

tradicional Bar Savoy, na Av. Guararapes, o Café Lafayette e o Restaurante Dom Pedro, ambos na Rua do Imperador d. Pedro II.

Figura 4 - O primeiro exemplar do suplemento literário editado por Mauro Mota em 17 de agosto de 1947.



Fonte: Centro de Documentação do Diário de Pernambuco (Cedoc).

“Os jovens poetas da Rua do Imperador e do Bar Savoy – herdeiros por assim dizer da tradição de Carlos Pena Filho – encontraram nele o amigo, o mestre, timoneiro<sup>212</sup>”. No mesmo período, outros suplementos existiam na cidade do Recife, como o do *Jornal do Commercio*, dirigido por Aderbal Jurema, e o da *Folha da Manhã*, editado por Nilo Pereira, todos alimentados com colaborações de outros estados. No entanto, por estar vinculado a uma cadeia nacional de jornais, os *Diários Associados*, o do *Diário de Pernambuco* teve maior

<sup>212</sup> PEREIRA, 1987, p. 31.

prestígio e repercussão nacional. O objetivo deste capítulo, além de analisar a rede de sociabilidade formada por Mauro Mota em torno do suplemento, é revelar a narrativa institucional do *Diario* por trás da publicação. Há dois trabalhos já produzidos nesse sentido: um mais recente, do jornalista Jodeval Duarte, intitulado *Agitação Cultural*, de 2001, e do jornalista Arnaldo Jambo, sobre a história do jornal. Amigo de Mauro Mota, Arnaldo chegou a defender uma era do jornalista dentro da empresa. O livro de Jambo é intitulado *História e jornal de quinze décadas*, uma referência sobre a história da empresa e publicado em 1975.

Em entrevista nos anos 1940 sobre o suplemento que editava no *Diario*, Mauro Mota defendeu que esse tipo de publicação vinha contribuindo para a transformação literária do Nordeste: “Não temos, é certo, editoras e também não vejo possibilidade de criar uma de invejável capacidade. A gente do Nordeste é pobre e lê muito pouco<sup>213</sup>”. Segundo ele, ao contrário dos livros, o jornal se infiltraria mais facilmente na casa das pessoas, contribuindo para a socialização das produções literárias. Ele relatou, também, que não se acreditava na produção local e na permanência do suplemento como um projeto editorial duradouro. “Por longo tempo dominaram as transcrições, tinha-se a impressão de que no Recife pouco se escrevia, o que não é e nunca foi verdade<sup>214</sup>”, afirmou. Mauro Mota também defendeu que não houve um conflito de gerações, e escritores já consolidados na região e no estado – como Gilberto Freyre, Odilon Nestor, Olívio Montenegro, Luiz Delgado, Aníbal Fernandes e Silvio Rabelo – continuaram normalmente suas carreiras e observaram com acolhimento os novos nomes com simpatia e interesse. “A ideia de criar uma página, exclusivamente para acolher as produções do pessoal de casa, a princípio foi recebida com certas reservas e descrenças. Talvez não chegasse ao primeiro mês, mas não se deu assim<sup>215</sup>”, relatou.

Em meados do século XX, havia um cenário favorável para esse tipo de publicação nos jornais. Esse foi um período marcado, sobretudo, pelo debate anti-comunista, pela elaboração de projetos de desenvolvimento e pela ideologia do nacional-desenvolvimentismo. Foi nesse período, por exemplo, que surgiram organizações voltadas para formulação de projetos de desenvolvimento para o país, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), em 1955, e a Escola Superior de Guerra (ESG), em 1948. Até o pensamento Católico passou por uma renovação com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952. “(Foi um) Período de funcionamento do regime democrático, o que evidentemente permitiu a livre expressão de ideias e o desabrochar da criatividade em todas

---

<sup>213</sup> GUERRA, J. A. Às margens do Capibaribe. Revista, **O Jornal**, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1949.

<sup>214</sup> *Ibid.*

<sup>215</sup> *Ibid.*

as áreas do conhecimento<sup>216</sup>”. Nessa fase de criação dos suplementos, o país abraçou novas mudanças, como construção de Brasília, nova capital, por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, o surgimento do Cinema Novo e a renovação do teatro nacional. Na música, a Bossa Nova também marcou essa fase com novos músicos, novas interpretações e novos arranjos musicais. “A poesia conheceu desdobramentos à poesia engajada politicamente; o romance regional, que conheceu seu apogeu nos anos 30-40, se atualizou e sofisticou, e a tendência a uma literatura mais introspectiva de análise psicológica se firmou<sup>217</sup>”.

Os suplementos literários, como um todo, podem também ser vistos como um projeto cultural das respectivas empresas de comunicação. No caso dos *Diários Associados*, grupo em que o *Diário de Pernambuco* fazia parte, na década de 1940 o conglomerado de comunicação estava espalhado por todo o país, com 20 jornais, cinco revistas, oito estações de rádio, uma editora de livros e uma agência de comunicação. Além de Pernambuco, o grupo estava presente em estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia<sup>218</sup>. Ao estudar o suplemento do jornal do *Diário de São Paulo*, também dos *Associados* – que foi editado entre os anos de 1946 e 1948, pelos jornalistas Geraldo Ferraz e Juliana Galvão, a Pagu, conhecida pela militância de esquerda –, a pesquisadora Juliana Neves analisa que era um desejo do dono do grupo, Assis Chateaubriand, marcar presença e criar um canal direto com intelectuais<sup>219</sup>, já que nada tinha sido feito na imprensa paulista até então. A aproximação com o setor cultural teve seu ápice com a criação, por Chateaubriand, do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MASP), em 1947. Os empresários de comunicação do Rio de Janeiro também seguiram esses passos nos anos 1940, como foi o caso dos donos do *Correio da Manhã*: “Carioca *bom-vivant*, educado em Oxford, fumante de cachimbo e amigo de Pixinguinha, Paulo Bittencourt, do *Correio da Manhã*, resolveu oficializar a relação com a amante, Niomar Moniz Sodré<sup>220</sup>”, diz Leonêncio Nossa. “A maior façanha do casal no jogo dos salões foi a abertura de um museu na orla da baía de Guanabara<sup>221</sup>”, completa o jornalista sobre a criação, em 1948, do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, pelo casal proprietário do jornal.

A experiência do suplemento literário de Mauro Mota, com quase 12 anos, no entanto, pode ser considerada exitosa também do ponto de vista da periodicidade. Poucos suplementos

---

<sup>216</sup> ABREU, 1996, p. 13.

<sup>217</sup> *Ibid.* p. 14.

<sup>218</sup> NEVES, J. **Geraldo Ferraz e Patrícia Galvão**: a experiência do Suplemento Literário do Diário de S. Paulo nos anos 40. São Paulo: Annablume, 2005 p. 200.

<sup>219</sup> *Ibid.* p. 32-33.

<sup>220</sup> NOSSA, Leonêncio. Roberto Marinho: o poder está no ar. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. p. 240.

<sup>221</sup> *Ibid.* p. 240.

em jornais impressos conseguem manter ou ultrapassar a marca de uma década, principalmente quando a temática não é considerada comercial aos olhos das empresas de comunicação, a exemplo do jornalismo cultural. Na época do encerramento do suplemento, o escritor pernambucano Osman Lins escreveu um artigo no Suplemento Literário do jornal *O Estado de S. Paulo*, registrando o fim do suplemento e elogiando a capacidade de Mauro Mota em selecionar, de forma equilibrada, trabalhos de escritores já consagrados ou ainda desconhecidos do grande público. No texto, Osman defende que, em uma cidade como Recife, um diretor de um suplemento literário deveria reunir, ao lado de seus humanos defeitos, “uma série de atributos raros, mais ou menos fáceis de encontrar em indivíduos diferentes, mas nunca coexistentes em um único homem<sup>222</sup>”. Para ele, Mauro teria discernimento fino para a obra literária, além de não ser intransigente ou demasiado rigoroso. “Àquelas qualidades exigíveis num bom diretor de suplemento - qualidades estas, insistimos, decorrentes das nossas condições culturais - afirmamos que todas, em maior ou menor grau, possuía o sr. Mauro Mota<sup>223</sup>”. O escritor, na década de 1950, escreveu outros artigos nesse suplemento demonstrando preocupação com o quadro cultural da capital pernambucana. Antes do fim do suplemento, Mauro Mota, em 1956, assumiu concomitantemente o cargo de diretor do jornal, considerado uma promoção. A coluna de Mauro Mota, intitulada *Agenda*, seria publicada entre 1965 e 1975. Na empresa, continuou colaborando com artigos até ano de sua morte, completando um ciclo de 45 anos de trabalho na empresa. O *Diário* só voltaria a produzir um suplemento literário, de caráter mais abrangente em relação a temas fora do eixo da literatura, a partir do ano de 1962, sob a edição dos jornalistas e poetas César Leal e Marcus Prado.

### 3.2 “AINDA QUE A CIÊNCIA DE GILBERTO FREYRE ESTIVESSE TODA ERRADA, A SUA OBRA FICARIA DE PÉ”: UM SUPLEMENTO FREYRIANO A SEU MODO

O bibliotecário recifense Edson Nery da Fonseca, conhecido como uma das referências sobre o estudo da obra de Gilberto Freyre, era presença garantida no suplemento literário do *Diário* nos anos 1940 e 1950. Além de ter expostas questões de sua vida profissional, ele era um dos grandes defensores da obra do autor de *Casa Grande & Senzala*. Foi dele o texto de abertura de uma série antológica sobre a literatura brasileira. Descrito

---

<sup>222</sup> LINS, Osman. Morre um suplemento. IN Suplemento Literário d’**O Estado de S. Paulo**, Ano II, nº 130, 09. Mai. 1959. p. 4.

<sup>223</sup> *Ibid.* p. 4.

como “quem melhor escreve hoje no Brasil”, ele cita o crítico Álvaro Lins para dar credibilidade à sua constatação: “Disse-me uma vez o sr. Álvaro Lins: ainda que a ciência de Gilberto Freyre estivesse toda errada, a sua obra ficaria de pé pela categoria artística<sup>224</sup>”, afirmou. O suplemento editado por Mauro Mota teve um papel importante na construção da imagem pública de Gilberto Freyre enquanto intelectual. Nas páginas literárias do jornal, a vida de Gilberto era exposta quase como um diário. Até os desafetos do sociólogo eram alvo de críticas, quando não tinham seus espaços reduzidos. Lançamentos de livros, recepções no Brasil e no exterior, opiniões (mesmo que antagônicas) sobre o sociólogo tiveram espaço como nenhum outro autor. Às vezes, com informações nem sempre verídicas, fabricadas dentro do Solar de Apipucos, como uma verdadeira agência de notícias de cunho pessoal. Afinal, Gilberto Freyre – que inspirou Mauro Mota do ponto de vista teórico, dentro da comunicação – também atuou como jornalista na imprensa recifense, nos anos 1920, e sabia do poder que essas páginas tinham na sobrevivência e ampliação de seu legado intelectual perante a opinião pública.

O próprio Mauro Mota deu indícios, ao longo de sua trajetória intelectual, da influência sofrida por Gilberto Freyre. Mauro foi um autor importante dessa narrativa do “jornalismo freyriano”. Em trabalhos publicados ao longo dos anos 1960 e 1970, o poeta e jornalista defendeu o legado do sociólogo no jornalismo pernambucano, mostrando que essa seria mais uma influência sofrida na sua formação. Citando Alceu Amoroso Lima, Mauro Mota defendia as redações à moda dos anos 1920 e 1930, em que jornalistas não eram profissionalizados e escreviam nos jornais seus primeiros ensaios literários. “Gilberto Freyre é um imigrante do jornal. Artigos de jornal, edição da ‘Casa Mozart’, do Recife, constitui uma coletânea de artigos publicados, alguns quando ele tinha dezoito anos, no Diário de Pernambuco<sup>225</sup>”, defendeu Mauro, ao lembrar de Gilberto Freyre e o clássico produzido por ele nos anos 1930. “O núcleo de Casa Grande e Senzala também está no Diário de Pernambuco, especificamente no Livro do Centenário, ricamente elaborado, miseravelmente impresso, em 1925<sup>226</sup>”. Para ele, nem todo o escritor poderia ser jornalista, mas todo o jornalista deveria ser um escritor. Entre os exemplos, na avaliação de Mauro, estava Euclides da Cunha, que teria dificuldades em escrever em jornais: “Até as coisas de aparência simples

---

<sup>224</sup> FONSECA, E. N. da. Gilberto Freyre: seu estilo. **Diário de Pernambuco**, Recife, Suplemento Quatro Páginas, 11 de abril de 1948. p. 1.

<sup>225</sup> MOTA, M. **Modas e modos**. Recife: Editora Raiz, 1977. p. 22.

<sup>226</sup> *Ibid.* p. 22.

na redação de um jornal moderno, um título, um registro, solicitam presença de espírito na presença das palavras<sup>227</sup>”.

Há registros de pelo menos cinco trabalhos de Mauro Mota dedicados à comunicação. Três publicados em forma de artigo em seus livros, e dois em artigos dedicados ou reproduzidos em revistas acadêmicas ou livros de especialistas. Em um deles, intitulado “Informação e linguagem”, no livro *Votos e ex-votos*, ele nega a existência do jornalista simplesmente profissional. “Ninguém fale em jornalista simplesmente profissional, desses que usam o manual da redação do mesmo jeito que usariam o de uma repartição aduaneira ou postal, fiel às pautas e aos carimbos<sup>228</sup>”, defende. Em outros artigos, ele preserva, à maneira de Gilberto Freyre – que cita como divisor de águas e grande referência técnica na imprensa pernambucana –, a linguagem simples e direta nos jornais. Mauro Mota navega na tese criada pelo próprio Gilberto Freyre de que teria sido pioneiro na reforma da linguagem dos jornais impressos, separando a opinião da informação, aposentando palavras fora de uso, e criando o que se convencionou hoje como um manual de redação – livro com regras de escrita destinadas a jornalistas, produzidas geralmente pelas empresas em que trabalham. Mauro ainda faz referência ao que seria o primeiro manual de jornal impresso no país, quando Gilberto chefiou a redação do jornal *A Província*, entre os anos de 1928 e 1930<sup>229</sup>. Os manuais de redação só surgiram de forma significativa na imprensa brasileira nos anos 1950. Não há qualquer tipo de prova documental de que Gilberto Freyre teria criado esse manual.

São dos anos 1950 os registros de elaboração de manuais do *Diário Carioca*, do diretor Pompeu de Souza, e da *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, ambos da cidade do Rio de Janeiro. Oficialmente, os primeiros manuais em forma de livros começaram entre os anos de 1985 e 1990, com o lançamento das regras de estilo, verdadeiros “best-sellers”, dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e das revistas da *Editora Abril*. O professor e jornalista Alfredo Vizeu (UFPE) defende que, erroneamente, na história da imprensa brasileira, o primeiro registro de manual de redação ficou com o jornal *Diário Carioca*, do Rio de Janeiro, elaborado em 1950. O pesquisador, no entanto, faz questão de mencionar o pioneirismo de Gilberto Freyre e defende que o manual produzido pelo sociólogo foi o primeiro do gênero no país, ainda nos anos 1920<sup>230</sup>, porém, não há qualquer registro desse manual. Reza a lenda que ele foi afixado por Freyre em uma página na parede da redação de *A*

---

<sup>227</sup> MOTA, M. **Terra e Gente**. Recife: Universidade do Recife, 1963. p. 77-78.

<sup>228</sup> MOTA, 1968, p. 107.

<sup>229</sup> *Ibid.* p. 73

<sup>230</sup> VIZEU, A. Gilberto Freyre e os manuais de redação. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, Pós Com-Metodista, v. 29, n. 50, p. 163-177, 2. sem. 2008..

*Província*. Gilberto Freyre conta essa versão no que seria seu livro de memórias de juventude, *Tempo morto e outros tempos*: “Um dos meus empenhos é dar ao noticiário e às reportagens um novo sabor, um novo estilo: muita simplicidade de palavra; muita exatidão, algum pitoresco. Isto é que é importante num jornal. E nada de bizantinismo<sup>231</sup>”, diz o autor de *Casa Grande & Senzala*. “Já preguei no *placard* um papel em que se proíbe que se empreguem no noticiário não só essas palavras pedantes em vez das genuínas, como ‘estimável’, ‘abastado’, ‘onomástico’, ‘deflui’, ‘transflui, etc.<sup>232</sup>”.

Mauro Mota revela sua versão sobre o hipotético primeiro manual de redação no livro *Terra e Gente*:

Chamem as coisas pelos próprios nomes, não as rebaixem ou confundam com apelidos. Jornalisticamente, chuva não é precipitação pluviométrica, nem cachorro é moloso ou mastim, nem aniversário é genetliaco, nem fritada de caranguejo é fritada de crustáceos acéfalos (...). Esforço decidido a favor da naturalidade no vocabulário de jornal, de protege-lo contra o preciosismo, foi exercido no Recife, por Gilberto Freyre, e através de “A Província”, quando a dirigiu entre 1928 e 1929. Ele chegou a estabelecer multas para quem chamasse de pai, genitor; recém-nascido, interessante petiz; bispo, respeitável prelado; comandante de navio, destemido lobo do mar, e assim, por diante.<sup>233</sup>

Outra referência da discussão da comunicação na obra de Mauro Mota é uma reprodução de um artigo dele na revista *Comunicação & Problemas*, editada pelo Instituto de Ciências da Informação (ICINFORM) da Universidade Católica de Pernambuco, em novembro de 1965. A revista foi criada e era editada por Luiz Beltrão. Na edição, Mauro Mota trata da “Informação e linguagem”<sup>234</sup>. Em outro registro, Mauro Mota contribuiu com um artigo para um livro organizado pelo pesquisador José Marques de Melo, jornalista formado pela Universidade Católica de Pernambuco, nos anos 1960, e que mais tarde se tornaria professor da Universidade de São Paulo (USP), convertendo-se numa das maiores referências da área no Brasil no século XX<sup>235</sup>. Mesmo não sendo seu objetivo – aparente – tornar-se uma referência na discussão teórica da comunicação, eram comuns comentários de Mauro Mota sobre escrita e linguagem até em seus artigos publicados em jornal. Apesar dessa proximidade temporal e até parceria com José Marques de Melo, não há registros de correspondências suas, por exemplo, tanto com José Marques, nem Luiz Beltrão, ou qualquer

<sup>231</sup> FREYRE, 2006, p. 319.

<sup>232</sup> *Ibid.* p. 319.

<sup>233</sup> MOTA, 1963, p. 73

<sup>234</sup> MORAIS, O. J. (Org.). *Comunicações & Problemas. Coleções Beltranianas*, v. 1, n. 3, novembro de 1965.

<sup>235</sup> Revista do Arquivo Público, 1984.

outro teórico que se dispusesse a discutir a temática na época no campo do jornalismo e na comunicação.

A opinião de Mauro Mota conflui com a de Alceu Amoroso Lima, que sentia, já nos anos 1950, as mudanças editoriais pelas quais o jornalismo impresso estava passando. No livro *O jornalismo como gênero literário*, considerado um clássico da imprensa e publicado em sua primeira edição em 1958, Alceu já advertia sobre a aproximação do que os jornais impressos faziam com o material produzido pelas revistas semanais – os jornais estariam mudando para uma abordagem menos factual e mais analítica. “O jornalismo, como gênero literário, deve antes de tudo ser uma arte, isto é, uma atividade livre do nosso espírito no sentido de fazer bem alguma obra<sup>236</sup>”, defende o autor. A afirmação, no entanto, estava na contramão da formação midiática da época, que já previa profissionais para as redações, e não de literatos, como vinha sendo praticado pelos jornais brasileiros desde o começo do século XX. Esse foi um período da criação dos primeiros cursos de graduação em jornalismo no país, a exemplo do fundado pelo jornalista Luiz Beltrão – primeiro Doutor em Comunicação do Brasil – na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), em 1961, primeiro do Norte e Nordeste. “Quando a utilização da palavra, em um jornal, tem apenas um fim pragmático não é jornalismo<sup>237</sup>”, reforça Alceu. “Uma poesia publicada em um jornal, não é jornalismo, continua a ser poesia. Assim, crítica, etc.. O que faz o gênero jornalismo não é o meio de expressão, é o modo de expressão, é a natureza da expressão<sup>238</sup>”, diz, completando que fazer da informação um gênero literário é o sinal do bom jornalista. No entanto, fazer do jornalismo um gênero literário, uma simples informação, era sinal de maus jornalistas<sup>239</sup>.

---

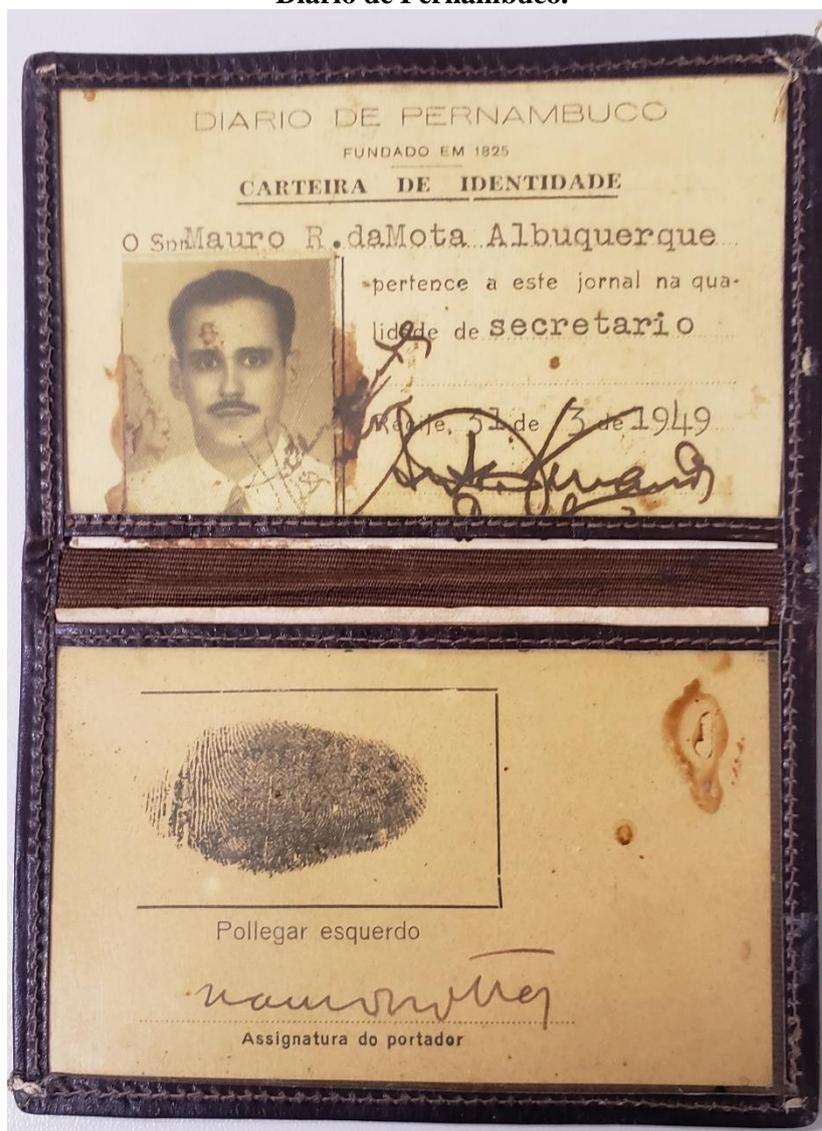
<sup>236</sup> LIMA, A. A. **O jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1969. p. 42.

<sup>237</sup> *Ibid.* p. 42.

<sup>238</sup> *Ibid.* p. 42.

<sup>239</sup> *Ibid.* p. 47.

**Figura 5 - A carteira de trabalho de Mauro Mota na época que era secretário de redação no Diário de Pernambuco.**



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

A influência de Gilberto Freyre em Mauro Mota e sob a redação do *Diário* também pode ser percebida no número de pautas destinadas no suplemento à figura do sociólogo. Gilberto concedia entrevistas, ganhava espaço em matérias de capa, divulgava sua agenda – quando estava, ou não em casa – e até sua mulher, dona Madalena, publicava artigos sobre o marido. O verdadeiro excesso de informações sobre o sociólogo pode ser explicado pela influência que Freyre tinha como colaborador dos *Diários Associados*, sua rede de relacionamento política e a própria passagem que teve no *Diário de Pernambuco* nos anos 1920, como editor e redator especial<sup>240</sup>, e nos anos 1930, como diretor, por um curto

<sup>240</sup> NASCIMENTO, 1968, p. 145.

período<sup>241</sup>. A relação de Mauro Mota com Gilberto Freyre, assim como seu suplemento, também pode ser analisada como uma relação de sobrevivência. Como intelectual de maior projeção no estado, o sociólogo não só exigia um tratamento adequado à sua posição, como Mauro entendia que essa relação também influenciava na própria existência da página literária. Como destaca a filósofa Judith Butler, nossa capacidade de sobrevivência depende da nossa relação com os outros. A sua existência, no âmbito jornalístico, também foi pautada pela subordinação a Gilberto Freyre, que conquistou um espaço como nenhum outro escritor nas páginas do suplemento.

“Afim, se minha capacidade de sobreviver depende da relação com os outros – com um ‘você’ com um conjunto de ‘vocês’ sem os quais não posso existir –, então minha existência não é apenas minha e pode ser encontrada fora de mim<sup>242</sup>”, destaca a filósofa. Ainda segundo ela, nesse conjunto de relações que precedem e excedem fronteiras, se alguma fronteira é atribuída ao indivíduo, é que porque ele se separou dos outros para criar a própria identidade. “Assim, a fronteira é uma função da relação, uma gestão da diferença, uma negociação na qual estou ligado a você na medida da minha separação<sup>243</sup>”. Ou seja, se o indivíduo procura preservar a sua vida, não é apenas para sobreviver, mas porque quem ele é nada existe sem o outro. A própria vida deve ser repensada como um conjunto de relações - complexas, apaixonadas, antagônicas e necessárias – com os outros<sup>244</sup>. Até matérias que, aparentemente, eram críticas ao sociólogo, serviam para demonstrar a densidade de seu trabalho e a repercussão de suas ideias pelo mundo. Um dos exemplos é um texto sem assinatura – recurso, por vezes, utilizado nas redações para matérias que são recomendadas – em que o sociólogo é acusado de racista. O então pesquisador Jules Henry, no *American Journal of Orthopsychiatry*, denuncia o discurso racista e também anti-semita na obra do autor de *Casa Grande & Senzala*.

O autor considera Gilberto Freyre racista pelo fato de afirmar que as mulheres indígenas do Brasil consideravam os portugueses como “raça superior”. O anti-semitismo é colocado em questão quando Freyre revelaria o preconceito contra judeus e os associa ao “parasitismo”. “Para esse crítico basta o fato do autor de Casa Grande citar ‘o desacreditado Houston Stewart Chamberlain o profeta da superioridade nórdica’ para mostrar que ele não

---

<sup>241</sup> NASCIMENTO, 1968, p. 160.

<sup>242</sup> BUTLER, J. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 72.

<sup>243</sup> *Ibid.* p. 72.

<sup>244</sup> *Ibid.* p. 73.

está livre de preconceito<sup>245</sup>”, destaca um trecho da matéria do suplemento. No mais, as acusações não chegam a ser rebatidas – mesmo com a proximidade que o jornal e o editor teriam com o Freyre. Outra crítica partiu do professor Donald Pierson, radicado em São Paulo, cuja posição teria sido reverberada na *American Sociological Review*. Nesse caso, a crítica recai sobre o fato de Freyre considerar sociologia (e analisar, também) tudo que diz respeito ao homem, inclusive, a nutrição, além de exagerar no papel da geografia nas relações sociais. Donald Peterson também acusa Gilberto Freyre de negar uma pluralidade cultural e social na região Nordeste. “Na opinião do sr. Donald Pierson só são válidas para o que chama de a área do açúcar e do escravo negro Olinda Recife e até certo ponto, o Recôncavo Bahiano<sup>246</sup>”, complementa. O texto, no entanto, encerra-se com uma grande defesa de Gilberto Freyre, inclusive de nomes execrados pela história, como o ditador fascista italiano Benito Mussolini. Defende o texto,

A maioria das críticas, porém, e as mais autorizadas, têm sido excepcionalmente favoráveis do livro brasileiro tanto na Inglaterra como no Canadá e nos Estados Unidos, destacando-se o longo e recente artigo do conhecido escritor inglês Philip Caste em *The Manchester Guardian*, da Inglaterra, que provocou imediato pedido da Alemanha aos editores ingleses para a obra ser traduzida ao alemão (...) Da Itália, de onde acaba de chegar o jornalista Murilo Marroquim traz a informação de serem os trabalhos do sociólogo brasileiro conhecidos nos meios intelectuais esquerdistas e também que Benito Mussolini os conhecia, tendo expressado: “Gilberto Freyre é o maior cabeça da América do Sul<sup>247</sup>”.

Mas a exposição de Gilberto não tinha limites, mesmo quando o assunto (aparentemente) não tinha qualquer fundo de verdade. No ano de 1951, o suplemento do *Diario* chegou a publicar uma notícia sem fundamento sobre a nomeação de Freyre ao posto de embaixador do Brasil no Reino Unido. O sociólogo estaria em viagem, a convite do governo francês, para lecionar um curso de literatura na Sorbonne. Na França, também acompanharia um lançamento de uma nova edição de sua *Casa Grande & Senzala*. “Igualmente convidado pelo governo de Portugal fará uma conferência em Lisboa e depois visitará as colônias portuguesas na África. Embora Gilberto não se refira ao assunto, sabe-se que ele, em breve, será nomeado embaixador do Brasil, em Londres<sup>248</sup>”, anuncia o suplemento do *Diario*. Os esforços do suplemento em colocar Gilberto Freyre no centro das atenções também continuavam nos *leads* das matérias – o primeiro parágrafo de uma notícia ou artigo. Em

<sup>245</sup> O escritor Gilberto Freyre acusado de “racista”. **Diario de Pernambuco**, Recife, Suplemento Seis Páginas, 4 de abril de 1948. p. 6.

<sup>246</sup> *Ibid.* p. 6.

<sup>247</sup> *Ibid.* p. 6.

<sup>248</sup> MOTA, M. Itinerário de Gilberto Freyre. **Diario de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 6 Páginas, 15 de julho de 1951. p. 6.

1948, por exemplo, Carlos J. Morais assina um artigo sobre o escritor alemão Thomas Mann, cita o sociólogo no início do texto que ganharia, mais tarde, repercussão. “Recentemente, Gilberto Freyre relembra o fato de Thomas Mann ser filho de mulher brasileira e sugeria uma homenagem especial do nosso país e, em particular, da Academia Brasileira de Letras ao grande romancista<sup>249</sup>”, destaca o autor, ao lembrar que a ideia teria sido acolhida de forma positiva em círculos literários no país.

A sugestão do autor aparenta ter chegado aos olhos de Thomas Mann. O suplemento, em edição posterior, destacou a repercussão da ideia. Mas acabou por esquecer o próprio Carlos J. Morais, autor do artigo original, que reproduziu a ideia de Freyre. “Tomando conhecimento, por intermédio de um amigo austríaco, residente em São Paulo, o escritor Carlos de Lusting-Grean, do artigo de Gilberto Freyre ‘Thomas Mann, filho de brasileira’ em que se sugere uma homenagem especial do Brasil<sup>250</sup>”, diz a nota no suplemento, que continua: “e da Academia Brasileira de Letras, ao grande romancista, este declarou: ‘O apelo do professor Gilberto Freyre é de minha inteira e comovida simpatia<sup>251</sup>’”. Na ânsia de agradar o sociólogo de Apipucos, o suplemento de Mauro Mota acabou credenciando o artigo ao próprio Gilberto, quando na verdade, apenas sua ideia – como muitas vezes foi – estava em destaque na voz de outro autor.

A atividade de Gilberto Freyre como parlamentar também tinha espaço garantido nas páginas do suplemento literário. A publicação, no entanto, concentrou-se em adjetivar positivamente um único projeto do sociólogo: a proposta de criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 21 de julho de 1949, para o qual, anos mais tarde, muitos colaboradores da própria página seriam contratados. A notícia literária da semana foi a chegada de Gilberto Freyre após dois acontecimentos máximos para a vida social e cultural de Pernambuco e do Brasil: a aprovação pela Câmara do projeto de lei de sua autoria, criando no Recife o “Instituto Joaquim Nabuco”, e a publicação de “Ingleses no Brasil”: “A atuação do deputado e do sociólogo nestes últimos meses<sup>252</sup>”, diz o jornal, “foi assim marcada por fatos que não só os dignificam pessoalmente porque indicam mais dois degraus de subida: um para o Congresso e outro para a cultura do Brasil no que ela possui de melhor e duradouro<sup>253</sup>”.

---

<sup>249</sup> MORAIS, C. J. Agora, sou um Cidadão Americano. **Diário de Pernambuco**, Recife, Suplemento 6, 25 de abril de 1948. p. 1.

<sup>250</sup> MOTA, M. Mann comovido. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Suplemento, 6 Páginas, 30 de maio de 1948. p. 6.

<sup>251</sup> *Ibid.* p. 6.

<sup>252</sup> MOTA, M. Gilberto Freyre em Apipucos. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Suplemento, 8 Páginas, 23 de janeiro de 1949.

<sup>253</sup> *Ibid.*

Nas páginas editadas por Mauro Mota, a torcida também foi clara quando Gilberto anunciou sua candidatura à reeleição, apesar de não ser vitorioso. “Gilberto Freyre chegou, esta semana, ao Recife e esta é uma notícia de primeira ordem para todos os amigos e leitores do grande escritor<sup>254</sup>”, diz a nota. “Informou à reportagem deste jornal o seu propósito de disputar as eleições suplementares uma vez que é um dos candidatos mais votados, para lugar ainda indeciso, na representação do nosso Estado, na Câmara Federal<sup>255</sup>”. O suplemento destaca claramente que estava na torcida pelo sucesso eleitoral do sociólogo, desejando êxito no projeto: “Mais do que para o autor de Casa Grande e Senzala, é uma honra para Pernambuco mandá-lo novamente ao Parlamento da República, cujo nível cultural tanto elevou na última legislatura<sup>256</sup>”. De fato, esse tipo de campanha não era novidade em torno do sociólogo. O historiador Nilo Pereira, em biografia sobre o editor do suplemento, revelou que em uma das cartas do acervo familiar, que ainda hoje estão sob a guarda da viúva Marly Mota, há uma queixa de Álvaro Lins sobre esse tratamento especial, em detrimento de si próprio, que foi candidato e não teve a mesma atenção. Na carta, Álvaro queixava-se do jornalista Aníbal Fernandes que, em sua campanha, quando esperava conseguir a primeira suplência, o *Diario* estampava uma manchete dizendo que Freyre era o candidato da UDN e dos homens livres: “Reafirma, então, a Mauro que era também da UDN e não era candidato de escravos. Passou, então, a colaborar no Jornal do Commercio, deixando o *Diario*<sup>257</sup>”.

A verdadeira agência de notícias freyriana em que se transformou o suplemento também incluía simples cerimônias com significado simbólico bastante importante. Em uma das coberturas da página de literatura, o *Diario* acompanhou a inauguração de uma vitrine com as obras do escritor na sede da Faculdade de Direito do Recife, em 10 de janeiro de 1954. “É dessa inauguração o flagrante acima. Ao lado de Gilberto Freyre, aparecem o prof. Edgar Altino e então bibliotecária da Faculdade, sra Myriam Gusmão de Martins<sup>258</sup>”, noticiou a página. Outro texto, sem assinatura – que reproduz uma entrevista com o crítico Eduardo Portella, que estaria de volta ao Recife –, refere-se à repercussão da obra de Freyre na Espanha, Europa. Os elogios chegam a chamar a atenção em um artigo de capa com o seguinte título: “Gilberto Freyre, o único escritor brasileiro realmente conhecido e admirado

<sup>254</sup> MOTA, M. Gilberto Freyre chegou. **Diario de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 6 Páginas, 11 de fevereiro de 1951. p. 6.

<sup>255</sup> *Ibid.* p. 6.

<sup>256</sup> *Ibid.* p. 6.

<sup>257</sup> PEREIRA, 1987, p. 143.

<sup>258</sup> MOTA, M. Gilberto Freyre na Faculdade de Direito. **Diario de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 12 Páginas, 10 de janeiro de 1954. p. 12

na Espanha<sup>259</sup>”. A reportagem também explorava grupos de estudos na área de ciências sociais, como um criado no Rio Grande do Sul, que dedicavam seu nome e finalidade de pesquisa à obra de Gilberto Freyre. Segundo o *Diario*, “um exemplo a ser seguido por outros estados do Brasil<sup>260</sup>”. Até correspondências destinadas à família Freyre ganhavam espaço nas páginas editadas por Mauro Mota, a exemplo da sextilha realizada pelo poeta Manuel Bandeira à filha do Mestre de Apipucos, Sônia Freyre<sup>261</sup>:

Sônia, filha de Gilberto  
 E filha de Madalena,  
 Cumprirá em moça, de certo,  
 O que promete em pequena,  
 Não verei isso de perto,  
 Serei bem longe... que pena<sup>262</sup>!

A manifestação do “jornalismo freyriano” no suplemento editado por Mauro Mota também se dava na atenção aos desafetos de Gilberto Freyre. Em uma das poucas polêmicas do suplemento, nos seus 12 anos de publicação, está a acolhida de um artigo crítico ao médico e sociólogo Josué de Castro. Provavelmente fruto de uma discussão originada na *Revista Nordeste*, o sociólogo e médico ataca a figura do intelectual Aderbal Jurema. “Tivemos notícia através de uma nota do *Diario de Pernambuco* sobre a coleção de livros científicos, que se está editando em Paris, sob a nossa direção - a Biblioteca de Ecologia Tropical<sup>263</sup>”, afirma Josué. O artigo assinado por Aderbal tinha como título “Injustos artigos publicados no Nordeste<sup>264</sup>”, que foi desdenhado já na resposta pelo autor de *Geografia da Fome*: “Conhecendo bem o sr. Jurema, motivo qual não tivemos nenhuma curiosidade em ler os tais artigos. Mas um amigo íntimo desses que estão sempre dispostos a se baterem quixotesicamente pela defesa da verdade<sup>265</sup>”. Josué de Castro ainda afirma que esse amigo também exigiu que ele desse uma resposta, apresentando documentos da “campanha” contra seu trabalho, mesmo argumentando que não teria tempo de escrever a resposta que envolvia questões de âmbito alimentar. A pelega também teria envolvido os professores Nelson Chaves e Oswaldo Gonçalves de Lima, em entrevista também publicada pela *Nordeste*.

<sup>259</sup> GILBERTO Freyre, o único escritor brasileiro realmente conhecido e admirado na Espanha. **Diario de Pernambuco**, Seção 2, Recife, 14 de março de 1954. 12 p. p. 1.

<sup>260</sup> FUNDADO em Porto Alegre o “Centro de Estudos Sociais Gilberto Freyre”. **Diario de Pernambuco**, Recife, Seção 2, 8 Páginas, 16 de março de 1952. p. 1

<sup>261</sup> BANDEIRA, M. Sextilha de Frei Manuel. **Diario de Pernambuco**, Recife, Suplemento 8, 1 de maio de 1949. p. 8.

<sup>262</sup> *Ibid.* p. 8.

<sup>263</sup> CASTRO, J. Mucunã e Jurema: A propósito dos alimentos bárbaros do Nordeste. **Diario de Pernambuco**, Recife, Suplemento 6, 14 de março de 1948. p. 1.

<sup>264</sup> *Ibid.* p. 1.

<sup>265</sup> *Ibid.* p. 1.

Foi em consideração aos nomes desses colegas, maliciosamente envolvidos pelo jornalista na campanha e também para esclarecer as possíveis dúvidas dos homens de boa fé e de respeito de nossa terra que resolvemos responder aos ataques mal cozinhados do sr. Aderbal Jurema. Limitamo-nos, pois, à análise da entrevista, onde são misturadas as palavras abalizadas dos citados investigadores com deslavadas falsificações, com alterações de sentido e com falsas referências aos nossos trabalhos<sup>266</sup>.

Na edição seguinte do suplemento, foi a vez Aderbal Jurema recolocar sua posição na polêmica. O tom dos artigos é mais de crítica pessoal do que de debates técnicos de supostas visões acadêmicas divergentes. “Quando escrevemos, em julho de 1947 a respeito de uma conferência do sr. Josué de Castro, através de ‘Nordeste’, sabíamos ser tarefa por demais inglória e cheia de surpresas<sup>267</sup>”, diz o articulista, que continua atacando e desmerecendo o caráter científico da obra de Josué. “Tentar fazer comentários em torno de conferências que não foram previamente escritas para serem ditas era porque tínhamos conhecimento das imposturas desse senhor a quem não conhecemos e com quem nunca tivemos a menor aproximação<sup>268</sup>”, completa. Aderbal faz referência ao clássico de Josué de Castro e trata das propriedades alimentares da semente de macunã. “No seu estilo impostor consumado o sr. Josué de Castro procurou fugir da responsabilidade de sua afirmativa sobre a inocuidade da mucunã que se encontra no seu livro ‘Geografia da Fome<sup>269</sup>’”. Aderbal rebate a tese de Josué de que se trata de um alimento de fácil paladar e nutritivo – além do sabor, o autor também defendia que a espécie fosse plantada no Sertão como instrumento de combate à fome em virtude de sua resistência aos períodos de seca. Conclui Aderbal que não insistiria mais no assunto, citando os Arquivos Brasileiros de Nutrição, de 1947: “O produto obtido em nossos laboratórios pela manipulação das sementes se apresentou como uma matéria pulverulenta, amarelada e insípida ao paladar e com um cheiro de acre característico<sup>270</sup>”.

---

<sup>266</sup> CASTRO, 1948, p. 1.

<sup>267</sup> JUREMA, A. A propósito de Macunã. **Diário de Pernambuco**, Recife, Suplemento Seis Páginas, 21 mar. 1948. p. 1.

<sup>268</sup> *Ibid.* p. 1.

<sup>269</sup> *Ibid.* p. 1.

<sup>270</sup> *Ibid.* p. 1.

**Figura 6 - Mauro Mota na redação do Diário de Pernambuco: as presenças de Aníbal Fernandes e de Gilberto Freyre.**



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Ao mesmo tempo, o suplemento ainda fornecia pouco espaço a Josué de Castro, enquanto este ganhava repercussões nacional e internacional. Muitas vezes, as conquistas do pernambucano e desafeto de Freyre resumiam-se a pequenas notas de um ou dois parágrafos. Como exemplos, quando Josué assumiu uma função na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948. “(Josué) Fará uma viagem anual a Washington afim de participar das reuniões do Comitê onde levará a contribuição de sua cultura e entendimento das necessidades do nosso povo”<sup>271</sup>, diz uma das notas. Outra grande conquista do médico e sociólogo foi o Prêmio José Veríssimo, referendado pela Academia Brasileira de Letras, também em 1948. Nesse caso, a nota foi de um parágrafo: “A distinção conferida pela Casa Machado de Assis é a consagração do trabalho do professor Josué de Castro, um estudo profundo de biologia social em que aborda o problema da fome em sua significação universal<sup>272</sup>”, destaca um trecho do suplemento. O desentendimento entre Freyre e Josué tem como gênese as obras *Casa Grande & Senzala*, do primeiro, e *Geografia da Fome*, do segundo.

<sup>271</sup> MOTA, M. Josué de Castro e a ONU. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Suplemento, 6 Páginas, Recife, 6 de junho de 1948. p. 6.

<sup>272</sup> MOTA, M. Prêmio José Veríssimo. **Diário de Pernambuco**, Recife, Suplemento, 4 de julho de 1948. p. 6.

O trabalho clássico de Freyre faz uma crítica aos estudos de Josué mencionando o artigo “O problema fisiológico da alimentação brasileira”, publicado, em 1933, pela *Revista de Medicina de Pernambuco*<sup>273</sup>. Na avaliação de Freyre, um médico de formação não poderia abordar com tanta especificidade problemas de ordem cultural e social<sup>274</sup>. Por outro lado, os dois também divergiam em torno da alimentação da população mais pobre e dos escravos, que Gilberto defendia como rica em nutrientes, negada veemente por Josué, que argumentava que quantidade não seria qualidade. A visão uniforme da região Nordeste, defendida por Freyre, também era questionada por Josué, que destacava a pluralidade de hábitos e condições em diversos estados<sup>275</sup>. Em ambos os casos, o suplemento ficou ao lado de Gilberto Freyre. Assim, o suplemento de Mauro Mota cumpria a tarefa não só de blindar a figura de sua grande referência intelectual, mas também colocar o sociólogo de *Casa Grande*, sempre que possível, no centro do debate. Mesmo com a tônica da revelação dos novos talentos, a publicação, quase sempre, investia mesmo nos antigos e velhos conhecidos – seja já consagrados ou que, de alguma forma, estavam nas redes de relacionamento dos *Diários Associados*. A fidelidade da pauta freyriana no suplemento permitiria a Mauro galgar novos espaços públicos, quando não, manter os já conquistados.

### 3.3 “NOSSAS GAVETAS ESTÃO CHEIAS DEMAIS”: OS DESEJÁVEIS E INDESEJÁVEIS NAS PÁGINAS DO SUPLEMENTO LITERÁRIO

Na edição de 14 de dezembro de 1947, quando assinou a coluna Literatura da Semana, o jornalista e poeta Edson Régis, no ano de estreia do suplemento, preferiu adotar um discurso curto e grosso. O autor tratava, em seu comentário, do surgimento de várias revistas no Recife, muitas delas de duração efêmera. O que poderia ser comemorado, por supostamente se caracterizar pelo alargamento do mercado editorial na capital pernambucana, transformou-se em críticas gratuitas e um recado àqueles que desejavam publicar colaborações no suplemento do *Diário* e tinham seus desejos negados. Com o título “Revistas do Recife”, o artigo do jornalista associou o surgimento dessas revistas aos autores que não conseguiam emplacar suas produções nos suplementos da cidade. O tratamento dado aos colegas indesejáveis, fossem eles poetas, cronistas ou simplesmente aspirantes a intelectuais,

---

<sup>273</sup> SILVA, M. F. S. **Josué de Castro, pensamento e ação**: a gênese do plano de segurança alimentar. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9480>. Acesso em: 10 maio 2021. p. 65.

<sup>274</sup> *Ibid.* p. 89.

<sup>275</sup> *Ibid.* p. 90.

demonstra a autoimagem que a redação tinha da sua própria seção literária, até porque as revistas que entravam na concorrência estariam produzindo o que autor nomeou como “subliteratura”.

“Se qualquer jovem quer iniciar-se nas letras e encontra dificuldades em publicar seus primeiros escritos não deve animar-se para fundar uma revista e nela escrever tudo que lhe dá na cabeça<sup>276</sup>”, diz Régis. “Se os suplementos literários não divulgaram seu artigo ou poema, certamente esse artigo ou poema não estava em condições de ser posto em letra de forma<sup>277</sup>”, completa. O jornalista defendeu, inclusive, que a empreitada não tinha qualquer objetivo financeiro. Aliás, muitos desses autores que teriam seus trabalhos negados poderiam ter prejuízos ao colocar na balança os gastos com a impressão e distribuição de suas revistas. O artigo defendeu que o suplemento tinha quase uma função de escola, ao receber e negar produções que não teriam determinados valores estéticos (ou literários). Não diz, no entanto, quais seriam esses critérios, como o jornal fazia a seleção dessas contribuições, etc. Apela, ainda, para uma violência simbólica, ao afirmar que os trabalhos que não estivessem em páginas como a do jornal poderiam ser ridicularizados. “A má impressão que causa fora do Estado é tremenda. Quem entra em contato, lá fora, com certas publicações caça niqueis, que circulam no Recife de vez em quando, fica pensando que Pernambuco é a terra da subliteratura mais profunda que há<sup>278</sup>”.

Braço direito de Mauro Mota no início do suplemento, Edson Régis, inclusive, “aconselha” os jovens talentos, ao reforçar que não ficava comovido nem se apiedava com os autores que desejavam aparecer no suplemento e não conseguiam. “Pedimos a todos que continuem escrevendo, escrevendo, escrevendo, até tirar sangue, como dizia Mário de Andrade, e mandando para os jornais, sem deixar-se seduzir com essa história de fazer uma revistinha<sup>279</sup>”. Não seria por falta de sugestões e colaboradores que o suplemento literário deixaria de circular. A fila era grande. “Para guardar toda essa colaboração que já temos, procuramos saber do poeta Israel Fonseca por quanto poderíamos conseguir um baú semelhante ao seu (a história do baú vai na seção ‘Os escritores da vida comum’) pois nossas gavetas já estão cheias demais<sup>280</sup>”. Além do discurso de local de referência, chama também a atenção o tom personalista da página literária: ao contrário de outros cadernos do jornal, quem desejasse ter sua produção publicada deveria enviá-la ao que tudo indica ser o endereço

<sup>276</sup> RÉGIS, E. Revistas do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Suplemento Quatro Páginas, 14 de dezembro de 1947. p. 4.

<sup>277</sup> *Ibid.* p. 4.

<sup>278</sup> *Ibid.* p. 4.

<sup>279</sup> *Ibid.* p. 4.

<sup>280</sup> *Ibid.* p. 4.

peçoal do seu editor, o jornalista Mauro Mota, no bairro da Madalena, na Zona Norte do Recife<sup>281</sup>.

A historiadora Alzira Alves de Abreu, ao analisar as transformações da imprensa nos anos 1950, defende que, para colaborar com esses suplementos literários, os jovens precisavam muito mais da indicação de amigos do que, propriamente, de capacidade técnica de escrever seus textos. A rede de relacionamento, nesse sentido, era um fator determinante para conquistar um espaço, mesmo que modesto, entre os nomes já reconhecidos no mundo das letras. “O suplemento era a forma de inserção dos jovens no mundo literário. Para a publicação dos primeiros textos, o iniciante buscava uma indicação de amigo, parente ou conhecido que o pusesse em contato com um escritor conceituado que colaborasse em suplementos<sup>282</sup>”, destaca. Na própria época, Mauro Mota reconhece, nas entrelinhas, essa limitação, reverberando, quase dez anos depois, a opinião de Edson Régis no início do suplemento. Em 9 de setembro de 1956, ao assinar a coluna Literatura da Semana, Mauro relata que recebeu uma carta zangada de um leitor do interior do estado se queixando de sugestões de contos que não foram publicados. Na ocasião, o remetente pediu a devolução de todos os textos enviados no intervalo de três anos. Comenta o colunista,

Aquí não temos má vontade para ninguém. Pelo contrário: se há um pecado, é o da concessão em tantos domingos positivada. Também não temos coluna para acusar correspondência nem tempo para dar palpites sobre as coisas recebidas. Apenas desejamos que elas tenham um mínimo de qualidade, pelo menos em potencial, para justificar a divulgação. É impossível mandar compor tudo o que chega. Ainda porque, mesmo um suplemento diário, não ecoaria toda a produção. Ela vem de muitos pontos do Nordeste, e até de outras regiões.

Dai a exigência de algum trabalho selecionador, feito, contudo, acima de qualquer paixão. Admitimos, em alguns casos, o esquecimento de algumas composições. Jamais a contento de sabotá-las.

É assim que há nove anos, desde quando este caderno, antes ortodoxo quanto à acolhida exclusiva para os “nomes feitos”, abriu-se, com o apoio do nosso então diretor Aníbal Fernandes, também aos iniciados. Destes vários, pelo próprio valor, já se transferiram para a outra categoria. Mas as coleções permanecem com o documentário da iniciação deles, tão útil para a história literária desta província.

Poderíamos agir de outra forma e com menos esforço. Mas isso não entra na cabeça do missivista amuado. Na sua tranquilidade municipal, que invejamos, insinua compromissos automáticos em face de colaborações jamais solicitadas. Exige a volta dos preciosos originais. Que procure as cópias do seu arquivo.

<sup>281</sup> Na edição de 8 de maio de 1949, o suplemento publicou uma nota que qualquer correspondência destinada à seção deveria ser endereçada para Rua José Osório, nº 102, no bairro da Madalena, no Recife, destoando dos resto das correspondências de outros cadernos e seções que deveriam ser entregues à sede da redação. IN Literatura da Semana, Suplemento Oito Páginas, Diário de Pernambuco, Recife, 8 de maio de 1949, p. 8.

<sup>282</sup> ABREU, 1996, p. 25.

Não deixaria de conservá-las em casa quem é tão cioso da própria “obra de ficcionista”<sup>283</sup>.

Os novos apareciam, mas com espaço reduzidíssimo em detrimento dos já consagrados. A sessão dedicada a eles, denominada *Coluna dos Novos*, teve vida efêmera<sup>284</sup>. Os trabalhos acolhidos tinham relação estreita com os interesses do jornal, do editor, além das redes familiares e afetivas. Meritocracia não combinava com o jornalismo cultural construído pelo jornal nos anos 1940 e 1950. Pelas páginas do suplemento desfilavam nomes de Nazaré da Mata, cidade na qual Mauro Mota passou parte da infância, parentes distantes, como João Cabral de Melo Neto e seu irmão Evaldo, ambos posteriormente imortais da Academia Brasileira de Letras, além de intelectuais ligados ao próprio jornal, como antigos redatores, e os que se identificavam com a estética do sociólogo Gilberto Freyre. Algumas exceções chegam a ser curiosas, como o caso do poeta Carlos Pena Filho, uma das revelações da casa, que se aproximou do grupo pelo fato de o pai possuir a Sorveteria Botijinha, na Praça da Independência, próxima à sede do jornal – onde a atração mais sofisticada era um sorvete com biscoito Maria<sup>285</sup> –, que era frequentada por intelectuais, a exemplo do próprio Mauro Mota.

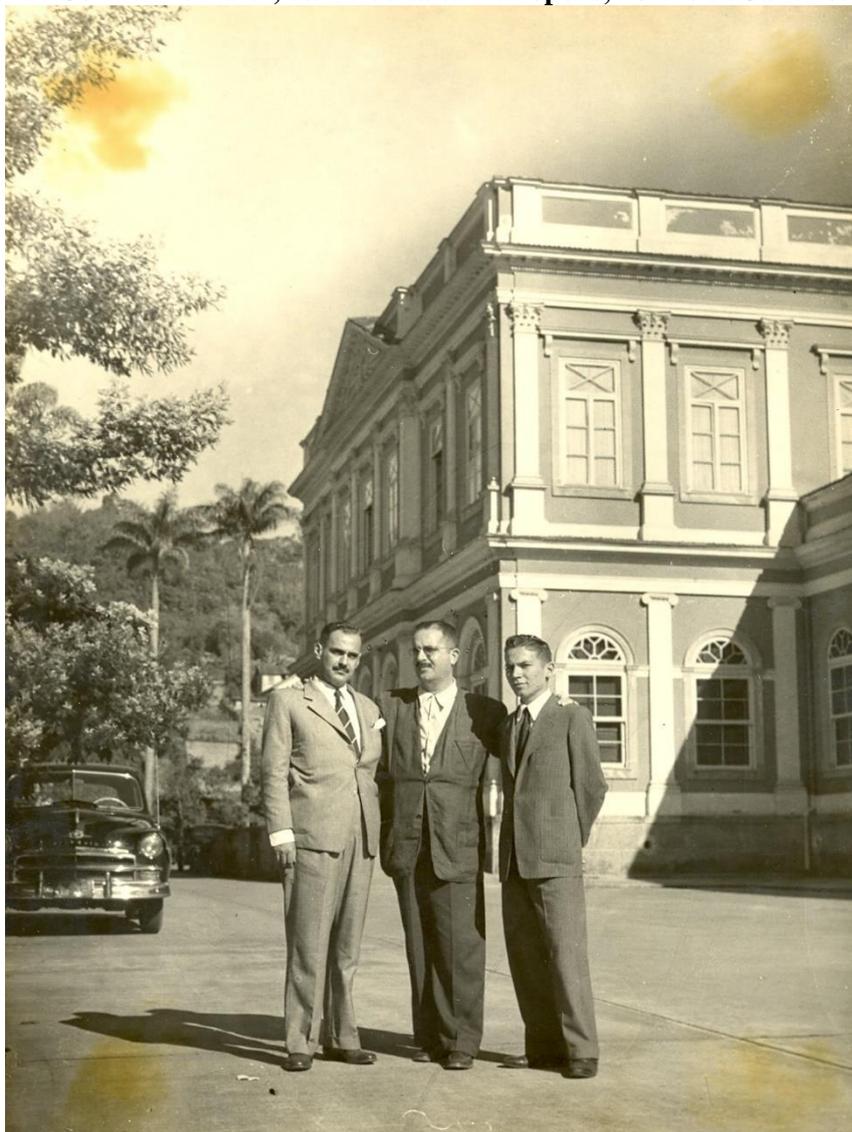
---

<sup>283</sup> MOTA, M. Colaboração literária. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 8 Páginas, 9 de setembro de 1956. p. 8.

<sup>284</sup> Na coluna Literatura da Semana, publicada em 27 de janeiro de 1957, quando o suplemento literário do *Diário* comemorava dez anos, Mauro Mota fez um balanço sobre a publicação e tocou na coluna dedicada ao que seria a revelação de novos talentos: a Coluna dos Novos, abolida em pouco tempo após a criação da página. Justifica o editor e colunista: “A princípio, tivemos uma secção, a coluna dos novos, pouco depois abolida. Os novos, até os mais, resistiram, jeitosamente, nela vendo uma limitação não apenas cronológica. Mas persistiu um certo escalonamento através da paginação, ocasionando dificuldades nos espelhos. Começamos também a extingui-lo na comemoração preliminar ao decênio. Os colaboradores aparecem agora indistintamente na primeira, segunda ou última página do caderno, sem diminuição para nenhum. Antes com prestígio para todos. Pois valendo todos só pela qualidade da colaboração, nada lhes adiantaria a nem sempre exata hierarquia das retrancas” (MOTA, 1957, p. 8).

<sup>285</sup> ROCHA, A. O Mauro, como conheci (J.C. 24.11.84). **Revista do Arquivo Público**, Recife, v. 1, n. 1, jan/jun. 1984. p. 54-55.

**Figura 7 - Um amigo no jornalismo: Mauro Mota visita o Museu Imperial de Petrópolis ao lado de Guilherme Auler, da Tribuna de Petrópolis, no Rio de Janeiro.**



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

O jornal era repleto de funcionários em que seus parentes assumiam outras posições por indicação. A rede de amigos e familiar era uma verdadeira porta de entrada para a empresa, fosse em termos de contratação ou de acolhimento para publicação de colaborações. O próprio Mauro Mota, que foi contratado em 1 de agosto de 1941, também contava com a presença do irmão na redação, Zito Motta, admitido um ano depois, em 23 de maio de 1942. O mesmo raciocínio era seguido em outros setores. A descoberta da contratação de Zito foi possível graças ao acesso aos 135 registros de funcionários no arquivo da empresa entre os anos de 1910 e 1960, disponibilizados pelo setor de Recursos Humanos do *Diário* à nossa pesquisa. Nas fichas de Mauro e Zito constam os mesmos nomes dos pais: José Feliciano Motta e Aline Alice Motta e Albuquerque. Na análise dessa documentação, descobrimos, por

exemplo, outros parentescos, como o registrado nas oficinas gráficas. O ajudante de mecânica, Leonízio Pinheiro das Chagas, contratado para o cargo no *Diario* no dia 5 de fevereiro de 1935 com 18 anos de idade, era filho do chefe das oficinas, José Francisco das Chagas, admitido em 27 de janeiro de 1913, com então 37 anos de idade

Nos documentos constam informações a exemplo do nome do funcionário, filiação, número de ordem, estado civil, nacionalidade, ocupação, idade, salário, endereço, lugar de nascimento, forma de pagamento, datas de admissão e de dispensa, além de espaço para fotografia do funcionário. Alguns registros também contam com o número das carteiras de reservista, do instituto e da profissional. A documentação inédita foi encontrada pelo departamento de recursos da empresa no final do ano de 2014, durante o processo de auditoria e venda do jornal então dos *Diários Associados* ao grupo que responde pelo plano de saúde Hapvida, e disponibilizada para a pesquisa pela empresa no mesmo ano. Das fichas disponibilizadas, ao menos 52 tinham registros duplicados e apenas uma estava ilegível. Na análise, dividimos esses funcionários em cinco setores distintos: administração, manutenção, oficinas gráficas, publicidade e redação. As oficinas do *Diario de Pernambuco* tiveram um grande volume de profissionais nos anos de 1940, década de criação do suplemento. Provavelmente porque o processo de impressão do jornal ainda não contava com a tecnologia conquistada em décadas posteriores.

Dos 135 registros de empregados catalogados e analisados, 53 estavam nas oficinas, ou seja, 39,2% dos funcionários. O percentual é quase igual ao da redação, com 38% dos registros. Os setores de administração com 14%, manutenção com 4,4%, e publicidade com 1,4%, seguem com médias inferiores no quadro geral. A porcentagem de funcionários cujas funções não foram reveladas nos documentos analisados chega a 2,2%. Outro ponto a destacar é o número de contratações nas décadas de 1930 e de 1940. Dos 135 registros profissionais analisados, 42,22% foram contratados nos anos 1930, ou seja, 57 funcionários. Já nos anos 1940, as contratações correspondem a 34,81% (47 funcionários). Um dos nossos indicativos é que essa documentação tenha sido usada, sobretudo, nos anos 1940 pelo departamento responsável pelo controle dos funcionários, para uma revisão ou estruturação do quadro de contratados. Isso porque, dos 135 registros analisados, 88 continham assinaturas dos funcionários, e delas, 80,68% foram assinadas apenas nos anos de 1940. As assinaturas não tinham relação com a data de admissão. Constatamos que muitos foram contratados em períodos anteriores aos anos 1940, antes de registrarem suas assinaturas nas fichas. As assinaturas nos anos 1930 representam 4,54%, e as que não contêm datas correspondem a

14,77%. A ausência de assinatura de alguns funcionários mostra outro indicativo: a baixa escolarização dos contratados, principalmente no parque gráfico.

Outro dado diz respeito às dispensas. Dos 135 registros, 2,22% apresentam sua data de demissão nos anos 1930. Nos anos 1940, o índice chega a 22,22%. A década de 1960 fica com 1,48% das dispensas. Já os funcionários que não apresentam data de demissão representam 74,7%. Uma hipótese para essa questão é a de que parte desses colaboradores tenham continuado na empresa, ou que o *Diario* tenha começado a usar outro tipo de registro nas contratações e controle dos seus funcionários. Os anos 1930 e 1940 foram decisivos para o *Diario*. Nesse período, em 1931, a empresa foi vendida pela família Lyra ao grupo *Diários Associados*, do jornalista e empresário Assis Chateaubriand, que iniciou sua carreira como repórter na empresa. A venda, no entanto, foi contestada pela justiça pelos antigos proprietários, que pediram a falência do jornal. Segundo o jornalista Luiz do Nascimento (1968), a falência da empresa no ano de 1934 deu lugar a uma série de publicações pagas, ora de Carlos Lira & Cia, ora dos *Diários Associados*. O imbróglio foi resolvido no mesmo ano, com vitória dos *Associados*, e o sociólogo e jornalista Gilberto Freyre assumindo temporariamente a direção da empresa, ao lado de Ismael Ribeiro. Nesse ano, o jornalista Aníbal Fernandes assumiu o cargo de redator-chefe. A entrada nos *Diários Associados*, grupo de comunicação que administrou o jornal até o final do ano de 2014, permitiu a esse uma modernização editorial e prestígio por integrar o maior conglomerado de mídia do Brasil que, nos anos subsequentes, seria responsável pela instalação da primeira emissora de televisão do país, a TV Tupi, nos anos 1950.

Dentro dessa rede familiar e de amizades, o suplemento também se consolidou como um espaço litúrgico. Intelectuais, jornalistas, literatos e poetas de origem pernambucana, que não residiam mais no estado, eram anunciados antecipadamente quando estavam de passagem pela capital ou em cidades próximas. O anúncio era dado por meio de uma nota no jornal, fornecendo detalhes da chegada e, às vezes, o motivo da visita. Tempos depois uma matéria repercutia o que o então autor ou personagem estava produzindo no momento. Muitas dessas repercussões eram acompanhadas de fotografias em jantares, almoços e encontros em homenagem ao visitante. A importância dada a esse tipo de sociabilidade era tanta que até quem se negava a ela tinha seu nome estampado no suplemento com observações negativas. O detalhe é que essa chamada divergia no próprio tom editorial do suplemento, que era contemplativo e comemorativo, quase nunca havendo críticas mais contundentes. Um dos exemplos é o caso do escritor Raul Lima, que, de passagem ao Recife em junho de 1950, não dedicou tempo na agenda aos velhos companheiros de literatura. Sua passagem à francesa foi

alvo de críticas do suplemento. “Esteve no Recife, esta semana, o escritor Raul Lima, diretor do suplemento do Diário de Notícias, do Rio, onde mantém uma secção literária das mais bem feitas e movimentadas do país<sup>286</sup>”, diz a nota no início, ao criticar a discrição do visitante: “Raul Lima, que é alagoano, passou por aqui manifestando certo desprezo pelos amigos dos seus tempos de estudante de direito. Não entrou em contato com eles e parece que desejou permanecer incógnito na cidade<sup>287</sup>”.

Acusado de desprezar seus amigos, Raul Lima deve ter tomado conhecimento da repercussão da nota de sua passagem à francesa ao Recife. Em edição posterior, em 16 de julho de 1950, uma carta dele foi publicada no suplemento dando as justificativas de não ter anunciado a viagem aos velhos companheiros, ao que responde: “Pela notícia que li no suplemento do velho e sempre lembrado *Diario de Pernambuco*, vejo que fui vítima de minha desimportância e modéstia. Estive no Recife apenas um curtíssimo dia e duas noites<sup>288</sup>”, comunica, ao tentar dar uma justificativa da ausência. “Tinha uma porção de deveres a cumprir e procurei fazê-lo, correndo de um lado para outro. Fiquei triste por não ter podido rever contemporâneos da Faculdade e sobretudo por não ter abraçado amigos a quem estimo e admiro<sup>289</sup>”. A reprodução da carta de Raul Lima vem acompanhada de um comentário de um redator, no melhor estilo morde e assopra: “N.R. - Fazemos restrição quanto à modéstia do missivista. Raul Lima conta no Recife com numerosas simpatias intelectuais e pessoais. Daí o desapontamento de seus amigos que desejavam vê-lo e homenageá-lo<sup>290</sup>”. Muitos nomes eram festejados em passagem a Recife, como o escritor e jornalista pernambucano Guilherme Auler, que então ocupava um cargo de direção na *Tribuna de Petrópolis*, o escritor Álvaro Lins, o poeta e diplomata João Cabral de Melo Neto, e o crítico e professor Eduardo Portella, ex-redator do *Diario de Pernambuco*.

No caso de Álvaro Lins, além das passagens por Pernambuco, eram noticiadas suas viagens para o exterior, independente se passaria algum tempo no Recife. Em uma delas, ganha inclusive uma matéria de capa do suplemento, que não tem assinatura, sobre uma viagem à Europa, no navio Serpa Pinto. O embarque foi realizado na cidade do Rio de Janeiro. Pela proximidade que tinha com Mauro Mota, tudo indica que o texto foi escrito por ele. “Vai conhecido crítico, ‘o maior crítico brasileiro vivo’, na expressão de Tristão de

<sup>286</sup> MOTA, M. Raul Lima incógnito. Literatura da Semana, **Diario de Pernambuco**, Secção 2, 8 Páginas, Recife, 24 de junho de 1950. p. 8.

<sup>287</sup> *Ibid.* p. 8.

<sup>288</sup> MOTA, M. Caixa postal. **Diario de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 8 Páginas, 16 de julho de 1950.

<sup>289</sup> *Ibid.*

<sup>290</sup> *Ibid.*

Athayde, atendendo a convites de associações culturais de Portugal, Espanha, França e Itália, proferir conferências nesses países sobre a nossa literatura<sup>291</sup>”, diz. O texto de capa também relembra a trajetória de Álvaro ao tentar a vida, oito anos antes, na então capital do país. Ao sair de Pernambuco, teria por muito tempo sobrevivido com salário na ordem de um conto de réis. Ainda há espaço para elogios ao desempenho do crítico no jornal *Correio da Manhã* e à biografia produzida sobre o diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Ao que tudo indica, Álvaro, em escala do navio no Recife, foi recebido pelos seus amigos intelectuais: “Durante a pequena demora do ‘Serpa Pinto’ em nosso porto, o escritor Álvaro Lins se viu cumprimentado pelos seus numerosos amigos pernambucanos<sup>292</sup>”.

A liturgia de receber literatos não era bem-vinda por todos. Apesar de ser uma experiência comum, muitos se queixavam da abordagem a Mauro Mota ou mesmo deixavam no ar que não queriam ter seus nomes divulgados na imprensa ao passarem por Pernambuco. Em carta enviada a Mauro em 3 de setembro de 1936, antes mesmo da criação do suplemento, Álvaro Lins pede moderação: “Vou voltar no dia direto de... (palavra ilegível). Quero te pedir mais uma vez que não permitas que tua amizade transborde nas notícias do *Diario*<sup>293</sup>”, pede o crítico, antes mesmo do surgimento do suplemento literário. “Não debes dar notícias com antecedência como a vez que voltei da Bahia. Basta no dia que o navio chegar. Agora é que estou usando de precaução. Quando se tem um grande amigo com a tua generosidade ela é necessária<sup>294</sup>”. O mesmo pedido foi feito por João Cabral de Melo Neto em correspondência a Mauro em 9 de setembro de 1968, já posterior ao fim do suplemento. “Lembranças nossa a Marly. Quando formos ao Brasil, em abril, para a posse que será em maio, espero ficar uns dias no Recife calmamente: sem correrias, sem debates, sem entrevistas, sem homenagens. Calmamente com os amigos<sup>295</sup>”, pede João Cabral. Apesar de estar em períodos distintos, a mensagem enviada a Mauro Mota por Álvaro Lins coincide com o tempo em que ele estava residindo no Recife e estava voltando, provavelmente, de uma viagem do Rio de Janeiro. A de João Cabral, mesmo com o fim do suplemento, também coincide com o período em que Mauro estava ativo no *Diario de Pernambuco*.

O suplemento – além de ser um espaço de sociabilidade intelectual – ainda funcionava com uma verdadeira corporação de ofício. As lamentações também eram quando o intelectual

<sup>291</sup> A caminho da Europa o escritor Álvaro Lins. **Diario de Pernambuco**, Recife, Suplemento 6, 18 de julho de 1948. p. 1.

<sup>292</sup> *Ibid.* p. 1.

<sup>293</sup> LINS, Á. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 13 de setembro de 1936. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp 1 doc 15,3).

<sup>294</sup> *Ibid.*

<sup>295</sup> MELO NETO, J. C. de. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 9 de setembro de 1968. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp 65 doc 1403).

não teria tempo de manter uma atividade profissional e continuar produzindo sua obra intelectual. Mauro Mota, por exemplo, chegou a estampar na coluna que lamentava que seria um desperdício à cultura o trabalho do advogado Luiz Pandolfi enquanto advogado. O editor elogia a formação jurídica do intelectual, mas lamenta que, no Recife, se escritores pudessem viver de escrever não estariam assistindo o “desvio” de talentos como ele. “Mas exercendo uma absorvente profissão com prejuízos menos para ele mesmo individualmente do que para o reduzido grupo de novos que ora lança as bases da literatura de uma época em Pernambuco<sup>296</sup>”, pondera Mauro Mota, que elogia os trabalhos do autor na crítica e na iniciada obra de ficção. “Na vida prática já dissemos que Luiz Pandolfi é advogado. Mas, no escritório da avenida Rio Branco, encontra sempre um tempinho para render as consultas dos seus amigos literatos<sup>297</sup>”.

Bastante corporativista, a publicação dava amplo destaque às nomeações de intelectuais em órgãos públicos, estendia os elogios à contratação de políticos que faziam essas aquisições e também saía em defesa dos demitidos, ajudando-os a encontrar novas colocações, ou ainda de polêmicas bastante curiosas quando o assunto era defender os interesses de alguém do grupo. Parte da historiografia da imprensa brasileira reconhece que os suplementos literários estavam longe de representar locais de grandes polêmicas<sup>298</sup>. Em outra rara contenda de sua coluna, o editor e colunista Mauro Mota defendeu a instalação de um busto de Manuel Bandeira, seu primo distante e poeta de reconhecimento nacional, membro da Academia Brasileira de Letras desde o ano de 1940<sup>299</sup>. A homenagem partiria do então deputado Nilo Pereira e o projeto aprovado na Assembleia Legislativa, mesmo quando o estado não compactuasse em homenagem, nesse sentido, a personagens ainda vivos. A história foi acompanhada incessantemente pela página. Entre a repercussão, está um requerimento do deputado Barreto Guimarães para saber porque tal busto ainda não teria sido fixado. “Ele deseja saber porque não foi ainda cumprida a lei que autoriza o Poder Executivo a adquirir o busto do poeta pernambucano Manuel Bandeira, de autoria do escultor Celso Antônio, e que deverá ser inaugurado em praça pública no Recife<sup>300</sup>”.

A linha editorial do suplemento também era de falsas cobranças aos homens públicos, sobretudo, quando esses eram literatos e ocupavam cargos eletivos. Na posse de Alexandre

---

<sup>296</sup> MAURO, M. Galeria. **Diário de Pernambuco**, Literatura da Semana, Recife, Suplemento Seis, 7 de março de 1948. p. 6.

<sup>297</sup> *Ibid.* p. 6.

<sup>298</sup> ABREU, 1996, p. 20.

<sup>299</sup> MOTA, M. Busto de Manuel Bandeira. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 8 Páginas, 27 de fevereiro de 1955. p. 8.

<sup>300</sup> *Ibid.* p. 8.

Barbosa Lima Sobrinho, governador de Pernambuco entre os anos de 1948 e 1951, o jornalista Edson Régis assinou a coluna Literatura da Semana e fez diversas cobranças àquele que seria membro da Academia Brasileira de Letras e que, por isso mesmo, deveria dar o exemplo no setor cultural. A coluna chama o governo anterior, do Estado Novo, de criminoso e traz algumas denúncias, como o favorecimento de antigos governantes na área da cultura, sem citar nomes: “Recentemente, um interventor designou dois pintores para uma visita e o único resultado prático dessa viagem foi a sedimentação da amizade que já havia entre os ditos e o interventor e ainda um óleo sujo da cara do presenteador das bolsas<sup>301</sup>”. Outra queixa parte de viagens realizadas a cidades do Sul e o custeamento de “embaixadas estudantis”, que são repletas de membros cujas cabeças estariam “cheias de vento”. O apelo continua ao citar o jovem escultor, Abelardo da Hora, que pede ao governo estadual que amplie o Salão de Pintura, abrindo caminho aos escultores e desenhistas. O prêmio era conferido aos pintores. A classe artística via o estado como fonte de renda: “E sem estímulo os escultores e desenhistas não podem trabalhar. Ficam no canto da cerca, dando duro no trabalho de oito horas diárias, pensando no que o governo podia fazer e não faz nunca, por desleixamento ou má vontade<sup>302</sup>”.

A coluna ainda cobra para que outros concursos tenham mais edições, como o da Diretoria de Documentação e Cultura e, claro, aumentem suas verbas. O comentário termina afirmando que não poderia mais falar porque o “Estado teria sido encostado no canto do muro” e que, em alguns meses, voltaria ao caso. De fato, o tom de cobrança na durante a gestão de Barbosa Lima Sobrinho foi quase inexistente. Aliás, a política era tratada como um trampolim aos escritores, que tinham o nome dos gestores públicos elogiados pelas aquisições dos colaboradores do suplemento. Mauro Mota, mais tarde, no fim da gestão de Barbosa Lima Sobrinho, também escreveu um comentário sobre o governador de perfil diferenciado na cultura, fazendo uma avaliação positiva da gestão. “Vimos durante três anos a realizar aqui sem estardalhaço importante obra não apenas urbana, mas ganhando em extensão através de numerosos melhoramentos no interior<sup>303</sup>”, analisou o poeta e editor. A área da cultura, segundo o editor e colunista, foi positiva graças ao histórico do gestor. “Nunca foi um escritor enfatuado do cargo, de suas obras e glórias acadêmicas, mas simples e igual, colaborador dos nossos jornais sempre achando tempo para tudo, inclusive para com a sua experiência debater

---

<sup>301</sup> RÉGIS, E. Vamos ver o que sai. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Suplemento Seis Páginas, 29 de fevereiro de 1948. p. 6.

<sup>302</sup> *Ibid.* p. 6.

<sup>303</sup> MOTA, M. O espírito do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 6 Páginas, 21 de janeiro de 1951. p. 6.

formas e temas de autores<sup>304</sup>”. Mauro Mota chegou a atribuir a Barbosa Lima Sobrinho um papel de liderança em um potencial movimento de renovação literária e artística no estado com repercussão, segundo ele, em todo o país. Os suplementos teriam sido patrocinados pelo governo, mas os valores não foram divulgados. Todo o suposto legado foi traduzido como uma grande época que o *Diario* prometeu fazer prolongar.

Outro caso emblemático desse corporativismo foi a demissão do crítico Edson Nery da Fonseca do cargo de bibliotecário da Faculdade de Direito do Recife no ano de 1951. Defensor fiel do legado do sociólogo Gilberto Freyre, Nery teria sido demitido supostamente em virtude de um artigo publicado na imprensa. Mauro Mota dedicou um amplo comentário em defesa do bibliotecário na coluna Literatura da Semana em 25 de novembro do mesmo ano. “Motivada por um artigo publicado no *Diario de Pernambuco*, a demissão significou um atentado à liberdade de pensamento, com o agravante de ter sido praticada dentro de uma instituição que sempre a defendeu<sup>305</sup>”, criticou o poeta e jornalista. Mauro Mota disse que as críticas contidas no artigo eram de pessoas que mereciam todo o respeito, mas que não se justificava a penalidade que o bibliotecário sofreu. As acusações consideradas injustas deveriam ser destituídas pelos métodos normais: levadas à justiça. Destacou no comentário que,

Jamais Edson Nery da Fonseca redigiu sobre o assunto qualquer nota na qualidade de bibliotecário. Escreveu na qualidade de um homem livre, na escolha e no tratamento dos seus temas. Mesmo porque, do seu contratado com a Universidade, não constava nenhuma cláusula obrigando-o a renunciar à sua posição de escritor. Logo, não competia à Universidade apressar-te em adotar medidas punitivas diante de um procedimento alheio ao seu âmbito e só coincidentemente relacionado com livros e fichários que não eram os seus<sup>306</sup>.

Em nenhum momento houve contestação da instituição ao comentário de Mauro Mota, que destacou que a demissão não seria suficiente para destituir Edson Nery da função de escritor, que continuaria escrevendo independente do vínculo empregatício. O jornalista também encerrou o comentário com uma profecia: “E talvez um dia a Faculdade de Direito do Recife tenha orgulho em dizer que Edson Nery da Fonseca foi diretor de sua Biblioteca em qualquer tempo<sup>307</sup>”. De fato, o suplemento não perdeu tempo em divulgar as novas conquistas de Edson Nery após a saída da tradicional instituição de ensino. Cursos oferecidos por ele e novas oportunidades de trabalho foram divulgadas. No ano seguinte, foi comemorada sua

---

<sup>304</sup> MOTA, M. O espírito do Recife. **Diario de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 6 Páginas, 21 de janeiro de 1951. p. 6.

<sup>305</sup> MOTA, M. Quem perdeu com a história? **Diario de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 10 Páginas, 25 de novembro de 1951. p. 10.

<sup>306</sup> *Ibid.* p. 10.

<sup>307</sup> *Ibid.* p. 10.

contratação pelo governo de Alagoas, estado vizinho a Pernambuco. “Notícias de Maceió dão conta da grande repercussão que vem tendo as atividades do bibliotecário pernambucano Edson Nery da Fonseca<sup>308</sup>”, comentou Mauro Mota. “(Ele) recentemente demitido das funções que exercia na Universidade do Recife e designado pelo Instituto Nacional do Livro para inspecionar as bibliotecas públicas e escolares de Alagoas<sup>309</sup>”, descreveu, ao pontuar que as novas atividades incluíam a atividade em um curso intensivo de biblioteconomia também em Maceió. A contratação foi por intermédio do então governador Arnon de Mello, pai do futuro presidente da República Fernando Collor de Mello.

Além da demissão de Edson Nery da Fonseca, o suplemento também saiu em defesa do jornalista José do Patrocínio Oliveira, que exercia função em uma agência local. O motivo da demissão teria sido a publicação de uma matéria assinada pelo jornalista no *Diário da Noite* sobre a situação do Porto do Recife. “Em vez de contestar a reportagem nos pontos porventura inverídicos, o diretor das Docas, segundo é corrente, aproveitou uma viagem ao Rio e lá teria conseguido a demissão do autor<sup>310</sup>”, contestou Mauro Mota na coluna Literatura da Semana. “Nesse caso, não sabemos se fez bom negócio consumou uma vingança mesquinha, mas incompatibilizou-se com a grande maioria dos jornalistas pernambucanos<sup>311</sup>”. O suplemento, assim, revelaria também uma rotina comum da dupla jornada de trabalho de jornalistas e intelectuais e, mesmo corporativista, era um espaço raro, dentro do jornal, na defesa de colegas.

As gerações regionais, como destaca Alzira Alves de Abreu – e ela pontua a participação de Arnon de Mello –, foram muito importantes na construção de redes de apoio para a indicação de publicações em jornais e trabalhos, sobretudo no serviço público. A autora cita que Rachel de Queiroz se lembrava do grupo de Maceió, cujos intelectuais e literatos que foram morar nessa cidade entre os anos de 1934 e 1935, e construíram amizade e, mais tarde, encontraram-se na então capital do país. Entre eles estavam a própria Rachel, José Lins do Rêgo, Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Waldemar Cavalcanti, Raul Lima, Aurélio Buarque de Holanda e Arnon de Mello. “Eles vieram depois para o Rio de Janeiro e o grupo nunca se desfez; uns ajudavam os outros a encontrar emprego em jornais e a maior parte desses intelectuais colaborou no suplemento literário do *Diário de Notícias* na década de 50<sup>312</sup>”. No

<sup>308</sup> MOTA, M. Atividades de Edson Nery em Maceió. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Seção 2, 8 Páginas, 13 de janeiro de 1952. p. 8.

<sup>309</sup> *Ibid.* p. 8.

<sup>310</sup> MOTA, M. Demissão. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Suplemento, 19 de agosto de 1951. p. 8.

<sup>311</sup> *Ibid.* p. 8.

<sup>312</sup> ABREU, 1996, p. 24.

Recife, o grupo em torno de Mauro Mota e do *Diario de Pernambuco* celebrou muitas conquistas, boa parte delas publicitadas no suplemento. Mais uma vez, Álvaro Lins ganhava destaque, a exemplo da sua nomeação ao cargo de chefe da Casa Civil da Presidência da República no governo do então novo presidente, Juscelino Kubitschek, no ano de 1956. “Foi muito bem recebida nos círculos culturais do país, particularmente de Pernambuco, a nomeação do escritor Álvaro Lins para chefiar a Casa Civil da Presidência da República<sup>313</sup>”, comemorou o suplemento em matéria de capa.

A nomeação de Álvaro Lins rendeu, também, espaço para Eduardo Portella, nomeado seu assistente. Antigo redator do *Diario*, o então nomeado também era professor universitário no Recife. “Acaba de ser nomeado para o cargo de assistente do chefe da Casa Civil da Presidência da República o escritor e jornalista Eduardo Portella, nosso antigo companheiro de redação e colaborador do suplemento literário<sup>314</sup>”, registrou o suplemento no mês seguinte. Eduardo Portella, mais tarde, assumiu diversos cargos públicos, como o de ministro da Educação, entre os anos de 1979 e 1980, além de ser imortal da Academia de Brasileira de Letras. Nascido na Bahia, Eduardo Portella se formou na Faculdade de Direito do Recife, construindo relações na capital pernambucana. Como registrou o suplemento editado por Mauro Mota, seu currículo também compreendia um estágio no Instituto de Cultura Hispânica de Madrid, onde realizou cursos de língua e literatura hispano-americana. A repercussão, segundo o *Diario*, foi vista de forma bastante positiva entre os intelectuais no Recife: “A nomeação de Eduardo Portella repercutia favoravelmente nos círculos intelectuais do Recife, onde o jovem ensaísta e crítico literário conta com numerosos amigos<sup>315</sup>”. As duas nomeações favoreceram, inclusive, o próprio Mauro Mota, quando foi indicado, no mesmo ano, ao cargo de diretor-executivo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), órgão vinculado à administração federal.

Em entrevista a *O Jornal*, em 24 de abril de 1949, quando estava na cidade do Rio de Janeiro, hospedado, segundo a reportagem, no apartamento de Álvaro Lins, Mauro Mota defendeu que a ideia de criar uma página no *Diario* para acolher as produções do “pessoal da casa”, a princípio, foi recebida com reservas e até mesmo descrenças. Segundo ele, os nomes feitos – ele rejeita o tratamento de “velhos” da reportagem –, Gilberto Freyre, Odilon Nestor, Olívio Montenegro, Luiz Delgado, Aníbal Fernandes e Silvio Rabelo, continuaram

<sup>313</sup> CHEFE da Casa Civil da Presidência da República o escritor Álvaro Lins. **Diario de Pernambuco**, Recife, Secção 2, 8 Páginas, 5 de fevereiro de 1956. p. 1.

<sup>314</sup> MOTA, M. Eduardo Portella, assistente do chefe da Casa Civil da Presidência da República. **Diario de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 8 Páginas, 25 de março de 1956. p. 8.

<sup>315</sup> *Ibid.* p. 8.

colaborando e observaram o acolhimento dos novos “com simpatia e interesse”. Perguntado pela reportagem se esse grupo via com “benevolência” esse acolhimento, Mauro diz que o julgamento não pode ser tão rígido ou dócil. “Não é preciso penetrar na carne da obra, perceber, na superfície, o que de vigoroso poder existir. O tempo amadurecerá como faz aos frutos. Na maioria dos casos raramente erramos<sup>316</sup>”, justifica. De fato, havia sim uma nova geração sendo recebida pelas páginas do *Diario*, mas o conceito de novo estava longe de nomes desprovidos de algum tipo de referência prévia, fosse familiar, de trabalho, ou mesmo de espaço físico dentro e fora do jornal. Foi uma renovação dentro de certos limites. A ideia de um espaço democrático aberto, sem restrição, a novos nomes não convinha com a realidade. Revelações, sim, existiram, mas não como um espaço aberto e amplamente democrático. Havia uma rede de relacionamento em que era preciso penetrar, até porque o jornal mantinha um longo espaço aos já consagrados, tanto de Pernambuco, como de outros estados, com reproduções constantes dos outros jornais dos *Diários Associados*.

Em outra entrevista, desta vez ao MISPE, em 10 de junho de 1977, Mauro Mota revela que a criação do suplemento só pôde ser autorizada graças à aceitação do “diretor de fato” do jornal, o jornalista Fernando Chateaubriand, um dos filhos de Assis Chateaubriand, e o chefe da redação, Aníbal Fernandes. Segundo ele, antes da criação da página, em 1947, o *Diario de Pernambuco* apenas reproduzia textos e artigos sobre os medalhões já conhecidos, entre eles, Odilon Nestor, Olívio Montenegro e Gilberto Freyre: “Isso foi aos poucos, entrando, até finalmente em novembro de 1947, conseguimos fazer o lançamento do suplemento, que se manteve firme até dezembro de 59 logo durante 12 anos<sup>317</sup>”. O jornalista criou sua própria versão sobre o fim da página: “Porque acabou o suplemento? Acabou porque estava bom demais, influenciando demais<sup>318</sup>”. De fato, a leitura dos quase 12 anos da página nos revela um formato cansativo, que não foi atualizado ao longo dos anos. Os mesmos colaboradores, o mesmo tipo de resenha, elementos que tornaram a página uma leitura sem novidades ao leitor do *Diario*. Algumas narrativas foram criadas, como a possível rejeição de Assis Chateaubriand à figura de Mauro Mota, ou mesmo a briga interna que Mauro Mota teria para conquistar o espaço, semanalmente, para a discussão literária.

Para se ter uma ideia, o suplemento chegou a ter em média dez a 12 páginas, em seu auge, sendo duas ou três dedicadas à literatura. As outras eram dedicadas a reportagens especiais, variedades e pautas para as mulheres. A produção local com publicações de

---

<sup>316</sup> INTENSA Atividade Literária no Recife. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1949.

<sup>317</sup> MISPE, 1977.

<sup>318</sup> *Ibid.*

cronistas e poetas, muitas vezes, não ocupava uma página completa. Em entrevista ao MISRJ em 5 de novembro de 1971, Mauro Mota reforçou a tese dos “novos talentos”: “Os colaboradores eram chamados de nomes feitos. Quer dizer, a juventude não tinha chance. Só os nomes consagrados, né? Então, abri o suplemento e saíram grandes valores<sup>319</sup>”, disse aos entrevistadores, ao citar como exemplo, entre outros novatos, o nome do poeta Carlos Pena Filho. No entanto, o que seria, em tese, uma escola, era de fato um espaço literário cujos critérios nunca foram claros ao público ou aos potenciais colaboradores. Além disso, o lugar dedicado exclusivamente aos novos talentos não passou de uma narrativa criada pelo próprio editor, o jornalista Mauro Mota, e reforçada por uma literatura institucional construída também pelo próprio *Diário*<sup>320</sup>.

De fato, o próprio Mauro Mota se beneficiou bastante dessas páginas, ao ter o poder de editar – ou seja, decidir – o que poderia ser publicado, quem teria seus livros resenhados, e quais os artigos do grupo *Diários Associados* seriam reproduzidos no *Diário de Pernambuco*. Alianças que, durante o próprio suplemento, renderam frutos, e que, futuramente, garantiria-lhe espaços, como a direção do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, no ano de 1956, onde consolidou sua carreira como gestor de instituições científicas e culturais, e como imortal na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1970. No suplemento, divulgou muitas matérias e notas sobre atividades de academias, sobretudo no Nordeste, e tornou conhecidas, nas páginas do jornal pernambucano, produções de imortais e futuros imortais, que se tornaram seus colegas. O suplemento literário foi uma grande arma relacional nas mãos do seu editor.

---

<sup>319</sup> MISRJ, 1971.

<sup>320</sup> Um dos exemplos é o estudo do jornalista Jodeval Duarte, publicado no ano de 2001, sobre o suplemento de Mauro Mota, que contou com apoio do próprio *Diário de Pernambuco*. No livro, o autor afirma que Mauro Mota, no *Diário*, “cumpru um papel sem igual de apoio aos novos abrindo-lhes as páginas do ‘Suplemento Literário’. Novos como Edson Régis, Edilberto Coutinho, Renato Carneiro Campos, Virginius da Gama e Melo, Carlos Pena Filho, tantos e tantos outros. O ‘Suplemento’ era bifronte. De um lado, espécie de porto de abrigo. De outro, um processo seletivo” (DUARTE, 2001, p. 12.)

## 4 CAPÍTULO 3

### 4.1 DO SUBÚRBIO, UMA CASA MONOTEMÁTICA: O CAJU, ENSAIOS DE UM ENGAJAMENTO E A FATOR DITADURA NA CONSOLIDAÇÃO DO INTELLECTUAL FREYRIANO EM MAURO MOTA

Não sei se, em qualquer tempo ou espaço, já houve uma relação mais íntima entre um homem e uma cidade, como esta, entre Gilberto Freyre e o Recife. Relação que, nada tendo de nativismo literário ou de sentimentalismo de ‘filho extremo’, se afirma num amor continuado e viril, já estabelecendo uma espécie de interdependência para que ambos, o homem e a cidade, funcionem na plenitude. (MOTA, 1959, p. 37)

Em meados dos anos 1950, no bairro do Cordeiro, Zona Oeste do Recife, uma casa chamava a atenção pelo conteúdo monotemático. Apesar do ambiente quase deserto, com péssima iluminação e dos poucos vizinhos – entre eles, alguns velhos conhecidos da sociedade pernambucana, como o juiz Artur de Santa Cruz e o professor Adarico Negromonte –, o endereço localizado no fim da Rua D. José Pereira Alves não passaria batido. Tudo que se falava por lá era em torno do caju, popular em todo o Nordeste. Os lanches, feitos por dona Marly Mota, eram essencialmente dessa fruta: doces em calda, seco, ponche, sem falar nas castanhas assadas e com a recomendação “maliciosa” do seu vigor físico. Até bolos e biscoitos tinham o caju como o ingrediente principal<sup>321</sup>. Amigo próximo de Mauro Mota, o médico e antropólogo Waldemar Valente relata o ambiente em que foi produzida a primeira tese acadêmica de Mauro Mota, intitulada *O Cajueiro Nordestino*, apresentada no ano de 1955. O trabalho responsável por sua “grande estreia intelectual” nas ciências humanas e sociais foi apresentado como requisito para o concurso de professor catedrático de Geografia do Brasil, do Instituto de Educação de Pernambuco, cuja aprovação ocorreu em uma seleção como único participante.

No livro *As diabruras de Mauro Mota*, o antropólogo Waldemar Valente trata dos bastidores desse concurso e diz que Mauro Mota já era uma espécie de professor substituto da disciplina. Na comissão examinadora estavam Dácio Rabello e Estevão Pinto, da Escola Normal. Indicados pelo conselho técnico administrativo: Clóvis dos Santos Lima, da Paraíba, Antônio Figueiredo, da Bahia, e Gilberto Osório de Andrade, geógrafo e professor das Faculdades de Filosofia Manoel da Nóbrega e da Faculdade de Filosofia do Recife. Longe da lisura de concursos públicos atuais, Antônio Figueiredo esteve na sede do *Diário de*

---

<sup>321</sup> VALENTE, 1986, p. 19.

*Pernambuco*, onde Mauro Mota era diretor antes da prova. Apesar do engano inicial – Mauro Mota chegou a dispensar o convidado –, foi realizada uma matéria, com destaque e três colunas, sobre o pesquisador da Bahia em Pernambuco. “Veio o concurso. O candidato saiu-se admiradamente na defesa de tese. A mais forte arguição foi a de Gilberto Osório de Andrade<sup>322</sup>”, diz Valente. “As críticas de Dácio Rabello, Estevão Pinto e Clóvis dos Santos Lima, Mauro rebateu com verve, competência e fidalguia. Na vez do professor Figueiredo, Mauro nada teve que discutir. Nada para explicar. Nada para esclarecer. Só fez agradecer<sup>323</sup>”, completa o amigo pessoal de Mauro. “O Dr. Antônio Figueiredo, como todo baiano tradicional que se preza, ocupou o tempo que lhe era reservado com um discurso de elogio. Nada de crítica. Nada de objeção. Nenhum pedido de esclarecimento. Apenas retórica<sup>324</sup>”.

A fruta – o caju – camuflava a maior inspiração de Mauro Mota em seus trabalhos de caráter acadêmico e científico: o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Dos seus 21 livros publicados (incluindo as republicações) entre os anos de 1952 e 1984, ano de sua morte, Mauro Mota quase nunca deixou de citar o pensamento freyriano. No caso de *Cajueiro Nordestino*, tese que ganhou repercussão até na imprensa nacional, Mauro Mota, de tanto se inspirar em Freyre, acabou cometendo os mesmos erros que ele, se analisarmos seus trabalhos na perspectiva crítica dos dias atuais e o debate em torno de temas como o sexismo e a misoginia. No trabalho, por exemplo, ele cita Gilberto Freyre e diz que no Brasil havia uma “maçonaria de mulheres”, lamentando o afastamento delas da cozinha ao longo do século XX. “Houve no Brasil uma maçonaria de mulheres ao lado da maçonaria dos homens, das mulheres se especializando nisso: em guardar segredo das receitas de doces e bolos de família<sup>325</sup>”, comenta. “Guardadas antes como em cofre forte, muitas dessas receitas desapareceram sob o descaso das herdeiras<sup>326</sup>”, critica. Não só a culinária, mas outros aspectos da estética freyriana estiveram presentes em sua obra: o “adoçamento” das relações entre senhores de engenho e escravos em virtude da cultura do açúcar, a idealização da figura do senhor de engenho/coronel da Zona da Mata, a importância da casa enquanto unidade aglutinadora da família, entre outros pontos. Em *Geografia Literária*, publicado originalmente em 1959, ele chega a falar de uma “interdependência entre o Recife e Freyre<sup>327</sup>”. Na verdade, a maior dependência era dele em relação a Gilberto Freyre e sua obra.

---

<sup>322</sup> VALENTE, 1986, p. 34.

<sup>323</sup> *Ibid.* p. 34.

<sup>324</sup> *Ibid.* p. 34.

<sup>325</sup> MOTA, M. **O cajueiro nordestino**. Recife: Cepe, 2011. p. 56.

<sup>326</sup> *Ibid.* p. 56.

<sup>327</sup> MOTA, M. **Geografia literária**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961. p. 37.

Mesmo sendo mais conhecido como poeta, Mauro Mota produziu uma significativa produção intelectual. Em seus livros, o bacharel em direito se apresentava enquanto geógrafo – termos como sociólogo ou antropólogo não estavam em sua autodescrição, mesmo que sua obra também entrasse nesses ramos do conhecimento. Assim como sua poética, seu trabalho enquanto cientista social (ou de ciências humanas) não segue uma linha específica de atuação, caracterizado pela versatilidade de temas. Os livros de Mauro Mota mostram um intelectual “pulverizado”, dentro de uma geração de escritores que escrevem sobre tudo, que trata de assuntos desde as dificuldades do homem do Sertão nordestino, soluções para esse ecossistema a exemplo da caprinocultura, estudos sobre a história de Pernambuco, análises demográficas sobre o Recife e a associação entre literatura, história e geografia. A tendência, em parte, pode ser justificada por suas dificuldades de escolarização e formação tardia, além de não ter realizado outras formações após a conclusão da graduação na Faculdade de Direito do Recife. Apesar da “estreia” ser realizada com a defesa da tese intitulada *O Cajueiro Nordestino*, em 1955, sua consolidação enquanto intelectual acontece enquanto ocupou a diretoria executiva do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social, o IJNPS, atual Fundação Joaquim Nabuco, Fundaj. Entre os anos de 1956 e 1971, quando foi diretor-executivo da instituição, Mauro Mota publicou, pelo menos, 24 dos seus 47 livros, entre reedições e republicações, que formam um número bastante considerável. Em seu currículo, estão, pelo menos, 14 livros de poesias, sendo sete publicados nesse intervalo. De prosa, que inclui seus trabalhos enquanto intelectual, são 33, sendo 17 publicados nesse período enquanto gestor<sup>328</sup>.

Nascido em fins da primeira década dos anos 1900, a obra de Mauro Mota se identifica com o contexto social dos letrados atuantes na República Velha (1889-1930) e que, mais tarde, assumiram diferentes postos públicos em instituições culturais e científicas. De acordo com o sociólogo Sérgio Miceli, esse período, situado entre o desaparecimento da geração de 1870, por volta de 1908-1910, período das mortes de Machado de Assis e de Joaquim Nabuco, constitui aos olhos de alguns historiadores e críticos literários uma espécie de *intermezzo*, mais especificamente o pré-modernismo, que culminou no movimento modernista de 1922<sup>329</sup>. Esses intelectuais, ainda segundo o autor, fazem parte de uma nova configuração social no país, com a expansão dos trabalhos liberais e a realocação de *parentes pobres* das elites decadentes do país no exercício das profissões ligadas às humanidades. “O acesso à posição de escritor aparece, nessa conjuntura, como o produto de uma estratégia de

---

<sup>328</sup> Revista do Arquivo Público, 1984.

<sup>329</sup> MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 440 p. ISBN: 9788535901139. p. 15.

reconversão que se impõe por força do desaparecimento do capital de que a família dispunha outrora<sup>330</sup>”, destaca Miceli, ao completar: “ou ainda pela impossibilidade de herdar esse capital em toda sua extensão<sup>331</sup>”. O sociólogo trata esse fenômeno também como *feminização social*, pois a carreira literária seria definida socialmente como feminina, se comparada à carreira dos dirigentes (homens públicos).

A carreira literária, ou intelectual, nesse período, estaria a meio caminho entre a carreira militar (mais próxima do polo dominante, apesar de ocupar uma posição inferior no campo de poder) e a carreira eclesiástica, que constituiria o “exemplo limite” das carreiras masculinas. Essas carreiras teriam a ausência de propriedades das profissões viris, aliadas ao poder econômico, sexual, etc<sup>332</sup>. Outra característica importante desse intelectual, assim como fez Mauro Mota na Ação Integralista Brasileira (AIB), foi se aglutinar em movimentos radicais de direita ou instituições de domesticação ideológica da igreja católica. Impedidos de retomar os passos da trajetória social e profissional de suas famílias, muitas vezes sendo criados longe das decisões dos centros de poder, os herdeiros de oligarquias decadentes tiveram que “ajustar suas estratégias de sobrevivência no espaço da classe dirigente à necessidade de minorar os efeitos da concorrência que lhes faziam grupos sociais cujos interesses não eram os mesmos da oligarquia<sup>333</sup>”. Mauro Mota descendia de uma família tradicional de Pernambuco e sentiu de perto os efeitos da decadência do clã.

Mauro Mota não conseguiu concluir regularmente os estudos secundários e realizou uma espécie de exame supletivo para ingressar na Faculdade de Direito do Recife. Auto-intulado “católico tradicional”, como disse em depoimento ao MISRJ em 5 de novembro de 1971, o poeta chegou a ser coroinha da Igreja Católica do município e comemorar quando se realizavam as missas de morte, pois eram as únicas que ele conseguia algum tipo de remuneração. Relata,

Mas eu tenho uma grande nostalgia daquilo nas igrejas de Nazaré, onde fui também ajudante de missa, coroinha. Dando preferência às missas de defuntos. Eram remuneradas... Ganhava dois, três, quatro, cinco mil réis, conforme a categoria, como diria o semanário do finado. A categoria financeira do finado. (...) Ganhava tanto que tinha um escrivão, digo um sacristão, chamado Seu Irineu, era muito preguiçoso, não gostava de acordar cedo, mas ia bater... parece que estou ouvindo as palavras dele: “Mauro, tu podes vir hoje, tu tens!”. (...) É dinheiro! Aí, eu dava um pulo da cama para ir à igreja e seguia imediatamente para a igreja, né?<sup>334</sup>

<sup>330</sup> MICELI, 2001, p. 23.

<sup>331</sup> *Ibid.* p. 23.

<sup>332</sup> *Ibid.* p. 24.

<sup>333</sup> *Ibid.* p. 119.

<sup>334</sup> MISRJ, 1971.

A Igreja Católica também desempenhou, ao lado da mãe, Aline Alice Ramos, um papel importante em sua formação. A mãe, por um lado, influenciou-o para a mudança, ainda adolescente, ao Recife, para concluir seus estudos secundários. Com a mãe viúva aos 27 anos e sem a ajuda de outros parentes, ele teve que ser retirado da escola por falta de condições materiais. “Ela disse ‘sua opção’ – não tinha opção, tinha uma palavra mais simples: ‘Se você ficar aqui em Nazaré vai ser o seguinte: caixeiro da Paulista (...) Caixeiro da Paulista ou trabalha na prefeitura<sup>335</sup>”. Na época, Paulista era o município pernambucano, sede de parte das indústrias de tecidos da família Lundgren, que distribuía os tecidos para as Lojas Pernambucanas, da mesma família: “Agora, meu pai morreu também muito cedo, não é? Pessoa que me deixou era um homem, um advogado, gostava de falar em júri, e com gosto poético, se fazia provinhas, humorista na cidade<sup>336</sup>”, revelou, também, no depoimento. Com auxílio de Padre Félix, conseguiu uma bolsa de estudos no Colégio Salesiano em Recife, onde foi colega de Álvaro Lins, a mensalidade de Mauro Mota era paga em serviços prestados à escola, por meio de trabalhos na secretaria da instituição<sup>337</sup>.

Como pesquisador e intelectual das ciências humanas e sociais, Mauro Mota deixou uma obra considerável dos anos 1940 aos 1980, quando atingiu sua “maturidade intelectual”. Paralelo aos seus registros poéticos – que não analisamos nesta tese –, sua obra é relacionada a perdas e certa inquietação sobre a passagem do tempo. Em seus relatos, os papéis de gênero estão bem determinados e, dialogando com outros ligados como Gilberto Freyre, reproduz representações femininas ligadas à cozinha e à prostituição, quando não reforça discursos de ordem racista. É bom mencionar que boa parte desses livros é dedicada aos hábitos de alimentação, ao debate sobre história de Pernambuco, às dificuldades e soluções ao homem do Nordeste, à discussão em torno da linguagem e da literatura. As mulheres e as mulheres negras não eram os temas a serem analisados, eram citadas como coadjuvantes. Parte da produção voltada às ciências sociais do autor está balizada temporalmente no período em que ele exerceu a diretoria executiva do IJNPS. Analisaremos seus principais trabalhos em prosa: *Barão de Chocolate* (1983), *Geografia literária* (1961), *Modas e Modos* (1977), *No Roteiro do Cariri* (1952), *O Bode no Nordeste* (1969), *O Pátio Vermelho* (1968), *Paisagens das Secas* (1958), *Quem foi Delmiro Gouveia?* (1967), *Votos e Ex-votos* (1968) e *O Cajueiro Nordestino* (1954), este último considerado sua estreia enquanto intelectual.

---

<sup>335</sup> MISRJ, 1971.

<sup>336</sup> *Ibid.*

<sup>337</sup> *Ibid.*

#### 4.2 NO SERTÃO, CAMINHÕES REVOLUCIONAM AS NOVAS CIDADES DE GASOLINA: A TRANSIÇÃO DO INTELLECTUAL ENGAJADO AO ALIADO DO REGIME MILITAR

Em um livro reportagem, que também se assemelha a um conjunto de crônicas, “escritos sem ordem, sem consulta, sem plano<sup>338</sup>”, como diz o autor Mauro Mota, foi publicado um dos seus primeiros trabalhos: *No Roteiro do Cariri*, em 1952, pelo Arquivo Público de Pernambuco. O então jornalista do *Diário de Pernambuco* percorre diversas cidades do semiárido Nordeste, sobretudo em estados como Ceará, Paraíba e Pernambuco. Sua narrativa trata de temas ainda atuais, a exemplo da carência de justiça (e da ausência do estado), de problemas como o desenvolvimento desordenado e a falta de água na região. Em um roteiro que dá a entender que foi acompanhado de profissionais do então Departamento Federal de Obras Contra a Seca (DFOCS), Mauro Mota afirma que os caminhões estão fazendo uma revolução econômica e urbana no interior. Ele cita municípios pernambucanos como Caruaru, São Caetano, Belo Jardim, Pesqueira, Acoverde, Sertânia, Serra Talhada e Salgueiro: “Além de conduzir os produtos regionais e realizar o intercâmbio de mercadorias com o litoral, determina a instalação de dezenas de postos de gasolina, lubrificantes e acessórios de automóveis, na zona chamada desértica<sup>339</sup>”, afirmando que parte desses locais eram praticamente despovoados. Essas seriam as “cidades de gasolina”, que tinham seu desenvolvimento marcado pela construção de hotéis, barbearias e casas nas imediações das novas estradas e dos postos de combustíveis.

De acordo com o sociólogo Marcelo Ridenti, a estrutura do sentimento de brasilidade revolucionária não nasceu no combate à ditadura, mas foi forjada no período democrático entre os anos de 1946 e 1964, no momento em que artistas e intelectuais “acreditavam estar na crista da onda da revolução brasileira<sup>340</sup>”. Os intelectuais de então viam uma nova oportunidade de revisitar a identidade nacional e a política do povo brasileiro, com “uma alternativa de modernização que não implicasse a submissão ao fetichismo da mercadoria e do dinheiro, gerador da desumanização<sup>341</sup>”. O autor analisa o cenário a partir da perspectiva de intelectuais mais à esquerda, no entanto, no caso de Mauro Mota, sua obra pode ser inserida

---

<sup>338</sup> MOTA, 1962, p. 3.

<sup>339</sup> *Ibid.* p. 5

<sup>340</sup> RIDENTI, M. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 81-110, jun. 2005. DOI: 10.1590/S0103-20702005000100004. ISSN 1809-4554. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702005000100004&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702005000100004&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 10 maio 2021. p. 85

<sup>341</sup> *Ibid.* p. 84

por tratar de questões comuns a esses intelectuais e artistas que iam buscar, ao mesmo tempo, recuperar raízes e romper com o subdesenvolvimento. Essa estrutura de sentimento, como autor pontua, idealizava o homem do povo, sobretudo os do campo, a partir de uma visão de uma classe média urbana. O contexto histórico também favoreceu a análise desse tipo de perspectiva: “Era o tempo das Ligas Camponesas, celebradas em obras como *João Boa-Morte (cabra marcado para morrer)*, de Ferreira Gullar, ou no filme de Eduardo Coutinho, inacabado à época, que tomou emprestado o subtítulo do poema de Gullar<sup>342</sup>”.

Além disso, há uma transformação em curso, com a alteração de perfil organizacional da sociedade brasileira, então majoritariamente rural nos anos 1950, para urbana, nos anos 1970. Já no contexto mundial, as influências eram de movimentos camponeses em Cuba, na América Latina, e no Vietnã, na Ásia. Defende o autor:

Os artistas engajados das classes médias urbanas identificavam-se com os deserdados da terra, ainda no campo ou migrantes nas cidades, como principal personificação do caráter do povo brasileiro, a quem seria preciso ensinar a lutar politicamente. Propunha-se uma arte nacional-popular que colaborasse com a desalienação das consciências. Recusava-se a ordem social instituída por latifundiários, imperialistas e – no limite, em alguns casos – pelo capitalismo. Compartilhava-se certo mal-estar pela suposta perda da humanidade, acompanhado da nostalgia melancólica de uma comunidade mítica já não existente, mas esse sentimento não se dissociava da empolgação com a busca do que estava perdido, por intermédio da revolução brasileira. Pode-se mesmo dizer que predominava a empolgação com o ‘novo’, com a possibilidade de construir aquele momento o ‘país do futuro’, mesmo remetendo a tradições do passado<sup>343</sup>.

Intelectual de referência para Mauro Mota no período, Gilberto Freyre também flertou com o *engajamento*. O mestre de Apipucos chegou a ser eleito deputado federal por Pernambuco com apoio da esquerda nos anos 1940<sup>344</sup> e, nesta mesma década, posicionava-se publicamente em defesa do socialismo – um socialismo a seu modo, claro. Em uma entrevista publicada, em 19 de outubro de 1947, pelo suplemento do *Diário de Pernambuco*, editado por Mauro Mota, o sociólogo afirma que “continua a desejar para o Brasil uma organização democrática e socialista<sup>345</sup>”. A entrevista foi concedida ao jornalista Samuel Wainer e foi distribuída aos outros jornais do grupo *Diários Associados*: “Contínuo a desejar para o Brasil uma organização ao mesmo tempo democrática e socialista ou cooperativista. Continuo a

<sup>342</sup> RIDENTI, 2005, p. 87.

<sup>343</sup> *Ibid.* p. 87.

<sup>344</sup> FRESTON, P. Um império na província: O Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, S. et al. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**, v. 1. São Paulo: IDESP, p. 316-358, 1989. p. 330

<sup>344</sup> BOURDIEU, 1996, p. 317.

<sup>345</sup> WAINER, S. Continuo a desejar para o Brasil uma organização democrática e socialista. **Diário de Pernambuco**, Recife, Suplemento, 19 de outubro. 1947.

trabalhar para esse fim<sup>346</sup>”, revela, não descartando o cristianismo e refutando as duas potências globais de então: “Mas dentro das melhores tradições cristãs da nossa gente e das condições peculiares do nosso país. Nada de nos organizarmos, ou nos reorganizarmos, passivamente, de acordo como ‘ordens’ rebeldes de que venham elas de Moscou ou de Washington”<sup>347</sup>. Na entrevista, Gilberto Freyre toca em questões como as perspectivas políticas e sociais do país, destacando que as mesmas também dependem do reflexo internacional. Ao ser perguntado se o Brasil emergiria violenta ou pacificamente dessas crises que estava vivendo, Gilberto evoca as tradições nacionais:

A resposta a esta pergunta e a pergunta anterior. Uma coisa é certa: a tradição brasileira é (ou me parece ser), um tanto paradoxalmente, no sentido de soluções pacíficas para as grandes crises ou para os problemas mais graves e de soluções violentas para as pequenas crises, e para os problemas menos graves. Como estamos diante de uma grande crise, a experiência ou a tradição brasileira indica que vamos ter uma solução pacífica. Ou relativamente pacífica como a da Independência, a da Abolição, a da República<sup>348</sup>.

Em *No Roteiro do Cariri*, que mais tarde ganhou uma nova publicação pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1961, sob o título *Imagens do Nordeste*<sup>349</sup> e um acréscimo de um ensaio sobre os festejos de São João na região, Mauro Mota explora, sobretudo, os efeitos e as alternativas dessa população ao fenômeno das secas: “Lavando o rosto com uma garrafa de água, imaginamos os desesperos da população fixa numa região que parece gemer em estado de permanentes queimaduras de terceiro grau<sup>350</sup>”. Dificuldades como o saneamento básico e a eletrificação rural também são trazidas pelo jornalista: “O banheiro é aqui um templo onde se penetra depois de exaustivos rituais. A própria luz doméstica, nesta paisagem arrasada pelo fogo do céu, brota hesitante de um pequeno lampião de querosene pendente de um arame no telhado do alpendre”<sup>351</sup>. Por outro lado, também há certa idealização das condições de vida, elegendo animais ou personagens públicos como exemplos de superação. Na verdade, são construções discursivas partindo de um autor que, mesmo tendo vivido parte da infância na Zona da Mata de Pernambuco, no município de Nazaré, encontrava-se em posição privilegiada de um analista radicado na capital. Um dos exemplos é a idealização em torno do jumento (asno), animal bastante barato e comum no semiárido nordestino. Defende Mauro,

---

<sup>346</sup> *Ibid.*

<sup>347</sup> *Ibid.*

<sup>348</sup> *Ibid.*

<sup>349</sup> MOTA, 1962.

<sup>350</sup> *Ibid.* p. 6

<sup>351</sup> *Ibid.* p. 6

Se se tivesse de erguer um monumento nas confluências dos sertões do Nordeste, em reconhecimento a serviços valiosos e contínuos prestados à região, mais do que qualquer grande do governo ou da política, um jumento de bronze deveria subir no pedestal (...) Hostilizado nas zonas litorâneas e da mata, onde aparece, um ou outro, nos cercados dos engenhos, levando para a sua espécie a história do patinho feio, entre os cavalos crioulos e os gordos campolinos de sela, começa a valorizar-se no agreste e daí em diante constitui-se colaborador indispensável das atividades rurais. Pouco importa a sua pequena estatura em relação às raças afins. Ele suplanta o tamanho pela perfeita adaptação ao clima semiárido, inclusive na época das secas, quando a água evapora totalmente dos rios temporários e a escassa vegetação fica reduzida a tufo cinzentos enfiados na terra quente<sup>352</sup>.

Outra produção do período, também dos anos 1950, intitulado *Paisagens das Secas*, publicado em 1958, remete ao perfil de discussão de *No Roteiro do Cariri*. Esse, por sua vez, é o primeiro grande trabalho de Mauro Mota publicado enquanto gestor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) – ele assumiu a função em 1956. O livro faz um verdadeiro panorama da região, com diversas críticas à política, à imigração, aos direitos humanos e ao Poder Judiciário. Como destaca o autor na apresentação, ironicamente, o livro fez parte de uma encomenda do Comandante do Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas. Os resultados das sugestões foram apresentados perante estagiários do curso de Estado Maior e Comando de Forças Armadas, em 1957, em exposição no próprio Instituto Joaquim Nabuco. A obra começa referenciando Gilberto Freyre – comum em quase todos seus trabalhos – para demonstrar a historicidade do fenômeno das secas na região. A visão do autor é que a seca acaba destrinchando boa parte dos hábitos e práticas culturais do semiárido, sobretudo os negativos. “Os pais retirantes entregavam os filhos pequenos, quase bichos famintos, pelas casas menos atingidas pela miséria, que os aceitassem para a exploração precoce em serviços domésticos. Era a seca roubando a condição infantil às próprias crianças<sup>353</sup>”, diz ao se lembrar das secas dos anos de 1877 e 1879.

---

<sup>352</sup> MOTA, 1962, p. 14.

<sup>353</sup> MOTA, M. *Paisagens das secas*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1958. 151 p. p. 15.

**Figura 8 - A estreia científica: Mauro Mota na defesa da tese sobre O Cajueiro Nordestino, em 1955.**



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Em um dos capítulos, Mauro Mota trata a seca como uma fábrica de violência. Ele cita o banditismo social na região e, em parte, defende que, diferentemente de outras regiões, onde brigas e caçadas humanas surgiam em virtude de questões partidárias, as disputas na região seca do Nordeste começaram pela garantia digna de sobrevivência. “Agora mesmo, fala-se muito nos Cacheados, alguns deles implicados em assassinios políticos em Alagoas, como se constituíssem nova família de facínoras, aparecida no alto sertão de Pernambuco. Sempre associada ao crime, a dinastia é antiga<sup>354</sup>”, diz Mauro Mota, ao falar que o grupo já era conhecido no Ceará há quase dois séculos. O apelido cacheado vinha do topete usado como símbolo de valentia pelos matadores do grupo. O parentesco dos Cacheados não era sanguíneo:

Quase duzentos anos depois, os Cacheados continuam, assim mesmo ou de cabelo cortado rente. Transmitem de pai a filho (e como agora acontece, nos arredores de Bom Conselho, a vários irmãos ao mesmo tempo), a frieza e a tática da liquidação de vidas humanas por contrato. Tem até orgulho das suas tarefas sinistras, a glória

---

<sup>354</sup> MOTA, 1958, p. 29.

de juntar-se a poderosos da zona para executá-las. Desde que estes lhes garantam o protecionismo e o dinheiro (metade antes e metade depois do ‘serviço’) variando a quantia de acordo com a categoria das vítimas, resta somente aponta-las<sup>355</sup>.

Além do clima de violência, a impunidade, segundo Mauro Mota, também era predominante da região das secas. O autor critica a condução e indicação dos cargos policiais no interior e a forma como a justiça era conduzida. “O justo é que fossem designados pelos comandos das polícias militares, somente de acordo com as conveniências da tropa. Mas isso raramente acontece<sup>356</sup>”, diz, ao fazer uma observação que começam a surgir forças particulares com os profissionais indicados em cada lugar. “Os ‘coronéis’, que estão ‘de cima’, às vezes como deputados estaduais, organizam listas. Indicam aos Secretários de Segurança, ou mesmo diretamente aos Governadores, os nomes dos sargentos, cabos e soldados de sua confiança<sup>357</sup>”. Nesse raciocínio, Mauro Mota faz claramente uma abordagem negativa do coronel do semiárido, em contraposição ao coronel da Zona da Mata, que seria açucarado pela *civilização do açúcar*. Em entrevista ao MISRJ em 5 de novembro de 1971, Mauro Mota reforça esse pensamento: “De sorte que eu estabeleci uma distinção entre o coronel da cana e o coronel do boi, quer dizer o coronel da zona pastoril. Um doce e comunicativo. O outro áspero e às vezes violento<sup>358</sup>”, defende. “Então, parece-me que houve um certo apuramento de miscigenação também psíquica nos mestiços neurastênicos do litoral ao que se refere Euclides da Cunha<sup>359</sup>”.

Essa rede de indicações se junta à justiça, também isenta de imparcialidade. Mauro Mota relata que, na cadeia, havia circulação de alimentos, roupas, cigarros e até de dinheiro. O delegado, muitas vezes, receberia insinuações de um tratamento suave para determinados presos. “Meses depois, chega a hora de ensaiar o segundo ato da farsa: o do júri popular. Há mãos de luva a dirigi-lo nos bastidores<sup>360</sup>”, relata. “Se a indignação pública permanece no local, criando alguma dúvida sobre o resultado do julgamento, a providência hábil é o desaforamento do processo<sup>361</sup>”. Segundo ele, era comum conduzir o processo para comarcas distantes, onde o crime e o criminoso não tinham causado reações emocionais, ou onde o caso não tivesse recebido a atenção devida do noticiário. Ou seja, todos os sistemas judiciários, de segurança e político da gestão, estavam corrompidos. “O cenário favorece a delinquência pelo

---

<sup>355</sup> MOTA, 1958, p. 30.

<sup>356</sup> *Ibid.* p. 35.

<sup>357</sup> *Ibid.* p. 35.

<sup>358</sup> MISRJ, 1971.

<sup>359</sup> *Ibid.*

<sup>360</sup> MOTA, 1958, p. 31.

<sup>361</sup> *Ibid.* p. 31.

suborno e pelo fanatismo, quando há, para os lavradores, uma desgraça maior do que o impedimento de plantar: a de colher o que plantaram<sup>362</sup>”. Os temas parecem bem atuais até para os dias de hoje – apesar de a metodologia e os objetivos da pesquisa do autor não apresentarem quais as fontes e o que poderia ser feito para selecionar os problemas.

Mauro Mota, no livro, ainda cita a questão da ausência de profissionais de saúde na região e a tentativa fracassada do governo em recrutá-los para a região das secas. “Ainda recentemente, o próprio Ministério da Saúde publicava uma nota, indicando centenas de municípios brasileiros, onde não reside ou nunca residiu médico. A maioria no interior do Nordeste<sup>363</sup>”, denuncia no livro, ao reforçar as péssimas condições de sobrevivência na região. O autor destaca que muitos jovens, inclusive da Zona do Semiárido, ao realizarem o curso superior em medicina, preferem continuar na capital, sobretudo no Recife, não retornando mais às cidades de origem. “E nada adiantaria a publicação de vagas de empregos nesses municípios em jornais pelo Serviço Especial de Saúde Pública. Nenhum atende. E cresce o abandono a numerosos grupos populacionais, num campo a reclamar a maior assistência para que sobrevivam e trabalhem<sup>364</sup>”, diz no livro que é um marco em sua consolidação da carreira intelectual.

O perfil crítico de Mauro Mota não se modifica, significativamente, com o advento do regime militar de 1964. Ele alinha seu discurso com as atividades acadêmicas e gerenciais do Instituto Joaquim Nabuco ao período de repressão. Antes do Golpe, havia críticas em seus livros à atuação do governo federal no combate à seca no Sertão nordestino, livros esses que eram publicados por uma instituição mantida pela União. Esse tipo de postura não mudou com a instalação do governo liderado pelos militares. Um dos exemplos é seu artigo sobre o bode no Nordeste, publicado em livro organizado com o mesmo nome. O autor analisa o declínio da produção de caprinos na região e atribui a isso a inabilidade de técnicos federais. “Em 1953, mandamos, para o sul do país e para o exterior, 478.381 quilogramos de peles de cabra em bruto, curtidas, secas e salgadas; em 1963, 72.634 quilogramos; em 1966, apenas 27.483<sup>365</sup>”, declara, ao falar que os mercados mundiais trilhavam um caminho inverso, solicitando, ainda mais, essa matéria-prima. “Mesmo diante dessa calamidade, os zootécnicos federais – que zootécnicos! – queriam excluir, na recente ‘Carta de Brasília’, qualquer assistência oficial à caprinocultura nordestina, sob a alegação simplória de que ‘não vale a

---

<sup>362</sup> MOTA, 1958, p. 41.

<sup>363</sup> *Ibid.* p. 49.

<sup>364</sup> *Ibid.* p. 49.

<sup>365</sup> MOTA, M. **O bode no Nordeste**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1969. p. 19

pena<sup>366</sup>”, critica, ao ironizar as medidas governamentais: “Isto é o que se pode chamar de política rabo-de-cabra. Ora, não vale a pena, mas vale o couro, o leite e a carne, as divisas<sup>367</sup>”.

Seu mentor intelectual, o sociólogo Gilberto Freyre apoiou desde início o Golpe de 1964, discursando, inclusive, em praça pública, em Recife, contra os perigos do comunismo. Gilberto Freyre ficou conhecido por suas críticas públicas a intelectuais como Paulo Freire, perseguido pelos militares, e d. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, voz atuante em defesa dos direitos humanos<sup>368</sup>. O sociólogo Marcelo Ridenti defende que, com o advento da ditadura, ainda mais sem resistência, houve uma “quebra de expectativa” do intelectual engajado, sendo avassaladora nos meios artísticos e intelectualizados<sup>369</sup>. No período posterior, Mauro Mota tratou com bastante cuidado qualquer tema ligado ao governo federal. Ele sabia que a política era importante, tanto para o desenvolvimento de pesquisas como para condução de cargos públicos. Na tese *O Cajueiro Nordestino*, ainda nos anos 1950, ele fez os devidos agradecimentos a dois governadores da região Nordeste pela estrutura disponibilizada em seus estados para realizar o trabalho. São eles o governador Sílvio Pedrosa, do estado do Rio Grande do Norte, e o governador Arnon de Mello, do estado de Alagoas e pai do futuro presidente da República Fernando Collor de Mello: “Aos então governadores Sílvio Pedrosa e Arnon de Mello, que tudo fizeram para que nada me faltasse no Rio Grande do Norte e nas Alagoas<sup>370</sup>”.

Em relação a Arnon, Mauro Mota, tempos depois, em 4 de dezembro de 1963, testemunhou a favor do político em um assassinato cometido por ele, enquanto senador de Alagoas, contra o também senador José Kairala, do Acre. Na verdade, o pai do futuro presidente Collor tinha como intenção atingir outro colega e inimigo político, o também senador Silvestre Péricles, também de Alagoas, mas, ao disparar três tiros, acabou atingindo no peito de José Kairala, que morreu em seu último dia de trabalho. O crime aconteceu em plena sessão do Congresso Nacional, na presença de vários políticos, servidores da casa e até imprensa. Mauro Mota estava na tribuna dedicada aos jornalistas. Seu depoimento em favor de Arnon de Mello foi por meio de carta precatória. Mauro afirmou que Silvestre Péricles estava “inquieto”, “furioso” e com as “feições inteiramente transtornadas”. Em relação a Arnon, ele o descreveu como “tranquilo” no momento do crime:

---

<sup>366</sup> MOTA, 1969, p. 19

<sup>367</sup> *Ibid.* p. 19

<sup>368</sup> BURKE, P. **Repensando os Trópicos**: um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 193.

<sup>369</sup> RIDENTI, 2005, p. 85.

<sup>370</sup> MOTA, 2011, p. 17.

Note-se que esta testemunha estava em local privilegiado para ver as cenas desenroladas no plenário, pois se encontrava na Mesa Diretora, em plano muito superior às bancadas, de frente para o recorrente e o seu agressor, e salvo de perigo. Mauro Mota, Diretor-Executivo do Instituto Joaquim Nabuco, de Recife, Jornalista e Poeta: “nesta ocasião, o Senador Silvestre investe, furioso, contra o Senador Arnon... à oportunidade da investida, o Senador Silvestre agredia moralmente o seu colega, agitava uma mão para o ar e com a outra parecia retirar uma arma, o que fez momentos depois”<sup>371</sup>.

Apesar de a carta não existir mais no processo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em Brasília, trechos do depoimento estão anexados ao processo. Mesmo preso em flagrante, nunca houve qualquer punição a Arnon de Mello pelo caso, sendo liberado pela polícia e inocentado pelo Tribunal do Júri, em Brasília. Tanto ele como o senador Silvestre Péricles continuaram a exercer seus mandatos normalmente. O argumento utilizado por Mauro Mota foi que o crime foi provocado por Silvestre Péricles e que ele simulou estar armado ao fazer um gesto em direção a Arnon. A família do senador José Kairala só chegou a receber uma indenização e pensão do Congresso após o presidente Fernando Collor de Mello assumir a Presidência da República nos anos 1990. A política, para o intelectual, o que não seria diferente para Mauro Mota, era uma moeda de troca na permanência de cargos e de favores. Ao contrário do que aconteceu nos anos 1940, quando participou da linha de frente na oposição ao grupo político do governador Agamenon Magalhães, Mauro dançou de acordo com a música. No curto intervalo democrático, entre a queda de Getúlio Vargas e o queda de João Goulart, em 1964, surfou na onda democrática. Após o advento do regime militar, andou de braços dados com os novos donos do poder.

#### 4.3 “UM DOS RAROS DISCÍPULOS DE GILBERTO FREYRE QUE NÃO LHE IMITA O ESTILO. ISTO ESTÁ CERTO OU ESTÁ ERRADO?”: SEXISMO, MISOGINIA E RACISMO NA OBRA DE MAURO MOTA

Em carta a Mauro Mota, em 20 de maio de 1969, o acadêmico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Veríssimo de Melo, mostra a intimidade e a linguagem coloquial entre bons amigos. A correspondência foi enviada a Recife após a leitura do livro *Votos e Ex-votos* de Mauro Mota, publicado em 1968. “A primeira surpresa é de que você vai estudar os ex-votos nordestinos. Mas, ledo engano – o livro é muito maior, mais amplo,

---

<sup>371</sup> Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, SUGIP. Ação Penal, réu: Arnon Affonso de Farias Mello. Processo 967/63. p. 81

envolvendo aspectos deliciosos da nossa vida social<sup>372</sup>”, revela, ao comentar que gostaria de fazer comentários sobre alguns dos temas, mas que estava, no dia que escreveu a carta, repleto de atividades. “E ainda por cima, estou sentado na máquina de banda, pois um furúnculo não me deixa sentar completamente. Estou pagando hoje o que eu gozei... atrás, como se diz, sem segunda intenção, claro<sup>373</sup>”, completa. Repleto de artigos dos mais variados temas, o título, de fato, não faz jus ao conteúdo. Até porque os ex-votos são uma espécie de oferenda dada pelos católicos ao alcançar determinadas graças divinas. Os ex-votos, em meados da década de 1950, eram muito comuns de serem publicados em jornais de grande circulação, como o *Diário de Pernambuco*, com o qual, como em alguns anúncios de classificados, os fiés se identificavam em curtos textos e declaravam quais as graças alcançadas. Nos seus *Votos e Ex-votos*, Mauro Mota destrincha os principais pontos da obra de Gilberto Freyre.

Boa parte dos 13 artigos que compõem o livro está em diálogo com escolhas de temáticas abordadas por Freyre – eles tratam de temas como culinária e doçaria, sociologia de rótulos de cigarro, condições climáticas e política no Nordeste, a importância da casa e temas ligados à sociedade açucareira, entre outros. Alguns dos artigos foram resultados de palestras, apresentações de livros e artigos de jornais, muitos republicados. Talvez, entre as obras de Mauro Mota, essa seja a que a obra em que o pensamento de Freyre se mostre mais claro. Inclusive, no título, pois Gilberto era conhecido pelas posições binárias nos títulos de seus livros, a exemplo de *Casa Grande & Senzala*, *Ordem e Progresso* e *Sobrados e Mocambos*<sup>374</sup>. “Sua linguagem no livro ‘Voto e ex-voto’ é um caso à parte. Você extrapola a temática social, fazendo autêntica literatura e da boa. Sei que você teve essa intenção. Nem poderá divorciar-se dela<sup>375</sup>”, diz Veríssimo de Melo em outro trecho da carta, afirmando que Mauro Mota faz arte (referindo-se à literatura) mesmo quando fazia um trabalho científico. A observação do colega intelectual ainda inclui a influência do sociólogo Gilberto Freyre e compara Mauro Mota ao antropólogo Waldemar Valente, chamando-o de Vavá. “Outra coisa: Você é um dos raros discípulos de Gilberto Freyre que não lhe imita o estilo. Isto é notável! No próprio Vavá, que é um sujeito sério, a influência de Freyre é forte. Isto está certo ou está errado?<sup>376</sup>”, pergunta. Sobre a resposta de Mauro Mota, não há registros. Talvez, ele encarasse a observação com o elogio: era tratado como um discípulo, mas que não imitava seu mentor. De

<sup>372</sup> MELO, V. de. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 20 de maio de 1969. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp67 doc 1448).

<sup>373</sup> *Ibid.*

<sup>374</sup> Segundo os historiadores Peter Burke e Maria Palares Burke, “Freyre adorava oposições binárias. Os títulos se seus livros deixam óbvia essa predileção, contrastando senhores e escravos”. (BURKE, 2009, p. 273).

<sup>375</sup> MELO, V. de. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 20 de maio de 1969. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp67 doc 1448).

<sup>376</sup> *Ibid.*

qualquer forma, até mesmo os pressupostos disseminados na obra freyriana são sentidos na de Mota: sexismo, misoginia e racismo estão entre eles.

No artigo, *Culinária e doçaria*, do livro *Votos e Ex-votos*, Mauro Mota reproduz versos como folclore após enumerar diversos utensílios que começavam a virar raridade nas cozinhas, como os fogões a lenha: “Não há mulata bonita, que não seja cozinheira, que não tenha os beijos grossos de lambar a frigideira<sup>377</sup>”. Seu ideal de cozinha, que incluía toda uma organização, sobretudo feminina, em seu entorno, é a *Regionalista freyriana*. Ele descreve o que seria a autêntica culinária nordestina e reforça estereótipos em relação à mulher e à mulher negra. As modernidades, segundo o autor, teriam itensificado a ausência das mulheres da cozinha, tirando “a dona de casa, as meninas da casa, filhas sobrinhas, vendo o ponto da goiabada, aprovando ou reprovando os quitutes, tangendo os gatos ladrões de linguças e filés<sup>378</sup>”, o que seria um hábito tradicional transformado em raridade. O poeta lamenta que não se consumisse mais doces no Recife como antes. Aliás, Mauro Mota faz uma analogia e chama a capital de “uma metrópole amarga<sup>379</sup>” e, para referendar sua tese, usa um relatório de pesquisa do IJNPS intitulada *Problemas do abastecimento alimentar no Recife*, de 1962. O documento afirma que o consumo de doces desceu aos “percentuais de abstinência”: 11,4% das famílias de classe alta declararam que o doce está em suas dietas; para a classe média, o percentual diminuiu para 5,5%; já as famílias dos operários são as que menos consumiam, com 0,9%. “Os doces perderam a acessibilidade e o gosto da nossa antiga culinária, são menos doces, quase sem variante de espécie e técnica, doces de massa, em lata, industrializados em massa e no agreste e no sertão<sup>380</sup>”.

---

<sup>377</sup> MOTA, 1968, p. 14.

<sup>378</sup> *Ibid.* p. 14-15.

<sup>379</sup> *Ibid.* p. 20.

<sup>380</sup> *Ibid.* p. 20.

**Figura 9 - Mauro Mota com suas alunas da Escola Normal. As turmas eram repletas de futuras professoras.**



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

O poeta e jornalista relaciona a culinária explicitamente às relações sociais (e de gênero). A mulher ardente teria o tratamento de “pimenta”. Já a bonita, de “pitêu” (ensopado feito com carne e mandioca). Ou seja, as analogias de papéis sociais ou de comportamento de gênero estão relacionadas a alimentos em sua ótica. Outro tópico abordado pelo poeta e jornalista é o da “mulata alcoviteira”. Em sua análise, ele a classifica como exímia brasileira, pois houve um predomínio dela no “processo de aculturação” ameríndio-afro-português, influenciando os hábitos alimentares no país. Sem nenhuma crítica ou indiferença, Mauro Mota reproduz ditados populares como “não sou o negro de sua cozinha”, como sinal de advertência, e a “conversa não chegou na cozinha”. Sobre esse segundo ditado, o poeta diz que é antigo, porém, inútil para uso. “Não havia conversa que não chegasse à cozinha ou mesmo que não começasse nela. Dela partia a vigilância em tudo o que acontecia ou estava para acontecer dentro da casa ou com pessoas da casa<sup>381</sup>”. A tese dele é que essa linguagem permanece como resultado de uma cultura patriarcal. De acordo com os pesquisadores Francisco Mendonça e Deyse Menezes, que estudam as relações de gênero na obra de Gilberto Freyre, pela qual Mauro é influenciado, as diferenças existentes entre os gêneros

<sup>381</sup> MOTA, 1968, p. 16.

“quando entendidas como desigualdades criam conseqüentemente a concepção de inferioridade e superioridade, concepção essa socialmente construída que colabora na hierarquização entre o homem e mulher<sup>382</sup>”.

De acordo com Mota,

A mulata alcoviteira está batendo nas portas: está pedindo um emprego no romance social brasileiro. Pedindo recompensa por ter aberto as portas da cozinha para muita moça fugir com estudante ou filho de “coronel”. A mulata alcoviteira e o seu concorrente: o mulato cozinheiro, de cabelos repartidos ao meio, melados de banha cheirosa de mascate; dengoso, dando o quarto ao diabo por um avental de mulher; com uma mão na chaleira e outra no chaleirismo<sup>383</sup>.

A historiadora Silvia Cortez Silva analisa a presença do discurso anti-semita e racista na obra do sociólogo Gilberto Freyre, referência intelectual de Mauro Mota. Segundo ela, para a elite intelectual nos anos 1930, período em que o livro *Casa Grande & Senzala* foi lançado, era importante mascarar a atitude racista no paradigma freyriano, mesmo que no plano mental essa mancha nacional fosse difícil de ser superada<sup>384</sup> – a autora diz que a prática era diferente da teoria pregada no livro: “Sabe-se que esta acomodação maravilhosa entre a casa-grande e a senzala é fruto dos devaneios freyrianos<sup>385</sup>”, relata Silvia. “O que a historiografia registra em relação ao assunto foi uma acomodação na base do chicote, sevícias e o olhar vigilante do dominador sobre o outro, sua propriedade, seu objeto<sup>386</sup>”, completa. Silvia Cortez Silva destaca, ainda, que na construção de uma ideia de “democracia racial”, Gilberto Freyre sempre se preocupou com o fator eugênico com a ideia de uma teoria de seleção natural na formação dos *mulatos brasileiros*. A ideia de uma acomodação e de uma relação entre escravos e senhor “adocicada” pelo açúcar encontra-se presente na obra de Mauro Mota, que, ao tratar do tema da escravidão negra, não traz conflitos entre os opressores e oprimidos. Destaca a autora:

“Precisa-se de moças para pessoas de fino trato”, bem que a Casa-Grande poderia ostentar esse aviso... Mas a seleção atendia a outros ditames: a Casa-Grande recrutava na senzala escravas que possuíssem padrões estéticos assemelhados aos dos europeus. Faziam parte do *decor* do ambiente; portanto, deviam se harmonizar a

<sup>382</sup> MENDONÇA, F. W. O.; MENEZES, D. O. Falo orgástico e vagina derrotada: as relações de gênero em Casa Grande & Senzala e suas permanências na escrita contemporânea. In: Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 4., 29-31 maio 2013. *Anais [...]*, Fortaleza: UECE, 2013. p. 255.

<sup>383</sup> MOTA, 1968, p. 16.

<sup>384</sup> SILVA, S. C. **Tempos de Casa-Grande (1930-1940)**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 272 p. p. 21.

<sup>385</sup> *Ibid.* p. 57.

<sup>386</sup> *Ibid.* p. 57.

ele, partindo da premissa de que o belo é o que agrada à vista, balizada pela estética do dominador<sup>387</sup>.

A ideia central de Mauro Mota é que a alcoviteira representou uma arte anexa à da culinária, de um “sensualismo” que, segundo ele, não era somente alimentar, que seria um fogo não só de lenha. A mulata seria responsável, assim, pela “sexualização” da cozinha e dos hábitos alimentares. Ao citar o livro de Freyre, *Assucar*, ele reforça a ideia do autor de *Casa Grande & Senzala* e divide os doces entre os femininos e os machos. Os exemplos femininos seriam os Arrufos de Sinhá, Baba de Moça, Beijos, Beijos de Dondon, Cocadinha, Fatias Parida, Lacinhos de Amor, Melindre de Mimos, Mimos, Quindins e Suspiros, todos eles mais delicados no preparo ou no sabor. Já os doces machos seriam a Compota de Cidrão, Doce de Massapão, Grude, Doce de Jerimum, Pudim de Cará, Doce de Chouriço, Cartola, Pudim do Major e Doce de Jaca Dura, os quais têm como características comuns elementos salgados misturados ao açúcar. Em uma década anterior a esse artigo, Freyre havia publicado o *Manifesto Regionalista de 1926* (1955), documento que, em tese, seria o norte dos intelectuais ligados ao Regionalismo em Pernambuco. Entre as ideias figuram desde temas políticos e a administração do Brasil pelas regiões e não o sistema federativo, o debate ecológico e até a culinária, entre outros pontos. No documento, o sociólogo faz lamentações similares às de Mota. “Raras são hoje, as casas do Nordeste onde ainda se encontrem mesa e sobremesa ortodoxamente regionais: forno e fogão onde se cozinham os quitutes tradicionais à boa moda antiga<sup>388</sup>”. Paralelamente a isso, lamenta, como Mauro Mota, o distanciamento da mulher da cozinha: “As novas gerações de moças já não sabem, entre nós, a não ser entre a gente mais modesta, fazer um doce tradicional ou regional<sup>389</sup>”, lamenta Freyre, completando:

Quando a verdade é que, depois dos livros de missa, são os livros de receita de doces e guisados os que devem receber das mulheres leitura mais atenta. O senso de devoção e o de obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-se boas cristãs e ao mesmo tempo boas quituteiras para assim criarem melhor os filhos e concorrerem para a felicidade nacional. Não há povo feliz quando às suas mulheres falta a arte da culinária. É uma falta quase tão grave como da fé religiosa<sup>390</sup>.

Na tese sobre o *Cajueiro Nordestino*, Mauro faz referência, também, ao sociólogo Gilberto Freyre, quando cita a obra *Casa Grande & Senzala*. Ele afirma que tanto o caju

<sup>387</sup> SILVA, 2010, p. 46.

<sup>388</sup> FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1955. p. 41.

<sup>389</sup> *Ibid.* p. 42.

<sup>390</sup> *Ibid.* p. 42.

como a goiabada tornaram-se os dois grandes doces das casas-grandes no Brasil colonial. “A cozinha das casas-grandes nasceu debaixo dos cajueiros (60, p. 200) e os doces de caju enchiam as mesas dos senhores de engenho<sup>391</sup>”, diz ao citar o clássico. O autor, em tom saudosista, lamenta que o “rebolicho nas casas-grandes” em torno do caju tinha acabado – em parte pela nova geração de mulheres não se importarem com os livros de receita. “Os cajus submetidos a tratamento com o mínimo de crueldade, com respeito à sua inibição pelas facas de metal. A pele retirada com lâminas de madeira ou conchas de mariscos<sup>392</sup>”, diz Mauro, ao completar que o produto tinha um tratamento privilegiado, com mãos macias e brancas das senhoras de engenho. “Espremidos jamais por mãos mercenárias: por mãos finas e brancas sem qualquer sadismo; espremidos pelas moças da família com a ternura de quem tirasse leite da ovelha do presepe<sup>393</sup>”. Mauro Mota também lamenta os novos hábitos alimentares e a passagem do tempo:

Nunca mais as refeições em conjunto (*copiosas* como diziam os noticiaristas de jornal), o cheio da comida pelas janelas e enchendo de água a boca dos transeuntes. As antigas mesas de almoço e jantar, quando não removidas, como trastes inúteis foram corrompidas em “campos” de pingue-pongue. Mais do que as mesas, as próprias salas de almoço e jantar foram eliminadas nas construções modernas. Substituídas, se isso é forma de substituição, pela “sala única”. As cozinhas, outrora matriarcais, pelas peças catitas. O fogão com forno, que dava para assar até peru inteiro, pelo fogãozinho a gás ou elétrico, mais de brinquedo, de duas ou três bocas frágeis, quando muito. Isso quer dizer a esquivança da própria casa. A casa inacessível à comunidade familiar<sup>394</sup>.

Outro ponto que, segundo ele, contribuiu para o fim da cultura do caju foi o desmatamento dos cajueiros. Em uma discussão avançada para seu tempo, o autor entra na ceara da questão ambiental, que também pode ser notada nas linhas gerais do *Manifesto Regionalista de 1926*, de Gilberto Freyre. Ele critica, por exemplo, o livro de Baltazar da Silva Lisboa intitulado *Riqueza do Brasil em madeiras de construção e marcenaria*, que dá ao cajueiro a função única e inferior de servir de cabo de machado. Para Mauro Mota, essa era uma vocação suicida e que dava a árvore uma injusta associação de cúmplice de madeireiros. “Todavia o machado, se não fosse o instrumento, deveria voltar-se contra as mãos que o manejam nesse crime. Crime triplo: contra a árvore, a terra e o próprio homem<sup>395</sup>”. A tese do futuro professor catedrático em Geografia do Brasil também traz números alarmantes do

<sup>391</sup> MOTA, M. **O cajueiro nordestino**. Recife: Cepe, 2011 *apud* FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

<sup>392</sup> MOTA, 2011, p. 56.

<sup>393</sup> *Ibid.* p. 56.

<sup>394</sup> *Ibid.* p. 57

<sup>395</sup> MOTA, M. **O cajueiro nordestino**. Recife: Cepe, 2011, p. 87 *apud* VASCONCELOS SOBRINHO. **As regiões naturais de Pernambuco**. O meio e a civilização. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1949.

período sobre o desmatamento e o lamento de alguns bairros da capital pernambucana, como Cajueiro, que só tinha lhe preservado o nome sem as árvores precederam a ocupação da região. “De acordo com o cálculo de Vasconcelos Sobrinho para as duas últimas décadas contadas até 1949, foram abatidos no Recife 380,000 cajueiros. 200,000 nas praias de Olinda e Boa Viagem (145, p. 176)<sup>396</sup>”.

A inquietação de Mauro Mota em relação à passagem do tempo é reflexo das mudanças urbanísticas e sociais pelas quais Recife passava, sobretudo, a partir da década de 1940. Na década de 1920, o próprio Gilberto Freyre combateu essas mudanças por meio das páginas dos jornais, como o *Diario de Pernambuco*. O processo de modernização foi acentuado anos depois, sobretudo nas gestões de dois prefeitos da capital pernambucana: Novaes Filho (1937-1945) e Pelópidas da Silveira (1955-1959). “Pode-se dizer que, na década de 1940, ocorreu a ruptura da forma tentacular, conformando uma figura com os tentáculos, ao sul, e a mancha urbana, ao norte, espreada na planície e subindo ao morros<sup>397</sup>”, diz a urbanista Virgínia Pontual sobre as modificações urbanas do período. Esse mundo que Mauro Mota conheceu na infância, adolescência e até parte de sua vida adulta estava em grande transformação, alterando completamente a paisagem da cidade. “Os lugares foram modificados: as áreas de mangues e alagados tornaram-se secas; os locais onde havia terras desabitadas e vazias tornaram-se ocupados e edificadas<sup>398</sup>”.

Em meados dos anos 1940, a cidade de Recife viu uma verdadeira revolução do campo urbanístico. No centro, iniciaram-se obras e planos de abertura de avenidas como a 10 de Novembro (atual Av. Guararapes), próxima ao *Diario de Pernambuco*, a Av. Dantas Barreto e a Praça da Independência<sup>399</sup>. Nos anos 1950, por sua vez, a mudança foi a reconfiguração dos subúrbios. Bairros como o de Beberibe, Casa Amarela e o da Encruzilhada, na Zona Norte, e o de Afogados, na Zona Oeste, tornaram-se as primeiras concentrações de comércio e serviço local fora do centro de negócios da cidade. “A cidade do Recife, nos anos 50, era diferenciada e segregada. Havia os lugares onde se localizavam os estabelecimentos das empresas comerciais, bancárias e industriais; os das habitações dos segmentos sociais médios e altos; e os de favela e mocambos<sup>400</sup>”. Esse contexto se modifica porque, até o final da década de 1950, a diversidade de ocupação do solo se restringia aos lugares do centro da cidade. Os outros bairros tinham apenas a função residencial – fossem

---

<sup>396</sup> *Ibid.* p. 91.

<sup>397</sup> PONTUAL, V. **Uma cidade e dois prefeitos**: Narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. Recife: Ed. da UFPE, 2001. p. 25.

<sup>398</sup> *Ibid.* p. 27.

<sup>399</sup> *Ibid.* p. 98

<sup>400</sup> PONTUAL, 2001, p. 54

formados por casas simples, suntuosas ou até mesmo habitações insalubres como os mocambos<sup>401</sup>.

Outra representação anacrônica da mulher e da mulher negra na obra de Mauro Mota que chama a atenção aparece no artigo *Ascenso Ferreira e a cultura popular*, publicado no livro *Modas e modos*, de 1977. O artigo tem como pano de fundo a análise das obras e histórias peculiares da vida de Ascenso Ferreira, poeta da cidade de Palmares, Zona da Mata Sul de Pernambuco, radicado no Recife. Mauro Mota relata gostos do poeta, como os jogos de azar, e suas mudanças poéticas por meio da influência do Regionalismo. O autor ainda relata a experiência de Ascenso com a escritora Carolina Maria de Jesus, fenômeno editorial, em 1960, e considerada a primeira mulher negra a publicar um livro no Brasil com o lançamento de *Quarto de despejo*, que conta sua história em uma comunidade pobre em São Paulo. A escritora participou de um lançamento no Recife. “Foi ela mesma, trapeira, mas com talento de escritora quem o escreveu (...) Foi nada, é onda de um repórter hábil, usando o nome da pobre para efeitos políticos e mercantis<sup>402</sup>”, revela sobre as opiniões da época sobre a escritora. O encontro de Ascenso com Carolina teria acontecido na então Editora Nacional, na Rua da Imperatriz, no centro do Recife. “Boa tarde. Aqui estou para cumprimentá-la e receber o seu autógrafa<sup>403</sup>”, teria dito Ascenso, que não esperava a negativa de Carolina: “Com quem falo?”<sup>404</sup>, teria perguntando a escritora. Ascenso Ferreira, que tinha sido atingido pela vaidade, responde duramente, após ela ter dito que nunca ouviu falar em seu nome. “Eu bem que estava desconfiado que tu não eras escritora nem nada. O que tu és é uma negra analfabeta e safada<sup>405</sup>”. O episódio é descrito por Mauro Mota como “cenas de humor e reveladoras” da naturalidade do poeta. Em nenhum momento ele critica a postura de Ascenso em relação à Carolina Maria de Jesus, que é inferiorizada por ser negra e não o reconhece como figura pública.

Em *Paisagens das Secas*, livro que publicou já enquanto diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Mauro Mota também analisou a exploração de mulheres da região do semiárido nordestino, mas tratou a questão muito mais como uma degradação moral do que mesmo uma agressão realizada pelos aliciadores. Em uma linguagem rebuscada, o autor denuncia que não apenas paus de araras levavam imigração à região Sudeste. Em 1952, segundo ele, tal era a certeza do lucro, aviões contrabandeavam “carne humana” para os

---

<sup>401</sup> *Ibid.* p. 46

<sup>402</sup> MOTA, 1977, p. 71.

<sup>403</sup> *Ibid.* p. 71.

<sup>404</sup> *Ibid.* p. 71.

<sup>405</sup> *Ibid.* p. 71.

estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. “Vieram de lá, aliciadores de mulheres jovens. Espalharam agentes pelo sertão a dentro e postos clandestinos de recrutamento em Campina Grande<sup>406</sup>”, relata. Mauro Mota afirma que as mulheres que eram selecionadas, pela pressão da penúria e do abandono, eram aquelas que ainda mantinham uma aparência que poderia ser recuperada. “Trocaram os farrapos pelos vestidos da *Sloper* e a cuia de farinha pelos cardápios dos hotéis. A desgraça física temporária pela desgraça moral irremediável<sup>407</sup>”, completa. O autor, no entanto, não entra no mérito das fontes e que se esse assunto, por exemplo, foi alvo de qualquer tipo de denúncia. Em parte, os abusos que as mulheres sofriam acabaram sendo naturalizados: “Não tem equivalência com esse os outros infortúnios individuais de retirantes, inclusive o das epidemias. Vemos aí o flagelo numa dupla obra de aniquilamento: a dos corpos e do espírito da gente<sup>408</sup>”.

**Figura 10 - Mauro Mota com Saldanha Coelho, Aníbal Fernandes, Olívio Montenegro, José Lins do Rego, Haroldo Bruno, Zilde Maranhão e Antonio Camelo, em 1952.**



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Os autores Ferrer Pérez e Bosch Fiol defendem que, assim como houve mudanças nas atitudes racistas, as mudanças no sexismo também foram atualizadas na modernidade. Assim

<sup>406</sup> MOTA, 1958, p. 16.

<sup>407</sup> *Ibid.* p. 16.

<sup>408</sup> *Ibid.* p. 16

como surgiu o que os autores narram como racismo sutil, também foi observada a existência de um sexismo sutil, em contraponto ao sexismo hostil, mais tradicional. Na verdade, a naturalização de Mauro Mota do discurso racista e sexista de Ascenso Ferreira sobre Carolina Maria de Jesus faz parte do sexismo sutil, também conhecido como sexismo moderno, que se materializa na negação da discriminação que as mulheres sofrem, no antagonismo às demandas femininas e na falta de apoio para ajudá-las a superar as desigualdades construídas historicamente. Mauro Mota nega o pioneirismo da escritora negra e reproduz o fato com total indiferença. Esse episódio revela o pensamento da intelectualidade relacionada ao Regionalismo, como boa parte da intelectualidade brasileira, na época sobre a mulher e a mulher negra.

É nesse sentido que consideramos sua obra misógina e sexista hostil. A misoginia significa o desprezo dos homens em relação às mulheres, construídos, historicamente, em sociedades patriarcais. O termo é formado pela raiz grega “miseó” e “gyné”, que traduzidos significam, respectivamente, odiar e feminino. A misoginia pode ser identificada por diversas formas, entre elas, a discriminação sexual, a hostilidade, a depreciação da figura feminina, a objetificação sexual e ódio gratuito às mulheres. “Esse ódio (sentimento) sempre teve continuidade em opiniões ou crenças negativas sobre mulheres e sobre o feminino e em condutas negativas em relação a elas<sup>409</sup>”. Já o sexismo é uma atitude negativa (raramente positiva) em relação a uma pessoa ou pessoas em virtude do seu sexo biológico, tanto em relação a homens, como a mulheres, apesar de que, em sua maioria, as vítimas sejam justamente as mulheres. As atitudes misóginas têm relação direta com o sexismo hostil. De acordo com Ferrer Pérez e Bosch Fiol, o sexismo hostil é definido como o “velho sexismo<sup>410</sup>”, ou seja, uma atitude negativa, preconceituosa, estereótipos e análise de comportamento com base na suposta inferioridade das mulheres em torno de três ideias principais:

- 1) Um paternalismo dominador, isto é, entender que as mulheres são mais fracas, são inferiores aos homens e dá legitimidade à figura masculina dominante;
- 2) Uma diferenciação competitiva de gênero, ou seja, considerar que as mulheres são diferentes dos homens e não possuem as características necessárias para ter sucesso na esfera pública, sendo a esfera privada o meio pelo qual devem permanecer;
- e 3) Hostilidade heterossexual, isto é,

---

<sup>409</sup> PÉREZ, V. A. F.; FIOL, E. B. Violencia de género y misoginia: reflexiones psicosociales sobre un posible factor explicativo. **Papeles del Psicólogo**, Madrid, n. 75, 2000, p. 13-19. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/778/77807503.pdf>. Acesso: 11 out. 2019. p. 14.

<sup>410</sup> *Ibid.*, p. 14.

considera que as mulheres têm um poder sexual que as torna perigosas e manipuladoras para os homens(tradução nossa).<sup>411</sup>

O próprio Mauro Mota deixou testemunhos de seu discurso misógino e machista em um depoimento ao MISRJ em 5 de novembro de 1971. A entrevista de Mauro à instituição foi conduzida pelo seu colega da ABL, Aurélio Buarque de Holanda, pela coordenadora dos depoimentos, a poeta Lélia Coelho Frota, e acompanhada pelo então diretor da instituição, Ricardo Cravo Albin. Perguntado sobre aspectos de sua infância no município de Nazaré da Mata, na Zona da Mata Norte de Pernambuco, o entrevistado adocica as relações sociais e a figura dos senhores de engenho da região. “Agora, parece-me também que o açúcar adocicava também um pouco o jeito da população nazarena. (...) Os coronéis são cordiais e mulherengos, o que também é uma forma de cordialidade<sup>412</sup>” e completa:

E de bom gosto. Para ser cordial, para ser mulherengo. Para ser mulherengo, tem que ser cordial. Agora, esses coronéis da Zona Açucareira não mandam dar surra, nem mandam matar ninguém. Ao contrário, de alguns sertanejos, de modo particular do Sertão de Alagoas...<sup>413</sup>

A misoginia também esteve presente na obra de Mauro por meio do humor. Mais precisamente em um livro de apelidos pernambucanos, *Barão de chocolate & companhia: apelidos pernambucanos* (1983), assinado por Mauro Mota, com ilustrações de Libório. Nele, as figuras masculinas e femininas são colocadas em posições bem distintas na sociedade. Um dos exemplos são Jerônimo de Albuquerque e Iaiá Rabada. Jerônimo é descrito como uma “destacada figura” da colonização. Além de “notável colonizador”, ele teria fundado a vila de Natal (atual capital do estado do Rio Grande do Norte), participado da conquista do litoral do Nordeste e expulsado os franceses do Maranhão. Jerônimo tem sobrenome e suas origens são logo reveladas: irmão de Dona Brites de Albuquerque, mulher de Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco no período colonial. Ajudou a irmã na administração da capitania com a morte do cunhado, em 1554. Seu apelido, no entanto, destaca mais sua virilidade do que seus feitos. Ele é o “Adão Pernambucano”, pai de 11 filhos, sem contar outros cinco, declarados por ele de outras mulheres. O personagem do século XVI não tem a mesma sorte de sua conterrânea que, apesar de separados pelo tempo, são tratados de formas distintas. Iaiá Rabada não tem nome, família, nem história, e só nos resta esse apelido e uma curta

<sup>411</sup> PÉREZ; FIOL, 2000, p. 14.

<sup>412</sup> MISRJ, 1971.

<sup>413</sup> *Ibid.*

informação: “pioneira da instalação de cabaré e de relações sexuais ‘modernas’ no interior de Pernambuco (Pesqueira)<sup>414</sup>”.

Estamos tratando de dois personagens do livro, mas há outros exemplos desse tratamento. O livro, publicado na “maioridade intelectual” do autor, um ano antes de sua morte, é um dos retratos da representação das relações de gênero e do tratamento da mulher pernambucana em fins da década de 1980. Vários personagens, inclusive masculinos, têm histórias e causos revelados pelo escritor, mas nenhum deles foi tratado de forma tão pejorativa como as mulheres. As personagens escolhidas, excetuando-se um ou outro caso, estão associadas à prostituição, homossexualidade e características do corpo. Os apelidos tratados no livro de Mauro Mota têm como fonte almanaques, registros de comunidades, livros, e jornais que circularam em diferentes épocas e setores da sociedade. Além de Iaiá Rabada, selecionamos cinco personagens retratadas pelos apelidos no dicionário, cuja temática está relacionada à sexualidade. Todas são descritas de forma vulgar ou excêntrica. As duas primeiras são Antônia Peituda e Bunda de Balaio. “Antônia Peituda e Bunda de Balaio – formaram o primeiro caso (pelo menos, conhecido) de lesbianismo em Limoeiro<sup>415</sup>”. A fonte de registro da história do casal “pioneiro” estaria no *Livro de memória*, de Antônio Vilaça. Assim como Iaiá, elas não têm nome, sobrenome ou história associada a grandes feitos no estado. Outro caso é o da Madame Papoula, também identificada apenas pelo apelido. “Dona da, ainda hoje, falada pensão da Rua Vigário Tenório nos idos de 40. Partidária da juventude verde. Quando suas hóspedes chegavam aos 24 ou 25 anos de idade mandava-as embora. Dizia que na sua casa ‘estavam aposentadas por tempo de serviço’<sup>416</sup>”.

A Madame Papoula é descrita como partidária da “juventude verde”, ou seja, com ironia, o autor destaca que só trabalhavam (ou eram exploradas) as meninas jovens. As outras duas mulheres selecionadas em nossa análise também estão relacionadas a questões sexuais. A primeira tem o apelido “Maria Capa Homem”. A personagem não tem o verdadeiro nome revelado e pouco se sabe dos seus feitos ou história pessoal. “Maria Capa Homem – ‘Havia também [em Limoeiro] Maria Capa Homem, molestada de braba. Sua arma predileta eram pontapés certos [...] E foi com um desses pontapés que inutilizou seu marido, Quinca Papo Mole’<sup>417</sup>”. A fonte, mais uma vez, é o livro de Antônio Vilaça. Outra personagem é a Maria Magra, que se caracterizou por “desviar” da boa família para seguir outro rumo. “Maria Magra – Maria Wanderley. Desviou-se da boa família no interior do Estado para animar

<sup>414</sup> MOTA, M. **Barão de chocolate & companhia**: apelidos pernambucanos. Recife: Pool Editorial, 1983. p. 93.

<sup>415</sup> *Ibid.* p. 23.

<sup>416</sup> *Ibid.* p. 106.

<sup>417</sup> MOTA, 1983, p. 110.

noites de farras (1940-1960) no Recife<sup>418</sup>”. A historiadora Susan Besse revela que, em meados dos anos 1940, ou seja, no mesmo período da personagem Maria Magra, ocorriam defesas públicas de juristas para que as mulheres tivessem a autorização dos maridos para trabalharem<sup>419</sup>. Não se sabe se Maria Magra era, de fato, uma dessas “contraventoras” aos olhos da sociedade e, por isso mesmo, foi alvo de chacota.

A historiadora relata, além disso, que na década anterior, na Era Vargas, nos anos 1930, também ocorreu uma política de restrição ao trabalho feminino pelo “bem” da família. “Segundo o Decreto Lei 21 417-A, as mulheres não podiam ser empregadas por firmas industriais e comerciais entre as dez horas da noite e às cinco da manhã<sup>420</sup>”. Além disso,

As mulheres pobres das cidades tinham escolhas limitadas e nada atraentes. É notável como se manteve a importância do serviço doméstico como fonte de emprego para as mulheres. No Brasil, em 1872, o emprego de 51,3% das trabalhadoras fora da agricultura era o de empregadas domésticas; essa porcentagem caiu somente para 33,7% em 1920 e cresceu ligeiramente para 36,1% em 1940<sup>421</sup>

As representações femininas também estavam associadas à prostituição, à beleza e ao perigo que a mulher representava – necessariamente, a possibilidade de “enfeitiçar” os homens. Esse é o caso de “Florzinha”, que conquistou um padre na Ilha de Itamaracá, no litoral Norte do hoje estado de Pernambuco. Descrita como moça de extraordinária beleza, ela viveu em Itamaracá no século XVII, cujo nome de batismo a memória popular não transmitiu. “Sabe-se que morou com o Padre João Vicente Guedes Pacheco, nomeado capitão da Fortaleza de Orange (Santa Cruz) depois da expulsão dos holandeses. O casal teve vários filhos<sup>422</sup>”, todos eles registrados em cartório. Segundo o autor, a fonte seria de uma pesquisa produzida por Valdecírio Rodrigues. De qualquer forma, casar com padres não seria mérito apenas de Florzinha. Tal costume era comum no Brasil até, pelo menos, meados do século XIX. Um dos casos mais conhecidos é o do escritor cearense José de Alencar, filho do padre e senador José Martiniano. No caso de Florzinha, registre-se o fato de o autor não demonstrar interesse em pesquisar seu nome de batismo, já que, segundo ele, todos os filhos foram registrados em cartório. A personagem ficou resumida às descrições físicas, o possível encantamento que exercia e o casamento com o padre.

---

<sup>418</sup> *Ibid.* p. 110.

<sup>419</sup> BESSE, S. **Modernizando a desigualdade**: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 156.

<sup>420</sup> *Ibid.* p. 156

<sup>421</sup> *Ibid.* p. 157.

<sup>422</sup> MOTA, 1983, p. 74.

Outra personagem do livro atendia pelo apelido de Alcorcovada. Tratada como Beatriz, era filha da olindense Branca Dias. Segundo o autor, era “‘a anti-cristã mais perigosa do tempo’, tanto que, mesmo depois de morta, ‘não escapou à devassa feroz da Inquisição’. Teria jogado as joias no riacho de Dois Irmãos<sup>423</sup>”. O riacho passou a chamar-se Rio das Pratas. A prostituta holandesa Elizabeth, conhecida como Admirael, assim como Beatriz, também foi uma personagem do período colonial tratada pelo autor. “Para satisfazer a flamengos, menos chegados a exotismos, veio da Holanda um número considerável de prostitutas que surgem constantemente nos documentos de então como mulheres fáceis<sup>424</sup>”. A fonte dessa vez é do historiador José Antônio Gonsalves de Mello e seu livro *Tempo dos Flamengos*. A sexualização das mulheres também está presente em outro livro de Mauro Mota, *O Pátio Vermelho* (1968). Para alguns críticos, uma crônica romanceada; para outros, um romance<sup>425</sup>.

O livro *O pátio vermelho* é um reflexo da própria trajetória de Mauro Mota, cuja vida acadêmica teve as presenças de sebos estudantis e pensões no centro do Recife, além da aspiração de jovens estudantes pelo mundo do jornalismo e da literatura. Segundo Nilo Pereira, o jornalista Felipe Gama é inspirado no jornalista Aníbal Fernandes, diretor de redação do *DP*. Já a jovem Marina Soares é inspirada na feminista Martha de Hollanda<sup>426</sup>. Há diversas passagens sobre Marina, que movimentava a intelectualidade e a política recifense em torno de seu “salão” na Capunga. A mulher, no entanto, é descrita mais pelos seus atributos físicos e seu encantamento do que pelas suas atribuições políticas e intelectuais. “Ela mesma representa o papel de uma peça deslocada no seu tempo. Antes ou depois? Os peitos abundantes querem pular do decote<sup>427</sup>”, descreve Mota. “Falam mal, e ela gosta que falem, inventa mesmo os motivos. Mulher inteligentíssima. Dá um ano de vida por uma pilhéria. Pena que gaste o tempo nisso e vá deixar as obras completas só na conversa<sup>428</sup>”, descreve sobre Marina.

Martha de Hollanda é uma das personagens que, a exemplo das mulheres selecionadas em *Barão de Chocolate*, poderiam receber outro tratamento do poeta pernambucano. Nascida no município de Vitória de Santo Antão, no interior de Pernambuco, em 1903, Martha de Hollanda foi uma figura marcante nos movimentos sociais de Pernambuco no século XX. Em um momento em que não estava reservado à mulher o direito de votar, ela solicitou ao juiz de

---

<sup>423</sup> MOTA, 1983, p. 19.

<sup>424</sup> *Ibid.* p. 18.

<sup>425</sup> PEREIRA, 1987, p. 126.

<sup>426</sup> *Ibid.* p. 126.

<sup>427</sup> MOTA, 1968, p. 57.

<sup>428</sup> *Ibid.* p. 103.

Vitória de Santo Antão, Dr. Felino Ferreira de Albuquerque, que seu nome fosse incluso na lista de eleitores. Na época, argumentou que nas leis não havia distinção de gênero. De acordo com a historiadora Cláudia Vicente da Silva (2011), o pedido foi aceito pelo juiz, mas negado pelo tribunal. Com o pedido negado, ela envia uma carta ao então presidente Getúlio Vargas, em nome da Cruzada Feminista, para que acabasse com restrição ao voto. Na argumentação, usou o fato de que as mulheres já votavam em 40 países e no estado do Rio Grande do Norte. Em 15 de março, consegue seu título de eleitor e torna-se a primeira eleitora de Pernambuco. Além da militância, destacou-se com a publicação de livros, entre eles, *O Delírio do Nada*<sup>429</sup>.

No estudo de Mauro Mota sobre os apelidos pernambucanos, a sexualidade também está entre as características dos personagens masculinos, mas vinculada à submissão das mulheres, como é o caso de Badu das Negras. “Professor Balduino da Cruz Ribeiro, do magistério do Recife no primeiro quartel deste século. Apreciador de mulatas<sup>430</sup>”. O poeta Maciel Monteiro (Antônio Peregrino), o 2º Barão de Itamaracá, que viveu entre os anos de 1804 e 1868, também teve suas habilidades com as mulheres registradas. “Mulherengo sem pausa, dizia que tinha calos nos dedos de tanto levantar saia de moça<sup>431</sup>”. Os homens também eram descritos pelas bravuras e coragem. Um dos exemplos é Bico Doce, apelido de Inocêncio Miranda. “Alto, corpulento, valentão (...) Profissão: cobrador de dívidas consideradas perdidas pelos credores. Preço do serviço: 50% de cada conta recebida<sup>432</sup>”. Gilberto Freyre, segundo o autor, era conhecido pelo apelido Bigodinho e demonstrava bravura, também, na juventude. A caracterização do personagem, ao contrário das mulheres, merece destaque. “Freyre na juventude, no tempo de ciclista, do sarapatel do Dudu no Mercado de São José e das brigas no Pátio do Carmo<sup>433</sup>”. O currículo e a importância do autor de *Casa Grande & Senzala* são lembrados. “Antes de expressão brasileira com os primeiros artigos no Diário de Pernambuco, que o levaram à categoria do mais importante sociólogo de todos os tempos brasileiros<sup>434</sup>”.

Personagens políticos como o ex-governador Agamenon Magalhães e o também ex-governador Marco Maciel são tratados com apelidos mais brandos, e suas descrições dos verbetes trazem seus currículos e capacidades intelectuais. O apelido de Agamenon é Malaio, nome que surgiu quando ainda era deputado estadual, em 1919. “Foi professor de Geografia

---

<sup>429</sup> SILVA, C. V. da. Além de Martha de Hollanda: “Uma mulher, um tempo, uma personalidade”. In: Colóquio de História Perspectivas Históricas, 5., 16-18 de novembro de 2011. *Anais [...]*, Recife: Universidade Católica de Pernambuco, nov. 2011. p. 844.

<sup>430</sup> MOTA, 1983, p. 28.

<sup>431</sup> *Ibid.* p. 21.

<sup>432</sup> *Ibid.* p. 83.

<sup>433</sup> *Ibid.* p. 85.

<sup>434</sup> *Ibid.* p. 35.

do Ginásio Pernambucano com uma tese, Nordeste Brasileiro, inovadora no tempo, e da Faculdade de Direito, deputado federal, Ministro do Trabalho, interventor federal no Estado<sup>435</sup>”, diz o autor, que também o registra como ministro da Justiça, fundador e diretor da *Folha da Manhã*. “Agamenon Magalhães de feições orientais, foi tratado de China Gordo no poema político que Manuel Bandeira lhe dedicou em 1945<sup>436</sup>”. Já Marco Maciel, ex-vice-presidente da República, teria o apelido de Mapa do Chile. “Um dos mais jovens e hábeis políticos brasileiros contemporâneos. Apelido botado durante uma aula de Geografia pelos seus antigos colegas do Colégio Nóbrega, do Recife. Senador eleito com grande votação em 1983<sup>437</sup>”. Ao privilegiar os personagens masculinos em detrimentos das mulheres, Mauro Mota não só reforça sua posição machista, como também revela como parte da intelectualidade pernambucana enxergava as posições sociais. O que chama a atenção, também, é que seus livros fizeram parte da formação de diversos jovens e estudantes secundaristas e do ensino superior – há livros de Mauro Mota que ele mesmo usava em sala de aula. Essas publicações de teor ofensivo, sexista, machista e racista também demonstram o financiamento do estado, já que muitas dessas obras foram publicadas por editoras de universidades e de institutos mantidos pelo governo federal ou estadual.

Ou seja, a obra de Mauro Mota enquanto intelectual é balisada pela superioridade masculina em diversos temas: relações de gênero, poder e até de raça. Enquanto intelectual branco e da classe média de então – mesmo que tenha passado parte da infância em um município do interior –, o autor romantiza alguns personagens como os coronéis, senhores de engenho e as relações na cozinha patriarcal da Zona da Mata de Pernambuco. Os conceitos de Mauro Mota, além da estética freyriana, também têm a ver com uma visão de mundo em comum de muitos desses intelectuais oriundos das então famílias tradicionais, que categorizavam e (re)valorizavam comportamentos do passado. Seu trabalho intelectual também caminha lado a lado com fatores políticos, que, também, permitiram sua adaptação a novos contextos do campo de poder no país, como o regime militar de 1964.

---

<sup>435</sup> *Ibid.* p. 107.

<sup>436</sup> MOTA, 1983, p. 107.

<sup>437</sup> *Ibid.* p. 110.

## 5 CAPÍTULO 4

### 5.1 O AMIGO DO DEMÔNIO: UMA GESTÃO SUJEITADA NO INSTITUTO JOAQUIM NABUCO (1956-1970) E O ALINHAMENTO INSTITUCIONAL DE MAURO MOTA AO REGIME MILITAR

Na vida sempre fui diferente, mas subserviente, jamais!  
 Isso não quer dizer que eu deixe de reconhecer no autor de Casa Grande & Senzala um grande escritor.  
 Entretanto, individualmente, ele é um homem mau!  
 E, ouçam bem os que tiverem ouvidos para escutar, como diz a Bíblia: - Não há gênio mau! (...)  
 O gênio mau não é gênio, - é Demônio!  
 Carta de Ascenso Ferreira ao presidente Juscelino Kubitschek em 7 de dezembro de 1956

“Vou danado pro Catete, vou danado pro Catete, com vontade de chegar”. A campanha do futuro presidente Juscelino Kubitschek ganhou um reforço e tanto nas ruas: a autoparódia dos versos *Trem de Alagoas*, do poeta Ascenso Ferreira, produzida e recitada pelo próprio em comícios na campanha de 1955. O sucesso das ruas se converteu também em votos, dando a Juscelino a vitória na disputa pelo Palácio do Catete, sede da Presidência da República, no Rio de Janeiro<sup>438</sup>. Para compensar o aliado do mundo das letras e se ferir à vaidade do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, que na campanha apoiou um dos principais adversários, o marechal Juarez Távora, Juscelino Kubitschek resolveu presentear Ascenso com a diretoria executiva do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), no Recife. A nomeação foi passageira, graças ao próprio Ascenso, que de pesquisador não tinha nada e não fazia questão de esconder, gerando uma crise a si mesmo. Em jornais recifenses, chegou a declarar que tal cargo lhe serviria exclusivamente para lhe proporcionar um carro oficial e bancar parte de suas despesas, até porque possuía, publicamente, duas mulheres e duas casas para sustentar<sup>439</sup>. Com a adversidade instalada, o então editor do *Diário de Pernambuco*, Mauro Mota, amigo pessoal do então chefe do Gabinete Civil do presidente da República, o crítico literário Álvaro Lins, e nome favorável a Gilberto Freyre, criador do IJNPS, assumiu o comando o instituto em 1956, ficando no cargo até 1971.

<sup>438</sup> BOLAND, O. Ascenso Ferreira, poeta e filósofo... da preguiça. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 de fevereiro de 1983.

<sup>439</sup> MOTA, 1977.

Referência e divisor de águas no quesito pesquisa em ciências humanas e sociais na região Nordeste, o Instituto Joaquim Nabuco foi criado pela lei federal nº 770, de 21 de julho de 1949. A mesma lei deu uma dotação de um milhão e quinhentos mil cruzeiros para a sua criação e início do funcionamento. Devido uma omissão na lei original de sua fundação, em 1953, outra foi criada e deixou claro que o IJN era subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde (posteriormente, Educação e Cultura) e cria a função de diretor. Em 1960, o instituto ganhou autonomia administrativa e financeira. Em 1963, o nome foi oficialmente mudado para Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS). Somente em 1980, na ocasião das comemorações do 80º aniversário do sociólogo Gilberto Freyre, que o instituto passou a ser chamado de Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), nome que adota até os dias atuais. A ideia da criação do instituto partiu de Gilberto Freyre quando cumpria mandato de deputado federal por Pernambuco. Em 1948, ele apresentou o projeto de lei criando o instituto devido às comemorações do centenário do embaixador pernambucano Joaquim Nabuco<sup>440</sup>. Pela instituição, passaram nomes importantes das ciências humanas e sociais de Pernambuco, boa parte oriundos de famílias tradicionais e do círculo de amizade de seu fundador, a exemplo de Amaro Quintas, Manuel Correia de Andrade, Nilo Pereira, Waldemar Valente e os irmãos Renato e Maximiano Campos.

É essa instituição que Ascenso Ferreira dirigiria. Com a perda do tão sonhado cargo público, que contribuiria para o equilíbrio de suas despesas, ele enviou uma carta ao então presidente Juscelino Kubitschek, em 7 de dezembro de 1956, criticando a condução política de sua destituição e apontando dois nomes que, na sua avaliação, foram responsáveis por sua queda: o sociólogo Gilberto Freyre, a quem não nomeia e trata simplesmente como o autor de *Casa Grande & Senzala*, e o crítico Álvaro Lins. Esses personagens sintetizam dois aspectos na trajetória intelectual de Mauro Mota. O primeiro que, tempos depois se converte em amigo publicamente, desenvolve uma relação de *sujeição*, seja ela nos tempos em que o sociólogo Gilberto Freyre apenas enviava sua lista de pedidos ao *Diário de Pernambuco*, ou nos tempos em que dirigiu o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNP), acatando desejos, ordens e firulas daquele que se tornou a maior referência intelectual de Pernambuco no século XX. Mauro caminha lado a lado: perpetua a prática patrimonialista no instituto, conduz a instituição prestando contas ao seu tutor e, quando o Golpe de 1964 foi deflagrado, ajudou a preparar a instituição para os novos tempos.

---

<sup>440</sup> FRESTON, 1989, p. 317.

Em um dos seus livros, Mauro Mota reproduz trechos de uma entrevista de Ascenso ao jornalista Edson Régis, no jornal *Diário da Noite*, do Recife, em 5 de março de 1956, que revelam que ele teria rejeitado um *jeep* do IJNPS como carro oficial, além de detalhes de sua vida íntima. “Jeep não me cabe, meu bem. As lotações não param para mim porque eu sou grande demais e ocupo o lugar de dois passageiros<sup>441</sup>”, responde ao repórter. “Que besteira é essa? Não vou mexer em nada naquela repartição. Comigo tudo fica como está. A mim só interessa o ordenado e a camionete. Juscelino me prometeu um emprego e me arrumou uma encrenca<sup>442</sup>”, teria dito Ascenso sobre a recusa do seu nome ao instituto. O repórter também pergunta sobre a possibilidade do poeta assumir um escritório comercial do Brasil em um país da América do Sul em virtude de seu prestígio junto a JK. “Juscelino me daria uma chefia dessas, mas eu não posso sair do Recife. Um homem como eu, que tem casa civil e militar não pode nem ao menos pensar em residir no Rio, quando mais no estrangeiro<sup>443</sup>”, revelou o entrevistado, sem titubear: “Matriz e filial, tá bem? Quero dizer que tenho duas casas, duas famílias, duas mulheres<sup>444</sup>”.

Um dos pontos curiosos do diálogo reproduzidos é que, apesar das críticas à sua aptidão para assumir a direção do IJNPS e seu estilo “pitoresco”, Mauro Mota trata Ascenso como mais um dos intelectuais nordestinos que orbitavam em torno do Regionalismo de Gilberto Freyre, assim como ele mesmo. O sociólogo Pierre Bourdieu trata dessa questão: a disputa de intelectuais do mesmo grupo por um mesmo espaço ou objetivo. Apesar de não deixar claro que estava no jogo na disputa pelo instituto, em nenhum momento Mauro Mota descredencia o trabalho de Ascenso como poeta. Mesmo com a disputa, não há registro de rompimento público entre Mauro Mota e Ascenso ou até mesmo Gilberto Freyre, que teria interferido na questão, como mostraremos a seguir. “Entre pessoas que ocupam posições opostas em um campo, e que parecem radicalmente opostas em tudo, observa-se que há um acordo tácito a respeito do fato de que vale a pena lutar a respeito das coisas que estão no campo<sup>445</sup>”. Em nenhum momento, há relatos do próprio Mauro Mota sobre sua articulação feita para escolha de seu nome ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS). Por outro lado, também, sobre Álvaro Lins, pessoa chave no processo, não encontramos registros.

---

<sup>441</sup> MOTA, 1977, p. 72

<sup>442</sup> *Ibid.* p. 72

<sup>443</sup> *Ibid.* p. 72

<sup>444</sup> *Ibid.* p. 72

<sup>445</sup> BOURDIEU, 1996, p. 140-141.

No entanto, o sociólogo Gilberto Freyre, mestre em criar narrativas, sobretudo aquelas que demonstravam sua estreita ligação com o poder, produziu duas. A primeira em 1956, mais modesta, próxima à posse de Mauro Mota como diretor do instituto. A segunda, produzida após a morte de Álvaro Lins, em 1970, e de Mauro Mota, em 1984. Em 1956, Gilberto, em artigo ao *O Jornal* do Rio de Janeiro, reservou-se a destacar qualidades de Mauro Mota ao cargo e elogiar a escolha do então presidente da República, Juscelino Kubitschek: “O novo diretor é o professor Mauro Mota, especialista em geografia cultural. Seu recente estudo sobre o cajueiro na economia, no folclore e na cultura do Nordeste, veio colocá-lo entre os pesquisadores mais idôneos da sua especialidade<sup>446</sup>”. Sobre o presidente, foi ainda mais incisivo: “Revelou-se o presidente da República homem para que os problemas regionais de cultura e economia existem não só em suas formas extensivas e cruas como também sob a configuração de objetos de estudo científico<sup>447</sup>”. Após 28 anos, em 1984, Freyre apresentou outra versão. Ele se colocou como o grande fiador da indicação ao presidente. No artigo publicado no *Jornal do Brasil*, também do Rio de Janeiro, o sociólogo afirmou que teria atuado diretamente junto ao então presidente para que voltasse atrás com o nome de Ascenso Ferreira e nomeasse Mauro Mota. Na avaliação do sociólogo pernambucano, faltava em Ascenso aptidão ao cargo, e ele só estaria interessado em um benefício: o uso de um carro oficial.

Gilberto Freyre tenta mostrar certa intimidade com o então presidente, colocando-se como centro das atenções, e tratando-o como colega de Câmara, dizendo que lhe faltaram informações precisas sobre a nomeação de Ascenso. “Vi que lhe tinha faltado informes exatos sobre o assunto. Ele como que supunha o Instituto Nabuco um centro de indagações apenas – e superficialmente – folclóricas<sup>448</sup>”. Freyre argumenta que Ascenso já havia sido nomeado e, em uma ligação telefônica, JK lhe pediu para que assumisse o comando da instituição, o que lhe foi negado. O presidente, então, teria pedido uma indicação. “Indiquei prontamente Mauro Mota. Especifiquei tratar-se, como o Presidente sabia de um grande poeta – um dos maiores do Brasil – que essa condição juntava a de geógrafo magistral. Portanto, cientista social idôneo<sup>449</sup>”, argumentou o sociólogo. Em nenhum momento Gilberto Freyre cita o revés político que teria sofrido, coloca-se como protagonista da nomeação de Mauro Mota e não trata da relação que o jornalista tinha com o crítico literário Álvaro Lins. Outra versão, mais embasada politicamente e contextualizada, é do filho de Mauro Mota, o antropólogo Roberto

<sup>446</sup> FREYRE, G. Centro de pesquisas. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1956.

<sup>447</sup> *Ibid.*

<sup>448</sup> FREYRE, G. Meu caro ‘Jornal do Brasil’. In: **Revista do Arquivo Público Estadual**, Edição especial em homenagem a Mauro Mota, Recife, v. 1, n. 1, jan./jun. 1983-1984. p. 98.

<sup>449</sup> *Ibid.* p. 99.

Motta, que é reproduzida no artigo do sociólogo Paul Freston sobre a história da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). De acordo com essa versão, a nomeação do poeta Ascenso Ferreira não se tratava de uma “simples resolução leviana”, mas um gesto político do então presidente da República. Até porque o sociólogo Gilberto Freyre, fundador do IJNPS, fez campanha para o candidato derrotado e adversário de Juscelino Kubitschek na disputa presidencial: Juarez Távora. A nomeação de Ascenso Ferreira por JK, que não nutria uma amizade forte com Gilberto Freyre, representava a ele um verdadeiro desprestígio.

Em um depoimento ao jornal *Diário de Pernambuco*, datado em 28 de dezembro de 1986, reproduzido por Freston, Roberto chama a nomeação do pai de um *golpe de sorte*: “O chefe da Casa Civil de Juscelino era... Álvaro Lins, amigo fraternal de Mauro Mota... Mauro, por sua vez, era amigo sólido de Gilberto... recorra-se a Mauro!<sup>450</sup>”, relata o antropólogo. “(...) Mauro, que talvez há muito esperasse um convite dessa espécie, não se fez de rogado e foi nomeado pelo presidente<sup>451</sup>”, completa Roberto Mota. Em *As regras da arte*, o sociólogo Pierre Bourdieu trata esse tipo de disputa e questão por meio da teoria do “campo de poder” e argumenta que as práticas de representação dos artistas e dos escritores não se deixam explicar senão por referência ele. “O campo de poder é o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente)<sup>452</sup>”.

**Figura 11 - Mauro Mota assina o termo de posse como diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1956. Na foto, a presença do amigo Álvaro Lins.**



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

<sup>450</sup> FRESTON, 1989, p. 330.

<sup>451</sup> *Ibid.* p. 330.

<sup>452</sup> BOURDIEU, 1996, p. 244.

Para os intelectuais e servidores do Instituto Joaquim Nabuco, ficou claro, desde o início, que se tratava de um intelectual alinhado a Gilberto Freyre que assumiria a diretoria da instituição. Desde a cerimônia de posse, realizada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, no dia 5 de abril de 1956, às 16h30, em um gabinete do Ministério da Justiça, Mauro Mota reverenciou o nome do autor de *Casa Grande & Senzala*: “Como todos sabemos, o Instituto Joaquim Nabuco resultou da Lei 770 de 21 de julho de 1949, e essa lei de um projeto do então deputado Gilberto Freyre<sup>453</sup>”, disse no começo do seu discurso, que ainda contou com as presenças do então ministro da Educação, Clóvis Salgado, e o então chefe da Casa Civil e seu amigo de infância, Álvaro Lins. “Até hoje, embora sem qualquer missão oficial, (Gilberto Freyre é) o principal orientador dos trabalhos de pesquisa diretamente e através de seus livros, conferências, aulas e até de sugestões contidas em artigos de jornal<sup>454</sup>”, prossegue. “Na justificativa do projeto, bem fora do sumário de outras justificativas, o autor deu rumo e a ambiência dos movimentos da instituição<sup>455</sup>”. Mauro Mota, antes de dar sequência ao discurso, que tratava, entre outros pontos, da potencialidade de pesquisas do instituto, reafirmou que leis posteriores ao projeto de lei de Gilberto Freyre jamais contrariaram a fixação inicial de seu fundador para o estudo antropométrico, etnológico, etnográfico, folclórico, sociológico e econômico das comunidades regionais, particularmente dentro das várias zonas rurais do Nordeste.

Três pontos focais foram importantes para sua nomeação: a amizade com o crítico literário Álvaro Lins, então chefe da Casa Civil do presidente Juscelino Kubitschek, a ausência de referência negativa de Gilberto Freyre ao seu nome e o desgaste gerado pelo poeta Ascenso Ferreira, nomeado anteriormente ao cargo. Mauro Mota, inclusive, produz uma versão sobre esse desgaste: “Nomeado diretor-executivo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Ascenso Ferreira fez-se núcleo de certo rebuliço, mas sem qualquer restrição à figura humana e a do poeta nele existentes<sup>456</sup>”, disse, anos depois da sua nomeação. “Voltam-se os comentários só para a sua formação inajustável aos métodos de trabalho de ciências sociais aplicadas, ao exame de projetos, à direção de equipes de pesquisadores de campo<sup>457</sup>”, completa. No entanto, Mauro não revela que tal fritura pública causada na época acabou por beneficiá-lo. No artigo *Ascenso Ferreira e a cultura popular*,

---

<sup>453</sup> PLANO de ação do IJN: estudo sistemático dos problemas do Nordeste. **O Jornal**, Revista, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1956. p. 3.

<sup>454</sup> *Ibid.* p. 3.

<sup>455</sup> *Ibid.* p. 3.

<sup>456</sup> ASCENSO Ferreira e o serviço público. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1 de junho de 1969.

<sup>457</sup> *Ibid.*

publicado na edição do livro *Modas e Modos*, de 1977, ele trata da polêmica em torno da nomeação de Ascenso no IJNPS, além de revelar suas qualidades de poeta e boêmio<sup>458</sup>.

Em sua gestão no Instituto Joaquim Nabuco, que durou 14 anos, da queda de Ascenso até a nomeação do novo diretor-executivo Fernando Freyre, filho de Gilberto, Mauro foi responsável pela consolidação da instituição e gozou de um prestígio graças a parcerias com organizações, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). No livro *Cara e C'roa: uma fase do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, ele faz um panorama da gestão. Ao entrar no instituto, Mauro Mota relata que encontrou a instituição apenas com sete servidores – incluindo o motorista e o contínuo<sup>459</sup>. Diz que durante seu comando, foram contratados diversos pesquisadores e que a instituição, de fato, saiu do papel. Entre os números, está a realização, entre sua entrada até 1970, de 110 pesquisas, 1159 aulas e conferências, e 83 publicações sobre pesquisas sociais de técnicos da casa<sup>460</sup>. O relatório também abordou o crescimento da biblioteca: de 398 livros, em 1958, passou para um acervo de 24.695 mil títulos em 1971<sup>461</sup>. De fato, a escassa bibliografia disponível sobre a história da Fundação Joaquim Nabuco faz uma análise positiva do tempo em que Mauro Mota ocupou a diretoria executiva. No entanto, chama a atenção que, mesmo com um pequeno número de servidores, em um primeiro momento, a acolhida do novo gestor foi difícil.

A pesquisadora Joselice Jucá, responsável por uma narrativa institucional do instituto, afirma que a saída do antecessor de Mauro Mota, o economista Paulo Maciel, que mais tarde assumiria a reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, pegou de surpresa os funcionários. “O exíguo número de funcionários mostrava-se desolado com a saída do

---

<sup>458</sup> Eram comuns relatos sobre fatos pitorescos da vida de Ascenso Ferreira por meio da reprodução de histórias por meio de Mauro Mota. Em uma matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 20 de fevereiro de 1983, intitulada *Ascenso Ferreira, poeta e filósofo... da preguiça* Mauro Mota, convidado como um dos entrevistados, conta a história de um assalto à casa de Ascenso em que o ladrão acabou desistindo de levar-lhe pertences e acabou sentando à mesa com convidados: “No meio do ágape noturno, um assaltante invade a sala de revólver em punho. Pavor para os convidados, chilique na empregada. - Não se mexam! E vai abrindo as gavetas. Ascenso nem se altera. Meu nego, que brabeza é essa? Você entrou em casa de gente amiga. Guarde essa pistola e sente aqui. (Puxa a cadeira). Venha provar de nossa janta. (Enche um prato fundo de sarapatel e o copo de cerveja). O ladrão vacila antes essa exuberância de hospitalidade. Mas pega no talher, pede farinha e entra direto no guisado. - Quer uma pimentinha? Ascenso solta a língua diante do conviva inesperado - Olha, meu nego, entendo as suas necessidades. Você não vai levar nada daqui, não; sou “pobre de marré decê”, só tenho esses livrinhos e esses quadrinhos. Mas vou lhe dar uns endereços bons. (Indica rua e número de casas de pessoas ricas do Recife). Mas lhe peço uma coisa: roube, mas não mate ninguém, não. Basta fazer medo com a pistola. Em caso de aperto dê um tirinho pra cima. O ladrão toma o café, acende o cigarro, dá boa noite perplexo, Ascenso leva-o ao portão. Conta-lhe uma choradeira e pede vinte cruzeiros emprestados. Termina Mauro Mota o episódio: “O ladrão emprestou...”. Melhor exemplo de empatia e compreensão da alma popular é impossível imaginar-se (BOLAND, 1983).

<sup>459</sup> MOTA, M. *Cara e C'roa: uma fase do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Recife: Dialgraf, 1974. p. 17.

<sup>460</sup> *Ibid.* p. 18.

<sup>461</sup> *Ibid.* p. 19.

economista Paulo Maciel. Era natural, portanto, que a Instituição carecesse de um certo período de transição para processar-se a adaptação desejada à nova diretoria<sup>462</sup>”, comenta a pesquisadora. “Considerando-se que as mudanças em geral acarretam reações, esse período de transição foi particularmente difícil para ambas as ‘facções’: os veteranos da Casa e a nova equipe chegada com Mauro<sup>463</sup>”. Como estratégia de aproximação com os servidores, Mauro Mota começou a fazer reuniões no chamado *jardim ecológico*, mantendo, além da gestão técnica, a construção de um novo círculo de afetos na instituição. “O ‘jardim ecológico’ cumpria a sua função social como ponto de encontro entre os nabuqueanos, na maioria das vezes contando com a presença do próprio Mauro Mota, de Renato Carneiro Campos, de Sylvio Rabello e até mesmo de Gilberto Freyre<sup>464</sup>”, relata. “Ali discutia-se desde a pesquisa em andamento, as últimas ‘fofocas’, passando pela divisão dos problemas pessoais que comumente resultava na solidariedade do grupo<sup>465</sup>”.

Para se consolidar enquanto gestor, Mauro Mota também tomou suas providências. Isolou, por exemplo, alguns servidores que a princípio não lhe passavam confiança. O estatístico Antônio Carolino Gonçalves, por exemplo, que chegou a denunciar aspectos, na sua avaliação, negativos, da gestão Mauro em carta a Gilberto Freyre, nos anos 1960, disse que o ano de 1956 passou sem fazer qualquer atividade: “Eu não tinha um só papel na mesa, o que, pelo meu temperamento e gosto pelo trabalho, me fazia um mal-estar tremendo; mas felizmente, depois de passado esse ano, eu e Mauro nos entendemos muito bem<sup>466</sup>”, diz em relato a Joselice Jucá. Na avaliação dele, as dificuldades iniciais decorreriam da divisão entre os servidores fiéis ao antigo gestor, Paulo Maciel, e os novatos, que formavam, em torno de Mauro, uma rede de superproteção e vigilância. “Na medida em que a ‘central de boatos’ reduzia a sua produção, o nível de confiabilidade e de amizade ia-se estabelecendo entre o novo diretor e os seus colaboradores<sup>467</sup>”.

---

<sup>462</sup> JUCÁ, J. **Joaquim Nabuco**: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1991. p. 89

<sup>463</sup> *Ibid.* p. 89

<sup>464</sup> *Ibid.* p. 88

<sup>465</sup> *Ibid.* p. 88

<sup>466</sup> *Ibid.* p. 89.

<sup>467</sup> *Ibid.* p. 89.

## 5.2 “UM FAVOR COM CEGUEIRA”: PATRIMONIALISMO, A SOMBRA FREYRIANA E A CONSOLIDAÇÃO DO GESTOR DE INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E CULTURAIS EM MAURO MOTA

Em um bilhete de 13 de março de 1968, o sociólogo Gilberto Freyre pediu a Mauro Mota que contratasse uma de suas protegidas: Maria Cristina Andrade Nascimento. Em uma época na qual o serviço público não dispunha de seleções de caráter ilibado, um simples recado poderia se consolidar em forma de contratação. “Meu caro Mauro<sup>468</sup>”, disse Gilberto, “ficarei muito grato pelo que lhe vou propor fazer, com cegueira, a favor da minha protegida Maria Cristina Andrade Nascimento. Bom elemento, trabalha com o melhor senso de dever e merece sua atenção<sup>469</sup>”. A contratação de Maria Cristina foi um dos tantos casos de favorecimento pessoal tanto de Mauro Mota como de Gilberto Freyre no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS). Pelo menos dois dos filhos de Mauro e outro de Gilberto também fizeram parte do quadro de funcionários da instituição. De Mauro, Roberto Motta e Luciana Motta. De Freyre, Fernando Mello Freyre, que administrou o IJNPS, também com o novo nome, Fundação Joaquim Nabuco, Fundaj, entre os anos de 1971 e 2003. A construção de Mauro Mota enquanto gestor de órgão público se identifica com a tese clássica do patrimonialismo<sup>470</sup> no Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, onde o público se confunde com o privado, e da *sujeição*, de Judith Butler, em relação à submissão intelectual que desenvolveu com Gilberto Freyre.

O sociólogo, jurista e historiador Raymundo Faoro, no clássico *Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro* (1958), defende que a estrutura patrimonialista do estado brasileiro é a principal causa de suas mazelas. Este tipo de estrutura - a confusão entre o público e o privado - foi introduzida pelo governo português ainda no período colonial e reforçada com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. Esse padrão continuou após a independência, em 1822, e permaneceu consolidado no Império e no atual período republicano. Segundo ele, o estado intervém, planeja e dirige o mais que pode na

---

<sup>468</sup> FREYRE, G. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 13 de março de 1968. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp64 doc 1376,1). Bilhete.

<sup>469</sup> FREYRE, G. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 13 de março de 1968. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp64 doc 1376,1). Bilhete.

<sup>470</sup> O historiador Sérgio Buarque de Holanda também trata, em seu livro clássico *Raízes do Brasil*, da questão do patrimonialismo na esfera pública. Segundo ele, em virtude de suas raízes históricas – a sociedade patriarcal foi determinante nessa formação –, a gestão pública no Brasil obedece a interesses privados e o homem público no país considera que suas funções, na verdade, são direitos pessoais, e acaba se apropriando do patrimônio e/ou das benesses do aparelho de estado. Até a escolha dos gestores públicos, segundo sua tese, estaria baseada em acordos pessoais, e não na questão da capacidade técnica dos indicados (HOLANDA, 1995).

economia, tendo em vista interesses particulares do grupo que o controla (o estamento). Não há regras do jogo estáveis na economia, pois elas atendem o grupo que está no poder no momento. O segundo aspecto desse patrimonialismo é sociopolítico. Na visão do intelectual, a sociedade brasileira está dividida em classes<sup>471</sup>. Segundo o sociólogo e cientista político Rubens Goyatá Campante,

O estamento é uma camada organizada e definida politicamente por suas relações com o Estado, e, socialmente, por seu *modus vivendi* estilizado e exclusivista. Não se confunde com a burocracia: “burocrático” é uma qualificação, não a substância; o cargo burocrático é um veículo para a diferenciação social. E, por último, não é, adverte Faoro, uma “elite”, nos termos de Mosca, Pareto ou Michels, pois não é uma camada heterônoma e aberta, surgida da “composição patricio-plebéia” que operou nos países capitalistas a partir do século XIX. Ao contrário, é uma estrutura social autônoma e fechada, típica de um “Estado patricio”, em que não há uma circulação de baixo para cima<sup>472</sup>.

Dentro da lógica patrimonialista, o estado é centralizador e administrado por uma camada social que o controla. O patrimonialismo é personalista, é representado por figuras ou controlado por elas. Meritocracia, palavra hoje em dia bastante usada, é longínqua a essa realidade. A sociedade patrimonialista é regida pelo poder pessoal. A lógica administrativa do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) era justamente essa: aliada do poder dominante, seja ele no período democrático e reforçado pelo regime militar, a instituição servia ao seu diretor, Mauro Mota, filhos, amigos, e colegas de profissão, como também vivia em virtude da celebração da obra de seu fundador e presidente do Conselho Diretor, Gilberto Freyre. Tanto é que as rotinas pessoais, tanto de Mauro como de Gilberto, confundiam-se com a instituição, até mesmo com relação a gostos, a preferência pessoal por determinados temas e determinados pesquisadores. Como aliado do estado, o instituto também reforçava o estamento social por meio da valorização de antigas práticas sociais brasileiras. O papel de setores fora do estamento – escravos, negros, mulheres – deveriam permanecer os mesmos. Esse era o mundo perfeito para revigorar o patrimonialismo nas instituições científicas<sup>473</sup>.

---

<sup>471</sup> CAMPANTE, R. G. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003. DOI: 10.1590/S0011-52582003000100005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582003000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582003000100005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 11 maio 2021. p. 1.

<sup>472</sup> *Ibid.* p. 2.

<sup>473</sup> *Ibid.* p. 3.

**Figura 12 - Bilhetes demonstravam a força de Gilberto Freyre em Mauro Mota: o pedido da contratação “com cegueira” para a protegida Maria Cristina Andrade Nascimento.**

mmto  
CRP 64 doc 1346  
Mauro Mota: Ficarei  
muito grato pelo que  
ele foi fazendo aqui  
Gilberto de Mello Freyre  
com urgência, a favor da  
minha protegida Maria  
Cristina Andrade Nas-  
Apipucos Recife

Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

A sombra freyriana sobre Mauro Mota no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais foi construída em pelo menos duas frentes: uma simbólica, já que Freyre, enquanto deputado federal por Pernambuco foi o responsável pelo projeto de lei que criou a instituição, e outra jurídica. Entre os anos de 1960 e 1987, ano de sua morte, Gilberto Freyre foi presidente do Conselho Diretor da instituição, órgão de caráter consultivo da Diretoria Executiva. O Conselho Diretor foi criado quando o Instituto Joaquim Nabuco, pela Lei de 2 de agosto de 1960, conquistou personalidade jurídica e autonomia administrativa. O conselho seria composto de cinco membros, “escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação que se dediquem a estudos e pesquisas científicas de natureza social”, e por um Diretor-executivo, ao qual o Conselho delegaria poderes<sup>474</sup>. O mandato dos conselheiros seria de seis anos. Somente na Portaria nº 310, publicada pelo ministro da Educação, Ney Braga, em 31 de maio de 1974, o Ministério da Educação define as competências do conselho<sup>475</sup>: entre elas, opinar sobre assuntos de natureza diversa, como os trabalhos científicos da instituição, a aprovação do orçamento anual e a aprovação das contas do diretor-executivo. O conselho teria ainda a competência de apreciar os balanços anuais e os valores patrimoniais do instituto. Foi de Mauro Mota a proposição ao Conselho Diretor, em 13 de dezembro de 1960, que alterou o

<sup>474</sup> JUCÁ, 1991, p. 95.

<sup>475</sup> *Ibid.* p. 95.

nome da instituição de Instituto Joaquim Nabuco para Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais<sup>476</sup>.

Em carta a Gilberto Freyre em 19 de agosto de 1960, Mauro Mota explicou a articulação para a autonomia jurídica do instituto e a criação do Conselho Diretor. Ele relatou que, após o parecer favorável do então senador Milton Campos, que conferia personalidade jurídica e autonomia financeira, e administrativa a instituição, o projeto ficou em “hibernação”, no jargão político, parado, engavetado no Senado: “Quase inesperadamente, logo suspeitei de outras interferências, obtive aprovação em plenário e foi enviado à sanção presidencial<sup>477</sup>”, avalia. Com a iminente sanção presidencial, Mauro se deslocou ao Rio de Janeiro e, em seguida, a Brasília. “Viajei logo para o Rio para os contatos inadiáveis: Abelardo e Aderbal, que se mostraram de extraordinária dedicação, Antiógenes, que me deu ótima carta para o Penido, e com Armando Monteiro Filho<sup>478</sup>”, completou. Na sede do poder, Mauro Mota foi recebido pelo então presidente em exercício, Ranieri Mazzilli, no Palácio da Alvorada – residência oficial – e logo depois ao Palácio do Planalto – gabinete da presidência. A correria na articulação é justificada por prováveis oposições ao instituto, em Brasília. Ao dizer que o presidente assinou o ato de nomeação do Conselho Diretor e deu ordens para ser publicada no dia seguinte, ele confessa que “isso significou eliminar todas as chances de certos pedidos, já armados em alguns setores<sup>479</sup>”. Não se sabe quais seriam.

A luta de Mauro, em suas palavras, foi para que não houvesse qualquer “perda de tempo” e para que “continuasse a merecer” a confiança de Gilberto Freyre. A correspondência demonstra o jogo de cartas marcadas nos cargos de confiança da instituição, com os nomes já acertados previamente:

Durante audiência, referiu-se a você em termos de altíssima simpatia. De acordo com o recorte de jornal que lhe foi enviado, você já sabe como ficou organizado o Conselho: por seis anos, você, já eleito presidente na reunião de instalação, Antiógenes e Delgado; por três, Merval Jurema e Fernando Milanez, atual secretário da Justiça da Paraíba.

Nenhum dos nomes que lembramos inicialmente foi esquecido nas conversações. Entretanto, as circunstâncias impuzeram modificações e sobre elas conversaremos. Apresentarei ao querido mestre e amigo minucioso relatório verbal. A luta foi para que não houvesse qualquer perda de tempo e para que continuasse a merecer a sua confiança.

O Conselho já enviou ao governo a lista tríplice para a nomeação do diretor executivo: fui incluído juntamente com Albino Fernandes e Cláudio Souto.

<sup>476</sup> JUCÁ, 1991, p. 96-97.

<sup>477</sup> MOTA, M. [**Correspondência**]. Destinatário: Gilberto Freyre. [S. l.], 19 de agosto de 1960. Acervo da Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc9).

<sup>478</sup> *Ibid.*

<sup>479</sup> *Ibid.*

Agora vamos começar os estudos para o ajustamento do IJN à nova situação. Mas é claro que a reestruturação, sobretudo dos cargos científicos, somente será aprovada depois de sua chegada.

Os trabalhos do Museu acham-se em fase de acabamento e o Marcos Vinícios em atividade. O seu livro com ilustrações de Bandeira já está em provas.

Do seu amigo firme, Mauro<sup>480</sup>.

Na gestão de Mauro Mota, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais ainda não contava com a concorrência de outras instituições científicas, sobretudo nas áreas de sociologia. Órgãos do próprio governo federal ou de governos estaduais atuavam como clientes, bancando pesquisas realizadas pela instituição. De acordo com a pesquisadora Joselice Jucá, diversas pesquisas foram realizadas pela equipe do Departamento de Estatística, nos anos 1960, e foram financiadas pelos governos dos estados de Alagoas e Ceará, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) e Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)<sup>481</sup>. O sociólogo Gilberto Freyre era constantemente informado dessas pesquisas. Nas cartas enviadas de Mauro Mota ao presidente do Conselho Diretor, há informações do andamento dos inquéritos – como eram tratadas as pesquisas no período – e do desempenho dos pesquisadores envolvidos. De certa maneira, Mauro Mota também era os olhos de Gilberto Freyre no instituto. Em uma carta enviada a Freyre em 20 de setembro de 1962, cujo destino é a Embaixada do Brasil, em Lisboa, Mauro Mota diz que estava tudo bem quanto poderia estar na ausência do presidente do Conselho Diretor:

Meu caro Gilberto:

Aqui tudo bem. Isto é, quanto pode ir bem na sua ausência. Os cursos, o de Nelson Chaves, e de Waldemar Valente e o que estamos fazendo em colaboração com a Sudene e a Universidade, funcionando regularmente. Já estamos iniciando a pesquisa de Fortaleza: ontem mesmo falei com Parsifal (José Parsifal Barroso, governador do Ceará), na reunião da Sudene, e ele prometeu liberar logo pelo menos metade da verba aqui que foi consignada ao IJN no orçamento do Ceará. A pesquisa no vale do Jaguaribe (equipes do IJN e da Sudene), na fase final de planejamento. Os outros projetos, que você conhece, em fase de acabamento<sup>482</sup>.

Outras questões aparentemente desimportantes para o funcionamento de um instituto científico consistiam nas pautas dessas cartas de prestação de contas. Na mesma carta, Mauro Mota relatou que estava instalado na “régia cozinha de azulejo e mármore” do instituto – segundo ele, os visitantes estavam encantados. “Felizmente os azulejos estão muito bem

<sup>480</sup> MOTA, M. [Correspondência]. Destinatário: Gilberto Freyre. [S. l.], 19 de agosto de 1960. Acervo da Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc9).

<sup>481</sup> JUCÁ, 1991, p. 101.

<sup>482</sup> MOTA, M. [Correspondência]. Destinatário: Gilberto Freyre. [S. l.], 20 de setembro de 1962. Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc17).

pregados. Agora vamos entrar na fase das janelas. Estou fazendo força para que elas fiquem tão belas quanto aquelas de Talvez Poesia<sup>483</sup>”. De fato, o culto às casas grandes pernambucanas e às famílias tradicionais foi uma pauta freyriana que a gestão de Mauro Mota conseguiu implantar no instituto. Entre as missões concluídas estão a restauração e demais dependências do casarão Francisco Ribeiro Pinto Guimarães, que contou com a ajuda de Abelardo Rodrigues e do servidor Aécio de Oliveira. O então delegado do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Pernambuco, Airton Costa Carvalho, e o engenheiro Telmo Maciel se envolveram no projeto. No casarão, construído no século XIX, foi onde nasceu o Instituto Joaquim Nabuco, na Av. 17 de Agosto, no bairro de Casa Forte, na Zona Norte do Recife, recebendo o nome do seu proprietário. Francisco Ribeiro Pinto Guimarães foi um rico comerciante de açúcar que utilizava o espaço para a compra e exportação do produto.

Após a comprovação técnica de que a construção seria resistente às instalações do instituto, foi iniciado um verdadeiro trabalho de decoração. Uma forma de trazer de volta a “nobreza” do passado e tornar o espaço um lugar de veneração da cultura açucareira. Entre as aquisições, estavam 19 peças de mogno originárias do Barão da Soledade – essas sem despesas para o instituto por meio da mediação de Odilon Ribeiro Coutinho – e mobílias pertencentes ao antigo governador Júlio Belo, do Engenho de Queimadas. A mobília do ex-chefe do comando estadual envolvia sofá, cadeiras, consoles de jacarandá e uma mesa de centro de mármore. O acervo também foi composto por um grande espelho de cristal que pertenceu aos Barões do Livramento, e um sofá Bérenger e uma conversadeira de quatro lugares que foi do governador Estácio Coimbra. No projeto do jardim ecológico, na sede da instituição, foram instalados oito bancos de azulejos portugueses em mármore. Os bancos, que se transformaram em um ponto de encontro de servidores, foram obtidos com a demolição do Solar dos Seixas, em frente ao instituto. Outros elementos de decoração compunham o conjunto, como louças da cidade de Porto, em Portugal, e os bustos de Camões e do Marquês de Pombal<sup>484</sup>.

O historiador João Alberto da Costa Pinto coloca o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais como “feudo institucional”<sup>485</sup> de Gilberto Freyre. Moldado à sombra de seu

---

<sup>483</sup> MOTA MOTA, M. [Correspondência]. Destinatário: Gilberto Freyre. [S. l.], 20 de setembro de 1962. Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc17).

<sup>484</sup> JUCÁ, 1991, p. 90.

<sup>485</sup> PINTO, J. A. C. Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974). *História (São Paulo)*, Franca, v. 28, n. 1, p. 445-482, 2009. DOI: 10.1590/S0101-90742009000100016. ISSN 1980-4369. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742009000100016&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742009000100016&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 10 maio 2021. p. 448.

criador, a instituição já tinha prestígio internacional em fins da década de 1950. O golpe de 1964 representou uma das faces da consagração internacional de Freyre que, longe das estruturas dominantes de fala, o eixo Rio-São Paulo, imprimia, junto a uma intervenção política, uma “sobrevida ideológica a uma fração importante da classe dominante brasileira no século XX – a burguesia agroindustrial nordestina, que declinava politicamente nos estertores do seu solapamento produtivo<sup>486</sup>”. Aliado de primeira ordem, Mauro Mota contribuiu com a manutenção dessa estrutura enquanto foi diretor, o que também acabou lhe beneficiando, fosse por prestígio e conquista de posições em órgãos e associações de referência no período.

Apesar da grande interferência de Gilberto Freyre, a gestão de Mauro Mota pode ser considerada vitoriosa do ponto de vista político, e não somente quando se refere ao Conselho Diretor. A gestão de Paulo Maciel, anterior à de Mauro, preparou cerca de quatro a cinco projetos de reestruturação do instituto, com a criação de departamentos científicos, cargos e funções. Nenhum deles sequer foi analisado pelo Ministério da Educação e Cultural ou pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP): “Com a vinda de Mauro Mota, tornou-se possível uma reestruturação do Nabuco, efetivada através do Decreto nº 50.433, de 10 de abril de 1961 (D. O. U. de 12 de abril de 1961), assinado pelo Presidente Jânio da Silva Quadros<sup>487</sup>”. Esse decreto é a espinha dorsal do então instituto, sendo responsável pela criação dos departamentos de História Social, Sociologia, Psicologia Social, Antropologia, Economia, Geografia Humana, Estatística e Cartografia, além dos departamentos de Administração, Serviço de Biblioteca e Documentação e o Serviço de Contabilidade<sup>488</sup>. A sinergia da dupla Mauro Mota e Gilberto Freyre, ressaltando as relações de forças desproporcionais nela, funcionou administrativamente nas condições postas e nos objetivos que a instituição desejava.

Analisando as correspondências de Mauro Mota a Gilberto Freyre, de posse da Fundação Gilberto Freyre, no Recife, chega-se à conclusão de que a dependência do diretor-executivo do Instituto Joaquim Nabuco e da própria instituição também era material, claro que, com elementos de mistura do espaço privado, literalmente, a casa – tema central de Freyre em *Casa Grande & Senzala* –, com o espaço público. Na década de 1960, Mauro Mota, por exemplo, chegou a enviar um ofício à residência de Gilberto Freyre, em Apipucos, pedindo equipamentos de construção emprestados para realizar uma reforma no instituto: “Senhor Diretor, solicito de V.S. ceder por empréstimo, durante alguns dias, duas pás que

---

<sup>486</sup> *Ibid.* p. 449.

<sup>487</sup> JUCÁ, 1991, p. 100.

<sup>488</sup> *Ibid.* p. 100.

servirão às obras que estão sendo atualmente executadas neste Instituto<sup>489</sup>”. Em outros momentos, o próprio Gilberto foi responsável pela doação de livros<sup>490</sup> e obras de arte. Freyre doou, por exemplo, objetos da casa que pertenceu ao industrial Delmiro Gouveia, a Vila Anunciada, que se transformou numa unidade do instituto, no bairro de Apipucos. “Tenho a satisfação de agradecer a oferta ao Instituto Joaquim Nabuco do material relacionado no ofício de V.S., ref. CRR nº 1239/60<sup>491</sup>”, diz Mauro Mota em ofício, que completa: “Tratando-se de peças da secular Vila Anunciada, que pertenceu a Delmiro Gouveia, muito úteis serão ao Museu deste órgão, ora em face de organização<sup>492</sup>”.

Como diretor-executivo, Mauro Mota também enfrentou dificuldades na relação com gestores de outras instituições do governo federal, como a antiga Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em 6 de abril de 1961, ele enviou uma carta a Gilberto Freyre reclamando da falta de palavra do reitor da instituição João Alfredo. Ele teria acertado – inclusive com conversas pessoais – com Mauro Mota a cessão, por um ano, da servidora da universidade e bibliotecária Fernanda Ivo ao instituto. O processo, então, andou da Reitoria e chegou à Faculdade de Filosofia de Pernambuco, onde a servidora estava lotada, e recebeu o parecer favorável da transferência pelo diretor Nilo Pereira. Mauro Mota, então, tratou do assunto novamente com o João Alfredo, na reitoria, e depois, novamente com ele, na presença de Gilberto Freyre, em uma recepção do embaixador da Alemanha Ocidental no estado. “Embora tivesse o Sr. Reitor considerado, na ocasião, a solicitação atendida, surpreende-nos agora com essa negativa, conferindo reatividade a uma circular da Casa Civil da Presidência da República, publicada a 9 de fevereiro do corrente ano<sup>493</sup>”, revelou na carta, sendo pego de surpresa. A negativa traria dificuldades à biblioteca, que estaria em fase de reorganização, e à servidora, que já estava trabalhando, desde a última semana de dezembro de 1960, no instituto, com base nos entendimentos verbais entre os dois gestores.

Mauro Mota pede a interferência pessoal de Gilberto no assunto: “Sugiro uma gestão pessoal de V.S. no sentido de mantê-la nesta instituição em face das dificuldades de pessoal especializado em Biblioteconomia no Recife<sup>494</sup>”, diz Mota, alertando que esse desencontro

<sup>489</sup> FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. **Ofício 413/62 em 24 de abril de 1962**. Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR5p1doc14).

<sup>490</sup> FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. **Ofício 111/59 em 9 de abril de 1959**. Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc6).

<sup>491</sup> FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. **Ofício 650/60 em 5 de dezembro de 1960**. Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc11).

<sup>492</sup> *Ibid.*

<sup>493</sup> FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. **Ofício de Mauro Mota a Gilberto Freyre (Of. 139/61) em 6 de abril de 1961**. Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc12).

<sup>494</sup> *Ibid.*

não interrompa “o espírito de colaboração que sempre existiu entre esta Instituição e a Universidade do Recife<sup>495</sup>”. A dependência e a sujeição do instituto a Gilberto Freyre também tinha seus pontos positivos. Gilberto Freyre utilizava seu livre trânsito com os militares e com instituições (até internacionais) para defender os interesses do seu instituto e, como em outras questões que precisavam da interferência do sociólogo, a dupla Mauro e Gilberto venceu a batalha. A bibliotecária Fernanda Ivo assumiu a chefia da biblioteca no ano de 1961 no lugar de Maria Orlando, que esteve no cargo desde 1958 e também retornou à sua instituição de origem: a Universidade do Recife<sup>496</sup>. Os esforços de Mauro Mota eram para que a biblioteca pudesse, de fato, ser uma referência aos pesquisadores. Mesmo tendo como origem o sótão da Vila Elvira, a biblioteca funcionava com um acervo limitado, com pouco menos de 400 livros na época em que Mauro tomou posse. Nos anos 1970, no final de sua gestão, já eram mais de 13.251 mil títulos, sem contar os periódicos, que somados chegava ao número de 24.695 mil exemplares<sup>497</sup>.

A filósofa Judith Butler relaciona a sujeição – no caso, analisamos a sujeição de Mauro Mota a Gilberto Freyre – também como resultado do apego ao poder. Ao se subordinar, Mauro Mota também garantia o espaço necessário para consolidar a sua carreira de intelectual, além de gestor público de uma instituição de pesquisas. As condições de sobrevivência de Mauro Mota dentro do campo intelectual requeriam dele a reverência ao autor de *Casa Grande & Senzala* e acabaram se tornando uma característica de sua própria identidade enquanto pesquisador. “Nessa perspectiva, a sujeição é o efeito paradoxal de um regime de poder em que as próprias ‘condições de existência’, a possibilidade de continuar como ser social reconhecível, requerem a formação e a manutenção do sujeito na subordinação<sup>498</sup>”, diz a autora, que também defende:

A insistência em que o sujeito tem um apego apaixonado por sua própria subordinação tem sido evocada cingidamente por quem tenta desacreditar as reivindicações dos subordinados. A ideia é que se for possível mostrar que o sujeito leva adiante ou sustenta sua condição de subordinado, talvez a responsabilidade final dessa subordinação seja do próprio sujeito. Em oposição a esta ideia, eu diria que o apego à sujeição é gerado pelo poder, e parte dessa operação do poder se esclarece nesse efeito psíquico, uma de suas produções mais insidiosas. Se, num sentido nietzschiano, o sujeito é formado por uma vontade que se volta sobre si e assume uma forma reflexiva, então o sujeito é a modalidade de poder que se volta sobre si; o sujeito é o efeito do poder em recuo<sup>499</sup>.

---

<sup>495</sup> *Ibid.*

<sup>496</sup> JUCÁ, 1991, p. 92.

<sup>497</sup> *Ibid.* p. 94

<sup>498</sup> BUTLER, 2017, p. 36

<sup>499</sup> *Ibid.* p. 15.

O filósofo Vladimir Saflate afirma que trabalhamos para ser reconhecidos por um Outro – que nos observa como se estivéssemos em um panóptico privado (estrutura de uma prisão) –, que nos convoca para assumir desejos e vontades que fundariam nossa própria realidade. A relação de Mauro Mota, dentro do Instituto Joaquim Nabuco, sobretudo com a presença de Gilberto Freyre no Conselho Diretor da Instituição, assemelha-se com essa relação definida pelo filósofo: preso em um espaço delimitado e com a vontade de ser reconhecido pelo seu superior, dentro de uma relação social pautada pelo patrimonialismo. “A servidão real é substituída pela internalização de uma representação imaginária de autoridade fantasmaticamente constituída e responsável pela organização da identidade psicológica a partir de uma ‘vocação<sup>500</sup>’”, destaca o filósofo, contribuindo com a tese de que a sujeição também é uma característica da formação da identidade de determinados indivíduos. Segundo ele, a pressão de internalização das disposições e regras sociais que permitem ao sujeito trabalhar e evitar suas vontades sustenta-se, em larga medida, na crença dessas disposições serem elementos fundamentais para a formação subjetiva de uma identidade psicológica desejada (idealizada). “Isso pode nos explicar por que, ainda hoje, é possível traçar, por exemplo, sólidas correlações entre longos períodos de desemprego e transtornos no sentimento de autoidentidade capazes de, no limite, levar à experiência de ‘morte social’”<sup>501</sup>.

Com amplos poderes – simbólicos e jurídicos –, Gilberto Freyre ordenava a contratação de funcionários, sugeria palestras e pesquisas e mantinha o instituto sob seu controle, ao ponto de colocar seu filho, Fernando Mello Freyre, na diretoria-executiva e no comando da instituição com a saída de Mauro Mota, em 1971. O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais serviu também como espaço de consagração intelectual do próprio Gilberto Freyre. Por lá, diversas palestras e conferências foram realizadas por ele durante a gestão de Mauro Mota. Ao longo de 14 anos de gestão, Freyre apresentou 19 conferências, fora os livros e debates na instituição em torno de sua obra<sup>502</sup>. Além disso, intelectuais que pesquisavam seus trabalhos e se tornaram especialistas e propagadores deles tiveram no instituto um órgão financiador. Ligado à Universidade de Brasília, Edson Nery, por exemplo, chegou a pedir a Mauro Mota passagens aéreas da capital federal ao Recife para dar andamento à biografia que estava produzindo sobre Gilberto Freyre. Em uma carta datada de 20 de outubro de 1964, Nery pediu a Mauro: “Gostaria de saber se o Instituto Joaquim

---

<sup>500</sup> SAFATLE, 2018, p. 165.

<sup>501</sup> *Ibid.* p. 165.

<sup>502</sup> O sociólogo Gilberto Freyre aparece como maior conferencista do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) durante a gestão de Mauro Mota, entre os anos de 1956 e 1971. Os números estão disponíveis no relatório de gestão de Mauro Mota à frente da instituição (MOTA, 1974, p. 63-109).

Nabuco poderia dar-me passagens aéreas RIO-RECIFE-RIO, a fim de que eu passasse o mês de janeiro no Recife, acabando a biografia de Gilberto Freyre<sup>503</sup>”. O autor argumenta que tal trabalho só poderia ser realizado na “própria casa” de Gilberto, ou seja, no Recife, pois havia muita coisa que ainda não tinha visto e era preciso estar *in loco* com o biografado.

Não se sabe se a instituição bancou, de fato, tal pedido. Mas esse tipo de documento é encontrado com bastante frequência no acervo de Mauro Mota disponibilizado pela Fundação Joaquim Nabuco, herdeira do instituto. Além disso, o próprio diretor contou com a presença de dois de seus filhos nos quadros da instituição. Além de funcionários do instituto, Roberto e Luciana Motta figuraram entre os 12 pesquisadores agraciados com bolsa de estudos e que foram acolhidos pelo instituto. “Em 1963, Roberto Mota, que fez o curso de desenvolvimento nacional no Instituto de Ciências Sociais de Haia, que lhe concedera bolsa de estudos, e onde recebeu o grau de mestre em ciências sociais<sup>504</sup>”, diz o próprio Mauro Mota em seu relatório de gestão. “Em 1968, Luciana Cortez Mota, que fez, na Universidade de Gante, Bélgica, entidade concessora da bolsa de estudos, curso de aperfeiçoamento em técnica de pesquisa em história social<sup>505</sup>”. A prática patrimonialista, juntada ao ingresso no serviço público, segundo o sociólogo Sérgio Miceli, permitiu aos herdeiros dos ramos empobrecidos da antiga oligarquia resgatar o declínio social a que se viam condenados assumindo diferentes tarefas na divisão do trabalho de dominação<sup>506</sup>”. Ou seja, o que seria a primeira vista uma prática de aparelhamento também era, na verdade, uma forma de usar o aparelho de Estado para sobrevivência.

As práticas patrimonialistas da gestão Mauro Mota também podem ser exemplificadas pelo seu motorista: Luís Severino de Lima, também conhecido como Galego. Contratado pelo Instituto Joaquim Nabuco, ele cumpria dupla jornada na instituição à qual estava vinculado e no *Diario de Pernambuco*, jornal em que Mauro Mota era diretor. Além de acompanhar o diretor na instituição de pesquisa, Galego ficava noites adentro esperando o fechamento do jornal, servindo até como porteiro da sala que dava acesso à diretoria do *Diario*. Segundo Waldemar Valente, amigo de Mauro, “Galego era gente de confiança de Mauro. De noite, no *Diario* e de dia no Joaquim Nabuco. Quase não tinha tempo para dormir. Às vezes, de madrugada, quando não tinha disposição para voltar para casa, cochilava nas cadeiras do

---

<sup>503</sup> NERY, E. [Correspondência]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 20 de outubro de 1964. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp55 doc 1197).

<sup>504</sup> MOTA, 1974, p. 28

<sup>505</sup> *Ibid.* p. 28

<sup>506</sup> MICELI, 2001, p. 200.

Diário<sup>507</sup>”. A fidelidade de Galego também lhe rendeu benefícios familiares, com o emprego de parentes no instituto, apesar da função simples comparada à infinidade de benefícios e cargos disponíveis no Instituto Joaquim Nabuco. “João Severino de Lima, irmão do motorista Luís Severino de Lima, mais conhecido por Galego, trabalhava no Instituto como jardineiro<sup>508</sup>”. Entre os anos de 1956 e 1971, Mauro ficou ligado a três ambientes de trabalho, nos quais era funcionário: diretor do Instituto Joaquim Nabuco, editor e posteriormente diretor do *Diário de Pernambuco* e professor do Instituto de Educação de Pernambuco. Essas instituições se misturavam em seu cotidiano.

Em um contexto adverso, sobretudo com os pilares de sua gestão ruindo – as fontes de receitas minando com o advento da consolidação das universidades e seus departamentos de pesquisa nos anos 1970 e o aumento da mão de obra especializada de sociólogos e outros profissionais na região Nordeste, cuja referência era o instituto –, em outubro de 1970, Mauro Mota encerrou mais um mandato na diretoria executiva do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Entre outubro de 1970 e maio de 1971, ele continua à frente da instituição conforme pedido do Conselho Diretor, que enviou ao governo federal a lista tríplice para a escolha da nova gestão. Apesar de ter encabeçado a lista – que continha ainda Waldemar Valente e Ruy João Marques –, deixou a instituto. A narrativa institucional de Joselice Jucá relata que ele se ausentou da instituição ao aceitar o convite do governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros, para assumir o Departamento de Cultura de Pernambuco, onde ingressou em 6 de maio de 1971<sup>509</sup>. Ele deixou o Joaquim Nabuco, que permaneceu com as mesmas práticas de patrimonialismo e de influência da família Freyre, quadro que mudaria sensivelmente apenas com a gestão do então presidente Lula no início dos anos 2000. Com a saída de Mauro Mota, assumiu o Joaquim Nabuco o filho de Gilberto, o administrador Fernando Freyre, que iniciou um longo mandato até o ano de 2003. Em nenhum momento, até a morte, encontramos registros do próprio Mauro Mota questionando o que, na avaliação de parte de sua família, seria uma traição. Aliás, mesmo fora do IJNPS e assumindo outras instituições culturais, Mauro Mora continuou reverenciando o nome de Gilberto Freyre, a exemplo de quando foi diretor do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

O filho mais velho de Mauro Mota e antropólogo Roberto Motta, em registro do *Diário de Pernambuco*, em 18 de janeiro de 1987, republicado pelo sociólogo Paul Freston,

---

<sup>507</sup> VALENTE, 1986, p. 33.

<sup>508</sup> *Ibid.* p. 124.

<sup>509</sup> JUCÁ, 1991, p. 118.

afirma que Mauro Mota esperava fidelidade de Fernando Freyre quando o nomeou para o Conselho Diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Diz Roberto Motta:

Há uma coisa que é preciso lembrar. Quando as pessoas querem ocupar ou continuar em certos cargos e têm de enviar listas tríplices ou sêxtuplas... elas tentam preencher as listas com nomes seguros, isto é, de personalidades que, mesmo possuindo competência indiscutível, não têm a ambição nem o esquema político necessário para a nomeação. Obedecidas essas condições, Mauro sempre procurou compor as listas da melhor maneira possível (...) Estou querendo dizer que Mauro Mota, com toda a certeza, pretendia ainda continuar, por muitos mandatos<sup>510</sup>.

Em outra reprodução de Paul Freston, também do *Diário de Pernambuco*, mas desta vez em 11 de janeiro de 1987, Roberto trata da relação do pai com Freyre, além de diretrizes de sua gestão:

Seus catorze anos de diretoria se caracterizavam por uma lealdade... (a) Gilberto. Nem um momento meu pai conspirou contra o presidente do Conselho Diretor... Mesmo... porque... Mauro não dispunha de base política autônoma. Álvaro Lins? Mas Álvaro durou pouco... o grande aliado de Mauro veio a ser... o próprio Gilberto... Não que Mauro deixasse de ter... opiniões... pessoais. Atraiu para o Instituto pesquisadores, técnicos, administradores marcadamente seus e... com muita habilidade (mas não sem algum atrito) neutralizou ou desfez-se de outros que não eram seus. Porém, durante catorze anos, a 'coabitação'... foi extremamente bem sucedida entre o Presidente e o Primeiro-Ministro, isto é, diretor-executivo<sup>511</sup>.

Intitulado *Cara e C'roa: uma fase do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Mauro Mota produz um relatório em formato de livro com todas suas atividades à frente do instituto. O documento faz referência a Gilberto Freyre com grande reverência, quando na verdade, ele mesmo estaria por trás de sua saída enquanto dirigente. “Quando o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais completa 25 anos faço uma pergunta: o que se fez durante os catorze anos em que fui seu diretor-executivo?<sup>512</sup>”, pergunta o gestor, antes de fazer seus elogios: “Com o apoio e o estímulo do Dr. Gilberto Freyre (...) e graças ao trabalho de uma equipe integrada por elementos que o valorizam, alguma coisa que se junta à formação da consciência da pesquisa social no Nordeste e à pesquisa social no Brasil<sup>513</sup>”. No documento, ele dá a entender que o motivo de sua saída não foi pela ausência de capacidade técnica enquanto gestor. Esse relatório pode ser interpretado como uma resposta, de maneira elegante, ao seu outrora aliado incondicional Gilberto Freyre, sem ferí-lo.

---

<sup>510</sup> FRESTON, 1989, p. 335.

<sup>511</sup> *Ibid.* p. 335.

<sup>512</sup> MOTA, 1974, p. 64.

<sup>513</sup> *Ibid.* p. 64.

### 5.3 “COMEMORANDO A DITADURA”: AS PALAVRAS ALUSIVAS DE MAURO MOTA AO GOLPE DE 1964 E O SEU ALINHAMENTO INSTITUCIONAL AO REGIME MILITAR

Em 31 de março de 1969, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais comemorou mais um aniversário do que chamara de Revolução. A expressão que soava positiva e dava sentido de mudanças, bem distante da realidade, referia-se ao Golpe de 1964, que iniciou um governo ditatorial no Brasil até o ano de 1985. Para registrar uma data tão especial para a instituição, foram escalados o presidente do Conselho Diretor, o sociólogo Gilberto Freyre, que presidiu a sessão, e o diretor-executivo, o poeta e jornalista Mauro Mota, que compôs a mesa. A conferência na sede, no bairro de Casa Forte, na Zona Norte do Recife, ainda contou com a presença do conferencista e servidor Carolino Gonçalves e foi acompanhada pelo corpo técnico e administrativo do centro de pesquisas. As falas dos gestores foram econômicas. Enquanto Gilberto afirmava que o 31 de março de 1964 já tinha se tornado uma data histórica, Mauro Mota apenas teria dito “palavras alusivas” ao acontecimento. Os elogios rasgados ficaram por conta do palestrante: “A revolução trouxe estabilidade para o desenvolvimento social e econômico do país. Já podemos constatar os efeitos positivos da Revolução em todos os campos de atividades, transportes, saúde, educação, habitação, etc<sup>514</sup>”, afirmou Carolino Gonçalves em fala registrada em um boletim do instituto.

Mais do que palavras, a relação do Instituto e de Mauro Mota com o regime militar foi de parceria e cumplicidade. A instituição afastou funcionários no despertar do novo regime, cancelou pesquisas que poderiam criar problemas políticos e gozou do prestígio que os militares, detentores do poder de então poderiam proporcionar. Em um mundo à parte, negando todo um contexto de repressão e violação de liberdades, além de atentados aos direitos humanos, o Instituto destacava, na comemoração do Golpe, que o governo militar (tratado como revolucionário) trouxe um programa pioneiro à vida republicana do Brasil<sup>515</sup>. Também elogiou a reforma universitária empreendida, com o aumento de matrículas e uma hipotética reforma agrária, tema indiferente ao governo. “O conferencista destacou ainda a contribuição que o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais vem prestando ao governo

---

<sup>514</sup> IJNPS comemora aniversário da Revolução. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Recife, 1971. p. 193.

<sup>515</sup> A repressão política com o Golpe de 1964 foi uma das mais virulentas em Pernambuco, comparando-se a outros estados do país. No estado, durante a consolidação do novo regime e a prisão do governo Miguel Arraes, estimam-se mais de três mil prisões (COELHO, 2004, p. 199).

da República, através da realização de estudos em áreas do Norte e Nordeste do Brasil<sup>516</sup>”, concluiu o texto do boletim. A boa relação dos gestores do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais com o regime foi imediata, mesmo que a relação com os militares tenha estreitado já na década de 1950<sup>517</sup>. Assim que o Golpe de 1964 eclodiu, a instituição acentuou a presença e recebeu, diversas vezes, militares das Forças Armadas, sobretudo do Exército e da Marinha. O ano de 1964 foi emblemático nessa relação que foi construída e teve laços fortes até o fim do regime. Naquele ano, a primeira visita registrada em nossa pesquisa foi de oficiais do contra-torpedeiro Benevente, em transito pelo Porto do Recife no mês de abril. Eles foram representados pelos capitão-tenente Beraldo Sarzedos e os tenentes Antônio Sérgio de Cajueiro Costa e Hélio Hermano Almeida de Bustamante. A justificativa da visita foi a coleta de dados para trabalhos sobre Pernambuco e o conhecimento das atividades da casa<sup>518</sup>.

A série de visitas continuou com a presença do general Aurélio Lyra Tavares, então comandante do IV Exército, cuja sede era no Recife, em 5 de abril de 1964. Na ocasião, ele realizou uma conferência no instituto sobre “A pesquisa social e segurança da democracia”. O evento foi presidido pelo reitor da Universidade Federal de Pernambuco, o jurista Murilo Guimarães, e contou com a presença de representantes das Forças Armadas e teve a participação do diretor-executivo, Mauro Mota, que fez a apresentação do conferencista. O discurso do convidado fez alusão ao momento político em que o país estava vivendo, na ótica dos novos donos do poder. “Todos nós observamos que uma das grandes características sociais dos tempos em que vivemos é a ânsia coletiva pelo bem-estar social<sup>519</sup>”, disse Lyra Tavares. “Ela já foi colocada pelos governos das democracias em termos de programa político com a determinação e a ênfase que, em geral, só se emprestam aos grandes movimentos de

---

<sup>516</sup> IJNPS comemora aniversário da Revolução. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Recife, 1971. p. 193.

<sup>517</sup> Houve uma aproximação com os militares antes do Golpe de 1964, que estavam presentes, com menos frequência, nas atividades do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Lá, eles participaram de cursos e capacitações. Ainda no fim da década de 1950, Mauro Mota, então diretor executivo, comunicou a Gilberto Freyre, que ainda não era presidente do Conselho Diretor - porque este ainda não havia sido criado -, que dois militares da Escola Superior de Guerra desejavam falar com o sociólogo. O caráter era de urgência: “Caro Gilberto, dois coronéis da Escola Superior de Guerra Hélio Silveira e Antônio Jorge Corrêa desejam falar com você hoje à tarde, pois chegaram ontem e voltam amanhã ao Rio. Peço dizer se pode recebê-los e a que horas. Combinei transmitir à informação ao meio-dia (relógio militar). Um abraço, Mauro. O seu telefone está quebrado?” (MOTA, M. [Correspondência]. Destinatário: Gilberto Freyre. [S. l.], 3 de abril de 1958. Acervo Fundação Gilberto Freyre. Código: GF CR57p1doc4).

<sup>518</sup> INFORMES sobre Pernambuco. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife: 1964/1965. p. 261.

<sup>519</sup> A Pesquisa Social e a Segurança Nacional. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife, 1964/1965. p. 322.

salvação nacional<sup>520</sup>”, completou. O general afirmou que os problemas contemporâneos transcendiam o campo nacional, transferindo-se para esfera internacional, e tratou de ações conjuntas entre povos ligados pelas mesmas concepções de vida e identificados pelo princípio ideológico. A fala era uma alusão ao contexto histórico da época, cuja divisão era representada por países aliados aos Estados Unidos, capitalista, e da União Soviética, de cunho socialista. O general, em parte da conferência, também dá a entender que o país não estaria vivendo uma ditadura.

Essa era também a percepção do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. A instituição administrada por Mauro Mota, em seu boletim institucional, reproduz um artigo do jornalista Costa Porto, no *Diário de Pernambuco*, jornal em que Mauro também trabalha em cargo de chefia, afirmando que não havia censura no país, dando a entender que o Brasil vivia um regime democrático, garantindo a liberdade de expressão: “Já constitui 'frase feita' afirmar-se que os nossos problemas constituem menos função de regimes, de formas de governo, de partidos, de grupos, do que antes e predominantemente, de homens<sup>521</sup>”, defende. De acordo com o jornalista, a “revolução” de 31 de março liquidou um quadro de desgoverno nacional, com quase tudo apodrecido por roubos, assaltos, bandalheiras, prevaricações, esmagamentos e crimes. Outros termos são usados em referência ao governo João Goulart, anterior ao Golpe, eleito democraticamente. O artigo descreve como orgia de lama, degradação, sapucaia imensa, clima de chumbo, torpeza e abastardamentos. Costa Porto descreve o que seria o contexto no Recife: “Nunca se ouviu uma censura ao Patrimônio Histórico, ao Instituto Joaquim Nabuco, ao Centro de Pesquisas Educacionais, à Delegacia Fiscal, à Delegacia de Saúde e outros órgãos federais, e isto por um motivo simples<sup>522</sup>”, argumenta, destacando que, antes do Golpe, havia a presença de homens como o então gestor do instituto, Mauro Mota, para evitar certos desvios no funcionalismo público: “homens como o engenheiro Airton da Costa Carvalho, Mauro Mota, Carlos Frederico Maciel e o médico Costa Carvalho, cuja simples ação da presença evitou que seus serviços patinassem na lama, na corrupção e no desbragamento<sup>523</sup>”.

A relação de Mauro Mota com o novo regime também foi de troca de favores. Em 2 de setembro de 1964, no ano do golpe, ele encaminhou uma carta ao então secretário de Imprensa da Presidência da República, José Vamberto, solicitando um encontro do seu irmão,

<sup>520</sup> A Pesquisa Social e a Segurança Nacional. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife, 1964/1965. p. 322.

<sup>521</sup> NUNCA se ouviu uma censura. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife, 1964/1965. p. 270.

<sup>522</sup> *Ibid.* p. 270.

<sup>523</sup> *Ibid.* p. 270.

dom João Mota, que era arcebispo da cidade de São Luís, no Maranhão, com o então presidente da República, o marechal Castelo Branco, para tratar de interesses do estado. Mauro Mota revelou que o irmão já tinha uma recomendação de Gilberto Freyre, mas que estava fazendo um reforço com a correspondência. Escreve Mauro Mota: “Apresento-lhe Dom João Mota, que me dá o título de ser seu irmão. Como você sabe ele é o Arcebispo de São Luís<sup>524</sup>”, pontua no início. “Antes de ir participar da nova fase do Concílio Ecumênico, quis ir a Brasília para tratar, junto ao presidente Castelo Branco, dos problemas da Universidade (já instalada) do Maranhão<sup>525</sup>”. Mauro destacou que já havia outra referência feita por Gilberto Freyre: “Peço assim prestigiá-lo nos trânsitos palacianos. Em troca, você, que é um bom católico, receberá uma bênção episcopal. Os agradecimentos<sup>526</sup>”. Os dois lados se beneficiavam pelas relações de poder, que traziam também benefícios à família.

**Figura 13 - Mauro Mota e o amigo mentor intelectual Gilberto Freyre.**



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

<sup>524</sup> MOTA, M. [Correspondência]. Destinatário: José Vamberto. [S. l.], 2 de setembro de 1964. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CEp6 doc.110).

<sup>525</sup> *Ibid.*

<sup>526</sup> *Ibid.*

No ano de 1964, o instituto também investiu em pautas como a comemoração de figuras militares. O centenário de nascimento do marechal Cândido Rondon foi celebrado com a conferência do antropólogo Valdemar Valente, amigo de Mauro Mota e pesquisador da instituição. Com o tema “Rondon, exemplo de brasilidade”, o evento foi presidido pelo general Lyra Tavares e contou com as presenças do general Carlos Muricy, comandante da 7ª Região Militar, de Gilberto Freyre e de Mauro Mota. Os chefes de departamento do IJPNS e “numerosas outras pessoas” marcaram presença<sup>527</sup>. Ainda no mês de julho, o contra-almirante da Marinha, Hélio Lopes de Sousa, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, acompanhado do capitão-tenente Francisco Sérgio Marinho e do primeiro tenente Hélio Trigueiro Londres Barreto foram recebidos na instituição<sup>528</sup>. Além disso, o instituto recebeu alunos do curso de Informação da Escola Superior de Guerra. Além da recepção feita por Mauro Mota e Gilberto Freyre, eles contaram com uma programação com uma série de conferências sobre Aspectos Psico-Sociais do Nordeste, Aspectos Demográficos, Estrutura Social, Educação e Cultura, Saúde, Trabalho, Família, Classes Sociais, Religião, Ideologia e Opinião Pública. As palestras foram realizadas pelo próprio Mauro Mota, seu filho Roberto Motta, o antropólogo Estevão Pinto e o estatístico Carolino Gonçalves<sup>529</sup>.

O ápice do ritual de aproximação do instituto com os militares no ano de 1964 foi a recepção realizada para receber o então presidente Humberto Castello Branco. Numa demonstração pública de prestígio, o chefe de estado e de governo visitou as instalações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais acompanhado de dois ministros, o da Viação, Juarez Távora, e o da Educação e Cultura, Flávio Lacerda. O boletim institucional, por sua vez, reforçou a intimidade do chefe de estado com o presidente do Conselho Diretor, Gilberto Freyre. Na ocasião, a comitiva também visitou o Centro Regional de Pesquisas Educacionais, também dirigido por Freyre. “Os visitantes, sempre em companhia do antropólogo-sociólogo Gilberto Freyre, percorreram demoradamente essas instituições, manifestando-se bem impressionados<sup>530</sup>”. O *Jornal do Commercio*, do Recife, em texto do jornalista Calazans Fernandes, anunciou que o Instituto, gerido por Mauro Mota, e o centro de pesquisas, dirigido por Freyre, tiveram recomendações expressas pelo presidente da República para que o Ministério da Educação prestigiasse “com recursos esses dois órgãos e busque neles as

<sup>527</sup> CENTENÁRIO do nascimento de Rondon. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife, 1964/1965. p. 323.

<sup>528</sup> CONTRA-ALMIRANTE visitou o Instituto. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife: 1964/1965. p. 326.

<sup>529</sup> CONFERÊNCIAS. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife: 1964/1965. p. 325.

<sup>530</sup> MINISTROS visitam o Instituto. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife: 1964/1965. p. 264.

informações necessárias à formulação de uma política de valorização do homem, no Nordeste<sup>531</sup>”. A imprensa, além de dar destaque a essa aproximação, também lembrou que o então presidente da República chegou a frequentar as instalações da instituição de pesquisa ainda no ano de 1962, quando comandava o IV Exército, em Recife. Na época, ele participou de um curso especial sobre problemas agrários<sup>532</sup>.

A pesquisadora Joselice Jucá defende que a efervescência política e social que precedeu o movimento militar de 1964 justificou promover um amplo debate sobre temas voltados à reforma agrária nas regiões Norte e Nordeste do país. Na década de 1960, antes do Golpe, o instituto promoveu o Simpósio sobre Reforma Agrária no Norte e Nordeste do Brasil<sup>533</sup>, evento que contou com a presença de Humberto Castello Branco. O encontro foi realizado entre os dias 13 e 18 de maio de 1963 e contou com a participação de geógrafos, juristas, zootécnicos, nutrólogos, sociólogos, educadores, economistas e antropólogos. Os debates tiveram como recorte as condições de produção e trabalho na Zona Canavieira de Pernambuco e houve a representação de diversos segmentos: membros das Ligas Camponesas, sindicatos rurais, usineiros, plantadores e fornecedores de cana, líderes religiosos, militares, representantes das universidades e do governo de Pernambuco<sup>534</sup>. “Nos debates, os pesquisadores do Nabuco foram representados por Paulo Maciel, Mário Lacerda de Melo, Renato Carneiro Campos, Alcides Nicéias, Cláudio Souto e Antônio Carolino Gonçalves<sup>535</sup>”, destaca a pesquisadora. Já as conferências foram realizadas pelo ex-deputado de esquerda Francisco Julião, pelo líder sindical Padre Antônio de Melo, o engenheiro e economista Caio de Amorim Pontual, o engenheiro Gustavo Colaço Dias e o secretário-assistente do governo estadual, Antônio Carlos Cintra do Amaral<sup>536</sup>. O clima de antagonismo favoreceu, inclusive, o movimento golpista, que pautou a sociedade com a instabilidade no campo.

O jurista e militante dos Direitos Humanos, Fernando Coelho, relembra que, durante o ano de 1963, as relações entre camponeses e proprietários de terra eram bastante conflituosas na zona da Mata de Pernambuco. Na época, surgiram os efeitos da aprovação do recém Estatuto do Trabalhador Rural, o que favoreceu o crescimento das Ligas Camponesas. O governo Miguel Arraes, deposto em 1964, tentou transferir, para o Poder Judiciário, as

---

<sup>531</sup> INTERESSE do Presidente Castello Branco pelo IJNPS. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife, 1964/1965. p. 264.

<sup>532</sup> O Presidente Castello Branco e o IJNPS. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, nº 13 e 14, Recife: 1964/1965. p. 270.

<sup>533</sup> JUCÁ, 1991, p. 113.

<sup>534</sup> JUCÁ, 1991, p. 113.

<sup>535</sup> *Ibid.* p. 113.

<sup>536</sup> *Ibid.* p. 113-114.

demandas decididas, até então, pela polícia. Por exemplo, no Cabo de Santo Agostinho, município que compõe nos dias atuais a Região Metropolitana de Recife, foi iniciada a Cooperativa Agrícola de Tiriri, pautada na parceria entre empresários do campo e trabalhadores assalariados – projeto estimulado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para resolver os problemas das usinas Santo Inácio e Salgado, além de evitar a perda de trabalho dos camponeses<sup>537</sup>. “(Este foi) Um experimento diferente no grande laboratório social em que o Nordeste se transformara, e que poderia, para técnicos daquela agência, se tivesse êxito, ser transplantado para outras áreas, com problemas semelhantes<sup>538</sup>”. Essa era uma pauta contestada pela esquerda radical e vista com reservas pela elite conservadora do açúcar, que mantinha no campo relações de trabalho análogas à escravidão<sup>539</sup>. A linha do cooperativismo, no entanto, era defendida tanto por setores de direita como da esquerda – apesar de discordâncias em determinados pontos. O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais recomendava esse tipo de organização de trabalho<sup>540</sup>.

Além do prestígio e dos recursos federais em tempos de ditadura, a gestão de Mauro Mota também teve que se adequar ao novo governo, vestir a camisa de fato. Palavras não eram suficientes, gestos também eram importantes. No ano do Golpe e em 1965, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais teve uma verdadeira “dança das cadeiras”. Diversos colaboradores foram desligados por portarias e resoluções. O caso emblemático, já em maio de 1964, é a rescisão de contrato com o pesquisador Heraldo Pessoa Souto Maior pela Resolução de nº 117, de 11 de maio de 1964. Na ocasião, ele desenvolvia um projeto de pesquisa sobre às “Ligas Camponesas”, tema sensível ao regime militar. O desligamento do pesquisador foi realizado quase um mês depois do novo governo. Chama a atenção que ele teve que restituir o valor de Cr\$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil cruzeiros) que teria recebido como adiantamento contratual da pesquisa: “Fica o Diretor-executivo autorizado a rescindir o contrato firmado a 15 de abril de 1963, com o prof. Heraldo Pessoa Souto Maior para a realização do projeto de pesquisa citado, dispensada a cominação contratual<sup>541</sup>”, informa a resolução, assinada por Gilberto Freyre, na Sala de Sessões do Conselho Diretor em 11 de maio de 1964. O discurso da rescisão é pautado na decisão do pesquisador:

<sup>537</sup> COELHO, F. V. **Direita, volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004. p. 272-273.

<sup>538</sup> *Ibid.* p. 273-274.

<sup>539</sup> *Ibid.* p. 274.

<sup>540</sup> COELHO, 2004, p. 275.

<sup>541</sup> INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS – IJNPS. **Resolução nº 117, de 11 de maio de 1964**. Autoriza a rescisão de contrato para realização de pesquisa. Abr./maio/jun. 2964.

O Conselho Diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, usando de suas atribuições, e considerando a exposição de motivos do Diretor-executivo a respeito do projeto de pesquisa sobre “Ligas Camponesas”, do Prof. Heraldo Pessoa Souto Maior e, bem assim, as razões apresentadas pelo autor do trabalho, justificando que, por motivo de força maior, não poderia mais executar aquele projeto (proc. 0604, de 30.04.64), de acordo com o seu plano primitivo<sup>542</sup>.

De qualquer forma, essa pesquisa gestada pelo instituto na gestão de Mauro Mota foi iniciada no ano de 1962 – e não foi a primeira vez que houve mudanças ou problemas com os pesquisadores. Em 9 de julho de 1962, na condição de diretor-executivo, Mauro Mota enviou um ofício a Gilberto Freyre, que presidia o Conselho Diretor, propondo a substituição do pesquisador Levy Cruz, que pesquisava sobre a “Tomada de Consciência Social e Política no Meio Rural”, pelo professor Haroldo Souto Maior. Com a substituição, a pesquisa também contaria com a colaboração do pesquisador Vamerich Chacon<sup>543</sup>. As razões para a mudança não foram explicitadas no documento. Em contato por e-mail e por telefone, em 27 de janeiro de 2021, Haroldo Pessoa Souto Maior, que posteriormente consolidou a carreira no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), confirmou que a exoneração foi realizada a seu pedido, em 1964. Ele alegou que, em recente entrevista, como conhecia bastante o ambiente da Zona da Mata de Pernambuco, seus engenhos e usinas, sabia que era impossível que os trabalhadores falassem abertamente em entrevistas. Ele temia que os dados obtidos tivessem conclusões viciadas e tendenciosas. De qualquer forma, os cargos e as funções no Instituto Joaquim Nabuco no ano de 1964 compuseram uma questão delicada e que exigiu jogo de cintura da gestão de Mauro Mota.

Um dia depois da resolução que informava a rescisão do contrato com Haroldo Pessoa Souto Maior, em 11 de maio de 1964, o instituto publicou outra resolução, dessa vez anunciando o aproveitamento de servidores temporários e apresentando todo o pessoal técnico e administrativo da instituição, que totalizava, segundo o documento, 111 cargos e funções gratificadas. Segundo a resolução, alguns servidores temporários seriam reaproveitados. Para isso, eles teriam sido admitidos antes do Artigo 23 da Lei nº 4069, de 11 de junho de 1962. As funções da resolução foram divididas em diversos setores: administração e escritório, com 20 cargos; comunicação e transportes, com cinco; educação e cultura, com 19; guarda, conservação e limpeza, com 14; profissional, com 38; quadro de provimento em comissão, com uma vaga, representada pelo diretor-executivo, Mauro Mota; e as funções gratificadas, com 14, designadas pelas chefias de departamento, como os de história social, sociologia e

---

<sup>542</sup> *Ibid.*

<sup>543</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Of. 627/62**. Recife, 9 julho de 1962.

antropologia. A publicação de todas essas vagas também tinha como justificativa o crescimento de projetos da instituição e a concorrência por profissionais qualificados.

A resolução nº 115, de 11 de maio de 1964, apresenta todas as funções do instituto, mas não demonstra quais os profissionais estariam ocupando tais cargos. Era como uma “prestação” de contas da gestão de Mauro Mota com o novo regime. O documento, assinado na Sala de Sessões do Conselho Diretor por Gilberto Freyre, destaca que as ocupações estavam ligadas ao crescente número de programas ligados à execução de projetos, inquéritos, estudos e análise decorrentes das atividades da casa, além de serviços relacionados ao seu funcionamento – infraestrutura administrativa, por exemplo. O destaque é a justificativa para a manutenção de parte do então quadro de funcionários: “Falta de garantias na prestação de serviços eventuais ou temporários, e o mercado de trabalho qualificado, cuja demanda a Sudene valorizou nesta área regional<sup>544</sup>”. Além de Heraldo, outros funcionários também saíram do instituto, hipoteticamente, a pedido. Outros também foram promovidos no ano de 1964, assumindo funções gratificadas, bolsas e autorizados a prestar serviços na instituição.

Um dos beneficiados foi o filho mais velho de Mauro Mota, o antropólogo Roberto Motta. A resolução nº 119, de 3 de julho de 1964 concede auxílio ao já assistente de pesquisas sociais do instituto, que também já recebia bolsa no Instituto Sociais de Haia<sup>545</sup>, nos Países Baixos<sup>546</sup>. Na justificativa, a resolução informa que Roberto Mauro Cortez Motta se achava, desde janeiro de 1963, realizando um curso de mestrado em Ciências Sociais. Informa, ainda, que as despesas do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais com o filho do diretor-executivo eram apenas dos seus vencimentos mensais e que, o trabalho, quando concluído, o pesquisador voltaria ao Recife, onde aplicaria seus conhecimentos especializados. A ajuda incluiria um pedido do próprio Roberto nas despesas da viagem de retorno ao Brasil. O pesquisador recebeu um auxílio de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), indexado na categoria de “despesas de qualquer natureza ligadas a Atividades-meio, no setor de atividades educativas e culturais, inclusive auxílio e bolsistas<sup>547</sup>”. A assinatura com a liberação é do jurista Luiz Delgado, então presidente do Conselho Diretor em exercício.

---

<sup>544</sup> INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS – IJNPS. **Resolução nº 115, de 11 de maio de 1964.** Aprova o Quadro de Pessoal Técnico e Administrativo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Abr./maio/jun. 1964.

<sup>545</sup> Em seu currículo Lattes, Roberto Mauro Cortez Motta informa que, durante o mestrado, foi bolsista do Nederlandse Bureau Voor Buitenlandse Technische Hulp (NEBUTA), da Holanda. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0828507755265572>. Acesso em 02 fev. 2021.

<sup>546</sup> INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS – IJNPS. **Resolução nº 119, de 3 de julho de 1964.** Concede auxílio a bolsista. Jul./ago./set. 1964.

<sup>547</sup> *Ibid.*

A arrumação no quadro de funcionários continua no ano seguinte, com contratações, reconduções de funcionários, autorização de novos prestadores de serviços e até dispensas. Diversas portarias e resoluções de 1965 tratam do reaproveitamento de funcionários contratados, ou reconduzidos. Em 12 de agosto de 1965, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais publica uma nova resolução, desta vez por meio de uma portaria com os funcionários contratados a partir de 9 de agosto até 31 de dezembro. A portaria nº 28 trata de 29 funcionários da casa, desde assistentes de pesquisa, como cargos administrativos e de serviços gerais<sup>548</sup>. Dessa vez, o instituto colocou a função de cada um deles e os respectivos salários. O documento informava a permanência de 14 funcionários, reconduzidos ao longo do ano, que são: Hebe Augusta de Barros Rocha, Graziela Irene Barbosa Bruscky, Helena Simões Duarte e Pedro Alves de Miranda, os quatro como assistentes de pesquisa social; Gleide de Oliveira Guimarães e Maria Isaura Lins de Lima, ambas auxiliares de pesquisa social; Pedro Alves de Miranda, assistente administrativo; Aécio de Oliveira, assistente de museu; Irene Sobreira de Araújo e Elza Áurea de Luna, ambas atendentes de datilógrafo; Vladimir Andrade Sobrinho, auxiliar de divulgação e relações públicas; Paulo Miguel dos Santos, fiel de almoxarifado; João Batista do Espírito Santo, oficial de carpinteiro; Ubiraci Gonçalves dos Santos, contínuo; e Fernando Antônio Vieira Gonçalves da Silva, analista de estatística<sup>549</sup>.

No mesmo período, novos nomes foram autorizados a prestar serviço à instituição, como o artista plástico Paulo Roberto Barbosa Bruscky, conhecido pela atuação crítica ao regime militar, Hermilo Borba Filho, famoso teatrólogo pernambucano, além de Gustavo Henrique Altino de Campos, Hildo Cezar de Lima, Lucia Helena Motta Collier e Sérgio Moacir de Albuquerque. Entre os contratados, estão Maria de Fátima de Andrade Quintas, filha do primeiro do Departamento de História do Instituto, Amaro Quintas. Entre os dispensados, um nome: José Hesketh Lavareda. Além da contratação de intelectuais com a linha de pensamento à esquerda, a gestão de Mauro Mota no Instituto Joaquim Nabuco também reforçou a política de nomes e sobrenomes na instituição – primos, sobrinhos, filhos, enfim, muitos parentes comungavam do mesmo emprego público. Essa foi uma estratégia institucional, que também envolvia a aliança com as tradicionais famílias usineiras da região

---

<sup>548</sup> INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS – FUNDAJ. **Boletim Interno nº 20, Janeiro/Fevereiro/Março de 1965**. Recife, Portaria nº 28, de 12 de agosto de 1965.

<sup>549</sup> FUNDAJ, 1965.

Nordeste, sobretudo da Zona da Mata de Pernambuco. O instituto tornou-se um bastião ideológico do pensamento desse grupo então decadente no jogo de poder do país<sup>550</sup>.

O sociólogo Marcelo Ridenti analisa que a ditadura iniciou uma “modernização conservadora”, sobretudo após a promulgação do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Entre as características do regime, segundo ele, está uma ambiguidade ao punir opositores que se julgavam ameaçadores, mas também o acolhimento de intelectuais e artistas de oposição que se dispunha a colaborar com a nova ordem. Essa característica explica, em parte, além dos laços familiares em alguns casos, da manutenção de intelectuais considerados de esquerda dentro do quadro de funcionários do Instituto Joaquim Nabuco e a contratação de novos técnicos, mesmo em regime de prestação de serviços<sup>551</sup>: “O governo reprimia professores e estudantes considerados subversivos, mas o projeto de desenvolvimento exigia investimentos significativos em ciência e tecnologia, portanto, também na universidade<sup>552</sup>”. As atividades acadêmicas e de pesquisa acabaram por gerar crescentes críticas ao próprio regime, que ia acomodando institucionalmente quadros de oposição em um sistema de pós-graduação e pesquisa. “(O regime) Buscava atender à sua maneira, dentro da nova ordem, às reivindicações de modernização que haviam levado os estudantes às ruas na década de 1960<sup>553</sup>”.

Enquanto diretor-executivo do Instituto Joaquim Nabuco, Mauro Mota também mantinha com bastante cuidado sua relação com os militares. Nas apresentações dedicadas a eles, os dados eram conferidos pelo diretor pessoalmente. Esses cuidados, inclusive, abriram uma crise na instituição que foi levada ao presidente do Conselho Diretor, o sociólogo Gilberto Freyre. Em 9 de julho de 1965, Mauro Mota realizou uma palestra para estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG) e pediu ao pesquisador e estatístico Antônio Carolino Gonçalves um levantamento de dados. O problema é que o que foi coletado poderia levar o diretor do instituto a um possível constrangimento. Em carta, Mauro coloca sua versão dos fatos depois de saber que o próprio Carolino teria enviado a Gilberto Freyre uma carta com queixas à sua gestão, incluindo o desprezo por seus dados coletados para a palestra na ESG: “O Sr. Carolino teve a falta de cerimônia de fornecer-me dados até 1939, com vinte e seis anos de atraso<sup>554</sup>”, diz Mauro, em carta assinada com papel timbrado do Ministério da

---

<sup>550</sup> PINTO, 2009, p. 449.

<sup>551</sup> RIDENTI, 2005, p. 98.

<sup>552</sup> *Ibid.* p. 101.

<sup>553</sup> RIDENTI, 2005, p. 101.

<sup>554</sup> MOTA, M. [Correspondência]. Destinatário: Gilberto Freyre. [S. l.], 10 de fevereiro de 1966. Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc19).

Educação e Cultura. “Os mais novos por ele fornecidos, incompletos e sem indicação precisa do local de coleta, tinham nove e sete anos de atraso, referentes em bloco a 1956/58<sup>555</sup>”.

Revela Mauro a Gilberto:

Seria possível apresentar essa vergonha aos estagiários da Escola Superior de Guerra, que desejavam, segundo prévia advertência do Coronel Oswaldo de Araújo Souza, “informes atuais sobre as condições do Nordeste e do Recife apresentados por essa grande instituição?”. De que modo poderia conduzir-me nos debates - o General Murici os assistiu - baseando-me em indicações rigorosamente fora do tempo e do espaço?

O que fiz na circunstância? O que - estou certo - V.S. faria. Sem perder mais tempo - tínhamos poucos dias pela frente - recorri pessoalmente à Divisão de Bioestatística do D.S.P., no gênero um dos serviços mais eficientes e atualizados da Região. E obtive dados exatos, especificados minuciosamente, atualizadíssimos que alcançaram até maio de 1965. Lembre-se que a conferência realizou-se em 9 de julho desse ano, 1965.

Todos os dados - utilizados, comentados e interpretados por mim - acham-se em meu poder para qualquer confronto ou análise<sup>556</sup>.

Sobre a polêmica, Mauro ainda revelou que gastou uma “elevada importância” de vinte mil cruzeiros com o especialista que teria recolhido os dados: Ricardo da Costa Carvalho. O diretor-executivo diz, na carta, que guardou os dados coletados por Carolino e que já os tinha enviado a Gilberto Freyre. “Trata-se de um documento, afirmo sem qualquer ressentimento pessoal, que humilha o autor. Números fora de circulação, dezenas de erros primários de linguagem em três folhas datilografadas<sup>557</sup>”, critica. Mauro Mota também atacou o pesquisador e debochou de algumas informações, que chamou de falsas e decorrentes de leituras não assimiladas, a exemplo do que Carolino diria sobre a gripe, que teria como causa das infecções e suas consequências pelo mau regime alimentar: “Ora, isto subverteria a etiologia da gripe. Qualquer menino de escola sabe que a fome predispõe os indivíduos às infecções, mas sabe ainda que a gripe é transmitida por um vírus e que a fome não é vírus<sup>558</sup>”, disse a Gilberto. Estatístico, Carolino Gonçalves era funcionário do MEC lotado no instituto e possuía a função gratificada de assessor de gabinete, o mais alto posto de confiança de livre nomeação do próprio diretor-executivo.

A carta contendo as reclamações de Carolino a Gilberto é extensa e inclui questões do cotidiano do trabalho no instituto. Tratado por Mauro como “Caso do Jazz-band”, Carolino teria criticado o trabalho, em sua seção, de um aficionado por jazz e circularia nas

---

<sup>555</sup> *Ibid.*

<sup>556</sup> *Ibid.*

<sup>557</sup> MOTA, M. [Correspondência]. Destinatário: Gilberto Freyre. [S. l.], 10 de fevereiro de 1966. Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc19).

<sup>558</sup> *Ibid.*

dependências com equipamentos musicais na sede da instituição. O funcionário em questão era João Mendonça, que teria assumido a função por indicação do próprio Carolino. “Foi ele que, o Sr. Carolino, que me pediu - pedido três vezes renovado - para admiti-lo na seção dele, a fim de, por sua vez, atender ao pedido do seu amigo, compadre e médico, Dr. Hélio Mendonça<sup>559</sup>”. Mauro diz que não entende a denúncia e que vê contradições, até porque Carolino teria pedido, em outro comunicado melhoras para o jovem admirador da boa música. Diz que João Mendonça foi contratado sem vínculo empregatício e só recebia por questionário preenchido, o que eliminaria qualquer prejuízo ao instituto: “Adianto a V.S. que o Sr. João Mendonça jamais andou com instrumentos musicais em serviço e foi aprovado agora nos exames vestibulares da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal<sup>560</sup>”.

Mesmo com ironia – Mauro diz que o departamento de Carolino é de Estatística e Cartografia e lá não há ninguém que saiba desenhar um trecho do litoral, mesmo sem cabos ou baías –, reforça que quem lhe deve é o denunciante: “Alega o Sr. Carolino catorze anos de serviço, quase cinco na minha frente. Mas o que ele era no IJNPS antes de minha chegada? O que fazia?<sup>561</sup>”, critica a Freyre. “Foi pela minha mão que começou a dirigir um departamento, que teve auxiliares, que deu aqui a primeira aula de demografia, que passou a coordenador de pesquisas<sup>562</sup>”. Ao desafeto, também cobrou a fatura. Numa política comum do instituto – contratações via parentesco –, diz que contratou filho de Carolino, mesmo podendo escolher outro estudante, para ele fazer, como indicado, um curso de aperfeiçoamento, promovido em conjunto, pela Sudene e Fundação Getúlio Vargas (FGV). “Agora mesmo, estou mantendo démarches, já parcialmente bem sucedida, para que esse filho realize, em Santiago, um curso básico de planificação<sup>563</sup>”, expõe na resposta. Mauro Mota dá um recado e diz que continuará tratando bem Carolino, mesmo com a denúncia. “Sempre o tratei - e não modificarei o tratamento - com decência, prestígio e cordialidade. Sempre o mantive como auxiliar de confiança, por mim designado<sup>564</sup>”, promete na carta. Atribui esse tipo de crítica interna à inverdade e ao ódio doentio, por verem o instituto crescendo e os seus inimigos – sem citá-los quais – reduzindo sua estatura: “Caro Dr. Gilberto, permita que termine lembrando Lord

---

<sup>559</sup> *Ibid.*

<sup>560</sup> *Ibid.*

<sup>561</sup> MOTA, M. [Correspondência]. Destinatário: Gilberto Freyre. [S. l.], 10 de fevereiro de 1966. Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc19).

<sup>562</sup> *Ibid.*

<sup>563</sup> *Ibid.*

<sup>564</sup> *Ibid.*

Palmerston: ‘Existem três graus de mentira: a mentira simples, o perjúrio e a estatística’. Não teremos, no caso da carta e da E.S.G. os três graus reunidos?<sup>565</sup>’.

De fato, Mauro Mota foi um especialista em manter relações, exercício aprendido como superação em virtude da carência financeira familiar e pelo jornalismo. Foi durante o regime militar, e em parte no período de sua gestão no instituto, que Mauro Mota foi eleito membro do Conselho Estadual de Cultura (1969), imortal da Academia Brasileira de Letras (1970), diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco (1971), presidente da Academia Pernambucana de Letras (1972) e membro do Conselho Federal de Cultura (1981) e também retornou ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, na época já Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj (1983), como membro titular do Conselho Diretor. Sua carreira como gestor de instituições científicas e culturais termina com o regime. Por indicação do então governador Eraldo Gueiros, assume a gestão do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (1972), em Pernambuco, permanecendo lá até sua morte, em 22 de novembro de 1983.

---

<sup>565</sup> *Ibid.*

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jornalista, poeta, geógrafo, gestor de instituições públicas. Não há como realizar uma historiografia da intelectualidade pernambucana no século XX sem citar o nome de Mauro Mota. Ligado ao sociólogo Gilberto Freyre, mostramos e defendemos que essa relação – mesmo sendo *sujeitada* – foi decisiva por levar Mauro a postos-chave de reconhecimento entre seus pares, como o Conselho Federal de Cultura ou mesmo a direção do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS). A identidade intelectual foi forjada à sombra daquele que foi o maior nome das ciências sociais e humanas de Pernambuco no período analisado por nós. Assim como Mauro, outros intelectuais seguiram o mesmo caminho, atraídos pelo guarda-chuva das benesses freyrianas, apesar de muitas delas serem conquistadas ao lado de tomadas de posição que, aos olhos de hoje, são consideradas extremamente fora da curva, por exemplo, o apoio ao Golpe de 1964. Ao lado de Mauro, intelectuais como Edson Nery da Fonseca, José Lins do Rêgo, Nilo Pereira, Tadeu Rocha, entre outros, venenaram a obra do autor de *Casa Grande & Senzala*.

Dentro das condições postas no momento, a carreira intelectual de Mauro Mota pode ser considerada extremamente bem sucedida. Apesar de todas as adversidades no campo familiar, sobretudo as de ordem financeira, com o falecimento prematuro do seu pai, ele foi um vitorioso dentro do contexto letrado de Pernambuco no século XX. As próprias conquistas celebradas por ele, como a gestão do Instituto Joaquim Nabuco, e sua permanência, por muitos anos, pode ser creditada, além da boa relação com Freyre, ao seu esforço pessoal, sua capacidade de relacionar-se e administrar interesses diversos. O sociólogo de Apipucos lhe abriu portas, é evidente, mas Mauro conseguiu aproveitar bem essa relação. Ao contrário de outros nomes, como Álvaro Lins, que saíram do estado e só assim conquistaram maiores espaços e tiveram reconhecimento nacional, Mauro permaneceu no Recife e muitos de seus trabalhos foram celebrados pela crítica nacional em jornais dentro e fora da rede dos *Diários Associados*, na qual trabalhou. Mauro Mota consagrou-se como membro de importantes espaços culturais e científicos do período. Seu currículo e atividades fazem sombra a muitos de seus contemporâneos.

Por outro lado, também reforçamos o aspecto relacional na vida de Mauro. Em um contexto de perdas, ele desenvolve relações, desde jovem, capazes de mantê-lo em condições de estudar e angariar funções no mercado de trabalho. Lembrando que, por exemplo, Mauro, como coroinha da Igreja Católica, comemorava a celebração de cerimônias fúnebres pelo simples fato de ter uma remuneração. Essas relações também foram construídas

posteriormente, como a com o coronel Victor Vieira de Melo, na mesma cidade, onde teve a oportunidade de ter seus primeiros contatos com as leituras. Outros personagens também foram decisivos, como o Padre Félix Barreto, na ajuda em seus estudos secundários no Recife, e o amigo Álvaro Lins, com quem, ao contrário de Gilberto Freyre, desenvolveu uma relação mais fraterna, como irmão, e que também lhe beneficiou em momentos como o ingresso na Academia Brasileira de Letras (ABL). Mauro Mota foi, em essência, também um intelectual relacional. Tanto é que esses personagens estão impregnados em sua obra. Muitos deles sem qualquer crítica, apenas para cumprir um papel de veneração ou agradecimento.

Esta tese também descortina aspectos importantes para nossa historiografia. Primeiro, a revelação de Mauro Mota enquanto gestor de uma instituição científica. Conhecido publicamente como poeta e assim celebrado em editoras e conferências, Mauro deixou um legado enquanto gestor público que merece ser estudado e revisitado. Sua gestão foi responsável pela consolidação e pelo início do funcionamento de fato do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, atual Fundação Joaquim Nabuco. Foi nesse período que muitos departamentos, ainda hoje em funcionamento, ganharam vida. Nosso estudo, também, analisando documentos inéditos, contribui com a revisão da história institucional da atual Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), cujos trabalhos críticos são escassos, com produções de caráter celebrativo e institucional da instituição. Outro ponto importante é a celebração de Gilberto Freyre na instituição. Mesmo sendo o fundador da casa, por meio de seu projeto de lei enquanto deputado, a fundação funciona ainda em uma ótica freyriana em alguns departamentos e museus, com visões arcaicas e romantizadas sobre a região Nordeste do Brasil, assim como Mauro Mota a edificou.

Por outro lado, Mauro também é um exemplo de como a política estava associada ao exercício da intelectualidade brasileira no século XX. Apesar de afirmar publicamente que a odiava, sempre esteve presente no círculo do poder. Aliás, na juventude militou em grupos de extrema-direita, fez oposição ao regime do ditador Getúlio Vargas, mas foi perdendo um pouco dessa paixão. Ao menos publicamente. No entanto, continuou se relacionando com o poder. Seja por meio de governadores, presidentes, em solenidades, visitas à Câmara dos Deputados – como um dos casos trágicos que presenciou o assassinato cometido pelo senador Arnon de Mello, que matou o colega José Kairala em sessão plenária –, ou mesmo em visitas a gabinetes de secretários estaduais, entre outros. A política partidária (ou não) foi exercida por ele com maestria. Em um momento em que as redações de jornais não eram espaços profissionalizados – também no sentido de garantias aos direitos trabalhistas dos jornalistas – Mauro conseguiu na esfera pública posições que lhe garantiram uma renda extra daquela que

recebia como funcionário do *Diario da Manhã* e do *Diario de Pernambuco*. A política também foi crucial na sua permanência como diretor-executivo do Instituto Joaquim Nabuco.

Ocupando o cargo desde o ano de 1956, exercendo a função no período democrático, Mauro permaneceu no instituto após o Golpe de 1964. Na instituição, vestiu a camisa dos governos militares, mesmo de uma forma mais discreta se comparada a de seu mentor Gilberto Freyre. Conduziu processos de exoneração, nomeação, chamou atenção para o bom trato no recebimento de militares na casa e comemorou o Golpe em solenidades da instituição. Na verdade, ele foi um grande operacionalizador do regime na instituição e, mesmo depois de sua saída, continuou ocupando cargos públicos no governo estadual, como foi o caso da direção do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje). Mauro também contribuiu para a consolidação do instituto aos moldes freyrianos: práticas patrimonialistas, favorecimentos e o uso da máquina para benefício pessoal. Práticas essas que continuam intrincadas na instituição até os dias atuais. A atual Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), instituição que deu continuidade ao instituto, caminha a passos lentos em pesquisas de referência na região Nordeste e ainda é presa a temáticas freyrianas, como o Seminário de Tropicologia e as celebrações de grandes nomes ligados à *casa grande* – salas com nomes de descendentes de senhores de engenho, de amigos de Gilberto Freyre, e o próprio, são celebradas como grandes avanços da instituição.

Mauro Mota era um homem de muitos amigos, mas muito bem selecionados. Sua rede de relacionamento no *Diario de Pernambuco*, quando editou o suplemento literário de 1947 e 1959, era restrita aos nomes ligados aos *Diários Associados*, grupo de comunicação que controlava a empresa, e a de figuras importantes na redação. Rompemos a narrativa institucional propagada pela empresa de que essa página literária seria responsável por uma verdadeira revolução no quesito revelação de talentos, mas dentro de um ciclo disponível nas redes de relacionamento de Mauro Mota e da empresa. O suplemento, do ponto de vista editorial, deixava claro que os talentos já consagrados teriam mais espaço. O próprio Mauro Mota deixou testemunhos de que recebia muitas contribuições, mas que nem todas eram publicadas. O suplemento e seu editor nunca deixaram claro quais seriam os critérios para aqueles que desejariam ver publicados seus trabalhos nas páginas do jornal pernambucano. Paralelo a nomes como Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo, Manuel Bandeira, Samuel Wainer, entre outros, figuravam personagens que, graças a relação afetiva de Mauro Mota com Nazaré da Mata, tinham suas produções publicadas, entre eles, Ladjane Bandeira e Marcos Vinícios Vilaça.

O suplemento, como parte da carreira de Mauro Mota, funcionava também sob a ótica freyriana. Durante todos os anos da publicação, Gilberto Freyre foi um dos principais personagens. Suas viagens, seus encontros pessoais, sua celebração por parte de outros autores quase sempre estiveram em destaque. Até dona Madaglena escrevia sobre o marido na página, sem nunca ter tido uma carreira intelectual consolidada. Os desafetos de Freyre também eram alvo de polêmicas e críticas no suplemento, mesmo que a página quase nunca abrisse espaço para esse tipo de linha editorial. Um dos exemplos foi o sociólogo e médico Josué de Castro, que mesmo despontando uma carreira de reconhecimento internacional, não usufruía, a nosso ver, de um espaço à altura. Essa influência freyriana no jornalismo de Mauro também reverberou seus textos de fundamento teórico – mesmo ele não tendo se apresentando como um teórico da comunicação. Mauro Mota ajudou a construir mitos como o improvável primeiro manual de redação do país, que teria sido criado por Freyre quando ele foi chefe de redação no jornal *A Província*, nos anos 1920. Esse documento nunca apareceu e Mauro reforçava a importância dele para o jornalismo. Além disso, a pauta e a visão jornalística de Mauro poderia também ser consideradas conservadoras, ao defender, em pleno processo de abertura dos primeiros cursos de jornalismo no país, a presença dos literatos nas redações. Era um mundo que já deixava de existir.

Mas a presença de Gilberto Freyre não deixou de se fazer notar em outras esferas da vida de Mauro Mota. Em seus trabalhos de caráter sociológico e de geografia, são inúmeras as referências à obra freyriana, desde *O Cajueiro Nordestino*, tese referencial nos seus estudos acadêmicos. Seus trabalhos obedeciam uma estética já trabalhada pelo Mestre de Apipucos, temas caros a Gilberto, como a importância da casa na construção da família brasileira, o papel da cozinha (e da mulher nela), descrições racistas e machistas, entre outros pontos, estão presentes nesses trabalhos. Evidentemente, como outros intelectuais, a obra de Mauro Mota ensaiava certo engajamento antes do regime de 1964. Seus trabalhos tentam trazer uma descrição do brasileiro por meio da figura do homem nordestino. Claro que até o próprio Gilberto Freyre teve sua fase “socialista”. Não que Mota defendesse esse sistema de governo, mas esse tipo de pauta, no período, estava mais ligada aos intelectuais do campo de esquerda. Sua obra consolida, mesmo após o Golpe de 1964, quando o instituto ganha certo prestígio junto ao regime militar, e essa parceria nunca foi escondida. Os jornais celebravam essa aproximação do instituto e demonstravam como ele e Gilberto Freyre estavam em alta com os novos donos do poder. Sua obra então passa por pequenos ajustes editoriais, mas nada que representasse um grande rompimento. Talvez Mota tenha aprendido com o jornalista Assis

Chateaubriand, fundador dos *Diários Associados*, que estar aliado ao governo sempre era mais fácil do que militar na oposição.

Nossa contribuição com este trabalho para a historiografia pernambucana recente sobre nossos intelectuais foi romper com uma narrativa de celebração em torno de Mauro Mota e trazer os lados positivos e negativos da presença de Gilberto Freyre na sua formação. Estudos já realizados sobre Mauro, sobretudo os dois produzidos por amigos pessoais, Nilo Pereira e Waldemar Valente, perpassam por assuntos que, dentro do contexto da época e do seu círculo de convivência; questões como política, vida afetiva e a problemática obra freyriana não foram analisadas de maneira apropriada. Claro que esta tese não é uma versão definitiva da vida de Mauro Mota, há aspectos que podem ser revistos e aperfeiçoados. De qualquer modo, deixamos a nossa reflexão sobre a presença de grandes nomes na formação de intelectuais – como hoje em nossas academias de ciências humanas e sociais. Quantos Gilbertos Freyres existem em orientações de pesquisa? Essas práticas, comuns em meados e fins do século passado, ainda estão presentes em nossa cultura acadêmica e intelectual. Diríamos que tratam de *intelectualidades tóxicas*, com as quais eventualmente convivemos e precisamos conviver para sobreviver dentro das regras do jogo do campo.

Nossa tese também inova ao trazer, para a história da intelectualidade, uma leitura teórica sob o prisma da filosofia e dos trabalhos de Judith Butler e de Vladimir Safatle. Conhecida internacionalmente pela implosão da teoria de gênero, a norte-americana Judith Butler nos revela aspectos da identidade e das relações humanas, como a *sujeição*, que podem ser analisadas sob a ótica historiográfica, sobretudo, nas relações de poder entre intelectuais. Já Vladimir Safatle, conhecido por fazer uma leitura do trabalho da norte-americana, reforça aspectos como a construção de identidades por meio das relações *afetivas*. Nem tudo em Mauro Mota foi passividade. Ele trilhou seu caminho com afeto, com relações amorosas e fraternas. Assim como ele, outros intelectuais do período, que estavam no raio de influência de Gilberto Freyre, podem ter construído relações similares, sobretudo os que estavam ligados institucionalmente com suas pesquisas ao Instituto Joaquim Nabuco. Além de Mauro Mota, muitos tiveram que celebrar publicamente em artigos as nuances e particularidades do sociólogo pernambucano. Quais deles trilharam esse caminho? Quais romperam e seguiram um caminho de independência? São novos questionamentos que colocamos aqui.

Mauro Mota, por fim, pode ser considerado um vencedor. Primeiro, pela capacidade de se relacionar, de estudar na Faculdade de Direito do Recife, de consolidar uma carreira jornalística importante – chegando ao posto de diretor no *Diário de Pernambuco*, então um dos principais jornais do Nordeste e do Brasil, superando todas as adversidades que a vida lhe

impunha. Essa biografia intelectual, que em parte tem a presença forte de outro personagem, não ofusca sua importância no cenário cultural pernambucano. Ao mesmo tempo, ela revela não apenas práticas do cotidiano entre esses intelectuais do período, como a história de parte de instituições científicas e acadêmicas, que estão longe, até hoje, de serem geridas por critérios meritocráticos (meritocracia existe?). Mauro Mota faz parte de um contexto histórico importante na consolidação das carreiras intelectuais no século XX, cujas práticas equivocadas ainda existem e que nós, como historiadores, devemos revisitar e rever até que ponto algumas delas podem e devem ser mantidas.

## REFERÊNCIAS

- **Artigos de jornais, revistas e publicações**

A caminho da Europa o escritor Álvaro Lins. **Diario de Pernambuco**, Recife, Suplemento 6, 18 de julho de 1948.

A Pesquisa Social e a Segurança Nacional. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife, 1964/1965.

BANDEIRA, M. Sextilha de Frei Manuel. **Diario de Pernambuco**, Recife, Suplemento 8, 1 de maio de 1949.

BOLAND, O. Ascenso Ferreira, poeta e filósofo... da preguiça. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 de fevereiro de 1983.

CASTRO, J. Mucunã e Jurema: A propósito dos alimentos bárbaros do Nordeste. **Diario de Pernambuco**, Recife, Suplemento 6, 14 de março de 1948.

CAVALCANTI, V. O que eles pensam, dizem, fazem. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1957.

CENTENÁRIO do nascimento de Rondon. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife, 1964/1965.

CHEFE da Casa Civil da Presidência da República o escritor Álvaro Lins. **Diario de Pernambuco**, Recife, Secção 2, 8 Páginas, 5 de fevereiro de 1956.

CONFERÊNCIAS. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife: 1964/1965.

CONTRA-ALMIRANTE visitou o Instituto. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife: 1964/1965.

DEMOCRACIA rediviva no comício de ontem da Praça Floriano. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 8 de março de 1945.

FUNDADO em Porto Alegre o “Centro de Estudos Sociais Gilberto Freyre”. **Diario de Pernambuco**, Recife, Secção 2, 8 Páginas, 16 de março de 1952.

GUERRA, J. A. Às margens do Capibaribe. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1949.

INFORMES sobre Pernambuco. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife: 1964/1965.

INTERESSE do Presidente Castelo Branco pelo IJNPS. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife, 1964/1965.

IJNPS comemora aniversário da Revolução. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Recife, 1971.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS – IJNPS. **Resolução nº 117, de 11 de maio de 1964.** Autoriza a rescisão de contrato para realização de pesquisa. Abr./maio/jun. 1964.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS – IJNPS. **Resolução nº 115, de 11 de maio de 1964.** Aprova o Quadro de Pessoal Técnico e Administrativo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Abr./maio/jun. 1964.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS – IJNPS. **Resolução nº 119, de 3 de julho de 1964.** Concede auxílio a bolsista. Jul./ago./set. 1964.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS – FUNDAJ. **Boletim Interno nº 20, Janeiro/Fevereiro/Março de 1965.** Recife, Portaria nº 28, de 12 de agosto de 1965.

INTENSA Atividade Literária no Recife. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1949.

MAURO Mota espera entrar na Academia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 de outubro de 1969.

MAURO Mota eleito para Academia no 1º escrutínio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1970.

MAURO Mota, o novo imortal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 de janeiro de 1970.

MAURO Mota vai tornar-se imortal na quinta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1970.

Ministério da Educação e Cultura, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Of. 627/62.** Recife, 9 julho de 1962.

MINISTROS visitam o Instituto. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife: 1964/1965.

MORAIS, C. J. Agora, sou um Cidadão Americano. **Diário de Pernambuco**, Recife, Suplemento 6, 25 de abril de 1948,

MOTA, M. Antecedentes do crime da Boa Viagem. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1945.

MOTA, M. Atividades de Edson Nery em Maceió. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 8 Páginas, 13 de janeiro de 1952.

MOTA, M. Busto de Manuel Bandeira. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 8 Páginas, 27 de fevereiro de 1955.

MOTA, M. Caixa postal. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 8 Páginas, 16 de julho de 1950.

MOTA, M. Colaboração literária. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 8 Páginas, 9 de setembro de 1956

MOTA, M. Demissão. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Suplemento, 19 de agosto de 1951.

MOTA, M. Eduardo Portella, assistente do chefe da Casa Civil da Presidência da República. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 8 Páginas, 25 de março de 1956

MAURO, M. Galeria. **Diário de Pernambuco**, Literatura da Semana, Recife, Suplemento Seis, 7 de março de 1948.

MOTA, M. Gilberto Freyre chegou. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 6 Páginas, 11 de fevereiro de 1951.

MOTA, M. Gilberto Freyre em Apipucos. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Suplemento, 8 Páginas, 23 de janeiro de 1949.

MOTA, M. Gilberto Freyre na Faculdade de Direito. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 12 Páginas, 10 de janeiro de 1954.

MOTA, M. Hierarquia das retrancas. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 8 Páginas, 27 de janeiro de 1957.

MOTA, M. Itinerário de Gilberto Freyre. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 6 Páginas, 15 de julho de 1951.

MOTA, M. Josué de Castro e a ONU. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Suplemento, 6 Páginas, Recife, 6 de junho de 1948.

MOTA, M. Mann comovido. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Suplemento, 6 Páginas, 30 de maio de 1948.

MOTA, M. O espírito do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 6 Páginas, 21 de janeiro de 1951.

MOTA, M. O verso na poesia gilbertiana. *In: EXPRESSÃO literária em Gilberto Freyre*. Conselho Estadual de Cultura, Recife, 1981, p. 69-77.

MOTA, M. Prêmio José Veríssimo. **Diário de Pernambuco**, Recife, Suplemento, 4 de julho de 1948.

MOTA, M. Quem perdeu com a história? **Diário de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Secção 2, 10 Páginas, 25 de novembro de 1951.

MOTA, M. Raul Lima incógnito. Literatura da Semana, **Diário de Pernambuco**, Recife, Secção 2, 8 Páginas, 24 de junho de 1950.

MORREU Álvaro Lins. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 de junho de 1970.

NUNCA se ouviu uma censura. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, n. 13-14, Recife, 1964/1965.

O escritor Gilberto Freyre acusado de “racista”. **Diario de Pernambuco**, Recife, Suplemento Seis Páginas, 4 de abril de 1948.

O Presidente Castelo Branco e o IJNPS. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Ministério da Educação e Cultura, nº 13 e 14, Recife: 1964/1965.

PERNAMBUCANO Mauro Mota, o novo imortal. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1970.

PLANO de ação do IJN: estudo sistemático dos problemas do Nordeste. **O Jornal**, Revista, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1956.

RÉGIS, E. Revistas do Recife. **Diario de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Suplemento Quatro Páginas, 14 de dezembro de 1947.

RÉGIS, E. Vamos ver o que sai. **Diario de Pernambuco**, Recife, Literatura da Semana, Suplemento Seis Páginas, 29 de fevereiro de 1948.

VISITA oficialmente São Paulo o governador eleito de Pernambuco. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de novembro de 1952.

WAINER, S. Continuo a desejar para o Brasil uma organização democrática e socialista. **Diario de Pernambuco**, Recife, Suplemento, 19 de outubro. 1947.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, SUGAP. Ação Penal nº. 967/63. Réu: Arnon Affonso de Farias Mello. Brasília, DF, 04 dez. 1963. Disponível em: [https://memoria.tjdft.jus.br/uploads/r/tribunal-de-justi-a-do-distrito-federal-e-dos-territ-rios-brasil-2/a/a/a/aaa1d88a41d2caa5a44b7b8b4978965ccff1d527403e97235e671c5660f1edb4/Processo\\_967\\_de\\_1963-ilovepdf-compressed\\_\\_1\\_.pdf](https://memoria.tjdft.jus.br/uploads/r/tribunal-de-justi-a-do-distrito-federal-e-dos-territ-rios-brasil-2/a/a/a/aaa1d88a41d2caa5a44b7b8b4978965ccff1d527403e97235e671c5660f1edb4/Processo_967_de_1963-ilovepdf-compressed__1_.pdf). Acesso em: 11 maio 2021.

DELGADO, L. **Carlos de Lima Cavalcanti**: um grande de Pernambuco. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (Cepe), 1975. p. 115.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Of. 627/62**. Recife, 9 julho de 1962.

ASCENSO Ferreira e o serviço público. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1 de junho de 1969.

ALFAIATE apronta fardões “imortais”. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 3 de junho de 1970.

FREYRE, G. Centro de pesquisas. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1956.

MOTA, M. Amigo firme e leal. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 9 de junho de 1970.

LEÃO do Norte. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1969.

JORNAL em poucas palavras. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1970.

- **Bibliografia**

ABREU, A. A. de. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. *In*: ABREU, A. A. de (Org.). **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ARAÚJO, R. B. de. **Guerra e paz**: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. 216 p.

AZEVEDO, N. **Modernismo e regionalismo** – Os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

BARROS, L. O. C. B. A datação do mito. *In*: MOTTA, R.; FERNANDES, M. (Orgs.). **Gilberto Freyre**: Região, tradição, trópico e outras aproximações. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BESSE, S. **Modernizando a desigualdade**: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese de estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996

BURKE, P. **Repensando os trópicos**: um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPANTE, R. G. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003. DOI: 10.1590/S0011-52582003000100005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582003000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582003000100005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 11 maio 2021.

CAVALCANTI, P. **Homens e ideias do meu tempo**. Recife: Nordestal, 1993.

COELHO, F. V. **Direita, volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004.

CUNHA, D. Intelectuais conservadores, sociabilidade e práticas da imortalidade: a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964-1979). **História Unisinos**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 544-557, set./dez. 2014. DOI: 10.4013/htu.2014.183.06. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.183.06/4377>. Acesso em: 11 maio 2021.

CUNHA, D. O campo intelectual no Brasil nas décadas de 1960 e 1970: a “estrutura cultural conservadora”, as universidades e as esquerdas. **História Unicap**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 100-120, jan./jun. 2016. DOI: 10.25247/hu.2016.v3n5.p100-120. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/833>. Acesso em: 11 maio 2021.

CURRICULUM vitae. **Revista do Arquivo Público**, Recife, Arquivo Público Estadual, v. 1, n. 1, jan./jun. 1984.

DOSSE, F. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DUARTE, J. **Agitação cultural**: o suplemento e Mauro Mota. Recife: Comunigraf, 2001.

FONSECA, E. N. da. Gilberto Freyre: seu estilo. **Diário de Pernambuco**, Recife, Suplemento Quatro Páginas, 11 de abril de 1948.

FRESTON, P. Um império na província: O Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, S. et al. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**, v. 1. São Paulo: IDESP, p. 316-358, 1989.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

FREYRE, G. **Manifesto regionalista de 1926**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1955.

FREYRE, G. Meu caro ‘Jornal do Brasil’. In: **Revista do Arquivo Público Estadual**, Edição especial em homenagem a Mauro Mota, Recife, v. 1, n. 1, jan./jun. 1983-1984.

FREYRE, G. Recordação de Gilberto Amado. **Revista Brasileira de Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, out-dez. 1969. p. 131-132.

FREYRE, G. **Tempo morto e outros tempos**: trechos de um diário de adolescência e a primeira mocidade. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2006.

FREYRE, G.; LIMA, M. de O. **Em família**: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre (Cartas organizadas por Ângela de Castro Gomes). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2005.

FUNCIONÁRIOS do Hotel Flórida relembram convivência com Mauro. **Revista do Arquivo Público Estadual**, Edição especial em homenagem a Mauro Mota, Recife, v. 1, n. 1, jan./jun. 1983-1984.

GILBERTO Freyre, o único escritor brasileiro realmente conhecido e admirado na Espanha. **Diário de Pernambuco**, Seção 2, Recife, 14 de março de 1954. 12 p.

HOLANDA, L. Álvaro Lins – o crítico essencial. In: LINS, Á.; HOLANDA, L.; FRANÇA, H. **Álvaro Lins**: ensaios de crítica literária e cultural. Editora Universitária UFPE, 2007.

HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INOJOSA, J. **No pomar do vizinho**: fraudes literárias de Gilberto Freyre. Guanabara: Edição do Autor, 1968.

JUCÁ, J. **Joaquim Nabuco**: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1991.

JUREMA, A. A propósito de Macunã. **Diário de Pernambuco**, Recife, Suplemento Seis Páginas, 21 mar. 1948

LIMA FILHO, A. A. **China Gordo**: Agamenon Magalhães e sua época. Recife: Ed. Universitária, 1976.

LIMA, A. A. **O jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1969

LORENZOTTI, E. **Suplemento literário, que falta ele faz!** 1956 – 1974 do artístico ao jornalístico: vida e morte de um caderno cultural. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 01 jan. 2007. ISBN 8570605374.

MARTINS, W. **O modernismo**. São Paulo: Editora Cultrix, 1965. 311 p.

MENDONÇA, F. W. O.; MENEZES, D. O. Falo orgástico e vagina derrotada: as relações de gênero em Casa Grande & Senzala e suas permanências na escrita contemporânea. *In*: Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 4., 29-31 maio 2013. **Anais [...]**, Fortaleza: UECE, 2013.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 440 p. ISBN: 9788535901139.

MORAES, M. A. M. de. A importância do sentimento religioso para interiorização do integralismo em Pernambuco nos anos 1930: o caso do município de Garanhuns. **Paralellus**, Recife, v. 5, n. 9, p. 9-24, jan/jun. 2014. DOI: 10.25247/paralellus.2014.v5n9.p9-24. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/335/pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

MORAIS, O. J. (Org.). Comunicações & Problemas. **Coleções Beltranianas**, v. 1, n. 3, novembro de 1965.

MOTA, M. **Barão de chocolate & companhia**: apelidos pernambucanos. Recife: Pool Editorial, 1983.

MOTA, M. **Cara e C'oroa**: uma fase do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife: Dialgraf, 1974.

MOTA, M. **Geografia literária**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.

MOTA, M. **Imagens do Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1961.

MOTA, M. **Modas e modos**. Recife: Editora Raiz, 1977.

MOTA, M. **No Roteiro do Cariri (notas de reportagem)**. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, Arquivo Público do Estado, 1952.

- MOTA, M. **O bode no Nordeste**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1969.
- MOTA, M. **O cajueiro nordestino**. Recife: Cepe, 2011.
- MOTA, M. **O navegante Gilberto Amado**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1970.
- MOTA, M. **O pátio vermelho**. Rio de Janeiro: Orfeu, 1968.
- MOTA, M. **Paisagens das secas**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1958. 151 p.
- MOTA, M. Prefácio: Diário, Gilberto e Regionalismo. *In*: FREYRE, G. **Livro do Nordeste**. 2. ed. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.
- MOTA, M. **Quem foi Delmiro Gouveia?** São Paulo: Empresa Gráfica Carioca S/A, 1967.
- MOTA, M. **Terra e Gente**. Recife: Universidade do Recife, 1963.
- MOTA, M. **Votos e ex-votos**: aspectos da vida social do Nordeste. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Imprensa Universitária, 1968. 157 p.
- MOTTA, R. Mauro Mota, Memória, Data e Festa. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, n. 65, 2012.
- NASCIMENTO, L. do. **História da imprensa de Pernambuco, 1821-1954**: Diário de Pernambuco. Imprensa Universitária Universidade Federal de Pernambuco, v. 2, 1966. Disponível em: [https://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/historia\\_da\\_imprensa\\_v02.pdf](https://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/historia_da_imprensa_v02.pdf). Acesso em: 10 maio 2021.
- NEVES, J. **Geraldo Ferraz e Patrícia Galvão**: a experiência do Suplemento Literário do Diário de S. Paulo nos anos 40. São Paulo: Annablume, 2005
- PEREIRA, N. **Mauro Mota e seu tempo**. Recife: Associação da Imprensa de Pernambuco, 1987.
- PÉREZ, V. A. F.; FIOL, E. B. Violencia de género y misoginia: reflexiones psicosociales sobre un posible factor explicativo. **Papeles del Psicólogo**, Madrid, n. 75, 2000, p. 13-19. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/778/77807503.pdf>. Acesso: 11 out. 2019.
- PINTO, J. A. C. Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974). **História (São Paulo)**, Franca, v. 28, n. 1, p. 445-482, 2009. DOI: 10.1590/S0101-90742009000100016. ISSN 1980-4369. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742009000100016&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742009000100016&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 10 maio 2021.
- PONTUAL, V. **Uma cidade e dois prefeitos**: Narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. Recife: Ed. da UFPE, 2001.
- RIDENTI, M. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 81-110, jun. 2005. DOI: 10.1590/S0103-20702005000100004. ISSN 1809-4554.

Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702005000100004&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702005000100004&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 10 maio 2021.

ROCHA, A. O Mauro, como conheci (J.C. 24.11.84). **Revista do Arquivo Público**, Recife, v. 1, n. 1, jan/jun. 1984.

ROCHA, T. **Modernismo & Regionalismo**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura do Estado de Alagoas, 1964.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SILVA, C. V. da. Além de Martha de Hollanda: “Uma mulher, um tempo, uma personalidade”. In: Colóquio de História Perspectivas Históricas, 5., 16-18 de novembro de 2011. **Anais [...]**, Recife: Universidade Católica de Pernambuco, nov. 2011.

SILVA, M. F. S. **Josué de Castro, pensamento e ação: a gênese do plano de segurança alimentar**. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9480>. Acesso em: 10 maio 2021.

SILVA, S. C. **Tempos de Casa-Grande (1930-1940)**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 272 p.

SOBRINHO, B. L. Mauro Mota. **Revista do Arquivo Público**, Recife, ed. spe., v. 1, n. 1, jan./jun., 1983-1984.

VALENTE, W. **As diabruras de Mauro Mota**. Recife: Edições Pirata, 1986.

VASCONCELOS SOBRINHO. **As regiões naturais de Pernambuco**. O meio e a civilização. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1949.

VIZEU, A. Gilberto Freyre e os manuais de redação. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, Pós Com-Metodista, v. 29, n. 50, p. 163-177, 2. sem. 2008.

- **Correspondências e acervo fotográfico**

FUNDAÇÃO GILBERTO FREYRE. **Correspondências**. Recife.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - FUNDAJ. **Arquivo Mauro Mota**. Recife.

- **Correspondências**

AMADO, J. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 26 de janeiro de 1970. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp75 doc 1605).

BANDEIRA, M. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 13 de dezembro de 1966. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp62 doc 1331).

BRANDÃO, O. A. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 25 de agosto de 1969. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp69 doc 1470,1).

FREYRE, G. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 29 de junho de 1952. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRo15 doc 291). Bilhete.

FREYRE, G. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 29 de setembro de 1955. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp22 doc.470). Bilhete.

FREYRE, G. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 15 de fevereiro de 1955. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp21 doc.458). Bilhete.

FREYRE, G. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 12 de junho de 1957. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp 29 doc.673). Bilhete.

FREYRE, G. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 11 de janeiro de 1966. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp59 doc 1288). Bilhete.

FREYRE, G. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 4 de maio de 1966. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp60 doc 1293). Bilhete.

FREYRE, G. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 4 de novembro de 1952. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp15 doc 296). Bilhete.

FREYRE, G. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 15 de setembro de 1954. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp20 doc 443,1). Bilhete.

FREYRE, G. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 3 de abril de 1967. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp62 doc 1338). Bilhete.

FREYRE, G. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 1952. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp14 doc 275).

FREYRE, G. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 13 de março de 1968. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp64 doc 1376,1). Bilhete.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. **Ofício 111/59 em 9 de abril de 1959.** Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc6).

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. **Ofício 413/62 em 24 de abril de 1962.** Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR5p1doc14).

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. **Ofício 650/60 em 5 de dezembro de 1960.** Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc11).

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. **Ofício de Mauro Mota a Gilberto Freyre (Of. 139/61) em 6 de abril de 1961.** Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc12).

INOJOSA, J. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S.I.], 25 de fevereiro de 1973. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp 105 doc 2373).

LINS, Á. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 13 de setembro de 1936. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp 1 doc 15,3).

LINS, Á. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 21 de agosto de 1942. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp3 doc 56,1).

LINS, Á. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 23 de novembro de 1940. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp3 doc 48,4).

MELO NETO, J. C. de. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. Barcelona, 3 de setembro de 1969. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp69 doc 1472). Telegrama.

MELO NETO, J. C. de. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 9 de setembro de 1968. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp 65 doc 1403).

MELO, V. de. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 20 de maio de 1969. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp67 doc 1448).

MOTA, M. [**Correspondência**]. Destinatário: Gilberto Freyre. [S. l.], 3 de abril de 1958. Acervo Fundação Gilberto Freyre. Código: GF CR57p1doc4.

MOTA, M. [**Correspondência**]. Destinatário: Gilberto Freyre. [S. l.], 19 de agosto de 1960. Acervo da Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc9).

MOTA, M. [**Correspondência**]. Destinatário: Gilberto Freyre. [S. l.], 20 de setembro de 1962. Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc17).

MOTA, M. [**Correspondência**]. Destinatário: Gilberto Freyre. [S. l.], 10 de fevereiro de 1966. Acervo Fundação Gilberto Freyre (Código GF CR57p1doc19).

MOTA, M. [**Correspondência**]. Destinatário: José Vamberto. [S. l.], 2 de setembro de 1964. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CEp6 doc.110).

MOTA, M. [**Correspondência**]. Destinatário: Nilo Pereira. [S. l.], 11 de setembro de 1961. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CEp2 doc.23 a28 g1).

MOTA, M. [**Correspondência**]. Destinatário: Rachel de Queiroz. [S. l.], 4 de março de 1977. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CEp 18 doc 351,1).

NERY, E. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 20 de outubro de 1964. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp55 doc 1197).

PEREIRA, N. [**Correspondência**]. Destinatário: Mauro Mota. [S. l.], 11 de fevereiro de 1953. Acervo Fundação Joaquim Nabuco (Código MMo CRp 16 doc 314).

- **Depoimentos sonoros**

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM – MISRJ. [Depoimentos para a posteridade]. **Entrevista de Mauro Mota**. Entrevistadores: Aurélio Buarque de Holanda e Lélia Coelho Frota. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1971.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE PERNAMBUCO - MISPE. **Entrevista de Mauro Mota**. Entrevistadores: Olímpio Bonald Neto, Francisco Bandeira de Mello e Fernando Jader Magalhães Melo. Recife, 10 de junho de 1977.

- **Jornais e publicações**

**Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**, Recife, de janeiro de 1962 a dezembro de 1970.

**Diario de Pernambuco**, Recife, de 17 de agosto de 1947 a 15 de fevereiro de 1959.

**O Estado de S. Paulo**, São Paulo, de 29 de março de 1953 a 7 de março de 1987.

**O Globo**, Rio de Janeiro, de 24 de novembro de 1969 a 11 de dezembro de 2004.

**O Jornal**, Rio de Janeiro, de 7 de março de 1945 a 20 de fevereiro de 1970.